



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

VERÔNICA MARIA FERREIRA

**Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e
reprodução social: uma análise de suas tendências.**

RECIFE-PE

2017

VERÔNICA MARIA FERREIRA

Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências.

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, pela discente Verônica Maria Ferreira, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Elizabete Fiúza Simões da Mota.

RECIFE-PE

2017

F383a Ferreira, Verônica Maria
Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências / Verônica Maria Ferreira.- Recife, 2017.
205 folhas : il. 30 cm.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Ana Elizabete Fiúza Simões da Mota.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2017.
Bibliografia.

1. Trabalho e gênero. 2. Serviços de saúde. 3. Divisão de trabalho por sexo. 4. Política de saúde. I. Mota, Ana Elizabete Fiúza Simões da (Orientador). II. Título.

301.412 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2017 –205)

VERÔNICA MARIA FERREIRA

Apropriação do Tempo de Trabalho das Mulheres nas Políticas de Saúde e Reprodução Social: uma análise das suas tendências

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – PPGSS/UFPE para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 03/11/2017 pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:

Profa. Dra. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Juliane Feix Peruzzo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Betânia de Melo Ávila (Examinadora Externa)
SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

Profa. Dra. Mirla Cisne Álvaro (Examinadora Externa)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Laura Susana Duque Arrazola (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife, 03 de novembro de 2017

Para Francisca (Kika) (*In memoriam*),
que vive em mim, no Recife
e no tempo eterno e etéreo dos carnavais.

Para minha avó, Rita (*In memoriam*),
cujo tempo se desatou do meu.

Para minha tia Socorro, “sempre no nunca”.

Esta tese pertence

À minha mãe, Lúcia, e à minha tia Estela,
caminhos de ida e de volta.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, pela possibilidade de realizar os meus estudos de doutoramento.

À minha orientadora, Ana Elizabete Mota, pela inestimável contribuição para meu processo de formação, pelo partilhar de sua paixão pela pesquisa, por sua amabilidade, afeto, confiança e rigor. Pela orientação precisa e instigante, regada a boas conversas e cafés. Sou grata, especialmente, por me ajudar a ver e a ir além de mim.

À Laura Duque-Arazola, uma das inspiradoras deste trabalho de pesquisa, pela contribuição teórica e metodológica nos momentos cruciais de meu percurso, expressão de sua solidariedade feminista.

À Juliane Peruzzo, por ter enriquecido de maneira muito significativa minha formação nas disciplinas, que ensejaram leituras essenciais, e pelas contribuições fundamentais nas bancas de qualificação, prévia e de defesa da tese.

À Maria Betânia Ávila, pela contribuição decisiva na minha formação teórica, política e pessoal. Pela interlocução teórica, política e afetiva no cotidiano do SOS Corpo e em todas as jornadas que partilhamos na produção do conhecimento feminista. Agradeço pela amizade profunda, pelo incentivo, pela solidariedade e amor que iluminam meus caminhos.

À Mirla Cisne, pela interlocução teórica, política e afetiva que partilhamos ao longo de (lá se vão) duas décadas de parceria e amizade. Agradeço em especial suas contribuições nas bancas de qualificação, prévia e final de defesa da tese.

Aos docentes do programa de pós-graduação, em especial a Ana Elizabete Mota, Juliane Peruzzo, Ângela Amaral e Marco Mondaini, pelo enriquecimento na formação durante as disciplinas cursadas.

Ao SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, coletivo de trabalho e militância onde realizei grande parte de minha formação teórica, política e pessoal. Às minhas companheiras,

por toda a solidariedade que me deram para realizar o Doutorado e, em especial, nesta reta final de elaboração da tese, assegurando o tempo e a tranquilidade (im) possíveis para finalizar este processo. Em especial, agradeço a Fabiana e Sílvia, por terem assumido grande parte das minhas responsabilidades nestes últimos meses.

Às mulheres de Jardim Monteverde, pelo tempo e pela atenção.

Aos queridos companheiros e companheiras de aventura na pós-graduação, em especial a Sandra, Alcina, Flávia, Jamerson, Adilson Júnior e Simone Enomis, pelos aprendizados que partilhamos.

À minha grande amiga e irmã Sandra, companheira nesta jornada de doutorado. Sou grata pela amizade profunda, pelas partilhas teóricas e por ter me ajudado a manter a calma e a confiança em mim e na força do que existe. Esta tese começa no México em gratidão a você.

À minha irmã Cris, sol dos meus dias, há 23 anos. Agradeço pelo amor impertinente que me trouxe até aqui, por travar comigo a luta por um “tempo todo meu” e por ser a melhor das companhias na aventura cotidiana de aprender a viver, “essa dolorosa alegria”. Agradeço pela leitura atenta, pelas sugestões, por me inspirar com sua disciplina e pelo trabalho sem medida de revisão das referências bibliográficas.

À minha família, pelo apoio constante. À minha mãe Lúcia, por ter garantido as condições objetivas e subjetivas na fase de escrita, pela sabedoria, pela presença em todos os minutos e pelo apoio para superar todas as dificuldades. À minha tia Estela, pelo amor que me acalma, pela confiança e incentivo que tornam tudo possível. Ao meu irmão Rafael, pela torcida, pela confiança e pelo suporte silencioso e efetivo que sempre me deu. Ao meu pai, Vicente, pelo cuidado e amor que ultrapassa distâncias e silêncios. Ao meu irmão e irmã de vida, Diego e Jussara Bernardo, por me ajudarem a me conhecer, amadurecer, sem perder a criança que há em mim. Às minhas tias Bela, Luíza, Carmelita, Raimunda, Perpétua, Conceição, Ana Maria (Bia) e Isa, e aos meus tios Oceliano, Joaquim, José, Francisco e Batista, pelo apoio ao longo de toda a minha formação e pelo amor de sempre. À minha prima Ana Paula e sua pequena Mairla, e à minha cunhada Camila, pelo carinho, solidariedade e acalanto nas horas difíceis.

À Barbara, Mariana, Mairla, Gregório e Júlia, por alimentarem minha esperança no que virá.

Às amigas e companheiras do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Articulação de Mulheres Brasileiras, pelas lutas que partilhamos e que nos constroem.

Agradeço ao apoio e amor de tantas amigas pela vida e mundo afora: à Daniela, Andréa, Janaiky, Telma, Tássia, Samya, Silvana, Vanessa, Analba, Marylucia, Val, Natália, Kaliani, Ana Paula e Heloise, pelo suporte afetivo, pela torcida, pelas leituras e revisões e, especialmente, pelo amor que partilhamos. À Synara e Érika, por me ajudarem na mais difícil travessia dos últimos tempos. Por trazerem chão aos pés e horizonte aos olhos. À Aryadne, pela delicadeza e cuidado que partilhamos na vida e na alma. À Edi, pela presença cotidiana. Às hermanas Sílvia Mansilla, Soledad Pérez y Paola Blanes, pelas boas energias que sopraram do Sul. À Clyde Soto, pelo carinho e suporte nas tarefas que partilhamos. À Lilian Celiberti, pelas instigantes conversas nos momentos de encontro. Em especial, por ter me sugerido conhecer a história de *Las Patronas* e assim me remetido à poderosa imagem com que dei marcha a este texto. À Analba e Natália, pela presença amiga e amorosa do começo ao fim.

À Mirla Cisne, amiga-irmã de todos os instantes, estrela da vida inteira, por tudo.

À Patrícia, pelo amor e por me ensinar sobre cuidar e ser cuidada.

À Marylucia Mesquita, como se fossem camélias.

À Mel, por me despertar para os dias de trabalho e, na hora da angústia diária, me convidar para ver as jandaias. Ninguém esteve tão perto.

O tempo de uma tese tem seus ritmos. Seus marcadores. Não é feito somente de horas, dias, noites a fio. É feito de um sem fim de passeios com cachorro, de umas incontáveis garrafas de café e xícaras de chá, de um sem número de banhos, de umas tantas crises de choro, das centenas de telefonemas maternos, de muitas presenças, de noites felizes pelo que se fez, de noites insones pelo que insistiu em não brotar, ainda que ali estivesse.

Sou grata a este tempo e a este percurso, feito da interlocução com muitas vozes na busca de minha própria voz.

A busca, e a luta, continuam

[...]
Os ventos do Norte não movem moinhos.
Minha vida, meus mortos
Meus caminhos tortos.
Meu sangue latino
Minha alma cativa.
E o que importa é não estar vencida.
[...]

(Secos & Molhados)

RESUMO

Esta tese trata da apropriação do tempo e do trabalho não remunerado das mulheres pelo Estado capitalista e patriarcal, na particularidade das políticas sociais de saúde, a partir de um estudo de suas tendências na promoção e atenção básica em Recife, Pernambuco. A pesquisa que empreendemos nesta tese problematiza que a apropriação sistemática do tempo deste grupo social é, a um só tempo, um elemento de sobrevivência (reprodução) das relações sociais de sexo e de classe e uma mediação estruturante da ação do Estado nas sociedades periféricas. Partindo do pressuposto de que são mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora aquelas que carregam o ônus da precariedade dos serviços públicos e mobilizam mecanismos formais e informais de enfrentamento da desigualdade que estão na base das expressões da questão social, o objetivo geral que nos colocamos neste trabalho foi o de identificar as determinações e os mecanismos de apropriação do tempo das mulheres na implementação de serviços de atenção básica e promoção da saúde na cidade de Recife, Pernambuco, identificando suas tendências prevalentes. Para apreender a relação estabelecida entre Estado e as mulheres na implementação das políticas de saúde, nossa investigação partiu das condições materiais de produção e reprodução do viver em um determinado contexto, enfocando, em particular, as relações cotidianas estabelecidas entre as mulheres e o serviço de saúde, em localidade urbana do Recife, e da análise dos documentos e normativas orientadoras da política. Dentre seus resultados, identificamos que a orientação dos serviços de saúde direcionada primordialmente às mulheres, repousa em um interesse material concreto: a apropriação do tempo social e das práticas constituintes da reprodução social doméstica convertidos, por processos materiais e ideológicos, em mecanismo de ação do Estado. Os eixos fundamentais da atenção básica e da promoção em saúde, focadas sobre os aspectos comportamentais e nas responsabilidades individuais com as práticas preventivas, assentam-se na apropriação do tempo social improdutivo, dos saberes e das práticas de cuidado das mulheres no interior das famílias. As tendências assumidas pelas políticas de saúde revelam a unidade contraditória entre expropriação do direito à saúde e apropriação do tempo social das mulheres. Onde se conclui, e constitui a tese aqui defendida, que a ação do Estado, nas economias dependentes, se erige considerando a disponibilidade deste tempo social improdutivo, crucial para a manutenção da esfera reprodutiva, e na sua captura sistemática e permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão Sexual do Trabalho. Estado. Reprodução social. Política de saúde.

ABSTRACT

This thesis discusses the appropriation of time and of the women unpaid labor by the capitalist and patriarchal State, in particular of social health policies, based on a study of its trends in promotion and basic care in Recife, Pernambuco. The research that we undertook in this thesis discusses that the systematic time appropriation of this social group is, at the same time, an element of survival (reproduction) of the social relations of sex and of class and a structuring mediation of the State's action in the peripheral societies. Assuming that women of the most impoverished working class sectors are those who bear the burden of the precariousness of public services and who mobilizes formal and informal mechanisms to face inequality, which are the basis of the expressions of the social question, the purpose discussed in this work was to identify the determinations and mechanisms of women's time appropriation in the implementation of basic health services and health promotion in the city of Recife, Pernambuco, identifying their prevailing trends. In order to understand the relationship established between the State and women in the implementation of health policies, our investigation started from the material conditions of production and reproduction of living in a given context, focusing in particular on the daily relations established between women and health services, in an urban locality of Recife, and the analysis of the policy's documents and guidelines. Among their results, we identified that the orientation of health services directed primarily at women rests on a concrete material interest: the appropriation of social time and the constitutive practices of domestic social reproduction converted, by material and ideological processes, into the mechanism of the State's political action. The fundamental axes of basic health care and health promotion, focused on behavioral aspects and individual responsibilities with preventive practices, are based on the appropriation of unproductive social time, knowledge and practices of care of the women within families. The trends assumed by health policies reveal the contradictory unity between the expropriation of the right to health and the appropriation of women's social time. The trends assumed by health policies reveal the contradictory unity between the expropriation of the right to health and the appropriation of women's social time. it is thus concluded that the action of the State in dependent economies is based on the availability of this unproductive social time, crucial for the maintenance of the reproductive sphere and its systematic and permanent capture.

KEYWORDS: Sexual division of labor. State. Social Reproduction; Health Policy.

QUADROS/GRÁFICOS/TABELAS

QUADRO 01:	Iniciativas e serviços de atenção e promoção na Atenção Básica	147
QUADRO 02:	Informações em Saúde levantadas nas Visitas Domiciliares	148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACS – Agente Comunitário de Saúde
ALCA - Acordo de Livre Comércio na América Latina
AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
ANFIP – Associação Nacional de Fiscais da Previdência Social
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGUT - Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudo Socioeconômicos
DRU - Desvinculação das Receitas da União
ESF - Equipes de Saúde da Família
ESF - Estratégia de Saúde da Família
FIPSS Fórum de Movimentos de Mulheres em Defesa da Seguridade Social
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
IBGE - Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPPF - International Planning Parenthood Federation.
MLF – Movimento de Liberação das Mulheres
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
OMC - Organização Mundial do Comercio
ONU - Organização das Nações Unidas
PAS – Programa Agentes de Saúde
PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPS - Política Nacional de Promoção da Saúde

PSF - Programa Saúde da Família

RMR - Região Metropolitana do Recife

SIAB – Sistema de Informações da Atenção Básica

SUS - Sistema Único de Saúde

SVD - Sistema de Vendas Diretas

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UPA – Unidade de Pronto-Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DO PROBLEMA REAL AO PROBLEMA TEÓRICO.....	18
2.1 UMA PERSPECTIVA CRÍTICA, FEMINISTA E MATERIALISTA DAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	27
2.2 CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, CLASSE E “RAÇA”	42
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	50
3 CRISE CAPITALISTA, ESTADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	57
3.1 CRISE CAPITALISTA, DETERMINAÇÕES SOBRE O TRABALHO E O ESTADO.....	58
3.2 O TRABALHO DAS MULHERES NO CONTEXTO DA CRISE E NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA.....	65
3.3 MUNDIALIZAÇÃO NEOLIBERAL, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	80
4 “EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO”: TRABALHO DOMÉSTICO, CUIDADOS E REPRODUÇÃO SOCIAL.....	85
4.1 TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO PATRIARCAL.....	86
4.2 PRODUÇÃO, REPRODUÇÃO SOCIAL E A SUSTENTAÇÃO DA VIDA HUMANA.....	105
4.3 ESTADO, REPRODUÇÃO SOCIAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: TENDÊNCIAS NO CAPITALISMO MONOPOLISTA PERIFÉRICO.....	116
5 APROPRIAÇÃO DO TEMPO DAS MULHERES PELO ESTADO NA REPRODUÇÃO SOCIAL: TENDÊNCIAS NA POLÍTICA DE SAÚDE.....	136
5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE, DA ATENÇÃO BÁSICA E PROMOÇÃO.....	137
5.1.1 Atenção básica em saúde: ações e serviços <i>de e para</i> mulheres	141
5.2 DAS MODALIDADES DE APROPRIAÇÃO DO TEMPO SOCIAL DAS MULHERES.....	149
5.3 O TEMPO E O TRABALHO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES: MEDIÇÃO ESSENCIAL PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	172
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	186

1 INTRODUÇÃO

Esta tese trata da apropriação do tempo e do trabalho não remunerado das mulheres pelo Estado capitalista e patriarcal, na particularidade das políticas sociais de saúde, a partir de um estudo de suas tendências na promoção e atenção básica em Recife, Pernambuco.

Nossa investigação partiu de uma imagem “corriqueira”: são as mulheres, cotidianamente, que realizam o trabalho de cuidados na esfera doméstica e constituem a maioria nos serviços de saúde de atenção básica, a quase totalidade das acompanhantes nos hospitais, e aquelas sobre quem pesa, inclusive por orientação dos serviços e das políticas sociais, orientações, encargos e atividades de “manutenção e cura” na esfera doméstica. Não se trata de uma questão inédita, mas que é objeto de uma importante produção teórica e de uma histórica denúncia do movimento feminista.

Na trilha destes estudos, buscamos desvelar as determinações conjunturais e estruturais que explicam a permanência do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado sobre um determinado grupo social, as mulheres, e a mediação deste trabalho não apenas na sustentação e reprodução da vida privada, na esfera familiar, mas no enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social, sustentando a ação do Estado.

As formas particulares de exploração do trabalho das mulheres e os “fios invisíveis” que ligam o trabalho não remunerado por elas realizado à acumulação capitalista nos inquietam desde nossas primeiras pesquisas, na graduação e no mestrado, no início dos anos 2000. Elas encontram novos caminhos ao tomarmos parte das inquietações que movem o coletivo feminista do qual somos parte, o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, que nos anos 1980 desenvolveu pesquisas pioneiras sobre a presença das mulheres nos serviços de saúde, apontando a ideologia patriarcal que norteava a organização dos serviços, na qual o tempo das mulheres era tratado como algo sem valor, assim como o sujeito que o realizava: mulheres dos setores mais pauperizados das classes subalternas.

O objetivo geral que nos colocamos neste trabalho foi o de identificar as determinações e os mecanismos de apropriação do tempo das mulheres na implementação de serviços de atenção básica e promoção da saúde na cidade de Recife, Pernambuco, identificando suas tendências prevaletentes. Como objetivos específicos, definimos:

- Identificar os traços gerais da dinâmica capitalista contemporânea e sua incidência e mediação na apropriação do tempo de trabalho das mulheres no âmbito da política de saúde;
- Configurar as tendências das políticas de saúde e, especialmente, da atenção básica e identificar nos serviços de atenção básica sob gestão municipal de Recife – PE, as iniciativas e ações que são implementadas pelas mulheres;
- Descrever os mecanismos reveladores da apropriação do tempo social das mulheres no acesso, atendimento, acompanhamento e prescrições de atendimentos e tratamentos de saúde).

O plano de exposição está estruturado em quatro capítulos: no primeiro, trata-se da construção da problemática de pesquisa, esboçando o tratamento dispensado ao objeto de estudo, assim como do percurso metodológico e das categorias centrais que nortearam a investigação e a busca das mediações necessárias à apreensão do nosso objeto em sua riqueza de determinações. Tratamos da perspectiva teórico-metodológica que nos ancora e que em nossa trajetória como pesquisadora vimos nos esforçando por desenvolver, em um processo de construção coletiva: uma perspectiva feminista materialista, emancipatória e com seu “*arraigo*” na América Latina. Nessa perspectiva, a produção do conhecimento está diretamente vinculada ao processo de crítica e transformação das relações sociais predominantes na ordem patriarcal, capitalista e racista, um sistema de exploração-dominação uno e indivisível.

No segundo capítulo tratamos das determinações estruturais e conjunturais da divisão social e sexual do trabalho para ancorar nossa discussão sobre a apropriação do tempo social das mulheres nas políticas de saúde, particularmente na atenção básica, em uma conjuntura de contrarreformas do Estado. No campo teórico-político a que nos filiamos, “tratar do trabalho é também tratar da acumulação e, portanto, das formas contemporâneas de exploração” (ABÍLIO, 2014, p. 18). A apreensão das determinações da organização do trabalho doméstico não remunerado, no contexto de crise e na particularidade da periferia do capitalismo, nos levou também a analisar as formas contemporâneas de *expropriação*, na dinâmica de acumulação do capital mundializada, financeirizada e baseada em amplos processos de desapossamento (HARVEY, 2005).

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre o debate histórico e contemporâneo em torno do trabalho doméstico não mercantil. Partimos da teoria feminista materialista e marxista, que se desenvolveu a partir dos anos 1970, ancorada nas categorias da crítica da

economia política marxiana, e na crítica desta crítica, assim como na elaboração de novos conceitos e categorias a partir da pesquisa sobre a situação social das mulheres e, em particular, das mulheres trabalhadoras. Desta ampla elaboração crítica, e de debates apaixonados no seio do marxismo e da esquerda (que não cessaram)¹, são construídos conceitos como o de relações sociais de sexo, divisão sexual do trabalho, uma elaboração própria sobre a categoria reprodução social e o próprio conceito de trabalho doméstico não remunerado: o “tempo perdido” na análise marxiana da exploração e da acumulação capitalista. Recuperamos o debate contemporâneo sobre “cuidados” e “economia dos cuidados” para apontar aquilo que identificamos como um aspecto problemático na ampla adesão deste conceito contemporaneamente: sua proximidade e distância com o conceito de trabalho doméstico e de divisão sexual e social do trabalho.

O quarto capítulo analisa as tendências das políticas de saúde no Brasil, sob as determinações estruturais e conjunturais do Estado capitalista patriarcal, e enfoca, em particular, os mecanismos de apropriação do tempo e do trabalho das mulheres que sustentam o desenho e a implementação das políticas de saúde na atenção básica. Para ancorar nossa análise, nos valem de dados empíricos produzidos por estudo sobre os tempos e dinâmicas das mulheres no cotidiano da reprodução social, em uma comunidade urbana da cidade do Recife, atingida no ano de 2016 pela tríplice epidemia de dengue, zika e chikungunya.

¹ Uma síntese genial destes embates está em uma das insígnias que o Movimento de Liberação das Mulheres (MLF) francês levou às ruas de Paris, em maio de 1968: “*“Prolétaires de tous les pays, qui lave vos chaussettes”?*” [*Proletários do mundo, quem lava vossas meias?*]. E em outra afirmação contundente sobre a organização das mulheres, que este movimento estampou num de seus primeiros manifestos incendiários: “*Le torchon brule*” [*O pano de prato está queimando*].

2 DO PROBLEMA REAL AO PROBLEMA TEÓRICO

“Más adelante, hay unas mujeres que nos dan comida”.

Diariamente, um trem atravessa a fronteira entre México e Estados Unidos da América. Carrega milhares de migrantes ilegais de vários países pobres da América Central, expulsos de seus países pelo desemprego e pela pobreza, e que migram em busca de trabalho precário, clandestino, nos Estados Unidos da América. Os acordos de integração e livre comércio² entre os dois países, que solaparam a economia mexicana, não se aplicam aos homens e mulheres de carne e osso. Frente aos deslocamentos humanos, prevalece o nacionalismo e a xenofobia³. Erguem-se muros. Esta é uma das mais exemplares contradições engendradas pela mundialização neoliberal: um mundo sem limites para o trânsito de capitais e com cada vez mais fronteiras aos seres humanos, impostas pelas leis e pela violência⁴.

Esta legião de migrantes despossuídos é uma legião de famintos. A viagem clandestina atravessa o município de Vera Cruz, na rota entre México e Estados Unidos. Em 1995, um grupo de mulheres, que regressava a suas casas, deparou-se com homens que, agarrados ao trem, lhes pediam comida em desespero. O trem se chama, dantescamente, *La Bestia*. Ou, ainda, Trem da Morte. Estes homens e mulheres são chamados popularmente de “moscas”, porque viajam atados ao trem como moscas a um bolo.

Desde então, este grupo de mulheres passou a preparar refeições e lançá-las, dia após dia, no horário e ritmo marcado pela passagem do trem, aos migrantes que viajam em *La Bestia*. Para isso, desenvolveram um método: elas organizam os alimentos preparados em sacolas plásticas e as lançam aos homens e mulheres no trem em alta velocidade. Os corpos projetados para fora dos vagões agarram as sacolas com comida de suas mãos. Em um intervalo de não mais de 15 minutos, essas mulheres lançam 300 refeições ao veículo. Todos os dias. Esta cena impressionante está retratada em um breve documentário realizado sobre a organização Las Patronas, que nos últimos anos ganhou reconhecimento internacional pelo apoio aos/às migrantes.

² Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), assinado em 1992 por Estados Unidos, Canadá e México e vigente desde 01 de janeiro de 1994. Cf. ROSALES, Cláudia Rivera. Dossiê Declínio de Hegemonia dos EUA: México e os 20 anos do NAFTA. Disponível em: <<http://esquerdasocialista.com.br/dossie-declinio-da-hegemonia-dos-eua-mexico-e-os-20-anos-do-nafta/>>. Acesso em: 14/04/2017.

³ O protecionismo e a política anti-imigração foram os carros-chefes da campanha à Presidência da República dos Estados Unidos da América de Donald Trump, eleito em outubro de 2016.

⁴ Cf. MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Capítulo XXIV. A assim chamada acumulação primitiva. São Paulo: Boitempo, 2013.

Por que evocar esta imagem, aparentemente tão distante, como ponto de partida desta tese? Porque ela nos parece reveladora do problema de pesquisa que dá origem a este trabalho: a apropriação do tempo das mulheres como uma mediação dos fenômenos de expropriação e superexploração gerados pela mundialização neoliberal.

No Recife, Nordeste do Brasil, mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, realizam diariamente atividades de cuidado de pessoas enfermas ou em recuperação, crianças, adultos e idosos, nos serviços de saúde e nos domicílios. Desempenham, ainda, uma série de atividades voltadas para evitar adoecimentos provocados pelos problemas ambientais e pela precariedade das condições de moradia, tratando elas mesmas de limpar esgotos e canaletas, coletar e descartar lixo doméstico e, em algumas situações, efetuar a limpeza do entorno de suas residências. Desde muito cedo e durante várias horas do seu dia, de acordo com a condição de serviço público de que dispõem, elas se movimentam em busca de atendimento frente a problemas de saúde. “O tempo de espera”, “o tempo da demora”, é em geral uma experiência das mulheres. Esperas que se estendem por horas ao longo do dia, por dias ao longo das semanas e até mesmo por meses, a depender da demanda em saúde que apresentam. As sujeitas que entrevistamos durante a observação no cotidiano dos serviços de saúde referem-se com frequência ao “tempo perdido”, “às viagens perdidas”, na busca por atendimento. O tempo desperdiçado da vida das mulheres é, entretanto, tratado como parte “natural” da reprodução do seu cotidiano.

Que se faz deste tempo? Do tempo das mulheres? Qual o significado sócio histórico deste tempo no âmbito das relações sociais que se produzem e reproduzem na sociedade regida pela ordem do capital, marcada por uma rígida divisão social e sexual do trabalho? Não sendo um tempo de trabalho produtivo, gerador de mais-valia, qual uso a sociedade e o Estado fazem do tempo social das mulheres?

O tempo social improdutivo deste grupo social é, de alguma maneira, visto como disponível, como uma fonte inesgotável, um “recurso natural”. A forma como este tempo é tratado seja na socialidade, seja no cotidiano assistencial dos serviços de saúde revela, por sua vez, uma profunda invisibilização social não apenas deste tempo, mas do sujeito que o desprende: as mulheres pauperizadas da classe trabalhadora. Esta não me parece ser uma questão trivial, embora, no “claro-escuro” (KOSIK, 1976) do cotidiano, seja tão naturalizada.

São mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora aquelas que carregam o ônus da precariedade dos serviços públicos no Estado neoliberal e mobilizam mecanismos formais e informais de enfrentamento da desigualdade que estão na base das expressões da questão social. Essa imagem, que poderia ser tomada pelo pensamento

conservador como expressão de uma “natureza” feminina orientada para o cuidado, evoca um dado material concreto. O tempo, energia e saberes de um determinado grupo social - as mulheres - de uma determinada classe social - a classe trabalhadora - ancora as expressões mais dramáticas da exploração e do desapossamento produzidos pelo capitalismo hoje.

O trabalho doméstico e de cuidados⁵ realizado, majoritariamente, pelas mulheres, se coloca contemporaneamente no coração da divisão internacional do trabalho, que segue subordinando países de economia periférica àqueles de economia “desenvolvida”. A força de trabalho que migra para as cadeias de superexploração na América do Norte, expulsas⁶ de seus países de origem é alimentada pelo emprego deste tempo. Ademais, grande parte da força de trabalho feminina migrante se incorpora em atividades remuneradas relacionadas ao trabalho doméstico e aos cuidados.

A pesquisa que empreendemos nesta tese, no esteio de estudos anteriores (DUQUE-ARRAZOLA, 2004), problematiza que a apropriação sistemática do tempo deste grupo social é, a um só tempo, um elemento de sobrevivência (reprodução) das relações sociais de sexo, de classe e de “raça” e uma mediação estruturante da ação do Estado nas sociedades periféricas. A reprodução social, entendida como reprodução da força de trabalho e sustentação do cotidiano, é largamente ancorada no trabalho não remunerado das mulheres na esfera doméstica, por meio de atividades que são incorporadas e estendidas aos serviços de saúde que chegam, inclusive, a ser organizados com base nesta mesma lógica, no que diz respeito à atenção básica.

As mulheres não aportam pela mera retração do Estado; elas são, por via dos cuidados e “encargo físico dos membros do grupo” (GUILLAUMIN, 2014) a mediação entre ação do Estado e sujeitos a quem se destinam: crianças, idosos, outros membros do grupo familiar e, ainda, à comunidade de uma forma geral.

⁵ O trabalho doméstico e de cuidados engloba um conjunto de atividades voltado para a reprodução diária das pessoas e a provisão de suas necessidades físicas, materiais e emocionais, as quais se particularizam ao longo do ciclo de vida e das contingências inerentes à condição humana. É um trabalho que não só produz bens de consumo necessários à sustentação imediata das pessoas (alimentação), a manutenção dos espaços de moradia, como provê cuidado e propicia as primeiras aprendizagens necessárias ao processo de humanização e socialização, como a fala, a coordenação motora etc. Atua, portanto, na transformação de seres humanos em seres sociais (BERTAUX, 1977). Pela mediação da divisão sexual do trabalho, estas atividades são majoritariamente atribuídas às mulheres. Este trabalho assegura a reprodução social compreendida com a “produção social dos seres humanos”. O cuidado, por sua vez, “é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros” (Colóquio Teorias e Práticas do Cuidado, Paris, 2013 apud KERGOAT, 2016).

⁶ Segundo Saskia Sassen (2016), os crescentes fluxos de deslocamento humano entre regiões do planeta não são migrações espontâneas, mas um sistemático e arquitetado processo de expulsão gerado e necessário à reprodução da economia global produtora de desigualdades. A migração é uma das formas de expulsão que regem o cotidiano da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo, globalizado e financeirizado.

Estes encargos não apenas se agravam com o desmonte das políticas sociais sob o Estado liberal, com seus corolários: privatização, focalização e precarização das políticas sociais; eles são o pressuposto deste desmonte: sempre e quando se pode recorrer ao tempo social improdutivo “disponível” das mulheres das classes populares. A ação do Estado, nas economias periféricas, se erige considerando a disponibilidade deste tempo e deste trabalho. Esta estratégia não é um apanágio neoliberal: o neoliberalismo atualiza uma relação constituinte do Estado capitalista como um Estado patriarcal. É, com efeito, um apanágio do Estado monopolista no capitalismo periférico, e de suas políticas sociais, nos quais “a exceção é o condômino da expansão capitalista”, no qual velho e arcaico se combinam para produzir uma forma própria de sociedade: o ornitorrinco (OLIVEIRA, 2013).

É o que encontramos no cotidiano da atenção em saúde. O processo de universalização da política de saúde no Brasil e, especialmente, do acesso à atenção básica, em que pese seus limites e contradições, esteve ancorado em estratégias de participação da família e engajamento das comunidades em iniciativas de promoção e saúde preventiva. O Programa Saúde da Família (PSF) é a estratégia em torno da qual se organiza a política de atenção básica. Diversos estudos foram produzidos sobre as contradições inerentes a este processo, a exemplo da dualidade público-privado no interior do Sistema Único de Saúde (SUS), da tensão entre universalização e focalização, entre desfamiliarização e familiarização da atenção (SOARES, 2010) no bojo da humanização da saúde.

Uma dimensão, entretanto, permaneceu em grande medida invisibilizada no debate sobre os descaminhos das políticas sociais de saúde sob a égide do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo: a permanência de grande parte dos encargos sobre as famílias e, no interior desta esfera, sobre as mulheres, determinação da divisão sexual do trabalho que estrutura as relações sociais de sexo.

A questão que nos colocamos neste trabalho é que uma mediação fundamental na implementação das políticas de saúde, frequentemente desconsiderada nas análises críticas levadas a termo no Brasil, é a permanente apropriação do tempo das mulheres na realização de tarefas de cuidado dadas pela orientação das políticas sociais sob a hegemonia neoliberal e não superadas nos governos de orientação “social-liberal” (CASTELO, 2013).

A orientação familista e maternalista dos serviços, antes de uma orientação ideológica, um reforço a papéis sociais naturalizadas, repousa em um interesse material concreto: a apropriação do tempo social e das práticas constituintes da reprodução privada em mecanismo de ação do Estado. O que subjaz ao discurso da humanização e da participação familiar é um fato material concreto: a apropriação do tempo, dos saberes e das práticas de cuidado

familiares das mulheres como modelo de atenção; sob o discurso da humanização e do “cuidado familiar em saúde”, se institui e naturaliza o precário.

A observação cotidiana mostra que, em todos os níveis de atenção à saúde, são as mulheres as principais usuárias dos serviços, seja em busca de atenção para si ou no cuidado de familiares. As normativas e orientações de serviços mantêm este direcionamento e reivindicam esta presença. A organização do serviço é atravessada pela divisão sexual do trabalho e por uma orientação materno-infantil naturalizada. Na particularidade brasileira, diferentes programas de saúde têm mantido uma orientação que privilegia a participação das famílias no enfrentamento de problemáticas de saúde. O cuidado realizado pelas mulheres, no âmbito de suas famílias, sustenta, desta maneira, a implementação de políticas sociais de saúde no país.

A organização dos serviços públicos está, em geral, orientada para um grupo social, as mulheres, a quem se dirigem prescrições e encargos de cuidado com saúde, educação e outras tarefas para os membros das unidades familiares. As expressões desse processo e suas implicações se expressam no cotidiano: por todas as partes, as mulheres trabalham na sustentação da vida cotidiana, no interior das famílias; e são aquelas que se deslocam, desde muito cedo, para serviços de saúde, levando crianças ou outros/as enfermos/as, assim como são as principais acompanhantes nos hospitais; são também aquelas que compõem majoritariamente as filas de matrícula de filhos e filhas nos serviços educacionais; e, são, ainda, as principais usuárias dos serviços de Assistência Social.

Essas imagens cotidianas são expressões objetivas, no plano da vida singular, de um processo universal e estruturante das relações sociais de sexo e de classe, na sociedade patriarcal e capitalista, reproduzidas pela mediação do Estado: a divisão sexual do trabalho⁷ e a atribuição prioritária às mulheres do trabalho destinado à reprodução e sustentação da vida humana. A precarização das políticas sociais impacta, sobremaneira, as mulheres, ampliando o tempo despendido na busca por atendimento nos serviços e em outras tarefas inerentes à manutenção do cotidiano das famílias.

Esta questão não é inédita e tem sido apontada em estudos nos países de capitalismo dependente como nas chamadas economias desenvolvidas e que atravessam um processo

⁷ Para a perspectiva materialista, a divisão do trabalho entre os sexos está na origem e na sustentação da desigualdade entre homens e mulheres; é sobre esta divisão que se fundam a exploração, a dominação e o antagonismo nas relações sociais entre os sexos. Para Hirata e Kergoat, “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

desmoronamento dos serviços universais de apoio à reprodução social com a consequente externalização deste trabalho para serviços contratados (HIRATA, 2016; KERGOAT, 2016).

Esta tese situa-se no debate teórico e político sobre reprodução social, trabalho doméstico não mercantil e cuidados. Um debate em ampla profusão na atualidade: as determinações e tendências que este assume são analisadas e estão expostas no segundo capítulo deste trabalho.

Esta incursão recupera a teorização acumulada no âmbito dos estudos feministas, notadamente nos do campo marxista e materialista, no qual me situo, e é ancorada pelos dados empíricos coletados em estudo realizado pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia na localidade de Jardim Monte Verde, na periferia do Recife, no ano de 2016, sobre “*Os impactos das epidemias de arboviroses sobre os direitos das mulheres*”, e de observação e entrevistas complementares realizadas nos primeiros meses de 2017. Incorpora, ainda, a observação cotidiana dos “ritmos” do cuidado com a saúde na vida cotidiana, especialmente no momento de elaboração desta tese: a “aldeia” de cuidado entre mulheres que acompanharam os últimos meses de vida de uma avó em condição de dependência; a vigília entre mulheres nos seus momentos derradeiros; a disponibilidade de atenção permanente, sem jornada definida, de mulheres da minha geração que hoje passam a cuidar de pais e mães, a pressão social gerada em torno desta responsabilização e, em alguns casos, a mudança nas trajetórias profissionais em função destas demandas; a observação dos esforços repetitivos e da disponibilidade emocional envolvidos no cuidado marcado pelas intermitências da memória.

Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada no contexto de ápice da crise sanitária deflagrada com as epidemias de *zika*, dengue e *chikungunya*. As mulheres foram, neste contexto, convocadas a agir: efetuando a limpeza de quaisquer possíveis fontes de água acumulada e passíveis de reprodução do mosquito *aedes aegypti*, vetor da doença. A orientação para os cuidados individuais mascarou, por seu turno, as causas estruturantes da proliferação das epidemias: a degradação e precariedade da vida material nos contextos de periferia urbana.

A observação do cotidiano das mulheres nos colocou o desafio da apreensão dos tempos deste trabalho. Os “ritmos extensivos, intensivos e intermitentes” (ÁVILA, 2009) que regem o trabalho doméstico e de cuidados escapam às formas predominantes de mensuração do tempo nas pesquisas sociais. Para o grupo social que, ainda hoje, é majoritariamente responsável por estes encargos, cujo tempo cotidiano é marcado pela tensão – objetiva e

subjetiva – entre os tempos do trabalho na produção e na reprodução social - nós, mulheres - está é, sem dúvida, uma questão pessoal e política de central relevância.

As formas que estes encargos assumem se transmutam, para permanecer, uma vez que perdura o mecanismo que o sustenta: a divisão sexual do trabalho, que estabelece a atribuição majoritária do trabalho doméstico não mercantil às mulheres.

Hirata e Kergoat (2007) sintetizam um dos grandes desafios teóricos e políticos para as pesquisas sobre divisão sexual do trabalho. Segundo as autoras, “[...] sempre que se tenta fazer um balanço da divisão sexual do trabalho em nossas sociedades, se chega à mesma constatação em forma de paradoxo: nessa matéria, tudo muda, mas nada muda” (HIRATA; KERGOAT, 2007). O desafio seria, portanto, desvelar as determinações e contradições subjacentes ao aparente paradoxo, isto é, os movimentos que se processam na realidade que explicam a permanência e a plasticidade da divisão sexual do trabalho. Assumimos aqui que para a apreensão dessa contradição é necessário considerar a mediação do Estado, assim como das ideologias que ressignificam as expressões desta construção secular, reproduzidas pela mídia, pela Igreja e pelos próprios agentes estatais, ora com sentido tradicional, ora com sentido moderno. “Sem as mulheres, não teria sido possível superar a pobreza no Brasil”, disse a primeira Presidenta da República do Brasil⁸, afirmação que condensa a síntese das determinações materiais e ideológicas que sustentam a ação estatal.

É no Estado, compreendido como expressão de relação de forças, mecanismo de coerção e consenso (GRAMSCI, 2001), sob as determinações do desenvolvimento capitalista e de sua reprodução imbricada às relações de dominação-exploração patriarcal, que se pode encontrar uma mediação fundamental para explicar o “mistério” da sobrevivência da divisão sexual do trabalho e, notadamente, da permanência do trabalho doméstico como um encargo das mulheres. E, numa unidade contraditória, encontrar na permanência desta divisão sexual do trabalho uma dimensão constitutiva do Estado liberal.

As mulheres mais pauperizadas da classe trabalhadora, em situação de trabalho precário de baixa remuneração, que no cotidiano assumem os encargos com o “trabalho doméstico da saúde” (CRESSON, 2006), constituem a outra face, contraditória, das mulheres no mundo do trabalho e na vida social. De um lado, verifica-se nas últimas décadas uma ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado, no contexto de ascensão da hegemonia neoliberal e de avanço das mais variadas formas de precarização do trabalho. De outro, verifica-se a permanência do trabalho doméstico não mercantil, dos

⁸ “Brasil Carinhoso”, foi o nome dado ao programa de apoio infantil criado em seu Governo, e “Rede Cegonha”, à política de saúde reprodutiva de seu primeiro mandato (2011-2013).

encargos com cuidados no âmbito privado e no âmbito público, nas famílias e nos serviços públicos, como atribuição majoritária das mulheres, especialmente dos extratos mais pauperizados da classe trabalhadora. A ausência do Estado na provisão de serviços públicos de apoio à reprodução biopsicossocial reitera a resolução da tensão entre trabalho profissional e não remunerado entre mulheres, de maneira mercantil e gratuita.

O interesse pela questão do trabalho e, em particular, pelo trabalho das mulheres, acompanhou nossa trajetória de estudo desde a graduação, no final dos anos 1990, vindo a aprofundar-se na vida profissional, especialmente quando passei a integrar o coletivo do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, e na experiência militante na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Permanece vivo nosso interesse pelas expressões da exploração o trabalho das mulheres no sistema patriarcal, capitalista e racista, e na particularidade da realidade brasileira.

Em 2011, nos somamos a um grupo de militantes da AMB que, a partir de uma série de debates coletivos, produziu um balanço das políticas públicas para a igualdade no Governo Lula. Nesse período e por força desta tarefa, ademais do fato de estarmos engajada em um Fórum de Movimentos de Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS), passamos a nos deter sobre as políticas sociais focalizadas familistas⁹ (MIOTO, 2008), apoiadas no trabalho doméstico não remunerado das mulheres e na apropriação dos “tempos sociais femininos” na reprodução (DUQUE-ARRAZOLA, 2004), que ganharam força no período neoliberal como diretriz para diferentes políticas sociais.

Tal orientação não foi superada com o advento dos “governos progressistas” em vários países da América Latina e aprofunda-se com seu ocaso. O debate ganhou força, no âmbito do movimento feminista, sobretudo com a centralidade que os programas de enfrentamento à pobreza baseados nas transferências monetárias, com titularidade conferida às mulheres, ganharam em todo o continente latino-americano (MOTA, AMARAL; PERUZZO, 2010) – e com face própria, no Brasil, no Governo Lula da Silva, mantendo-se no Governo Dilma Rousseff.

A mesma tendência pode ser observada nos programas de saúde, em todos os seus níveis de atenção, o que evidencia uma continuidade com as políticas implementadas durante a hegemonia neoliberal, a exemplo do Programa Saúde da Família, alçado, no primeiro governo Lula, à condição de estratégia fundamental para a atenção básica em saúde.

⁹ A noção de “familismo” é utilizada para definir uma diretriz que organiza os sistemas de proteção social, “em que a política pública considera – na verdade insiste – em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 5 apud MIOTO, 2008, p; 136).

Consideramos que apesar de variados estudos terem se debruçado sobre a questão da participação das mulheres nas políticas sociais, especialmente nos últimos anos e enfocando as políticas de combate à pobreza baseadas nas transferências de renda condicionadas, ainda é necessário avançar em análises que, em uma perspectiva de totalidade, possa abordar tal problemática a partir dos determinantes históricos, sociais e econômicos que estruturam a ação do Estado capitalista e patriarcal e que tem na apropriação do tempo das mulheres uma mediação fundamental para a implementação de políticas sociais, em particular no caso das políticas de saúde.

Debruçar-se sobre o tempo destinado por um grupo social, as mulheres, para atender a demandas que advém da orientação das políticas sociais do Estado capitalista periférico nos parece um requisito irredutível para apreender a permanência das desigualdades enfrentadas pelas mulheres nas relações sociais e, notadamente, no mundo do trabalho, no contexto de crise e ofensiva feroz do capital.

No cotidiano da reprodução social, em uma comunidade urbana da cidade do Recife, mulheres da classe trabalhadora realizam, dia após dia, em um tempo “extensivo” e por um *continuum* que une encargos em casa, na rua e nos serviços de saúde, diferentes atividades de cuidado com a saúde de familiares e com a manutenção biopsicossocial de crianças, idosos e adultos(as). No cotidiano da organização dos serviços, o tempo das mulheres é visto como uma fonte inesgotável de que o Estado pode dispor. O tempo da espera, as sucessivas idas e vindas em busca de atendimento, as prescrições e normativas, são expressão da banalização deste tempo. São os tempos, saberes e energia corporal deste grupo social, as mulheres inseridas em ocupações de intensa precariedade, em geral em domicílio, desempregadas ou aposentadas, que sustentam a reprodução social cotidiana, familiar e coletiva; o tempo da vida individual é apropriado pelas demandas da vida coletiva.

A análise das dinâmicas cotidianas de reprodução social aponta para um *continuum* entre encargos assumidos pelas mulheres e ação do Estado; ao tempo apropriado nas relações sociais de sexo através dos diferentes encargos com a reprodução biopsicossocial na vida prosaica e corriqueira na esfera familiar - tempos, saberes, atividades e rotinas – se somam os encargos com a reprodução social coletiva, gerados pela ausência ou mesmo pela orientação do Estado: em atividades como a limpeza urbana e o cuidado das fontes de água. Há, assim, uma dupla apropriação, no interior das famílias e pela ação do próprio Estado. Mas dela emergem, também, contradições, antagonismos e resistências.

Identifica-se, também, um *continuum* dos cuidados entre mulheres de diferentes gerações determinadas pela condição contraditória das mulheres no mundo do trabalho: sua

inserção no trabalho remunerado precário e a permanência dos encargos com o trabalho doméstico não remunerado. No contexto brasileiro, as tensões geradas pelas exigências da inserção das mulheres no trabalho remunerado, são enfrentadas por novas formas de repartição deste trabalho entre mulheres, pela inserção precária no trabalho remunerado e, ainda, pela via do mercado de serviços a baixo custo majoritariamente realizados por mulheres (diaristas, serviços remunerados a baixo custo, “creches” populares).

A precarização do trabalho e a erosão das condições de reprodução da vida material acarretadas pela mundialização neoliberal e seus processos de desapossamento, agudizam a contradição vivenciada pelas mulheres entre tempo dos encargos com afazeres domésticos e cuidados, tempo do trabalho remunerado e tempo corrente da vida. A apropriação do tempo das mulheres não é um epifenômeno da implementação das políticas de saúde e outras políticas sociais; é, antes, uma mediação constitutiva das políticas sociais no capitalismo, acentuadas no período de hegemonia neoliberal e acirradas no contexto de crise e restauração do capital, como o vivenciado no Brasil hoje.

Este tempo, esta força de trabalho não remunerada, é a “mão invisível” do Estado nas “economias de dependência imperfeita” (OLIVEIRA, 1984).

2.1 UMA PERSPECTIVA CRÍTICA, FEMINISTA E MATERIALISTA DAS RELAÇÕES SOCIAIS

É nas dinâmicas e antagonismos sociais, no movimento do real, que as problemáticas de estudo emergem. É o caso do trabalho doméstico realizado pelas mulheres e, mais amplamente, das mulheres como sujeito do trabalho (ÁVILA, 2009).

Os estudos feministas renitentemente insistiram em que “trabalhadora não é o feminino de trabalhador” (KERGOAT, 2009): as experiências de homens e mulheres no trabalho são diversas e desiguais (ABÍLIO, 2014). A teoria feminista não apenas revelou, e segue revelando, as diferentes expressões desta desigualdade no interior da classe trabalhadora, mas aporta para uma revisão da própria teoria do valor e das relações de exploração no sistema capitalista, patriarcal e racista que conformam a atual ordem societária, lançando luzes sobre a articulação entre produção e reprodução social (SAFFIOTI, 2004).

A constituição das mulheres como uma categoria social e histórica interpelou a concepção de classe ao apontar desigualdades conformadas no seu interior pela mediação de outras relações sociais de opressão, dominação e apropriação. A afirmação de que “a classe

trabalhadora tem dois sexos” (SOUZA-LOBO, 2011), foi o resultado de uma batalha no interior das próprias lutas socialistas e da teoria crítica e emancipatória desenvolvida em estreita vinculação com estas lutas. Batalha que está longe de ser vencida¹⁰.

O trabalho doméstico e de cuidados é hoje uma problemática com grande visibilidade teórica e política. Esta relevância é, de um lado, resultado de mais de quatro décadas de produção teórica no campo dos estudos feministas que, por diferentes sendas e em que pese notória invisibilidade ou desvalorização mesmo no âmbito da teoria crítica, insistiram sobre o valor social deste trabalho e sobre a sua imprescindibilidade para a sobrevivência das relações sociais de sexo, isto é, para a opressão-exploração-dominação das mulheres, e para a acumulação capitalista. Na particularidade da formação social e econômica brasileira, a organização social deste trabalho está conformada, histórica e atualmente, pelo peso da divisão racial que marca as relações de exploração no país e sua formação socioeconômica e cultural.

O segundo fator que explica esta relevância teórica tem a ver com a mediação da política, isto é, com as lutas das mulheres, especialmente frente ao Estado, por serviços públicos para apoiar e socializar este trabalho. Referimo-nos à histórica luta por creches

¹⁰ Esta não é, entretanto, uma batalha ganha no âmbito dos estudos marxista e da política na Esquerda. Damos, aqui, o exemplo de Ellen Wood, notável teórica marxista. Na sua obra mais conhecida no país, *Democracia contra Capitalismo* (2003), insiste em que “o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica” e, ainda, em que embora “seja capaz de tirar vantagens do racismo e do sexismo, o capital não tem a tendência estrutural para a desigualdade racial e relações de gênero” (WOOD, 2003, p. 229). O que a análise contemporânea realizada por estudiosas feministas na sociologia do trabalho (HIRATA, 2002; 2016; SAFFIOTI, 2013; NOGUEIRA, 2011) e para além dela (LINHARDT, 2005; ANTUNES, 2005; BRAGA, 2012; ABÍLIO, 2014; HARVEY, 2005) demonstra é que o capital se utiliza assim como produz diferenciações para fins de expandir a exploração no mercado de trabalho; e, ainda, se consideramos a “articulação entre produção e reprodução social”, encontramos que o capital subordinou o trabalho doméstico, e as mulheres como suas realizadoras majoritárias, às necessidades das relações de produção. A “dona de casa”, “a trabalhadora domesticada e não remunerada”, é uma invenção do capitalismo (MIES, 1986); assim como a produção das “raças” no sentido moderno, e o processo de escravização de populações africanas para o trabalho nas colônias, é produto das necessidades estruturais de avanço do capital além-mar e um dos métodos da acumulação primitiva (MARX, 2013; LUXEMBURGO, s.d.). Decorrencia desta visão é a vulgata de que “as mulheres dividem a classe”, devendo, portanto, calar sobre sua condição em nome da “união operária”. Todo o desenvolvimento teórico feminista legado nas últimas décadas comprova o quanto esse silêncio teria sido empobrecedor para as lutas emancipatórias e para o próprio marxismo. É graças a esta insurreição no interior da própria classe que hoje a teoria marxista dispõe de conceitos fundamentais para apreender a dinâmica da acumulação e da exploração capitalistas. Assim afirma Moraes, “se Marx nos dá o modelo abstrato do desenvolvimento capitalista, na dura realidade prática, o capital tira lucro como pode e quando pode. Se os capitalistas puderem pagar menores salários para mulheres e negros, aproveitando-se do sexismo e do racismo, porque deixariam de fazê-lo? Se puderem diminuir os custos de reprodução da força de trabalho, aproveitando-se da dupla jornada das mulheres, por que investiriam em creches e equipamentos coletivos que minorem os trabalhos domésticos? De fato, as mulheres constituem hoje parcela importante da força de trabalho explorada pelo capitalismo, que se aproveita do sexismo para aumentar a extração da mais-valia” (MORAES, 2003, p. 99). Para a crítica de Wood (2003), Cf. GONÇALVES, R. O pioneirismo de A Mulher na Sociedade de Classes. Prefácio. In. SAFFIOTI, H. A Mulher na Sociedade de Classes. São Paulo: Boitempo, 2013, e MORAES, M. L. Q. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. In: Revista Margem Esquerda, n. 2. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 95-111.

públicas, que no Brasil remonta aos anos 1980 e segue até os dias atuais; às lutas por reconhecimento do trabalho das donas de casa para fins de proteção social e acesso à previdência (nos anos 1970, em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, organizou-se um movimento em defesa do salário para as donas de casa) e as lutas das trabalhadoras domésticas, em todo o mundo, pela mudança nas legislações nacionais e o asseguramento de direitos que impusessem limites à superexploração deste trabalho.

Nesse sentido, a formulação de questões “não está dissociada da irrupção social que acontece a partir da prática política dos movimentos sociais que rompem com as evidências justificadoras da ordem social vigente” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 157).

A constituição do sujeito político feminista fez-se e segue a fazer-se pela elaboração de conceitos e categorias que explicitem a opressão-exploração das mulheres (DELPHY, 2015). Diferentes vertentes conformam hoje o campo de estudos da teoria feminista, todas em permanente desenvolvimento e conflitantes entre si.

A perspectiva crítica na qual nos ancoramos deita suas raízes na teoria crítica feminista e materialista, que se alimenta das elaborações do feminismo materialista francófono¹¹ e de outras teóricas que, não se reivindicando materialistas, partilham da premissa de que a opressão-dominação das mulheres tem bases materiais, concretas e históricas e está imbricada com a exploração-dominação capitalista e racista¹² (MIES, 1986; FEDERICI, 2004; SAFFIOTI, 2004). Fundamenta-se, ainda, na elaboração teórica realizada como parte da práxis feminista do coletivo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.

Essa perspectiva é também situada *desde as margens*: no Brasil, um país latino-americano, e na região Nordeste, o que impõe o desafio epistemológico de historicizar e particularizar as expressões da exploração-dominação das mulheres. E desde sua margem esquerda. Nos vinculamos, assim, a um campo que compreende a produção do conhecimento

¹¹ O que se chama feminismo materialista francófono é uma vertente do pensamento feminista desenvolvido na França, nos anos 1970 e em profunda articulação com o movimento de liberação das mulheres francês (MLF). Este pensamento se desenvolveu a partir de um núcleo de autoras que incluem, entre outras, Colette Capitain, Christine Delphy, Colette Guillaumin, Emmanuelle de Lesseps, Nicole-Claude Mathieu, Paola Tabet e Monique Wittig.

¹² Com a hegemonia das teorias pós-modernas na contemporaneidade, ganham força teorias segundo as quais a condição desigual das mulheres está associada a fatores ideoculturais e à esfera simbólica. Esta perspectiva é difundida sobretudo por meio dos chamados estudos culturalistas e identitários desenvolvidos nos Estados Unidos, nos anos 1990, e amplamente disseminados no âmbito acadêmico, com forte influência no Brasil. Conforme afirma Pfefferkorn (2012, p. 71), a influência destes estudos levou numerosas teóricas a se deterem sobre os “aspectos simbólicos da opressão das mulheres e às representações mais que aos aspectos materiais”. A corrente feminista materialista navega na contracorrente das perspectivas idealistas pós-modernas.

como o resultado de uma elaboração individual ancorada em uma construção coletiva que, por sua vez, é parte da práxis feminista emancipatória.

Uma primeira demarque importante da nossa perspectiva de análise, ancorada na tradição marxista e nas teorias feministas materialistas, diz respeito à utilização da categoria relações sociais de sexo para tratar das desigualdades entre homens e mulheres nas sociedades, identificar seus fundamentos históricos e mecanismos de reprodução.

Buscamos apreender o nosso objeto de estudo à luz das determinações sociais inscritas nas relações sociais de classe, sexo e raça, que compreendemos como relações sociais estruturais de exploração, dominação e apropriação, que organizam a realidade social. Na esteira da sociologia desenvolvida com sua ancoragem no marxismo, notadamente nas elaborações francófonas (BIRH, 2012; PFEFFERKORN, 2012; KERGOAT, 2012) compreendemos as relações sociais [*rapport sociaux*] como a oposição e antagonismo estrutural entre dois grupos sociais, organizados em torno de uma questão, um “*enjeux*”¹³. São estas relações que forjam a existência dos grupos sociais, sejam eles as classes sociais, os sexos, as “raças”. Bihr (2012) assim o postula na sua análise das relações sociais de classe:

Primeiro, a prevalência das relações sociais de classe sobre as classes sociais elas mesmas. Marx mostrou que as classes sociais não existem fora das relações que as ligam de múltiplas maneiras. Elas estão dentro e é através destas relações que elas se constituem, são estas relações que lhes dão à luz e determinam os recursos tanto estruturais como conjunturais: são as *relações de classe* que constituem as *classes sociais*. O que uma classe é, o que ela faz ou é levada a fazer, depende primária e essencialmente de sua relação com as outras classes. [...] As classes sociais são, em última análise, os produtos dessas relações, elas são apenas a personificação destas relações subjetivas (sob a forma subjetiva, se exprimem em estratégias, intenções, representações, consciência, tanto no nível individual como no nível coletivo) (BIHR, 2012, p. 23, tradução nossa, grifos do autor).

As relações sociais de classe, por sua vez, deitam suas raízes nas relações sociais de produção no capitalismo. Nesse sentido, e precisamente por isso, “as relações de classe são principalmente, mas não exclusivamente, relações de exploração, dominação e alienação” (BIRH, 2012, p. 21, tradução nossa), assim como são, forçosamente, relações de conflito e luta.

A principal afirmação do feminismo materialista é a de que as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social (DEVREUX, 2011) no sentido marxista desta acepção: uma relação estrutural, marcada por uma contradição e antagonismo entre grupos sociais em torno de uma problemática [*enjeux*]. Utilizamos a categoria relações sociais de

¹³ Em francês, o que está em causa, em jogo, em questão (no mesmo sentido expresso em “questão social”).

sexo para referir-se a estas relações de exploração-dominação e de apropriação (GUILLAUMIN, 2014) das mulheres pelos homens, como grupos sociais. As relações sociais de sexo, como relação entre grupos sociais, não são redutíveis à dimensão das relações intersubjetivas.

Compreendemos, como Kergoat (1986), que o raciocínio em termos de relações sociais é repleto de desafios, tendo em vista o caráter abstrato do conceito e, ainda, o uso intercambiável e corrente de relações sociais para referir-se às relações interindividuais (que são uma mediação, mas não as relações sociais elas mesmas). Com efeito, no plano das relações entre indivíduos, que corresponde ao plano das práticas sociais, as relações de dominação-exploração-apropriação ganham forma: a violência doméstica dos homens contra as mulheres, os preconceitos sobre a vivência da sexualidade feminina sob diferentes formas, materiais e simbólicas de controle, a sobrecarga com o trabalho doméstico não remunerado e a própria “afetividade” e a carga “moral” envolvida na realização deste trabalho que tornam, em muitas situações, tão difícil que as mulheres se rebelem contra ele. A partir da investigação dessas expressões cotidianas, podemos apreender as mediações que sustentam as relações sociais entre homens e mulheres não mais como indivíduos, mas como grupos sociais, e que se reproduzem, também, quando os sujeitos da dominação não estão individualmente presentes (SAFFIOTI, 2004), por exemplo, por meio das instituições.

Ademais, partimos da perspectiva materialista que compreende que esta relação social¹⁴ estrutural, marcada por exploração-dominação-apropriação e antagonismo, tem como fundamento um *fato material*: a divisão sexual do trabalho (FALQUET, 2013; GUILLAUMIN, 2014; KERGOAT, 2012). Conforme afirma Cisne, uma dimensão relevante no conceito de *rapports sociaux de sexe* “é que o mesmo surge [...] diretamente vinculado e em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria muito cara para os estudos feministas marxistas” (CISNE, 2013, p. 44).

Para a perspectiva materialista, a divisão do trabalho entre os sexos está na origem e na sustentação das desigualdades entre homens e mulheres; é sobre esta divisão que se

¹⁴ A teoria feminista materialista francófona guardou a coerente e necessária distinção entre relações sociais estruturais e relações interpessoais. Essa distinção é facilitada, em francês, pela existência de duas palavras para definir os dois níveis desta relação, diferentemente do português, em que há apenas um conceito e palavra, o de “relações sociais”. Conforme explicam Curiel e Falquet (2014), o conceito de *rapport sociaux* alude às relações sociais estruturais, entre grupos sociais, estruturadas em torno da organização social do trabalho, e que não podem ser transformadas por ações individuais, senão de maneira coletiva. Às relações interpessoais, interindividuais, que se processam na singularidade da vida cotidiana, por sua vez, corresponde o conceito de “*relations sociales*”. Cf. CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 07-26.

fundam a exploração, a dominação e o antagonismo nas relações sociais entre os sexos. Para Hirata e Kergoat,

[...] a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Na perspectiva materialista, as relações sociais de sexo são relações sociais estruturais de exploração-dominação – duas dimensões inextricáveis, duas faces de uma mesma relação. Duas grandes consequências teórico-políticas decorrem desta concepção: 1) Não se trata de questões específicas, mas que estão relacionadas com a totalidade da vida social; 2) Não se trata de questões ideoculturais ou de uma dominação puramente simbólica: a exploração-dominação das mulheres repousa sobre uma base material concreta (KERGOAT, 2010), a divisão sexual do trabalho, embora se reproduza, como todas as relações sociais, pela mediação da ideologia e da cultura (GUILLAUMIN, 2014).

As relações sociais de sexo comportam, de maneira indissociável, uma relação de dominação simbólica, opressão física e exploração material (KERGOAT, 2012), e não são redutíveis à dimensão das relações intersubjetivas nem à expressão de crenças e ideias vigentes – embora a ideologia cumpra um papel fundamental na reprodução destas relações. Conforme sinalizam Curiel e Falquet (2014, p. 15),

A dimensão ideológico-cultural existe e é importante, mas como explica magistralmente Colette Guillaumin, não é mais que a outra face da relação material-concreta [...] O que queremos deixar claro é que a situação das mulheres não é um assunto ideológico no sentido de “atraso” cultural (camponês, indígena etc.) ou de “mentalidade” (burguesa, proletária etc.), como tanto a tratou, entre outras, a esquerda revolucionária latino-americana e caribenha.

Esta concepção reitera a dimensão material que subjaz à subordinação entre homens e mulheres e postula a unidade dialética entre exploração material e dominação. Conforme afirma Saffioti, “usa-se o conceito de dominação-exploração ou exploração-dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração” (2001, p. 117).

A relevância deste enunciado está em que, no desenvolvimento teórico dos estudos sobre as mulheres, a sua condição de subordinação em diversos campos da vida social foi

explicada pela determinação exclusiva da ideologia ou, contemporaneamente, da cultura. Esta perspectiva influenciou os desenvolvimentos teóricos sobre a “questão das mulheres” no âmbito do marxismo, nos anos 1960-1970, resumida na premissa de que a opressão das mulheres diz respeito à superestrutura ideológica da sociedade, isto é, ao plano dos valores, ideais e crenças vigentes na sociedade de classes.

Vale ressaltar que esta explicação para a opressão das mulheres no capitalismo exerceu forte influência durante um longo período no âmbito do debate teórico e político marxista e nos espaços da esquerda socialista. Pode-se afirmar, inclusive, que ainda não foi de todo superada a premissa segundo a qual a exploração capitalista é material, enquanto a dominação patriarcal é ideológica¹⁵ (HARTMANN, 1981), restando, portanto, para transformar a condição das mulheres na sociedade, a mudança nas mentalidades e a superação do atraso “cultural” (CURIEL; FALQUET, 2014). Assim, o esforço de explicação da condição das mulheres na sociedade de classes, ou da relação entre patriarcado e capitalismo, processa-se por meio de um paradoxo: uma explicação materialista para a relação entre classes e uma explicação idealista para as relações desiguais entre os sexos (COMBES; HAICAULT, 1986). Lógica semelhante é também aplicada à questão racial.

De um lado, a crítica produzida pelas feministas mostrou que a “opressão das mulheres constitui uma dominação *sui generis*” (LOVELL, 1996, p. 321), que tem bases materiais e ideológicas de sustentação, dialeticamente articuladas entre si. De outro, que essa opressão está articulada com a totalidade social e com a constituição das relações sociais de classe, assim como à “raça”. Relações sociais de sexo e relações sociais de classe se produzem e reproduzem de maneira coextensiva e imbricada no processo histórico e na dinâmica de organização da vida social. Não há, de um lado, dominação patriarcal e, de outro, exploração capitalista.

Conforme Devreux (2011, p. 10), “as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens. E é essa quantidade de formas e de fenômenos que se oferecem como realidade à observação sociológica”. Para esta autora, “com o estudo das relações sociais de sexo, assistimos a um enriquecimento do marxismo” (idem).

¹⁵ Como consequência política desta visão está a histórica premissa de que a opressão das mulheres constituía uma “contradição secundária”, criticada por Hartmann (1981) e a visão de que a transformação das estruturas materiais da propriedade privada fatalmente levariam à superação da superestrutura ideológica que reproduzia estes “desvalores”. A história, critério da verdade, contrariou esta tese.

Devreux (2011) identifica três mediações fundamentais das relações sociais de sexo: a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo. Conforme assinala a autora (2011, p. 12-13),

a divisão sexual do trabalho, [...] é uma divisão social: a organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos da produção e da reprodução social. Não os separa: ela os articula, excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

A divisão sexual do trabalho estrutura as desigualdades e antagonismos nas relações sociais entre homens e mulheres e conforma a base material desta relação. A divisão sexual do poder, por sua vez, diz respeito à repartição desigual dos poderes entre os sexos e ao controle pelos homens da esfera política. A divisão sexual do poder, está, segundo Devreux (2011), assentada na divisão sexual do trabalho e na categorização de sexo, isto é, na sexuação social - a divisão da humanidade em duas categorias de sexo, “homens” e “mulheres” - e a construção de um sistema de normas de referência e valores que opõe o “masculino” e o “feminino”.

Segundo Kergoat (2010), a divisão sexual do trabalho assume dois princípios organizadores: “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”. Esses princípios são aplicados mediante um “processo específico de legitimação – a ideologia naturalista – que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie” (KERGOAT, 2010, p. 67). A teoria da divisão sexual do trabalho, em sentido oposto, toma as práticas sexuais como “resultado de relações sociais” (idem).

Collete Guillaumin (2014) analisa as relações sociais de sexo em termos de relações de apropriação¹⁶ dos homens sobre as mulheres. Para esta autora, as mulheres constituem uma “classe social” criada por um tipo particular de relação social: as relações de sexagem. O conceito de sexagem [*sexage*] é criado pela autora para fazer uma analogia com o que se passa nas relações de escravidão [*esclavage*] e servidão [*servage*].

De acordo com Falquet (2013), a autora estabelece duas proximidades fundamentais entre as relações sociais de sexo e as relações raciais: a primeira se refere ao processo

¹⁶ Categoria que nos será de especial importância para apreender “as formas particulares” de expropriação no trabalho doméstico não mercantil (TALAHITE, 1986).

ideológico de naturalização destas relações sociais, atribuída a determinadas características fisiológicas (o “sexo” é criado assim como a “raça”); a segunda é a diferença que ambas as relações possuem frente às relações entre classes sociais no assalariamento. Para Guillaumin, escreve Falquet (2013, p. 11), “efetivamente, servidão, escravidão e sexagem são relações sociais que se caracterizam pela não mensuração do que é apropriado e do que é “fornecido em troca”.

Nas relações sociais de produção, uma classe social se apropria da força de trabalho de outra e isto as constituem como relações de exploração. A força de trabalho apropriada pelo capitalista é, entretanto, mensurada e delimitada em termos de uma jornada que é formada, em sua maior parte, por tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista (mais-valor). No caso das relações entre homens e mulheres, esta apropriação não tem mensuração: não há jornada definida; é a individualidade inteira que é apropriada pelos homens por meio de uma apropriação física direta. Para Guillaumin,

o que nos concerne aqui é a apropriação física em si, a relação na qual é a unidade material produtora da força de trabalho que é tomada em mãos, e não apenas a força de trabalho. Denominadas “escravidão” e “servidão” na economia fundiária, este tipo de relação poderia ser designado “sexagem” no que diz respeito à economia doméstica moderna, no que concerne às relações sociais de sexo (GUILLAUMIN, 2014, p. 34).

Nas relações sociais de sexo, ou nas relações de “sexagem”, “o corpo individual de cada mulher” e “do conjunto das mulheres” é apropriado pelos homens. As expressões particulares desta apropriação são, segundo a autora: “a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) o encargo físico dos membros inválidos do grupo (e dos membros válidos do sexo macho)” (GUILLAUMIN, 2014, p. 35). Há dois níveis ou modalidades de apropriação estabelecidas pelas relações de sexagem: a apropriação privada, no contrato de casamento; e a *apropriação coletiva*, a qual estabelece a disponibilidade do conjunto das mulheres aos homens, ainda que fora do marco das relações diretas interpessoais de apropriação.

Guillaumin (2014) identifica, destarte, uma das essenciais contradições enfrentadas pelas mulheres na sua dupla condição desigual (nas relações de sexo e nas relações de classe): a entrada no mercado de trabalho significa um freio para a apropriação nas relações de sexo e, ao mesmo tempo, uma sujeição à exploração nas relações de classe. Se a entrada no mercado de trabalho não significa libertação, faz nascer uma contradição importante no nível das relações sociais de sexo dado por um novo grau de autonomia, mobilidade, ruptura com a

dependência financeira. Entretanto, como ambas as relações se baseiam na apropriação do tempo – relações de sexo e relações de classe – surge a tensão entre trabalho remunerado e não remunerado, entre vida familiar e vida profissional: a jornada contínua de trabalho (ÁVILA, 2009). Para Falquet (2016), na contemporaneidade, “a globalização neoliberal, mais do que libertar as mulheres da apropriação, condena-as a navegar entre exploração e apropriação” (p. 10).

Conforme afirma Falquet (2013, p. 11), “Guillaumin insiste no fato de que a apropriação se refere à individualidade física completa, ao espírito e ao corpo da pessoa, um corpo pensado como “corpo-máquina de trabalhar”. Vale destacar e contextualizar a elaboração de Guillaumin sobre a apropriação física direta da “classe das mulheres”¹⁷: a autora escreve no contexto dos anos 1970, quando o feminismo, como sujeito coletivo, não tinha ainda firmado contradições importantes nas relações sociais de sexo por meio de conquistas no plano legal e ideológico. A ideia de uma apropriação da individualidade inteira do conjunto das mulheres é hoje, felizmente, questionável pela força destas contradições. Certamente, a obrigação sexual no casamento, até pouco tempo, no caso brasileiro, estabelecida em lei como condição para a “consumação” conjugal, expressa uma apropriação física direta das mulheres. Muito embora não esteja mais normatizada em Lei, estudos sobre violência sexual apontam que, ainda hoje, esta modalidade de violência está presente nas relações conjugais.

Essas modalidades de apropriação das mulheres como grupo social, certamente, permanecem e podem ser identificadas num lance de vista sobre o cotidiano das mulheres. Entretanto, as lutas feministas que se desenvolveram nas últimas quatro décadas construíram novos patamares de contradição nestas formas de apropriação, em benefício das mulheres. Novas mediações questionam este paralelo entre a condição de apropriada das mulheres àquela das pessoas escravizadas, muito embora possamos observar que nas relações constituídas pelo legado da escravidão estas formas de apropriação em bloco se mostram mais visíveis: é o caso do emprego doméstico, no Brasil (ÁVILA, 2009)¹⁸.

¹⁷ Nas elaborações pioneiras da corrente feminista materialista, defende-se que as mulheres constituem uma “classe” que se encontra em antagonismo com a classe dos homens nas relações sociais de sexo. Discordamos desta utilização. Como afirma Kergoat, as relações sociais de sexo e de classe, assim como as baseadas na “raça”, muito embora sejam consubstanciais e co-extensivas, são irreduzíveis umas às outras (KERGOAT, 2010) – é preciso, portanto, conceitos diferentes para analisar os antagonismos produzidos pelas relações de classe e pelas relações sociais de sexo, por exemplo, as diferenças de classe entre as próprias mulheres. Preferimos nos referir a homens e mulheres como grupos sociais ou, simplesmente, aos grupos sociais sexuais.

¹⁸ Vale lembrar que somente em 2013 as empregadas domésticas brasileiras conquistaram o direito a uma jornada limitada de trabalho; mas o princípio da disponibilidade permanente, do trabalho e da pessoa inteira, é ainda estruturante das relações de trabalho nesta ocupação.

Vale lançar uma crítica ao paralelismo estabelecido por Guillaumin em relação às formas de apropriação nas relações de sexagem e nas relações de produção capitalistas. Concordamos que a apropriação do tempo, ilimitada, sem fronteiras, é certamente uma das dimensões que pouco, ou nada, modificaram-se nestas últimas décadas no que diz respeito às relações sociais de sexo. Nesse aspecto, a apropriação do tempo das mulheres, as relações sociais de sexo em pouco mudaram. Mudou, entretanto, o capitalismo e as formas de exploração do trabalho.

A nova forma de organização “flexível” do trabalho e o artil de “captura das subjetividades” (HAN, 2015) que a sustenta, no contexto da reestruturação produtiva e do emprego das novas tecnologias de comunicação e informação, levaram também a uma ruptura de fronteiras entre tempo de trabalho e não-trabalho (ABÍLIO, 2014). A disponibilidade permanente é um requisito do trabalhador e da trabalhadora “flexíveis”. As tecnologias de comunicação catapultam o trabalho simultâneo. O desgaste emocional implicado nestas novas formas de trabalho está expresso nas doenças contemporâneas associadas à vida laboral.

Em certa medida, a análise de Guillaumin referia-se a um momento do capitalismo, no contexto europeu, em que ainda vigorava o pacto fordista e sua “norma temporal de trabalho” (LINHART, 2005). O que se verifica, com a emergência das relações flexíveis de trabalho,

é a contratendência de extensão do tempo de trabalho não pago nas relações de trabalho: trabalhadores de alta e baixa qualificação/remuneração incorporam às suas experiências cotidianas – e em seu envolvimento com o trabalho – não ter jornada definida ou trabalhar para além dela (ABÍLIO 2014, p. 209).

As formas contemporâneas de exploração se aproximam das modalidades de apropriação do tempo estabelecidas nas relações sociais de sexo. É o que Abílio (2014) conceitua de “feminização do trabalho”, que se refere não somente à presença das mulheres no mercado, mas às formas que as relações de trabalho assumem na contemporaneidade, muito próximas das características históricas do trabalho feminino. Em que pese estes limites na comparação estabelecida por Guillaumin – tributária de um contexto histórico, como assinalamos antes – é forçoso destacar que o elemento a perdurar é o tempo sem limites, e irreduzível, do trabalho doméstico não remunerado como um tempo apropriado majoritariamente das mulheres. E a tensão entre trabalho doméstico gratuito e trabalho remunerado na experiência das mulheres no mercado de trabalho.

As categorias exploração e apropriação são mediações fundamentais para a investigação sobre os tempos do trabalho doméstico, não remunerado, das mulheres. Conforme afirma Kergoat, a pesquisa sobre o trabalho das mulheres e outros “subalternos”

resultou na necessidade de defini-lo com base na *coextensividade entre exploração e apropriação*. Segundo a autora, “essas duas modalidades de uso da força de trabalho feminina – a apropriação e a exploração – formam um todo coerente e devem ser consideradas quando se estudam as modalidades da divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2016, p. 23).

A estruturação da forma particular que a divisão sexual do trabalho assume no capitalismo foi mediada – e segue sendo – por construções ideológicas que, apesar de apresentarem diferentes formas, se assentavam na naturalização: na ideia de atributos naturais das mulheres ou, nos termos de Guillaumin (2014), na ideologia da natureza. Uma destas expressões se refere à explicação da divisão de atividades entre homens e mulheres pelas diferenças naturais nos corpos femininos e masculino, na capacidade e disposição natural das mulheres para o cuidado e na diferença de capacidade física entre homens e mulheres. Determinadas por seus corpos e pela natureza que dele advém: a incapacidade para determinadas tarefas produtivas e a tendência natural para o exercício do cuidado.

A análise das condições concretas das modalidades de divisão do trabalho põe por terra essas ideologias. A ideologia da inferioridade corporal como justificativa para a divisão sexual do trabalho é confrontada pelas formas históricas, concretas, de utilização do trabalho das mulheres em diferentes sociedades e ao largo do desenvolvimento histórico das sociedades.

Ângela Davis (2013) recupera o exemplo das mulheres negras escravizadas, nos Estados Unidos, que foram utilizadas como “substitutas das bestas de carga para puxar comboios nas minas do sul” (DAVIS, 2013, p. 13). Este tipo de uso do corpo das mulheres não é apanágio da escravidão: a autora relaciona este uso àquele registrado por Marx no Livro I de O Capital, quando do surgimento da indústria moderna inglesa:

na Inglaterra as mulheres ainda são ocasionalmente usadas em vez de cavalos para arrastar os barcos nos canais, porque o trabalho requer a produção de cavalos e máquinas numa exata e conhecida quantidade, enquanto o requisito de manter as mulheres do excedente populacional está abaixo de todos os cálculos (MARX, 1867 apud DAVIS, 2013, p. 15).

Tabet (2014), em pesquisa sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres nas atividades de caça, coleta e na pesca, postula que a diferenciação destas atividades está mais relacionada ao impedimento do acesso das mulheres aos instrumentos do trabalho, mediação que antecede a divisão do trabalho propriamente dita, do que a qualquer atributo “natural” feminino. Segundo a antropóloga, nessas sociedades, identifica-se

a existência de uma diferença seja qualitativa, seja quantitativa, dos instrumentos à disposição de cada um dos sexos e mais exatamente de uma *generalizada situação de subequipamento das mulheres e da existência de um gap tecnológico entre homens e mulheres no quadro das sociedades de caça e coleta*, gap este que, com a evolução técnica, ampliou-se progressivamente e subsiste até hoje nas sociedades industrializadas” (TABET, 2014, p. 109, grifos da autora).

O domínio de ferramentas e instrumentos que estendem a possibilidade do corpo e a sua capacidade de intervir na natureza permanece sob o controle dos homens, restando às mulheres o desempenho de atividades que dependam tão somente “da força motriz de seus corpos”, atividades realizadas “a mãos nuas” (TABET, 2014, p. 110)¹⁹. Exemplar, nesse sentido, é o caso da pesca: os homens controlam a pesca em embarcações e ferramentas desenvolvidas (redes, arpas), ao passo que as mulheres atuam na pesca à beira-mar, com as próprias mãos (é o caso das marisqueiras).

As pesquisas realizadas por Hirata (2002) apontam a permanência de um acesso desigual das mulheres às atividades que envolvem tecnologia: em empresas investigadas no Brasil, França e Japão, as mulheres estão presentes nas atividades de “trabalho extensivo” – rotineiro e manual – enquanto os homens são majoritários naquelas de “trabalho intensivo”, com alto emprego de tecnologia²⁰.

As imagens cotidianas das atividades realizadas pelas mulheres relacionadas à reprodução social e aos cuidados: nos campos, o clássico carregamento de água; nas cidades, o deslocamento, que inclui também o carregamento, de crianças de todas as idades e pesos nos ônibus, a caminho dos serviços. Ademais, podemos também perguntar: que energia desprende e que peso carrega um corpo grávido de mulher²¹?

Por fim, queremos destacar uma última premissa deste pensamento, crucial no atual contexto dos debates feministas. Em uma perspectiva materialista, a própria existência de dois grupos sociais sexuais é um fato histórico²², forjado nas relações sociais e, notadamente, na

¹⁹ O caráter rudimentar, e mesmo a ausência, de ferramentas para algumas atividades do trabalho doméstico, são também expressões dessa interdição: muitas atividades “pesadas” de limpeza são, ainda, realizadas tão somente pelo uso da força motriz do corpo, donde surgem formas específicas de desgaste corporal.

²⁰ Na obra *Garotas da Fábrica*, Leslie Chang trata do trabalho de jovens mulheres nas linhas de montagem das principais cidades industriais chinesas e revela a mesma divisão: as mulheres estão empregadas sobretudo nas atividades que exigem “destreza manual” no interior da cadeia de produção de mercadorias de alta tecnologia, como celulares. Cf. CHANG, L. *As Garotas da Fábrica*. São Paulo: Intrínseca, 2010.

²¹ Na linguagem popular, o verbo descansar é bastante utilizado como sinônimo de parir.

²² A ontologia do ser social até hoje desenvolvida não explicou a divisão da humanidade em dois grupos sociais sexuais e a relação de subordinação entre eles. Uma ontologia das relações sociais de sexo, em seu permanente devenir (SAFFIOTI, 2009) coloca-se como tarefa para o pensamento crítico feminista. Saffioti, teórica brasileira, em uma de suas últimas entrevistas, apontou que o grande desafio para a produção do conhecimento feminista era a “questão ontológica” (Notas pessoais, Recife, 2009). Consideramos que esta autora buscou, em sua obra, a partir do conhecimento da ontologia de Luckács, as mediações ontológicas da ordem patriarcal de gênero, a partir das dimensões “orgânicas, não orgânicas e sociais”, ou seja, na qual o corpo constitui uma mediação ineliminável. O desafio está, portanto, em desvelar as “inúmeras mediações na passagem do sexo ao gênero”

divisão do trabalho entre os sexos. Esta perspectiva nega qualquer papel à biologia na diferenciação entre homens e mulheres, que é apreendida como uma construção inteiramente social, que deita raízes nas relações estabelecidas para gerar as condições materiais de existência e que passam pela própria reprodução dos indivíduos. Do ponto de vista heurístico, consideramos que a teoria feminista materialista aporta uma apreensão ontológica das desigualdades entre homens e mulheres²³.

Segundo Curiel e Falquet (2014, p. 14-15),

o ponto central deste pensamento radica em que nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico [...] e não se definem pela cultura, a tradição, a ideologia nem pelos hormônios – mas pura e simplesmente por uma relação social material, concreta e histórica.

Mulheres e homens são categorias sociais e históricas, produzidas nestas relações. Não são grupos biológicos, nem tão somente identidades. Partilham uma experiência objetiva e subjetiva distintas, que assumem contornos particulares em determinados períodos históricos e contextos, mediada pelas determinações de classe e “raça”.

Na abordagem materialista, o sexo não é um dado natural, mas antes, uma construção social, o resultado de um processo histórico, que dividiu a humanidade entre dois grupos sociais, mulheres e homens, e subordinou as primeiras ao segundo grupo²⁴. Não há, portanto, um dado biológico a partir do qual se constrói o sexo social ou o gênero²⁵. A afirmação de

(SAFFIOTI, 2009). Consideramos que este foi um dos projetos interrompidos desta pensadora social brasileira, cujas bases estão lançadas ao longo de sua obra e, nas suas prospecções mais recentes, em seu último artigo publicado, intitulado “Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/unigênero”, em 2009. Cf. SAFFIOTI, Heleith I. B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/unigênero. In: **Cadernos de Crítica Feminista** N. 2. Ano III. Recife: Edições SOS Corpo, Dez. 2009.

²³ Na concepção idealista que predomina no pós-modernismo, a ênfase se desloca para o nível epistemológico – como conhecer – com grande preocupação na relação entre os sujeitos do conhecimento em detrimento do nível ontológico – o que é. Este me parece ser o coração do deslocamento que a emergência do pensamento pós-moderno, eivado de idealismo e expressão empobrecida deste, carrega consigo.

²⁴ Nos estudos no campo da antropologia realizados por Nicole-Claude Mathieu, a pesquisadora constata a existência de “três modos de conceitualização da diferença de sexos”, em diferentes formas de organização social. Constata que não há, em algumas delas, uma correspondência entre o sexo biológico macho ou fêmea e o gênero masculino e feminino. O que não varia, em todas essas formações, é que o grupo social identificado como “mulheres” está sempre subordinado nas relações (MATHIEU, 2014).

²⁵ Esta é uma questão repleta de controvérsias, que se intensificaram com os debates políticos em torno questão da transsexualidade: a inadaptação psicológica entre o sexo social vivido interiormente e aquele que é atribuído socialmente ao indivíduo. Diante desta inadequação e do sofrimento psíquico que esta implica, indivíduos *trans* têm recorrido a cirurgias e outras formas de tratamento para alinhar corpo biológico ao sexo (social). Este retorno à anatomia, ou ao que Mathieu define como uma “anatomização da política” (2014), é alvo de um debate em curso entre movimentos trans e feministas. A questão colocada desde o feminismo materialista é a de até onde o recurso às manipulações corporais representa uma transgressão ou uma nova essencialização do que é “ser homem e ser mulher” e, por fim, uma readequação no interior da “binaridade dos gêneros” que se pretende questionar. Embora eu partilhe da visão de que a afirmação social das pessoas transsexuais expressa contemporaneamente, como ao longo da história, um confronto, no plano das relações interindividuais, com a ordem social patriarcal, a meu ver, a dificuldade em que este debate está colocado no plano da política radica,

Beauvoir (1949) é plena de sentido: “não se nasce mulher, torna-se”. Ou seja, ser mulher é partilhar uma experiência de subordinação, desvalorização, opressão, exploração, dominação e violência particulares, inclusive, no nível da individuação ou da sua construção subjetiva²⁶.

Embora partilhemos da visão materialista de que homens e mulheres não são um grupo definido pela anatomia ou por qualquer dado natural, mas um “grupo social sexuado” - a semelhança das classes, não são os sexos que constroem as relações sociais de sexo, mas, antes, são as relações sociais que criam os sexos, isto é, homens e mulheres são categorias sociais – consideramos que não é igualmente um dado natural ou uma coincidência que sejam justamente os corpos que portam a capacidade de gerar novas criaturas, em termos biológicos, os que sejam sexuados como mulheres e vivenciem o que implica esta definição social: uma experiência de subordinação, identificada em diferentes formações sociais e ao largo do desenvolvimento milenar da humanidade. O que não significa, em definitivo, partilhar da visão de que a reprodução é um dado natural: há diferentes formas de organização, regulação e controle da capacidade reprodutiva, mutantes ao longo da história, assim como diferentes modos de organização da socialização das crias humanas em distintos contextos e momentos históricos.

Se não há evidências antropológicas que confirmem suas teses, partilho da intuição que moveu Firestone (1976), Mies (1986), Federici (2013), Tabet (2014) para quem a subordinação das mulheres está relacionada também com o controle sobre a capacidade reprodutiva que portam em seus corpos. O processo de produção dos seres humanos tem como uma dimensão constitutiva a reprodução biológica cujas formas particulares só podem ser compreendidas à luz da totalidade das relações sociais de produção e reprodução (TABET, 2014; OLIVEIRA, 1984). O que significa, portanto, que o corpo que reproduz, sua sujeição e controle, constitui uma base material em torno da qual se estrutura a exploração-dominação e apropriação das mulheres – um processo plenamente social e histórico, mediado, na formação social capitalista e patriarcal, pela intervenção do Estado.

mais uma vez, em que a questão é tratada fora das relações sociais. As relações sociais de sexo que criam as categorias sociais “homens” e “mulheres” são uma mediação teórica imprescindível para enfrentar este debate.

²⁶ Segundo Chauí, a subjetivação das mulheres, no contexto das relações sociais patriarcais, é marcada por uma heteronomia: nos constituímos como seres *para os outros* e não *com os outros*; a subjetividade é construída no contexto de condições materiais e ideológicas que reforçam esta construção heterônoma; donde se explica a dificuldade, tão relatada em grupos de mulheres, para afirmar projetos próprios, construir uma existência autônoma como projeto (BEAUVOIR, 1949), liberar-se do encargo dos filhos pequenos e rebelar-se contra a sobrecarga nos afazeres domésticos no interior das famílias. Cf. CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Perspectivas Antropológicas da Mulher, n. 4. Rio de Janeiro, 1985, p. 25-62. Ver, ainda e sobretudo, MATHIEU, N. Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leur interprétations en ethnologie. In: MATHIEU, N. (Org.) L'arraisonnement des femmes — Essais en anthropologie des sexes. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

2.2 CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, CLASSE E “RAÇA”

Considerar as relações sociais estabelecidas entre os sexos é condição necessária para apreender a totalidade da realidade social no sistema capitalista, patriarcal e racista – um sistema de dominação-exploração uno, indivisível, mutuamente determinado. Segundo Bihr (2012, p.21), “as desigualdades [de sexo, classe e “raça”] formam um sistema no sentido de que não podemos explicá-las e entendê-las independentemente umas das outras, como elas se determinam, engendram-se e em definitivo se reforçam mutuamente”. Kergoat (2010) propõe o conceito de “consubstancialidade” para referir-se ao “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p. 100). As relações sociais de classe e de sexo, e aquelas baseadas na “raça” se reproduzem de modo imbricado e indissociável; são coextensivas e consubstanciais.

Para Kergoat,

o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de contradição viva, perpetuamente em via de modificação e de recriação (KERGOAT, 2002, p. 244, grifos nossos).

A reflexão em termos de relações sociais exige a ênfase na noção de processo e ao caráter dinâmico das relações sociais, movidas pelos seus antagonismos imanentes, o que remete, por sua vez, à historicidade. Nessa perspectiva, as relações sociais de classe, de sexo e baseadas na “raça” (dominação sobre grupos racializados) são “co-formadas” (FALQUET, 2008), isto é, produzidas e reproduzidas de maneira inextricável no processo social e histórico. Essas relações não são redutíveis umas às outras mas se produzem e reproduzem por movimento permanente de imbricação.

Falquet tem problematizado a utilização da categoria sistema (patriarcal, capitalista) pelo seu suposto caráter “fechado”, preferindo, portanto, trabalhar com o conceito de relações sociais. Embora também adotemos o conceito de relações sociais, utilizamos aqui a noção de “sistema” para nos referir a ordem societária vigente (CISNE, 2014) que determinam uma forma particular de organização das relações sociais de sexo, no nível material e ideopolítico, em todas as dimensões da vida social e em escala global.

Reivindicamos e utilizamos o patriarcado como uma categoria essencial para apreender a persistência, em todas as formações sócio-culturais conhecidas, da dominação dos homens sobre as mulheres²⁷. Entendemos o patriarcado como um “sistema de estruturas e práticas pelos quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres” (WALBY, 1990 apud LOVELL, 1996, p. 322). A categoria patriarcado foi utilizada em diferentes acepções, tributárias de distintas vertentes teóricas: como poder do pai na família (pater famílias) e sobre os demais membros do grupo familiar (mulheres, filhos/as); ou como o poder do patriarca sobre domínios territoriais. No pensamento feminista moderno, segundo Camurça (2007), patriarcado é entendido como o sistema social de dominação sobre as mulheres.

O sistema patriarcal estruturou-se ao longo do tempo pela dominação dos homens sobre as mulheres nos grupos domésticos e nas comunidades e hoje organiza a dinâmica das relações de gênero e os instrumentos de dominação que atuam em toda a sociedade. Esta dinâmica se faz através das leis e costumes, da economia, das formas de organização social e de toda as dimensões da vida política e cultural (CAMURÇA, 2007, mimeo).

Para Camurça (2007), quatro mecanismos sustentam a dominação-exploração patriarcal: a divisão sexual do trabalho; a expropriação do corpo das mulheres (sua sexualidade e capacidade reprodutiva); a interdição à participação política e o acesso desigual ao conhecimento²⁸ (ou, ainda, a destruição ou desvalorização do conhecimento produzido pelas mulheres). Duas mediações atuam para reproduzir estes mecanismos: a violência, empregada como um instrumento de “disciplinamento das mulheres” às normas patriarcais; e a ideologia patriarcal nas suas diferentes expressões (o naturalismo e o essencialismo). Segundo Camurça, as diferentes expressões da ideologia patriarcal são derivações de três premissas essenciais: “as mulheres são biologicamente determinadas, intelectualmente inferiores e moralmente incapazes” (CAMURÇA, 2007, s. p.).

Segundo Delphy (2015), o patriarcado constitui um sistema de dominação-exploração que atravessa a totalidade da vida social e que coexiste, e se reproduz, imbricado ao capitalismo: se patriarcado referiu-se, na sua acepção original, a poder do pai, refere-se,

²⁷ A categoria patriarcado foi quase que totalmente banida dos estudos “de gênero” nos anos 1990, sob acusação de a-historicismo, de generalização e do cercamento quase inultrapassável das mulheres na condição de vítimas. Como se vê, foi atacada em suas dimensões imanentes e concretas: a universalidade e particularidade, a historicidade e a contradição – dimensões tributárias da perspectiva materialista-dialética. Frente a essa crítica e em defesa da categoria, Sílvia Walby (1995 apud LOVELL, 1996), afirma: se o problema é o a-historicismo da categoria, tratemos, então, de historicizá-la, contextualizá-la, identificar suas expressões particulares, e não abandoná-la.

²⁸ O direito das mulheres à educação foi tardio mesmo nas sociedades consideradas mais avançadas, como a francesa. A produção intelectual das mulheres é, ainda hoje, alvo de forte invisibilização e desvalor em relação a dos homens. As condições objetivas e subjetivas para produzir conhecimento, para criar, são ainda bastante desiguais entre homens e mulheres. Cf. BEAUVOIR, S. (1949) e WOOLF, V. (1928).

contemporaneamente, ao poder dos homens. Para Mies (1986, p. 26), o patriarcado pode ser simplesmente definido como “um sistema social, cultural, econômico e político geral que determina a vida de uma mulher desde o nascimento até a morte”. As condições gerais em que vivem, e em que morrem parte expressiva das mulheres²⁹, reiteram esta definição.

Grande parte da elaboração teórica feminista de matriz marxista dedica-se a explicar e demonstrar que as desigualdades produzidas pelo patriarcado são não somente reconfiguradas no capitalismo como constituem um de seus elementos de sustentação³⁰. Para Camurça (2007), a permanência da dominação patriarcal no tempo pode ser explicada pela capacidade deste sistema de associar-se a outras formas de dominação e exploração.

A teórica brasileira Heleieth Saffioti – cuja obra está ancorada em uma perspectiva materialista histórica – recorre à ideia de *nó* para abordar a “simbiose” entre as contradições de gênero, classe e raça como constituintes de um “único sistema de dominação e exploração”. Para esta autora, “o patriarcado pode ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFFIOTI, 1992, p. 194).

Saffioti foi uma das primeiras teóricas a, nas trilhas do método dialético, analisar a particularidade da opressão-exploração das mulheres no contexto das economias dependentes, em sua tese doutoral, datada do final dos anos 1960³¹. Para ela, patriarcado, capitalismo e racismo produzem desigualdades que se reforçam mutuamente e se particularizam nos determinados períodos históricos. O patriarcado é, segundo Saffioti (2004), um dos sistemas de dominação mais antigos, persistentes e onipresentes na história das relações sociais humanas. É, portanto, um sistema de dominação anterior ao capitalismo, porém, com a consolidação deste modo de produção, as relações de exploração-dominação patriarcais são mantidas e reestruturadas, assumindo uma nova forma de organização, mas permanecendo “como constitutiva da sua lógica e necessária à sua reprodução” (ÁVILA, 2009, p. 91).

Sua antiguidade e onipresença em diferentes formações socioculturais, assim como sua sobrevivência em que pese as profundas transformações nos modos de produção ao largo da história, tem dado origem a diferentes teorias históricas, nenhuma das quais, até hoje, plenamente confirmadas. A meu ver, o grande desafio para a pesquisa crítica feminista sobre a dominação-exploração-opressão das mulheres não é a descoberta do momento fundacional

²⁹ Cf. PORTELLA, A. P. Como morre uma mulher. Análise da violência letal contra as mulheres em Pernambuco. 2014. 394 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2014.

³⁰ Cf. SAFFIOTI (2013), SOUZA-LOBO (2011); DELPHY (2015), FEDERICI (2013); MIES (1986); KERGOAT (2012), CISNE (2014).

³¹ Cf. SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

desta dominação, mas o da sua permanência e universalidade; o que nos leva, portanto, a buscar desvendar os mecanismos, materiais e simbólicos, por meio dos quais tais relações se reproduzem e suas particularidades em diferentes contextos e momentos históricos³² e seu reforço com a emergência do modo de produção capitalista.

A dominação patriarcal sobre as mulheres não nasce com o capitalismo e nem, tampouco, com a propriedade privada: uma vasta literatura antropológica já demonstrou a existência da subordinação das mulheres e de uma divisão desigual do trabalho e do acesso a ferramentas em sociedades comunais (MATHIEU, 2014; TABET, 2014) e constatam que a “desvalorização feminina é universal” (ORTNER, 1979). As mulheres indígenas e de povos tradicionais, hoje organizadas politicamente, denunciam a opressão e violência dos homens sobre elas (PAREDES, 2008)³³. Por diferentes conceitos – “nó”, “entronque”, “imbricação” e “consustancialidade” – se tem buscado identificar a articulação entre as relações de dominação exploração-dominação e apropriação dos homens sobre as mulheres, do capital sobre o trabalho e entre grupos racializados³⁴. Há, certamente, um alto nível de abstração nestes conceitos, mas um sentido comum os ancora: a apreensão das múltiplas e inter-relacionadas determinações das desigualdades sociais.

A forma concreta que esta “imbricação” assume pode ser apreendida pela análise de como estas contradições se expressam na realidade social e de seu desenvolvimento histórico. Consideramos, como Saffioti (1992), que é no desenvolvimento histórico destas relações sociais que podemos apreender esta imbricação. A emergência e desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista assimilou, reconfigurou e produziu novas expressões da dominação-exploração patriarcal sobre as mulheres, assim como produziu uma forma própria de “racismo” moderno, ancorada na divisão racial do trabalho que teve sua forma primeira na escravização no período colonial. Na sociologia brasileira, há ainda uma lacuna teórica no que

³² Por diferentes vias, a busca pelas origens da opressão das mulheres mostrou-se fracassada, seja as que atribuem à origem da propriedade privada (Engels) como as teorias baseadas no mito de um matriarcado originário. A nosso ver, a tarefa da pesquisa comprometida com a transformação destas relações é desvendar as mediações que as sustentam e as reproduzem e explicam sua “longa duração” (BRAUDELL, 1987; SAFFIOTI, 2004).

³³ A corrente teórico-política de expressão recente, nomeada de “feminismo comunitário”, postula sobre o “entronque patriarcal-colonial” para referir-se à associação entre as expressões do patriarcado nos povos antes da colonização e sua imbricação com o patriarcado ocidental dos “colonizadores”. Cf. PAREDES, J. Hilando fino desde el feminismo comunitario. Bolívia: Mujeres Creando, 2008.

³⁴ Adotamos o conceito de racialização tal como sistematizado em Falquet (2014), e em uma perspectiva antinaturalista, sócio-histórica e materialista: “el concepto de racialización se refiere a procesos sociales e históricos a través de los cuales ciertas personas y grupos son creados como “diferentes” e “inferiores” en base a criterios somáticos y/o culturales arbitrarios (socialmente producidos y/o exacerbados) que son pensados como ligados a la “raza”. En este sentido, la “raza” no se refiere a algo natural ni biológico, sino que es el resultado de las relaciones sociales de raza, como el sexo tanto como el género, son el resultado de las relaciones sociales de sexo” (FALQUET, 2014, p. 4)

diz respeito à particularidade que esta imbricação tomou na formação social brasileira e, em particular, sobre a mediação do patriarcado na estruturação das relações sociais no país, desde suas bases coloniais.

Mies (1986) e Federici (2004) analisam historicamente o período da transição do feudalismo ao capitalismo para encontrar as raízes históricas da articulação entre patriarcado, capitalismo e colonialismo. Sua obra tem um forte potencial heurístico para desvendar não apenas como se tece articulação, mas, indo além, ao problematizar como as relações patriarcais e, notadamente, a exploração-dominação das mulheres, foram elementos constitutivos e definitivos para a emergência e consolidação das relações sociais capitalistas.

Neste sentido, recuperam uma categoria marxiana fundamental, desenvolvida no capítulo XXIV de “*O Capital*”, o qual trata da “assim chamada acumulação primitiva”, no qual Marx detém-se sobre os aspectos da “história do capital”³⁵. Podemos afirmar que o trabalho doméstico, na forma que assume no modo de produção capitalista, é também resultado desta separação entre trabalhadores/as, meios de produção e meios de reprodução, que se processa com a erosão das unidades produtivas e reprodutivas familiares e a cisão entre as duas esferas de trabalho (produtivo e reprodutivo). O trabalho doméstico surge, sob sua atual forma, como o resultado dessa separação original entre produtores e meios de produção e entre espaço/tempo do trabalho produtivo e reprodutivo (ÁVILA, 2009).

Para Mies (1986), a consolidação das relações sociais de produção capitalistas foi ancorada num duplo processo: a colonização [colonization] de territórios e a domesticação [housewifization] das mulheres. Segundo Mies (1986), nas relações de produção capitalistas, “as mulheres são tratadas na mesma maneira unilateral e exploradora – como uma ‘mercadoria livre’ - como o trabalho das mulheres e as colônias foram tratadas... mulheres e colônias foram tratadas como ‘natureza’, foram naturalizadas. Tratadas, elas mesmas, como fonte de recursos para a acumulação de capital” (MIES, 1986, p. 09, tradução nossa). O desenvolvimento capitalista é movido por uma unidade dialética entre exploração-dominação da natureza, das mulheres e da população negra escravizada nas colônias (assim como de todos os “colonizados”).

Conforme afirma Federici (2004), a emergência do modo de produção capitalista por meio de violentos processos de expropriação e cercamento dos bens comuns que configuraram o processo de “acumulação primitiva”, implicou também o “cercamento das

³⁵ Nesse capítulo, Marx expõe os mecanismos sociais e políticos que, prenhes de violência, são responsáveis por derruir o modo de produção feudal na Europa e que convertem terras e força de trabalho humana em recursos para a acumulação de capital, mediante violentos processos de expropriação.

mulheres” na realização de atividades não remuneradas e invisibilizadas de reprodução da força de trabalho no espaço doméstico e também por uma particular política de controle da reprodução biológica das mulheres. Ocorre, nesse sentido, uma separação entre propriedade da capacidade reprodutiva e controle sobre a mesma pelos sujeitos que a portam. Mies e Federici postulam que a expropriação de saberes e controle sobre o corpo foi uma mediação política essencial no processo de acumulação primitiva e na emergência da sociedade do capital (MIES, 1986; FEDERICI, 2004).

Em pesquisa histórica sobre a transição do modo de produção feudal ao capitalista, na Europa, as autoras postulam que a perseguição e genocídio de mulheres das camadas camponesas, estigmatizadas como “bruxas” pela Igreja, foi parte do processo de acumulação primitiva do capital e da imposição de uma nova disciplina sobre a vida reprodutiva necessária à ordem social nascente e diante de uma profunda crise demográfica gerada pela Peste Negra no continente. O Estado emerge, nesse processo, como regulador da força de trabalho, “papel que mantém até os dias de hoje” (FEDERICI, 2004, p. 74). As autoras demonstram como a consolidação das novas relações de produção envolveu um complexo processo de transformações nas diferentes dimensões da vida social e, notadamente, na esfera da reprodução, incluindo o controle da reprodução biológica.

O sistema capitalista se consolida incorporando relações de dominação que lhe são anteriores, do ponto de vista histórico, e reestruturando-as sob as necessidades de cada momento do seu desenvolvimento. É o caso da dominação exploração-patriarcal. No caso do racismo, na sua forma “moderna”, trata-se de uma forma particular de dominação e apropriação forjada no desenvolvimento do capitalismo por meio do “sistema colonial moderno” (MARX, 2013). O colonialismo emerge em determinado período histórico, como a primeira grande empreitada do capitalismo para ampliar suas correntes de acumulação, e tem na escravização de populações do continente africano um de seus mecanismos estruturantes.

Segundo Quijano (2005), a “moderna ideia de raça” surge durante a colonização da América e constitui uma das mediações fundamentais para a imposição de um novo modo global de controle do trabalho. O racismo moderno baseia-se em um fato material concreto, que diz respeito à apropriação de indivíduos, do “açambarcamento de sua individualidade inteira” (GUILLAUMIN, 2014) para o trabalho nas colônias latino-americanas. Para Quijano, “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial” (QUIJANO, 2005, p. 118). Este novo padrão de poder mundial se impõe por meio de dois processos históricos: a construção ideológica da “raça” e a racialização das

populações americanas e o controle e subordinação do trabalho, recursos e produtos das colônias ao mercado mundial.

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2005, p. 118).

Para María Lugones – tratando da questão do poder colonial e capitalismo –, “a divisão do trabalho se fez completamente racializada assim como geograficamente diferenciada” (LUGONES, 2008, p. 80). A conformação das relações raciais na contemporaneidade está diretamente mediada pela divisão do trabalho e com o que Ângela Davis (2013) chama o “legado da escravidão”. Conforme afirma Davis, “o enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras, segue um modelo estabelecido desde o início da escravidão. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina” (2013, p. 14-15). Entretanto, afirma a mesma autora,

os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. A violação, de facto, era uma expressão demonstrada pelo domínio econômico dos donos de escravos e pelo controle do capataz sobre as mulheres negras como trabalhadoras (DAVIS, 2013, p. 17).

A história da formação social brasileira revela a imbricação entre sistemas de dominação patriarcal, capitalista e racista, dados por nossa constituição como uma “colônia de exploração” (PRADO JÚNIOR, 1999) que teve na racialização de grupos sociais para fins de exploração – no caso, a população negra traficada do continente africano – um de seus pilares. Pela mediação da “racialização”, são estruturadas as relações de exploração no país (IANNI, 2004).

As análises contemporâneas da “nova morfologia” da classe trabalhadora têm se debruçado sobre o peso do “sexo” e da “raça” na constituição dos setores mais precarizados de trabalho (BRAGA, 2012; ANTUNES, 2005) e na conformação da própria precarização (ABÍLIO, 2014). Conforme postula Ávila (2011, p. 65), “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão

definidas não só pelas relações de classe como também de “raça” e de gênero”. Ianni, por sua vez, corrobora esta perspectiva ao afirmar que

no início do século 21, muitos se dão conta de que está novamente em curso um vasto processo de racialização do mundo. O que ocorreu em outras épocas, a começar pelo ciclo das grandes navegações, descobrimentos, conquistas e colonizações, torna a ocorrer no início do século 21, quando indivíduos e coletividades, povos e nações, compreendendo nacionalidades, são levadas a dar-se conta de que se definem, também ou mesmo principalmente, pela etnia, a metamorfose de etnia em raça, a transfiguração da marca ou traço fenotípico em estigma (IANNI, 2004, s. p.)

Ianni evidencia que a “raça” é sempre “racialização”: a “raça” não é uma condição biológica, “mas uma condição social, psico-social e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e processos de dominação e apropriação” (idem).

Em síntese, as relações raciais se conformam em dois planos: no nível estrutural, atravessando o conjunto da vida social, e no nível das relações individuais, sobre a forma de preconceitos e discriminação. Na particularidade brasileira, as relações raciais são estruturantes das desigualdades que cindem profundamente a situação da população negra e não negra nos vários campos da vida social: “racializar uns e outros pela classificação e hierarquização revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder” (IANNI, 2004, s. p.). No nível das práticas sociais, o racismo se expressa por meio de diferentes formas de discriminação em relação às pessoas negras: “racializar ou estigmatizar o “outro” e os “outros” é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando a práxis humana” (idem).

O racismo, como ideologia, emerge para justificar a relação material de apropriação física (GUILLAUMIN, 2014) da população negra sequestrada, traficada do continente africano para as Américas, onde foram escravizadas³⁶. Esta ideologia postula a existência de diferenças e hierarquias naturais entre grupos humanos e esta diferença e inferioridade em diferentes níveis (intelectual, moral), é atribuída a grupos que partilham determinadas características fenotípicas (negros/as) ou culturais (índios/as, ciganos) ou mesmo religiosas

³⁶ Abordar o racismo apenas como ideologia significa retirar o componente material concreto que explica sua necessidade histórica: a exploração sem limites, portanto, a apropriação inteira, dos corpos de um determinado grupo social que então é classificado, racializado, como “negro”. No atual momento de desenvolvimento capitalista, a racialização segue como um mecanismo de superexploração da força de trabalho. É o que ocorre, por exemplo, com a população migrante submetida ao trabalho precário no continente europeu e que constituem grande parte do contingente que XX e Braga (2012) denomina de “precariado”.

(judeus). Esse poderoso processo ideológico produz as “raças” e contribui para reproduzir as relações raciais desiguais. Na formação social brasileira, a ideologia racista opera por meio da negação da existência do racismo: exemplo dessa negação é o “mito da democracia racial”, “uma sofisticada forma de racismo patriarcal, patrimonial, elaborada desde o alpendre da casa-grande” (IANNI, 2004, s. p.).

Nosso objeto de pesquisa, o trabalho doméstico não remunerado, sua forma de organização social na particularidade brasileira e sua captura pelo Estado, condensa a síntese das determinações de sexo, classe e raça, como buscaremos mostrar na sequência da exposição.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A delimitação do objeto de pesquisa e dos objetivos desta investigação explicitam, desde já, nossa vinculação ao materialismo histórico e dialético como método de investigação e análise da realidade social. Nossa perspectiva de investigação ancora-se, ainda, na elaboração teórica e metodológica produzida no campo dos estudos e pesquisas do campo feminista e, notadamente, no feminismo marxista e materialista, de que trataremos adiante.

A nosso ver, o desafio da investigação que persegue o método materialista dialético consiste em realizar o processo de análise e apreensão do objeto, em uma perspectiva de totalidade, saturando-o de determinações históricas e sociais, identificando as contradições que o forjam, em um movimento vivo de interpretação do real. A totalidade, compreendida na perspectiva de Kosik (1976, p.44), “[...] não são todos os fatos... [mas] a estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos”.

Ancoradas no método dialético, compreendemos que o objeto concreto não existe sem “duas determinações opostas e necessárias” (LEFEBVRE, 1974, p. 15), ou seja, não existe ser sem contradição (BEVEDER, 2014, p. 339). Esta premissa remete ao caráter concreto, imanente, das contradições, donde seu estatuto de categoria ontológica. Segundo Marx e Engels (2009, p. 32), “as contradições na consciência e no pensamento objetivo dos homens têm uma base objetiva real”. Elas não são construto do pensamento, mas o resultado do seu percurso em busca da apreensão da realidade concreta. Em Marx, a realidade é contraditória. E desta afirmação desdobra-se toda a riqueza do método dialético. E toda a sua dificuldade. Apreender as contradições que dinamizam os processos sociais é o esforço do movimento vivo do método.

Para além de referir-se a suas principais categorias – a totalidade, a contradição – e anunciá-las como norteadoras do método que adotamos em nossa investigação, radica o desafio de pensar conforme o método dialético, que parte do concreto em sua processualidade histórica e essência contraditória, busca suas relações internas, suas mútuas determinações, situando-o em uma totalidade que lhe dá sentido. As categorias ontológicas da dialética marxista – totalidade e contradição – não podem assumir uma dimensão meramente gnosiológica, uma vez que são categoria imanescentes, ontológicas.

Não podem ser citadas e, posteriormente, abandonadas no percurso do processo de reprodução intelectual da realidade, do percurso do método de investigação, que busca apreender as mediações que explicam os fenômenos estudados, “saturando-o de determinações” e articulando-os em uma totalidade, e da exposição que busca reconstituir o todo por meio do *détour* do pensamento ao seu ponto de partida, carregado de novas mediações. E devem ser apreendidas em sua unidade irreduzível, uma vez que “a totalidade sem contradições é vazia e inerte; as contradições fora da totalidade são formais e arbitrárias” (KOSIK, 1976, p. 60).

O desenvolvimento da nossa pesquisa foi estruturado por meio de três procedimentos fundamentais:

1. A reconstrução teórico-metodológica do nosso objeto de estudo, por meio de pesquisa bibliográfica e revisão de literatura das categorias e conceitos centrais para a aproximação da nossa problemática de estudo, de que tratamos acima;
2. Pesquisa e análise de documentos orientadores da implementação das políticas de atenção básica e promoção da saúde no nível federal e municipal;
3. A aproximação com a realidade objetiva das mulheres beneficiárias dos serviços de saúde por meio da utilização de dados de pesquisa empírica, de base qualitativa, realizada junto a mulheres usuárias de um serviço de atenção básica do bairro do Ibura, em Recife – PE, Brasil.

Na perspectiva materialista dialética, a apreensão do real parte das condições em que os indivíduos, grupos e classes sociais vivem, produzem, reproduzem a si mesmos e as suas condições de existência, isto é, das condições materiais de vida, suas dinâmicas, contradições, antagonismos e conflitos.

A atitude primordial e imediata do indivíduo, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um

indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros indivíduos, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 1976, p. 16).

Para apreender a relação estabelecida entre Estado e as mulheres na implementação das políticas de saúde, nossa investigação partiu das condições materiais de produção e reprodução do viver em um determinado contexto. Na nossa metodologia, adotamos a noção teórico-metodológica de contexto como orientadora do processo de pesquisa. Na nossa visão, “contexto não se confunde nem se restringe à ideia de um território, mas define-se como um espaço-tempo no qual as relações sociais tomam lugar e expressam suas particularidades através de práticas sociais concretas” (ÁVILA; FERREIRA; ARANTES, 2016, p. 56).

Baseadas nessa noção, tomamos como contexto de pesquisa a localidade de Monte Verde, na Região Metropolitana do Recife (RMR). A escolha desse contexto de pesquisa ocorreu em função de existir, na localidade, um grupo de mulheres, com o qual estabelecemos os primeiros contatos para a realização da investigação. Nesse contexto, buscamos analisar o cotidiano de atenção e promoção da saúde, e a mediação do Estado por meio dos serviços de atenção básica e a das próprias mulheres na provisão de saúde.

Nosso contexto de pesquisa, a área de Jardim Monte Verde, com 12 mil habitantes, localiza-se no bairro do Ibura, um dos mais extensos e povoados bairros do Recife. A localidade de Jardim Monte Verde, situada no Bairro do Ibura, é área limítrofe entre os municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes, o que a particulariza no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos existentes – há um litígio entre os governos municipais em relação à responsabilidade pela cobertura de educação, saúde e saneamento da área. Investigamos as dinâmicas cotidianas das mulheres nos encargos relacionados à saúde no âmbito dos serviços, no interior das famílias e em outros espaços pelos quais as mulheres circulam como parte da realização destes encargos. É o caso dos serviços de saúde: duas unidades básicas de saúde, vizinhas, são responsáveis pelo atendimento e cobertura de atenção básica e as ações de promoção à saúde na localidade.

A primeira etapa desta pesquisa de campo consistiu na observação do cotidiano dos serviços de saúde e na realização de levantamento das condições socioambientais da localidade, por meio de observação direta, do levantamento de dados secundários do SUS e de uma roda de conversa realizada com mulheres da comunidade sobre as condições de vida no bairro. Parte do trabalho de campo foi realizada de setembro a dezembro de 2016, e consistiu na realização de grupos de discussão com mulheres da localidade atingidas pelo problema de saúde das epidemias, nos quais se buscou apreender os impactos, causas e a mediação dos

serviços públicos frente às demandas das mulheres; e a segunda parte nos meses de abril a junho de 2017.

Utilizamos técnicas de investigação qualitativa no esforço de nos aproximar das dinâmicas que organizam o tempo das mulheres envolvidas nas rotinas dos afazeres domésticos e cuidados no cotidiano e, em particular, sua relação com os serviços de saúde existentes na localidade. Os estudos qualitativos são uma base importante para uma abordagem dialética da realidade, como um caminho que permite conhecer as percepções dos sujeitos e as condições materiais e, a partir daí, poder analisá-las levando em consideração as tensões que constituem as relações sociais (ÁVILA, 2009).

Para apreender os tempos e ritmos do trabalho de cuidado no cotidiano, realizamos três grupos de discussão, centrados especialmente nas dinâmicas de cuidado geradas pela chamada “tríplice epidemia” – dengue, *zika* e *chikungunya*. Foram realizados três grupos de discussão, dois dos quais com mulheres atingidas pelas epidemias de dengue, *zika* e *chikungunya*, principal problema sanitário da época no contexto, e os encargos com saúde de si mesmas e de pessoas da família; e um grupo de discussão com integrantes do grupo de mulheres existentes na localidade.

Os grupos de discussão têm como inspiração um método clássico na práxis do movimento feminista, os chamados grupos de reflexão, desenvolvida nos anos 1980. Tais grupos “se baseavam na relação entre narrativa da experiência pessoal e análise de contexto sócio-histórico” (ÁVILA; FERREIRA, 2014, p. 57).

As informações coletadas nestes grupos de discussão nos levaram a identificar que as mulheres despendem uma série de encargos com cuidado na relação com os serviços de atenção básica em saúde, mas também realizam cotidianamente atividades que dizem respeito à promoção em saúde, na ausência da ação do Estado: retirada e limpeza de áreas de descarte de lixo, atividades relacionadas à manutenção do saneamento ou, antes, com a ausência deste (limpeza de canaletas) e a limpeza urbana propriamente dita (varredura das ruas). No contexto das epidemias, estas atividades foram reforçadas com a campanha para eliminação do foco dos mosquitos por meio da “participação cidadã” dos indivíduos e direcionada, sobretudo, às donas de casa. Incorporar as tarefas de promoção da saúde, nos levou a analisar o trabalho de Sísifo das mulheres.

Para a apreensão da relação entre mulheres e serviços de saúde, recorreremos à observação do cotidiano dos serviços. A observação do cotidiano do serviço de atenção básica encontrou limites infraestruturais e logísticos. Os primeiros referem-se a que o posto de saúde sob a gerência da Prefeitura do Recife encontrava-se em reforma, sem espaço adequado para a

permanência de uma pesquisadora. A equipe básica de saúde mal encontrava espaço para, precariamente, realizar seu trabalho, em condições de elevada insalubridade (umidade em todas as paredes, grande concentração de papéis acumulados e mofados). O único espaço disponível para observação era o da fila de espera, sob um toldo improvisado no estacionamento da unidade de saúde. Os limites políticos se deveram ao fato da presença da pesquisadora ter suscitado desconfiança frente a gerentes do distrito, em função do atraso na reforma e das denúncias já realizadas pelo grupo de mulheres quanto à demora na entrega.

Além disso, levantamos informações sobre as rotinas de cuidado durante o percurso de observação das condições socioambientais e de saúde, com mulheres indicadas por lideranças do grupo de mulheres. Realizamos 07 entrevistas como material complementar sobre o cotidiano dos cuidados em saúde com mulheres usuárias do serviço de saúde e integrantes do grupo de mulheres existente na localidade.

Nossas sujeitas de pesquisa foram 17 mulheres, na faixa etária de 36 a 68 anos, com uma composição equitativa entre mulheres na faixa de 40 anos, 50 anos e mais de 60 anos, com média de 03 filhos(as), parte significativa delas com netos(as) e bisnetos(as), com renda inferior ou igual a um salário mínimo, oriundas do trabalho informal como cuidadoras na própria comunidade, de outras atividades autônomas no campo dos serviços, das transferência do Bolsa Família e da aposentadoria. A maioria autodeclarou-se como negra/parda. Do ponto de vista dos arranjos familiares, predomina o modelo de uniões conjugais heterossexuais, mas é bastante significativo o número de mulheres separadas ou viúvas. A maioria das sujeitas, de diferentes faixas etárias, residem na localidade há mais de 25 anos, desde o início da ocupação que deu origem a Monte Verde.

As condições socioambientais da localidade – especialmente no contexto das epidemias –, as limitações de tempo das mulheres para realizar entrevistas ou fornecer informações, e as condições de funcionamento da unidade de saúde, foram dois fatores que concorreram para limitar nossas possibilidades de levantar mais dados para apoiar nossa análise. Podemos considerar estas dificuldades objetivas no processo de pesquisa como parte dos nossos próprios achados. Elas são, per si, expressões na vida singular das condições precárias de vida e da reprodução social cotidiana das classes populares nas periferias urbanas e das limitações do tempo das mulheres estruturadas pela divisão sexual e social do trabalho.

A área habitada se forjou a partir de uma ocupação, que data de pelo menos 40 anos, segundo relato das primeiras moradoras, algumas das quais sujeitas desta pesquisa. O processo de ocupação desordenado, como é próprio das áreas urbanas das grandes cidades, ao longo de décadas, sem o desenvolvimento de infraestrutura pública, estabeleceu uma

contradição entre o nome do lugar e a paisagem atual. Embora as áreas de monte ainda preservem parte da vegetação, a região ocupada é marcada pela precariedade e pela devastação. A rua principal constitui uma faixa plana, atravessada pelo canal que divide os dois municípios, Recife e Jaboatão.

O “real se mostra no meio da travessia”³⁷: no percurso pelas ruas da localidade revela-se um quadro de extrema precariedade das condições de vida. Grande parte de nossas sujeitas de pesquisa chegaram à localidade ainda na fase de ocupação, movidas pela possibilidade de ter acesso a um terreno para construir uma casa própria. Os relatos sobre a formação da localidade, e as condições da infraestrutura local, são reveladoras do que Oliveira (2013), apresenta como a imbricação entre precarização do trabalho e engendramento do espaço urbano, nos anos 1970, período em que se intensifica o processo de urbanização do país.

As moradias³⁸ foram construídas em áreas de altos e morros e na breve extensão de terra plana, nas margens do riacho, ao pé dos morros. Esta combinação entre as configurações ambientais e a precariedade social levou a que a localidade tenha figurado, até cerca de uma década atrás, dentre as áreas vulneráveis e com forte ocorrência de desabamentos, algumas das quais com vítimas fatais³⁹. Os problemas socioambientais foram se agravando ao longo das décadas e, atualmente, suas principais expressões dizem respeito à condição das águas, do saneamento e do descarte de lixo⁴⁰.

Um arranjo de moradia comum entre as sujeitas da pesquisa são os “puxadinhos”, extensões da casa para abrigar os(as) filhos(as) e netos(as). Este é um arranjo bastante comum no local e podemos considerá-lo como uma expressão, atualizada, das estratégias de acesso à moradia entre a população mais pauperizada da classe trabalhadora que assume os encargos de sua própria reprodução cotidiana e constrói uma saída familiar para uma questão estrutural. O que é particularmente interessante é que são mulheres, avós, aquelas que abrigam e, de

³⁷ ROSA, Guimarães. Grande sertão veredas. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.

³⁸ Na observação mais geral das condições de moradia e nas visitas domiciliares que acompanhamos, encontramos residências em geral com uma certa estrutura, mas com condições de acesso extremamente precárias: aquelas localizadas na via principal, são separadas das ruas pelas canaletas; nos becos e vielas, o acesso se dá por escadarias improvisadas, especialmente entre as casas situadas nas áreas de morro. Como afirmam as próprias moradoras, há casas em boas condições, mas em áreas de risco de desabamento e com problemas estruturais de saneamento. O problema não é, em geral, segundo as moradoras, a condição da casa, mas sua localização, em barreiras. No relato das moradoras, apreende-se uma separação entre casa e condições de moradia: “as casas são boas, mas é cada barreira”, expressa uma das sujeitas da pesquisa.

³⁹ Recorrendo a fonte dos jornais locais, encontramos o último registro de desabamento na localidade no ano de 2007, com duas vítimas fatais. Durante a observação em campo, moradoras nos mostraram a área de desabamento que, atualmente, volta a ser caracterizada como área de risco. Cf. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. *Chuva provoca 09 mortes em Pernambuco*. 02.05.2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0205200717.htm>>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

⁴⁰ O fato da localidade estar situada nesta área limítrofe ocasiona tensões em relação à responsabilidade pela resolução de determinados problemas socioambientais: é o caso do problema do lixo e do saneamento básico, dois aspectos concernentes à promoção da saúde..

certa maneira, lideram este tipo de arranjo, que lhes permite, também, apoiar no cuidado de netos e netas.

Este tipo de moradia compartilhada nos parece uma síntese importante do lugar ocupado pelas mulheres na sustentação e provisão das condições objetivas de vida e reprodução social em condição precária. O trabalho doméstico, entretanto, permanece como o núcleo em torno do qual a estrutura doméstica de reprodução organiza-se: a possibilidade de cuidar das crianças pequenas para liberar as filhas e filhos para o trabalho, é determinante na definição deste arranjo de moradia, no contexto de ausência de creches públicas. Esta situação condensa uma síntese contraditória de como a possibilidade de inserção de mulheres mais jovens no mercado de trabalho, ancora-se no trabalho doméstico não remunerado de outras mulheres, no contexto de precarização do trabalho e de retração do Estado na provisão de acesso à moradia popular⁴¹.

As condições de reprodução da vida na localidade são determinadas também por processos de degradação ambiental geradas pela urbanização desordenada, em particular a poluição das fontes de água e do solo urbano. Ao mesmo tempo, identificamos processos de expropriação de fontes de água, hoje exploradas por empresas de comercialização deste bem vital para a reprodução da vida humana.

⁴¹ Há muitos outros aspectos da relação entre mulheres e moradia que poderiam e merecem ser perscrutados para uma apreensão mais ampla da reprodução social cotidiana e da mediação que as mulheres exercem na organização das moradias das classes populares, dentre os quais a relação entre afetividade, responsabilização pelo cuidado e abrigo dos(as) filhos(as) e netos(as); o “auto-desapossamento” (ÁVILA, FERREIRA E ARANTES, 2016) de sua casa para acolher integrantes da família; as tensões cotidianas; e o peso dessa estratégia como “solução” para a moradia das gerações hoje inseridas no trabalho precário, inclusive no contexto em que o acesso à moradia foi viabilizado primordialmente pelo crédito (Programa Minha Casa, Minha Vida). Em síntese, para usar os termos de Oliveira, se a favela é a “exceção” da cidade, nos anos 1970, o puxadinho conformaria a expressão contemporânea “da exceção da exceção”, abrigo de duas gerações de trabalhadores(as) precários(as) urbanos(as). A desigualdade perdura; a moradia de “exceção” se adapta.

3 CRISE CAPITALISTA, ESTADO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A crise estrutural do capitalismo guarda, neste momento histórico do desenvolvimento desse sistema, dimensões de uma crise civilizatória. As respostas mobilizadas pelo capital para restaurar seu padrão de acumulação agudizam, em todo o globo, os problemas sociais, a barbárie humana e a degradação ambiental. A crise desse modelo, baseado na exploração sem limites de seres humanos e da natureza, atinge com particularidades os países de capitalismo periférico e determinados segmentos da classe trabalhadora, como é o caso das mulheres, cuja condição de exploração se forja na histórica e estrutural articulação entre dominação patriarcal e desenvolvimento do capital.

As crises orgânicas da sociedade capitalista não afetam sua lei geral da acumulação; antes, as estratégias mobilizadas para restaurar o padrão de acumulação nos momentos de crises cíclicas do capital, têm significado o aprofundamento das desigualdades, da exploração do trabalho e da concentração da riqueza. A dinâmica da acumulação capitalista produz, diz Marx,

uma acumulação da miséria que corresponde à acumulação de capital. Portanto, a acumulação da riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão [...] no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital" (MARX, 2013, p. 721).

As crises são, conforme demonstrou Marx, não o último suspiro, mas antes um novo sopro do processo sociometabólico do capital (MÉSZAROS, 2002). Como afirma Braudel (1987), a história da sociedade sob a economia capitalista, e a história mundial em si mesma, só pode ser apreendida por meio de suas crises e dos movimentos de “centragem, descentragem, recentragem, [...] portanto, é através dessas crises que se deve, sem dúvida, abordar o difícil estudo desses mecanismos de conjunto por meio dos quais a história geral se reconstitui (BRAUDEL, 1987, p. 86). As crises cíclicas do capital são inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo, um mecanismo por meio do qual o movimento de valorização do capital enfrenta seu “equilíbrio instável” - “são o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe” (MANDEL, 1990, p. 212)

Expressão das contradições internas da acumulação do capital, as crises são, em geral, sucedidas por processos de restauração do padrão de acumulação que, na história do capitalismo, referiram-se a reconfigurações na materialidade das relações de produção (e, acrescentamos, de reprodução), no papel do Estado e nas relações de força entre classes

dominantes e dominadas; todos esses processos mediados pela construção de consensos necessários à recomposição da hegemonia (MOTA, 1995).

As crises capitalistas não apenas impactam sobre as expressões da desigualdade de classe, sexo e “raça”: as respostas restauracionistas são mediadas, necessariamente, por uma reorganização da divisão social, sexual e racial no trabalho (FALQUET, 2009; 2012). Ainda, na divisão internacional do trabalho: a própria geopolítica mundial é expressão das respostas mobilizadas pelo capital para contra restar suas crises iminentes e, por meio delas, sustentar sua dinâmica de reprodução ampliada.

As respostas à crise sistêmica afetam, portanto, o conjunto das relações sociais, em escala global. A série de transformações que atravessam o campo da produção e da reprodução social, do Estado e, ainda, da própria natureza (com a agudização da questão socioambiental⁴²) nas últimas quatro décadas são expressão das respostas mobilizadas pelo sistema capitalista-patriarcal-racista para manter-se como forma de produção e modo de vida hegemônico e perpetuar uma dinâmica de acumulação baseada na superexploração da força de trabalho e na espoliação, que redundam em degradação das condições de vida e no agravamento das desigualdades sociais.

O trabalho das mulheres, remunerado e não remunerado, encontra-se no coração destas determinações: nas últimas décadas, amplia-se a participação das mulheres no mercado de trabalho, majoritariamente nos postos mais precários; e permanece, com novas tensões, a atribuição majoritária do trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, como um encargo feminino. Esta dupla condição não é um epifenômeno da crise, mas, antes, uma mediação essencial dos processos restauracionistas do capital; e, ainda, uma mediação da ação do Estado, sob a hegemonia neoliberal.

3.1 CRISE CAPITALISTA, DETERMINAÇÕES SOBRE O TRABALHO E O ESTADO

Das últimas décadas do século XX à primeira década do século XXI, o capitalismo atravessou diferentes crises, cuja raiz é comum e revela uma de suas leis gerais, qual seja: que o desenvolvimento capitalista gera limites à sua própria expansão, do que decorre suas crises

⁴² Cf. SILVA, Maria das Graças e. Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social. 2008. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2008. Há consenso entre numerosos autores de que a degradação ambiental atinge níveis que ameaçam a sobrevivência humana no planeta.

cíclicas, frente as quais estratégias de restauração são acionadas. Na década de 1970 do século XX, a crise do modelo de produção taylorista-fordista enseja amplas transformações, no mundo do trabalho, com a emergência do padrão de acumulação flexível, e no plano do Estado, com a adoção das doutrinas neoliberais. Este modelo, orientado para a retração do Estado na garantia dos direitos sociais, se espalha para os países da América Latina pela contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003) levados a termo como parte do processo de Ajuste Estrutural imposto aos países pobres, sob a liderança e ingerência das Instituições Financeiras Multilaterais.

Os programas de ajuste estrutural significaram, na prática, a implantação do programa neoliberal orientado para a privatização de serviços públicos, redução do orçamento para políticas sociais, programas focalizados para os setores mais pauperizados da população e o “enxugamento” da máquina estatal⁴³. O consenso em torno da implementação desta agenda, no que diz respeito à particularidade das políticas de seguridade social do Brasil, é mediado pela construção de uma “cultura da crise”, como analisa Mota (1995).

Segundo Harvey (2005), o capitalismo vem sofrendo desde os anos 1970 um problema crônico de superacumulação, seja por excedente de trabalho (aumento do desemprego) ou excedente de capital (bens sem capacidade de serem consumidos e liquidez de capital sem possibilidades de investimento, que inviabilizam a “realização do valor”). Frente a este estancamento no fluxo da acumulação, o capital mobiliza estratégias restauracionistas. Ao longo do século XIX e XX, estas estratégias tiveram como característica central a realização de ajustes espaço-temporais como os que marcaram a era monopolista e que redefiniram a geografia e geopolítica mundial. Dentre estas estratégias restauracionistas, encontram-se

A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra (HARVEY, 2003, p. 12).

⁴³ As nefastas consequências do programa neoliberal sobre as condições de vida da população levaram a processos de irrupção social nos anos 1990 e 2000, nos quais a América Latina foi o epicentro. Nos referimos aqui aos movimentos “anti-globalização” que se insurgiram no continente, desde o levante de Chiapas, no bojo da resistência contra o NAFTA, aos processos de mobilização de Seattle contra os Acordos de Livre Comércio no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC (1999), às movimentações contra a ALCA em toda a América Latina, os Fóruns Sociais Mundiais organizados em paralelo e resistência do Fórum Econômico de Davos, e outros que se estenderam região adentro e mundo afora (AGUITON, 2002; SILVA, 2016) articulados em torno da resistência à mundialização neoliberal.

Ainda segundo Harvey (2003), frente aos limites da reprodução ampliada, isto é, do crescimento nos marcos nacionais e à necessidade permanente de manter o fluxo de produção dos excedentes, os ajustes espaço-temporais foram uma estratégia fundamental do capital para recuperar e amplificar o curso da acumulação. Estes ajustes espaço-temporais⁴⁴ consistiram basicamente no processo que este autor denomina de “destruição criativa” isto é, a exportação de capitais orientada pela busca de maiores taxas de extração do mais-valor, ou seja, para a superexploração da força de trabalho, de um lado, e de melhores condições de realização do valor, por meio da criação de novos mercados consumidores. Articuladas à criação de novas formas de valorização do capital, estão também as formas de desvalorização, das quais a guerra constitui a faceta mais radical.

A “destruição criativa” levada a termo pelo capital busca gerar novas condições de possibilidade de acumulação, na qual o capital avança sobre territórios em diferentes partes do planeta. Nesse processo, “o capital necessariamente cria, em um primeiro momento, um ambiente físico à sua própria imagem unicamente para destruí-lo depois, quando busca expansões geográficas e deslocamentos temporais como soluções para as crises de superacumulação que o afetam ciclicamente” (HARVEY, 2003, p. 13). Para o autor, o desenvolvimento capitalista é esta própria “história da destruição criativa (com todas as suas consequências sociais e ambientais negativas) escrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo” (HARVEY, 2003, p. 13).

No esteio do pensamento de Rosa Luxemburgo e de sua teoria da acumulação do capital⁴⁵, Harvey postula que se processa, na contemporaneidade, uma inflexão no processo de acumulação capitalista com a criação, ou exponenciação, de novos mecanismos para a acumulação de capital. O autor (2003, 2005) salienta que “a incapacidade de acumular por meio da reprodução ampliada tem sido compensada por um aumento das tentativas de acumulação mediante *desapossamento*” (HARVEY, 2003, p. 10), que se torna uma característica central dentro do capitalismo global e se expressa através da abertura forçada de mercados, das privatizações e outros métodos de expropriação dos bens comuns.

Os mecanismos analisados por Marx em relação aos processos históricos e sociais que

⁴⁴ Estes ajustes tomaram duas formas fundamentais nos últimos dois séculos: primeiro sob a hegemonia europeia, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX. Segundo, sob a hegemonia norte-americana, no período pós-guerra, quando se conformam as bases da geopolítica mundial ainda vigentes e que tem neste país seu centro de dominação.

⁴⁵ Harvey e diversos autores (ANGELIS, 2001; HARVEY, 2005; FEDERICI, 2004; MIES, 1986) postulam a atualidade da categoria marxiana de “acumulação primitiva” para apreender a acumulação capitalista na contemporaneidade e, em particular, a mediação dos processos de expropriação para a acumulação de capital. Segundo estes(as) autores(as), a acumulação primitiva não diz respeito à pré-histórica do capital – é, antes, um processo permanente e fundamental para a acumulação do capital.

levaram à imposição das relações capitalistas e à criação de uma “força de trabalho livre” para o capital, constituem mediações necessárias à apreensão do desenvolvimento capitalista em seu processo contínuo de expansão e de unidades dialéticas que lhe são inerentes, como a relação entre formas capitalistas e “não capitalistas” de produção e vida (LUXEMBURGO, s. d.; MIES, 1986), entre propriedade privada e “bens comuns”, entre dominação-exploração capitalista e outras formas de dominação (patriarcal, racial e colonial); e, ainda, a mediação do Estado e da violência na sociedade do capital. Em síntese: a dialética permanente entre processos de expropriação e exploração na acumulação capitalista (LUXEMBURGO, s. d.).

A categoria acumulação primitiva assume particular relevância para compreender a particularidade da formação social e econômica das ex-colônias convertidas em economias periféricas teorizada pelos estudiosos da dependência⁴⁶ e para a apreensão da conformação histórica da imbricação entre capitalismo, patriarcado e racismo. E, ainda, para apreender a mediação do Estado no processo de reprodução do capital via processos de expropriação.

Rosa Luxemburgo, em sua revisão da teoria da acumulação de Marx e da investigação sobre o capital, se detém sobre uma das principais particularidades do modo de produção capitalista, qual seja, a sua capacidade de expandir-se por todo o globo e impor-se como o único modo de produção pela destruição ou subordinação das formas de produção pré-capitalistas e não-capitalistas. No marco temporal compreendido entre a colonização das Américas até os dias de hoje, a história da humanidade tem sido aquela do avanço do capitalismo pela face da terra e a incorporação de outras formas de produção e modos de vida.

Para a autora, a relação com as regiões ou países onde prevalecem formas de produção não capitalistas são vitais para o ciclo de acumulação do capital, o que significa que o modo de produção capitalista pressupõe o mercado mundial, sua expansão permanente, ou, em termos contemporâneos, sua “mundialização”.

La producción capitalista ha estado calculada, en cuanto a sus formas de movimiento y leyes, desde el principio, sobre la base de la Tierra entera como almacén de fuerzas productivas. [...] La cuestión acerca de los elementos materiales de la acumulación del capital, lejos de hallarse resuelta por la forma material de la plusvalía, producida en forma capitalista, se transforma en otra cuestión: **para utilizar productivamente la plusvalía realizada, es menester que el capital progresivo disponga cada vez en mayor grado de la Tierra entera para poder**

⁴⁶ Para Amin, a acumulação primitiva é um processo inerente ao desenvolvimento da sociedade capitalista e se expressa por meio das “transferências de valor” na economia mundial dos países periféricos para países desenvolvidos. Esta definição aproxima-se das teorias da dependência desenvolvida por autores latino-americanos, como Marini (2005). De acordo com Amin, “as relações entre as formações do mundo “desenvolvido” ou avançado (o centro) e as do mundo subdesenvolvido (a periferia) são afetadas por transferências de valor, e estas constituem a essência do problema da acumulação em escala mundial” (AMIN, 1974, p. 3, apud ANGELIS, 2011, s. p., tradução nossa).

hacer una selección cuantitativa y cualitativamente ilimitada de sus medios de producción. (LUXEMBURGO, s. d., p. 173, grifos nossos)

Conforme sua tese, “el esquema de la reproducción ampliada, considerado de cerca, hace referencia, en sus relaciones, a circunstancias que se encuentran fuera de la producción y acumulación capitalistas” (LUXEMBURGO, s.d., p. 169). A revisão da teoria da acumulação de Marx empreendida por Luxemburgo tem em seu cerne a investigação sobre a mediação das relações não capitalistas no processo de reprodução do capital. Esta mediação é também explorada pela teoria feminista e, notadamente, no que diz respeito ao trabalho doméstico, gratuito, realizado pelas “mulheres” convertidas em “donas de casa” com a emergência do modo de produção capitalista. Autoras como Mies (1986), que investigou a articulação entre patriarcado e capitalismo, ancoram-se nas elaborações originais de Luxemburgo. Segundo Mies (1986),

O capitalismo sempre precisou de "fundos e extratos não-capitalistas" para sua extensão. De acordo com sua tese [Luxemburgo], esses estratos eram camponeses, colônias e o sistema imperialista. Sem a contínua exploração dos trabalhadores não-assalariados e dos recursos naturais, e uma extensão perpétua dos mercados, o capitalismo não poderia continuar seu processo de permanente "acumulação primitiva" (LUXEMBURGO, 1923). Luxemburgo não era feminista. Mas sua análise foi crucial para entendermos por que as mulheres como trabalhadoras domésticas não remuneradas, as colônias e, finalmente, os recursos da natureza devem ser explorados para o processo de acumulação de capital em curso (MIES, 1986, p. 36, tradução nossa).

O neoliberalismo, na trilha do que defende Harvey (2004), Federici (2004) e Angelis (2001) é, em si mesmo, uma expressão da “acumulação primitiva” ou da acumulação pelo desapossamento. Como afirma Angelis, “o atual projeto neoliberal global, que de várias maneiras almeja os bens sociais criados no período pós-guerra, se estabeleceu como uma forma moderna de cercamento, apelidado por alguns como ‘novos cercamentos’ [*new enclosures*]” (ANGELIS, 2001, p. 19, tradução nossa).

Marx aponta outros métodos de expropriação de povos e nações como métodos da acumulação primitiva: a dívida pública, o moderno sistema fiscal e o sistema internacional de créditos. Desta maneira, a acumulação primitiva não está restrita aos cercamentos de terras, mas a poderosos mecanismos de expropriação de bens coletivos por meio da captura dos fundos públicos, mecanismos que se acirram com a dominância do “capital portador de juros”. A imposição pacotes de austeridade a países como Portugal, Grécia e Itália, nos últimos anos, como condição para a renovação de empréstimos destes países ao Banco Europeu, expressa a expropriação massiva de direitos coletivos e condições de existência de

populações inteiras imposta pelo sistema internacional de crédito.

No contexto da “dominância da valorização financeira”, a dívida pública assume um papel fundamental na valorização do capital fictício e um poderoso instrumento por meio do qual recursos do fundo público são drenados para a reprodução do capital (BRETTAS, 2012). A financeirização corresponde assim, a um processo de expropriação de uma parcela cada vez maior do fundo do trabalhador em benefício do capital que redundando em um aumento avassalador da concentração de renda (PIKETTY, 2014). Conforme afirma Abílio (2014), o “passe livre para a financeirização também o é para a concentração de renda”. A financeirização avança sobre outros campos da vida cotidiana e na própria esfera da reprodução privada, sob a forma de seguros de saúde populares, crédito para moradia popular e empréstimos consignados utilizados, em geral, para quitação de dívidas ou outras necessidades⁴⁷.

Esta ofensiva se lança também sobre Estados-nação, por meio do mercado de compra e venda de títulos da dívida pública. O Estado é, em si mesmo, meio e fim desse processo de expropriação, instrumento e objeto. A acumulação por desapossamento expressa uma

aliança non sancta entre os poderes de Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma a ponta da lança de um “capitalismo de rapina” muito mais dedicado à apropriação e desvalorização de ativos do que à sua construção por meio de investimentos produtivos. Sob as condições de superacumulação, estes “outros meios” podem ser dirigidos para forçar desvalorizações e práticas canibais preferentemente praticadas em espaços alheios e sobre aqueles que têm menos capacidade de reação (HARVEY, 2003, p. 20).

A espoliação avança sobre bens e serviços públicos que constituem legados da luta de classes e da correlação de forças entre capital e trabalho que vigorou durante um brevíssimo período (do pós-segunda Guerra ao final dos anos 1970 do século XX) e no contexto dos países do Norte. A esse processo Harvey denomina de “mercantilização da propriedade social”. Essa propriedade coletiva converte-se, pela privatização, em ativos financeiros, como é o caso notável dos fundos de pensão, por meio dos quais “a poupança acumulada [pelo trabalho] se transforma em capital”; neste mesmo processo, assalariados convertem-se em “acionistas diretos” cujo futuro passa a depender das flutuações do mercado financeiro. A seguridade social converte-se em (in) seguro social, portanto, regido pela incerteza do mercado financeiro, especialmente para os pequenos jogadores.

No capitalismo contemporâneo, verifica-se, portanto, a separação entre pessoas e meios de reprodução social, convertidos, também, em mercadorias, como é o caso da água, no

⁴⁷ Cf. Moura (2016).

campo e na cidade; e a mercantilização de serviços relacionados às atividades domésticas e aos cuidados. Como afirma Mota, a fase atual de acumulação capitalista é marcada

Pela mercantilização da esfera da reprodução (...) a repercutir em dois níveis: na expropriação e mercantilização de atividades domésticas e privadas não mercantis e na superexploração dos trabalhadores e das famílias. A privatização dos serviços os impele a retirar parte dos seus salários para comprar seguros e planos privados de saúde, complementação das aposentadorias e educação; particularmente, no caso das mulheres dos países periféricos, além das duplas jornadas de trabalho, são obrigadas a incorporar, como parte das suas atividades domésticas, um conjunto de afazeres que deveria ser de responsabilidade pública, a exemplo dos cuidados, dentre outros serviços (MOTA, 2013, s. p.).

Os ajustes espaço-temporais movidos pelo capital para manter sua dinâmica de acumulação não ocorrem apenas no nível produção; mas, também, e incontornavelmente, no nível da reprodução social: as transformações ocorridas em relação à provisão nos cuidados nas sociedades contemporâneas, periféricas e centrais, são expressão viva deste processo.

Os fluxos de migração para a Europa de mulheres provenientes dos países latino-americanos, do norte da África ou das periferias da Ásia e do próprio Leste para a realização de trabalho doméstico e de cuidados são cada vez mais intensos, e constituem a outra face do desmoronamento das políticas universais de bem-estar e do acirramento das políticas de austeridade. Ávila (2013, s. p., no prelo), corrobora que “apesar de ser mais visível a reestruturação produtiva, há também uma reestruturação das relações de trabalho na esfera reprodutiva dentro da reconfiguração globalizada da divisão internacional do trabalho, que tem como uma de suas fortes características a migração das mulheres dos países do Sul para os países do Norte, para responder a demanda do mercado de trabalho doméstico”.

Neste atual estágio de desenvolvimento do capital, que Harvey (2003) denomina como de acumulação por “espoliação” - a expansão do capital pelo planeta mediante a abertura de mercados por via da pressão por acordos de livre comércio, por mudanças institucionais que favoreçam o domínio do capital transnacional inclusive sobre os serviços públicos (saúde, educação, dentre outros).

Ademais da expropriação de terras e territórios por diversas partes do globo, Harvey situa como parte do processo de desapossamento toda a investida na flexibilização das legislações trabalhistas, a privatização de serviços estatais e a mercantilização dos bens comuns. O que Harvey não problematiza, e permanece em grande medida invisibilizado neste debate, é como a expropriação dos serviços e equipamentos públicos de apoio à reprodução social e sua transferência para as famílias e para o mercado, significa, por seu turno, maior apropriação do tempo das mulheres para suprir encargos até então assumidos pelas políticas

sociais.

Os ajustes espaço-temporais analisados por Harvey abrangem a dimensão das relações de produção e as diferentes formas de desapossamento (bens comuns, serviços públicos, rapina financeira, as patentes e diferentes formas de propriedade intelectual etc.), mas a dimensão da reprodução ainda nos parece insuficientemente abordada. Além das dinâmicas espaciais e territoriais, identificadas pelo autor, estes ajustes se voltam para a reconfiguração e apropriação, sem limites, do tempo social e, notadamente, do tempo de determinados grupos sociais (inclusive o tempo livre⁴⁸). Numa palavra: para a intensificação da exploração.

A mediação determinante da espoliação é a separação entre trabalhadores(as) e meios de produção e sua conversão em força de trabalho “livre” para o mercado capitalista. Ambas são, portanto, dimensões indissociáveis, dialeticamente articuladas. Numa palavra: a expropriação está orientada para a exploração da força de trabalho ao estabelecer a cisão entre pessoas e seus meios de produção. Ambas sustentam o processo de acumulação de capital. A exploração, a apropriação do mais-valor e, portanto, do tempo de trabalho excedente, segue sendo a coluna cervical do capitalismo, como o comprovam os ataques sistematicamente desferidos aos direitos, a ampliação das jornadas de trabalho, o desenvolvimento de novas “normas temporais do trabalho” orientadas a maximizar o tempo de trabalho apropriado pelo capital (LINHART, 2005), a manutenção de extensas jornadas de trabalho doméstico não remunerado e remunerado.

3.2 O TRABALHO DAS MULHERES NO CONTEXTO DA CRISE E NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

O processo restauracionista que sucedeu à crise mundial do final da década de 1970 ocorreu em dupla via, dialeticamente integradas. De um lado, a reestruturação produtiva que, em síntese, desterritorializou a fábrica, transnacionalizou a produção, fragmentou e atomizou a classe trabalhadora, derruindo, a uma só vez, todas as dimensões da organização do trabalho em torno da qual se constituiu um vigoroso movimento sindical no século XX (BIHR, 1998). De outro, a contra-reforma do Estado pela imposição da ortodoxia neoliberal.

Ambos os processos foram impulsionados, ao passo em que favoreceram, a dominância financeira da valorização. Ao longo das quatro últimas décadas, o resultado deste

⁴⁸ DONOSO, Tiago Basílio. O Sono como Última Fronteira do Capitalismo: três teorias em relação ao tempo livre. In: Cadernos CEMARX. N. 8. 2015.

processo, do ponto de vista da classe trabalhadora, é a precarização das relações e das condições do trabalho, a emergência de um amplo contingente de trabalhadores (e, sobretudo, trabalhadoras) no campo dos serviços, a queda vertiginosa dos rendimentos, o aumento dos níveis de desemprego e a degradação das condições de trabalho e vida. Com seu corolário: o crescimento exponencial da desigualdade.

Tomamos aqui o conceito de superexploração da força de trabalho de acordo com o pensamento de Ruy Mauro Marini, desenvolvido como parte do seu esforço por caracterizar a dinâmica de reprodução do capitalismo nas economias dependentes, em particular, no continente latino-americano. A superexploração “... se define [...] pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real (MARINI, 2000, p. 160). O conceito de superexploração tem se mostrado de grande relevância para apreender as transformações no mundo do trabalho emergentes no processo de reestruturação produtiva e da intensificação da busca, pelo capital, de força de trabalho com baixa remuneração em diferentes partes do globo.

Esse processo particulariza-se, no caso das mulheres, pela mediação da divisão sexual do trabalho que compreendo, ancorada nas elaborações das teóricas feministas materialistas (HIRATA; KERGOAT, 2007; TABET, 2014; GUILLAUMIN, 2014; MATHIEU, 2014; FALQUET, 2008), como a base material das relações sociais de sexo. O capital utiliza-se da divisão sexual do trabalho para fins de aprofundar a exploração e ampliar a acumulação, seja pela exploração da força de trabalho das mulheres no mercado de trabalho, sob rendimentos rebaixados, seja pela apropriação do trabalho doméstico realizado gratuitamente para suas famílias na esfera da reprodução social e que é responsável pela produção de “parte do valor da reprodução da força de trabalho, aquele referente a sua reposição e manutenção diária” (IASI, 2011, p. 140).

Nas três últimas décadas, no processo de restauração capitalista, que abrange numa mesma processualidade a reestruturação produtiva e a reforma neoliberal do Estado (DUQUE-ARRAZOLLA, 2004), assistimos incrementar-se exponencialmente a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Uma intensificação da presença das mulheres no trabalho profissional, uma das mais significativas mudanças verificadas na situação das mulheres nas últimas décadas do século XX, ocorre, contraditoriamente, no contexto de reestruturação produtiva com seus corolários: a flexibilização e precarização das relações de trabalho, as novas formas de gestão e organização do processo produtivo que fragiliza a organização política de trabalhadores e

trabalhadoras (ANTUNES, 2003) e a financeirização da economia.

É forçoso assinalar que ao apontar esta tendência não estamos afirmando que a inserção das mulheres no trabalho remunerado date deste período ou, mais amplamente, se verifique apenas com a consolidação das relações de trabalho capitalista, no Brasil e alhures. As mulheres sempre estiveram presentes no contingente de trabalhadores(as) brasileiros(as): em nossa formação social, primeiro na condição de escravizadas e, posteriormente, no mundo de serviços precários, nas áreas urbanas, e no serviço doméstico, no que diz respeito às mulheres negras. Em segundo lugar, na agricultura, as mulheres sempre estiveram presentes, porém invisibilizadas na sua condição de trabalhadoras pela perspectiva patriarcal de que eram “ajudantes” ou “donas de casa”. Situação até muito recentemente denunciada pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais. Assim, para os segmentos mais discriminados de mulheres da classe trabalhadora, o trabalho sempre foi uma condição definidora de sua condição social, de maneira central, no caso das mulheres negras.

A síntese deste conjunto de processos no mundo do trabalho nas últimas três décadas evidencia-se no aprofundamento dos níveis de exploração da força de trabalho em escala global e da concentração da riqueza em escalas nunca antes alcançadas na história do modo de produção capitalista (PIKETTY, 2014).

Na realidade brasileira, marcada pela inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e pela superexploração da força de trabalho como traço estruturante da dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente (MARINI, 1973), também se verificou um aumento da taxa de ocupação das mulheres nas três últimas décadas. Este movimento foi acompanhado de sua maior inserção nos postos precários de trabalho, especialmente no setor de serviços (HIRATA, 2009; NOGUEIRA, 2011; BRAGA, 2012).

Este processo é marcado por uma espécie de “modernização conservadora”: de um lado, a ampliação da inserção das mulheres nas relações assalariadas; de outro, a permanência dos espaços tradicionais de ocupação: o setor de serviços e o emprego doméstico. Ampliação e precarização do emprego feminino constituem uma dinâmica contraditória que expressa a manutenção de rígidas fronteiras da divisão social e sexual do trabalho sob a ordem capitalista e patriarcal.

Tomemos em conta, por exemplo, os centros de telemarketing instalados em países de economia periférica que empregam, sobretudo, a mão-de-obra feminina, jovem e de setores sociais racializados (NOGUEIRA, 2011; BRAGA, 2012). As vastas cadeias de trabalho em domicílio que se espalham pelo mundo, ligando municípios como Toritama, no Agreste Pernambucano, a circuitos nacionais e internacionais por onde circulam as marcas (VÉRAS

DE OLIVEIRA, 2011). A face feminina e negra da informalidade no Brasil. A categoria das empregadas domésticas, majoritariamente constituídas por mulheres negras, segunda maior ocupação das mulheres brasileiras. O fato do maior contingente de pobres no mundo ser constituído por mulheres. E o fenômeno nomeado por Sassen (2010) como “feminização da sobrevivência” para referir-se ao fato das mulheres de setores mais pauperizados da classe trabalhadora serem fonte de sustento de suas famílias e do próprio Estado das economias periféricas, através remessas de divisas por meio de sua inserção em cadeias de exploração no trabalho doméstico e, ainda, na prostituição. Conforme afirma Abílio (2014),

A constituição histórica do trabalho feminino adapta-se muito bem à flexibilidade exigida em redes de produção e de distribuição que se transnacionalizam e que se utilizam em larga escala do trabalho desqualificado, desprotegido e de baixa remuneração; paralelamente, mulheres de baixa renda nos países do Terceiro Mundo assumem o papel de chefes informais de família [...] “improvisando” nos meios de sobrevivência (ABÍLIO, 2014, p. 87).

Dados produzidos por instituições como a CEPAL (2012) apontam que as mulheres conformam hoje a maior parte do contingente de empobrecidos da América Latina e do Brasil, em particular. Essa situação se acirra em momentos de crise econômica, quando as desigualdades já enfrentadas por este grupo social no mundo do trabalho tendem a se agravar, uma vez que o “trabalho considerado feminino” (FALQUET, 2011) é o mais atingido pelos processos de precarização e desregulamentação.

No Brasil, as mulheres estão inseridas, muito mais que os homens, nos postos de baixos rendimentos: enquanto 22,1% dos homens ocupados recebem até 1 salário mínimo, para as mulheres este percentual é de 31,4%. Além disso, há mais mulheres ocupadas sem rendimentos (ou recebendo somente em benefícios), no total de 10,0%, do que homens que somam 5,8% (PNAD/IBGE, 2011). As mulheres são, ainda, a maioria da população sem nenhum rendimento. Enquanto 16,5% dos homens estão nessa situação, entre as mulheres esse percentual chega a 30,5% (CEPAL, 2012, com base na PNAD/2011).

Conforme aponta Hirata,

no contexto de reestruturação do capital, observa-se que as mulheres não são um simples exército industrial de reserva, pois há um “crescimento simultâneo da taxa de atividade feminina e da precariedade do emprego”, seja pelo aumento do emprego em tempo parcial (Europa, Japão) seja pelo aumento do trabalho informal, como é o caso do Brasil. São empregos instáveis e precários sob a lógica de acumulação do capital com sua dinâmica de expulsão/integração das(dos) trabalhadoras(es) à produção capitalista e que, mediante sua flexibilização, estimulam a contratação de força de trabalho, sobretudo a feminina (HIRATA, 1997, p. 17 apud DUQUE-ARRAZOLA, 2009, p. 233).

Os indicadores do IPEA sobre a evolução do emprego no período dos governos neodesenvolvimentistas apontam para a persistência de altas taxas de precarização do trabalho em geral e das ocupações das mulheres, em particular. A taxa de precarização feminina⁴⁹ no Brasil é de alta magnitude, chegando a 41,2% da População Economicamente Ativa (IPEA, 2015, com base no Censo/2010).

Em pesquisa sobre o trabalho informal de mulheres em três contextos considerados de “forte desenvolvimento econômico” no país, Ávila, Ferreira e Arantes (2016) constata que as mulheres são não apenas a maioria em situação de precariedade das relações e condições de trabalho como situam-se nos últimos elos mais precários da cadeia de produção. As experiências de trabalho das mulheres inseridas em contextos precários de trabalho nas confecções, na construção civil e em cooperativas prestadoras de serviço para indústrias de mineração transnacionais evidenciaram que a precariedade pode se configurar inclusive nas relações de trabalho formalizadas, sob a forma de intermitências dos vínculos, insustentabilidade nos rendimentos, interdições no acesso a direitos e desproteção social. Evidenciam, portanto, que “a informalidade está no coração da formalidade” (ARAÚJO; DURÃES, 2010) e o que postula Francisco de Oliveira (1984, p. 121), sobre a “relação intrínseca – nada dual – entre o moderno e o precário no cerne da acumulação capitalista à brasileira”. Ademais, as mulheres estão inseridas em atividades laborais que envolve grave desgaste físico⁵⁰ e exposição à insalubridade.

No caso das mulheres trabalhadoras, que se mantêm como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, mesmo inseridas no trabalho remunerado, a precarização só pode ser apreendida ao se considerar as dinâmicas e condições de inserção nesses dois trabalhos. Para as mulheres, “a divisão sexual do trabalho, materializada em suas vidas cotidianas como um movimento contínuo entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo de maneira intermitente e, em muitos casos, de maneira simultânea, é em si um fator de precarização” (ÁVILA,

⁴⁹ Indicador produzido pelo IPEA para a análise da precariedade no mundo do trabalho e a qualidade do emprego gerado no período sob o chamado neodesenvolvimentismo. Estão abrangidas na condição de precariedade as seguintes categorias: empregadas sem carteira de trabalho assinada, as trabalhadoras por conta própria, trabalhadoras não remuneradas, trabalhadoras na produção para o próprio consumo e empregadoras com até cinco empregados. A produção deste indicador oferece um contraponto às análises, então propaladas, de que o “pleno emprego” havia sido alcançado no Brasil. Apesar do incremento do emprego formal no período, os dados apontam para a manutenção da informalidade estruturante do mercado de trabalho no Brasil, com postos marcados pela desproteção social e baixos rendimentos.

⁵⁰ Para Marini, o desgaste físico exponenciado da força de trabalho constitui uma das expressões da superexploração do trabalho nas economias dependentes (MARINI, 2005). No caso das mulheres, pela mediação da divisão sexual do trabalho e a atribuição majoritária do trabalho doméstico não remunerado a elas, a dupla jornada de trabalho, remunerado e não remunerado, amplia esse desgaste. Essa dimensão não foi, evidentemente, considerada pelos estudiosos da dependência.

FERREIRA; ARANTES, 2016, p. 111). A precariedade não é uma situação estática dada pela natureza do vínculo estabelecido; ela é um movimento permanente estruturado por processos materiais e ideológicos nas trajetórias laborais das mulheres e na articulação entre produção e reprodução social.

Conforme afirma Abílio (2014), a análise da condição das mulheres no mundo do trabalho evidencia a persistência das desigualdades nas trajetórias de trabalho masculinas e femininas:

A trajetória masculina, seja nos trabalhos de maior ou menor remuneração, realiza-se na constituição de uma identidade profissional, assim como do papel de chefe de família. Já para as mulheres, é concretizada numa associação com as ocupações de menor remuneração, menor qualificação e maior rotatividade, ocupações estas aliadas ao trabalho não reconhecido como trabalho que desempenham na esfera doméstica (ABÍLIO: 2014, p. 88).

Nas situações investigadas por Ávila, Ferreira e Arantes (2016), o elemento constante de garantia de melhores patamares de renda para as trabalhadoras é *a intensificação de seus ritmos e jornadas de trabalho*, o que corrobora os achados de Abílio (2014) sobre a apropriação ilimitada do tempo como uma dimensão constitutiva da exploração do trabalho das mulheres, com a conversão, inclusive, do tempo de não-trabalho como tempo de trabalho. Conforme afirma esta autora, a partir de investigação sobre as revendedoras de produtos cosméticos da empresa Natura por meio do Sistema de Vendas Diretas (SVD),

O tempo do trabalho passa para o centro da análise. Precarização do trabalho nas suas formas contemporâneas e consumo produtivo têm um elo em comum: a indiscernibilidade ou mesmo indistinção entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho – indistinção que pode significar que todo tempo se torna potencial tempo de trabalho (ABÍLIO, 2014, p. 174).

As formas contemporâneas de exploração do trabalho evidenciam, segundo esta autora, a “ausência ou perda de garantias de uma jornada definida, além da transferência de custos para o trabalhador. Esses exemplos indicam que as fronteiras entre o que é o que não é tempo de trabalho já não estão bem definidas, o que se traduz na extensão do tempo de trabalho” (ABÍLIO, 2014, p. 175). Estas são características historicamente associadas ao trabalho feminino.

A síntese de Abílio (2014) aponta que “feminização do trabalho” não significa, somente, ou menos, aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho, mas sim, e sobretudo, que “as características tradicionalmente associadas ao trabalho feminino se adequam perfeitamente às demandas do ‘trabalhador flexível’ em geral” (ABÍLIO, 2014, p.

87). E conclui, ainda, em sua pesquisa sobre trabalhadoras do sistema de vendas diretas (revendedoras de cosméticos da marca Natura, no Brasil) que as características do trabalho doméstico são também assimiladas às novas formas flexíveis de trabalho.

Eis aqui uma particularidade nodal que a superexploração da força de trabalho assume na contemporaneidade, apontada por Abílio e que, na nossa visão, só é possível de ser apreendida pela análise do “trabalho tipicamente feminino”: a indistinção entre tempo de trabalho e não trabalho, assim como a ampliação do tempo de trabalho não pago, constituem “elementos centrais para problematizarmos a relação entre exploração do trabalho e acumulação, e reproduzem muito da lógica que historicamente estrutura o trabalho feminino em domicílio” (ABÍLIO, 2014, p. 87).

Com efeito, as relações de trabalho que se espriam no bojo do processo de reestruturação produtiva, a exemplo do trabalho em domicílio remunerado por peça, constituem formas por excelência de inserção das mulheres no mercado de trabalho, notadamente nos países de economia periférica. O que queremos ressaltar desta análise é, primeiro, que a inserção das mulheres no trabalho remunerado realiza-se sobretudo no trabalho precário, especialmente nas franjas mais pauperizadas da classe trabalhadora; segundo, que estas relações são marcadas pela exploração seja na forma de mais-valia relativa como da extorsão da mais-valia absoluta, por meio de longas jornadas de trabalho. Conforme sintetiza Abílio (2014), “o trabalho vivo não está diminuindo; ao contrário, trabalha-se mais, em meio a formas antigas e a inéditas ausências de forma” (ABÍLIO, 2014, p. 208).

Abílio conclui, na esteira de outros trabalhos, que “as características que hoje definem a flexibilização há muito são constitutivas das ocupações desempenhadas pelas mulheres” (ABÍLIO, 2014, p. 208). Mies (1986), por sua vez, afirma que “estruturalmente, a condição de trabalho das mulheres permanece similar. Mas hoje, chama-se isto de “trabalho precário” (MIES, 1986, p. 111).

A “banalização do tempo do trabalho para além do trabalho” é reveladora, a nosso ver, do desvalor do tempo social das mulheres como grupo social, do qual o capital se vale para fins de expansão da apropriação do mais-valor. Este tempo, escamoteado e imiscuído nas outras atividades que conformam o trabalho doméstico ou na sociabilidade que este faz emergir entre as mulheres, nas redes de vizinhança, é sistematicamente apropriado pelo capital. E também pelo Estado. Aqui remetemos ao tempo da espera nos postos de saúde, como expressão do descaso com o tempo da vida, e com a própria vida, das mulheres, especialmente dos setores mais pauperizados. Tempo disponível confunde-se com

individualidade disponível (GUILLAUMIN, 2014) e, portanto, interdita⁵¹.

Esse desvalor social do tempo das mulheres é dotado de funcionalidade para o capital e é, pela mediação da ideologia, incorporado e reproduzido pelas próprias trabalhadoras. Em sua investigação com as revendedoras, Abílio (2014) sistematiza como estas sujeitas referem-se ao trabalho de vendas como “fazer nada”. Para a autora, este “fazer nada” é, “na realidade, fazer várias coisas: distribuir os catálogos [...] entregar os pedidos [...] transmiti-los pela internet, separar as encomendas, pagar os boletos bancários, receber os pagamentos dos clientes e entregar as encomendas” (2014, p. 20).

A mediação das ideologias do trabalho próprias do modelo de acumulação flexível (a exemplo do empreendedorismo) parece articular-se com os elementos da ideologia patriarcal que naturaliza e destitui de valor social as atividades realizadas pelas mulheres. Esta situação evidencia, conforme sintetiza a autora, que “os elementos problemáticos historicamente associados ao trabalho doméstico parecem hoje estar no cerne da flexibilidade das vendas e certamente não são exclusivos a elas” (ABÍLIO, 2014, p. 34). Numa palavra, “o flex é feminino” (ABÍLIO, 2014, p. 34).

Esta inserção precária está diretamente relacionada, como apontam diferentes estudos e pesquisas, à permanência do trabalho doméstico não mercantil como um encargo das mulheres, no contexto de ausência de serviços públicos de apoio e socialização das atividades da reprodução social nos países da periferia do mundo (e de seu desmoronamento, no caso dos países de economia central).

O apelo ideológico ao “empreendedorismo” e às formas de trabalho em domicílio precário, mascaram esta realidade objetiva e material: a necessidade concreta enfrentada pelas mulheres de “conciliar”, pela inserção precária, trabalho remunerado e atividades domésticas e de cuidado, especialmente no caso das mulheres com filhos(as) pequenos(as), cujos cuidados são, nas palavras de Ávila (2009), inadiáveis e, portanto, incontornáveis. Do outro lado desta relação, e confirmando-a, está o fato de que a inserção das mulheres no trabalho remunerado implica em aumento ou permanência de outras mulheres, dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, no emprego doméstico.

No cotidiano das mulheres, emergem também, como estratégias para arcar com estes

⁵¹ Levanta-se aqui o debate em torno da relação entre exploração dominação-patriarcal, trabalho doméstico e interdição à individuação das mulheres. A constituição do indivíduo implica um espaço (WOOLF, 1928) e também um tempo para si (ÁVILA, 2009). Este espaço-tempo é justamente tomado pelas relações que conformam o trabalho doméstico em sua dimensão objetiva e subjetiva. Esta discussão remete a uma dimensão ontológica: a constituição de ser social tomando em conta a constituição de grupos sociais sexuais e as relações daí decorrentes ao longo da história humana e, particularmente, da fase histórica que denominamos de patriarcado capitalista (SAFFIOTTI, 2004).

encargos e liberar tempo para o trabalho remunerado, ainda que precário, diferentes formas de remuneração de outras mulheres, sejam como empregadas domésticas em situação de extrema precarização, seja da remuneração por tarefas parcelares, como levar e trazer filhos(as) da escola.

Segundo Souza-Lobo (2011) duas condições marcam a situação das mulheres no mercado de trabalho na realidade da América Latina: sua concentração no setor de serviços e nos serviços domésticos. Para a autora, esta realidade objetiva levanta duas questões:

1. As relações entre a dinâmica do mercado de trabalho e as práticas sociais das mulheres. Por um lado, as necessidades familiares determinam estratégias de sobrevivência em que as mulheres buscam no mercado ocupações marcadas pela representação de ocupações femininas que ao mesmo tempo possibilitam integrar atividade doméstica e atividade assalariada; 2. A precariedade das formas socializadas de reprodução social no nível da sociedade e do Estado reforçam o papel das mulheres nessa esfera sob um duplo aspecto: para as mulheres dos setores populares, o trabalho doméstico é uma estratégia de sobrevivência ao mesmo tempo em que se cria uma demanda privada de serviços domésticos assalariados (SOUZA-LOBO, 2011, p. 167-168).

Vale ressaltar que, no Brasil, o emprego doméstico permanece como um dos principais espaços de ocupação das mulheres, constituindo, em termos precisos, a segunda maior categoria de trabalhadoras do país - um contingente de cerca de 6,6 milhões de trabalhadoras (Pnad/IBGE, 2013), das quais cerca de 61% são mulheres negras⁵². A permanência do emprego doméstico como uma das maiores ocupações de mulheres no país e as relações de trabalho ainda vigentes, marcadas pela precariedade, informalidade, baixos rendimentos e servidão (ÁVILA, 2016), é reveladora do que antes identificamos como expressão de uma “modernização conservadora” no que diz respeito às transformações na condição das

⁵² Ademais da magnitude, as condições de trabalho e violação de direitos que marcam a realidade das empregadas domésticas no Brasil revelam a permanência das relações de servidão no interior das formas de assalariamento reservadas às mulheres mais pauperizadas da classe trabalhadora e, em sua maioria, racializadas. O emprego doméstico tem, no país, sua origem na escravidão; as relações de trabalho no emprego, suas práticas cotidianas, demonstram diferentes estudos, não superaram as marcas da relação servil, embora se trate hoje de atividade assalariada (ÁVILA, 2009; BERNARDINO-COSTA, 2015). Segundo pesquisa do DIEESE, em Recife, a jornada média semanal das empregadas domésticas mensalistas chegava a 56 horas semanais – a mais longa registrada dentre as regiões metropolitanas do país (DIEESE, 2013). Embora tenha se reduzido significativamente nas últimas décadas, é ainda expressivo o número das empregadas domésticas que residem no emprego. Entre estas, o que estudos qualitativos apontam são jornadas de trabalho sem fronteiras e a disponibilidade permanente como marca do cotidiano das trabalhadoras (Ávila, 2009). A conquista de direitos trabalhistas estabelecidos desde os anos 1940 a todas as demais categorias de trabalhadores(as) assalariados brasileiros, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), só muito recentemente foi estendida a estas trabalhadoras, por meio de uma Emenda Constitucional promulgada em 2013, tardia cerca de setenta anos em relação à CLT e trinta anos em relação à Constituição de 1988. Um dos direitos estabelecidos por meio da EC 72/2013 foi a regulação da jornada de trabalho em 44 horas semanais. Até então, as relações de trabalho no emprego doméstico eram marcadas por jornadas sem limites, constituindo esta uma das principais marcas desta relação de trabalho como uma relação de apropriação, nos termos postulados por Guillaumin (2014): apropriação sem limites do tempo de trabalho que converte-se em disponibilidade permanente da própria trabalhadora para empregadores(as).

mulheres no trabalho remunerado.

Expressa, de um lado, a permanência das desigualdades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, e, em particular, das mulheres negras. O trabalho doméstico remunerado é, em grande medida, ainda um “trabalho racializado” e uma das principais vias de acesso das mulheres negras ao trabalho remunerado. Os dados recentes sobre a evolução do emprego formal no Brasil apontaram uma redução do número de mulheres no emprego doméstico devido, principalmente, às novas possibilidades de trabalho gerados no contexto do neodesenvolvimentismo. Entretanto, ao mesmo tempo em que reduz o percentual de mulheres ocupadas no emprego doméstico, cresce a participação das mulheres negras na composição da ocupação, o que indica que a desigualdade racial pesa negativamente no acesso a novas possibilidades de trabalho pelas mulheres. Este dado é revelador da imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe na conformação da exploração do trabalho no país.

Por outro lado, revela que a provisão de trabalho doméstico e de cuidados, na formação social brasileira, é em larga escala, realizada pela empregada doméstica no interior das famílias. Em terceiro lugar e em direta relação com este último fator, expressa que a ampliação da participação das mulheres no trabalho remunerado tem se sustentado, em larga medida, na possibilidade de “externalização” do trabalho doméstico para outras mulheres, de maneira remunerada (KERGOAT, 2016).

É este modelo que, no contexto de desmoronamento das políticas universalistas de apoio ao cuidado, no caso dos países do Norte, e da sua insuficiência histórica, no caso dos países de economia periférica, tem se afirmado globalmente. No caso dos países do Norte, especialmente da Europa, este trabalho vem sendo provido pela força de trabalho de mulheres migrantes de regiões pobres, sobretudo da América Latina, da África do Norte e do Leste Europeu⁵³. Nas economias dependentes, este modelo é largamente empregado seja pelas classes médias como entre mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora,

⁵³ Esta relação de trabalho instaura um conflito de classe entre mulheres ao tempo em que “arrefece” o conflito entre os grupos sociais em antagonismo nas relações sociais de sexo, os homens e as mulheres. Segundo Kergoat, no caso europeu, a expansão da externalização do trabalho doméstico na Europa provoca modificações nas relações sociais de gênero, classe e raciais/étnicas. Segundo ela, “*duas relações sociais entre mulheres*, historicamente inéditas, assim se estabelecem: uma relação de classe entre as mulheres do Norte, empregadoras, e essa nova classe servil; uma relação de concorrência entre mulheres em condições precárias, mas em diferentes condições de precarização. As *relações étnicas* estão [...] se remodelando por meio das migrações femininas e do crescimento explosivo dos serviços à pessoa. Quanto às *relações de gênero*, elas também se apresentam de uma maneira inédita: a externalização do trabalho doméstico tem uma função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses e também permite uma maior flexibilidade das mulheres conforme as demandas de envolvimento das empresas. Ao mesmo tempo, as *relações de classe* são exacerbadas: numericamente, pelo maior número de envolvidos/as nesse tipo de relação; concretamente, pelo contato físico – por meio do trabalho doméstico – das mulheres em condições precárias [...] e das mulheres abastadas (KERGOAT, 2016, p. 24).

como encontramos entre as sujeitas da nossa pesquisa.

Se a participação das mulheres no mercado de trabalho se ampliou consideravelmente nas últimas décadas, este movimento não foi acompanhado pela ruptura das rígidas fronteiras da divisão do trabalho na esfera familiar. As mulheres ampliam sua participação no trabalho remunerado carregando consigo as tarefas domésticas e de cuidado, enfrentando no cotidiano uma tensão permanente entre os encargos de ambas as esferas, profissional e doméstica. Se há variações na participação das mulheres no mercado de trabalho, a atribuição às mulheres do trabalho doméstico permanece invariável (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

Esta realidade é também verificada em outros países do mundo e, inclusive, naqueles de economia desenvolvida, como a França. Segundo Hirata (2016, s. p.), “a atribuição do trabalho doméstico às mulheres permaneceu intacta em todas as regiões do mundo com diferenças de grau na sua realização, dos modelos tradicionais aos modelos de delegação”.

Dados produzidos pelo IBGE, evidenciam que a média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos em 2013 era 9,8 horas para os homens e 20,8 horas para as mulheres. A jornada média total da população ocupada com 16 anos ou mais de idade no país, somando-se as jornadas de trabalho na ocupação principal e os afazeres domésticos, era de 49,6 horas. Mas as desigualdades entre homens e mulheres permanecem muito significativas. Para as mulheres essa jornada era muito mais elevada (54 horas) que a dos homens (46,4 horas) em razão do menor número de horas despendido por estes nos afazeres domésticos (IPEA/DISOC, 2015).

A jornada média total da população ocupada com 16 anos ou mais de idade no país, somando-se as jornadas de trabalho na ocupação principal e os afazeres domésticos, era de 49,6 horas. Mas as desigualdades entre homens e mulheres permanecem muito significativas. Para as mulheres essa jornada era muito mais elevada (54 horas) que a dos homens (46,4 horas) em razão do menor número de horas despendido por estes no trabalho doméstico não remunerado (IPEA/DISOC, 2015).

Se os cuidados e encargos domésticos estão divididos no seu conjunto de maneira desigual entre homens e mulheres, persiste, ademais, uma divisão no interior das próprias atividades que conformam o trabalho doméstico não remunerado. Nos arranjos familiares heterossexuais, o trabalho penoso, repetitivo, das tarefas “inadiáveis e incontornáveis”, em geral realizado na esfera privada, é sistematicamente mantido pelas mulheres; enquanto os homens estão mais presentes nas atividades menos rotineiras e ligadas ao espaço público.

Pesquisa realizada pelo SOS Corpo e Instituto Datapopular, em 2012, com 800 trabalhadoras das cidades de Recife e São Paulo, apresentou dados importantes a respeito da

divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres e das tensões enfrentadas por estas entre trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado.

A separação atravessa também as distintas tarefas implicadas no trabalho doméstico não remunerado. Ainda quando há algum nível de compartilhamento entre homens e mulheres, isto varia de acordo com a tarefa. As mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas de lavar/passar roupa (94%), cozinhar e lavar louça (92%), limpar móveis e varrer (86%) e comprar produtos com a casa (76%). A tarefa com maior participação masculina é a de comprar produtos para a casa: 22% das entrevistadas afirmam que companheiros realizam estas tarefas. Nas tarefas de lavar/passar roupa, a participação dos homens como principais responsáveis é inexpressiva (1%), assim como nas tarefas do cozinhar/lavar louça e limpar móveis/varrer (5%) (ÁVILA; FERREIRA, 2014).

Um elemento material inerente à divisão do trabalho é, a nosso ver, crucial para explicar essa divisão: o tempo que é despendido para a realização de cada uma delas. As mulheres são as principais realizadoras das tarefas de todo dia, inadiáveis, incessantes, repetitivas e incontornáveis (ÁVILA, 2009). Os homens realizam, ou contribuem na realização, das tarefas esporádicas. A participação masculina cresce na razão inversa do tempo exigido para realizada cada tarefa.

Vale ressaltar que, no atual contexto, verifica-se também uma reconfiguração dos arranjos familiares, com número expressivo e crescente de arranjos monoparentais femininos e a redução nos arranjos formados por casais heterossexuais com filhos. Segundo o IBGE, os arranjos familiares formados por casais heterossexuais com filhos, que correspondiam, em 1980, a 66% das famílias, reduziu-se, em 2010, à metade (50%) das unidades familiares, embora se mantenha como arranjo majoritário. Outra significativa mudança refere-se à ampliação do arranjo formado por casais sem filhos (de 12% em 1980 para 15% em 2010) e à maior participação dos arranjos monoparentais femininos (mulheres com filhos), que passaram de 11,5% (1980) para 15,3% (2010). Estas reconfigurações nos arranjos familiares – e, notadamente, o crescimento dos arranjos monoparentais femininos – afetam e reorganizam as formas de provisão do trabalho doméstico não remunerado no interior das famílias⁵⁴ ao mesmo tempo em que acirram a contradição entre cuidados dos filhos e inserção no mercado de trabalho, no contexto da sua ampliação.

⁵⁴ Análises sobre as reconfigurações da divisão sexual do trabalho nos casais homossexuais encontram-se em Almeida (2010). Cf. ALMEIDA, Janaiky Pereira de. As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2010.

As mulheres no Brasil ainda enfrentam sérias dificuldades no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados, não somente pelo não compartilhamento das tarefas e cuidados domésticos com os homens na esfera familiar, como pela cobertura deficitária de educação infantil por parte do Estado. Verificamos que em 2013 apenas 23,2% das crianças de 0 a 3 anos eram atendidas em creches, situação que se agrava em relação às crianças negras (20,3%). Já as crianças de 4 a 6 anos tinham cobertura maior: 86,7% delas estavam na pré-escola, e as brancas (88,3%) acessavam mais que as crianças negras (85,3%) (IPEA/DISOC, 2015). Os dados referidos acima evidenciam as condições estruturais da inserção das mulheres no mundo do trabalho no contexto dos países periféricos.

Frente a essa insuficiência do Estado na provisão de serviços voltados para o cuidado de crianças e outros dependentes, estes encargos são assumidos no interior das famílias, seja de maneira gratuita, entre mulheres do núcleo familiar, seja de maneira remunerada, pela contratação de trabalhadoras domésticas e cuidadoras. A tensão gerada entre vida profissional e vida familiar é, assim, resolvida através de uma cadeia de cuidados entre mulheres, fenômeno que predomina nas classes médias e que se observa, também, entre mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Kergoat analisa como a mediação do emprego doméstico impacta nas relações sociais de classe [*rapport*] e de sexo e no apaziguamento dos antagonismos frente aos grupos sociais dominantes, seja os homens, nas relações familiares heterossexuais, seja frente às empresas. Afetam, portanto, diretamente, os conflitos em torno da apropriação do tempo no trabalho doméstico não remunerado, no interior das famílias, e no trabalho remunerado, no interior das empresas (em um contexto no qual a organização flexível do trabalho ancora-se na disponibilidade cada vez maior de tempo).

Conforme afirma a autora, o fato do trabalho doméstico ser provido por trabalhadoras remuneradas gera, em um nível macrosocial, que se evite “uma reflexão sobre o trabalho doméstico” (KERGOAT, 2016, p. 24). A pressão social pela provisão de cuidados, nesse sentido, é atenuada, assim como o conflito nas relações familiares, “mas essa pacificação das interações sociais nos casais e nas empresas não faz avançar um milímetro a luta pela igualdade entre mulheres e homens” (KERGOAT, 2016, p. 24). Ao contrário, ela “tem uma função regressiva a esse respeito” (KERGOAT, 2016, p. 24).

Por outra via, essa externalização sustenta o modelo de apropriação ilimitada do tempo que se institui nas “relações flexíveis” de trabalho. Percebe-se aqui, de maneira bastante evidente, o modo como a reprodução das relações sociais de classe e, notadamente, das relações contemporâneas de exploração do trabalho da “empresa flexível” se sustentam nas

relações sociais de sexo e, precisamente, na apropriação do tempo do trabalho das mulheres na reprodução social, ou seja, no trabalho doméstico mercantilizado.

Vale ressaltar que esta externalização não suprime de todo os encargos com este trabalho e sua provisão como atividade não remunerada das mulheres no grupo familiar, pela via da dupla jornada ou da “jornada contínua” (ÁVILA, 2009) entre trabalho remunerado e não remunerado. Nos termos de Yanez (2004),

há uma correspondência entre a organização do trabalho produtivo e o tipo de organização do trabalho reprodutivo que lhe serve de sustento, que marca e, por sua vez, evidencia um sistema de relações de gênero. A flexibilidade laboral introduz-se nesta relação produção/reprodução (YANEZ, 2004, p. 21, tradução nossa).

A formação da “natureza humana” do trabalhador e trabalhadora flexível reorganiza também o conteúdo do trabalho doméstico e de cuidados na reprodução social especialmente no que diz respeito à educação. Incorporam-se custos monetários e tempo social à formação do trabalhador e da trabalhadora exigidas pelas novas relações de produção.

Los cambios tecnológicos y organizativos y las presiones sobre la competitividad requieren nuevas capacidades de la fuerza de trabajo. Además de la formación laboral para el uso de nuevas tecnologías, hay que considerar las nuevas habilidades personales, psíquicas e intelectuales necesarias para la rápida adaptabilidad a los cambios, y hacer posible la utilización de controles e incentivos laborales totalmente diferentes a los del período anterior (YANEZ, 2004, p. 29).

A permanência desta “jornada contínua” entre trabalho produtivo remunerado e trabalho doméstico não remunerado produz uma particular forma de expropriação da força de trabalho e de desgaste do corpo das mulheres trabalhadora. A expressão do cansaço provocado pelo trabalho produtivo e doméstico não remunerado é radicalmente particular da experiência das mulheres no mundo do trabalho. Essa situação ganha contornos agravados quando as mulheres engravidam. Conforme analisam Ávila, Ferreira e Arantes (2016, p. 199), em pesquisa sobre trabalhadoras em condição precária de trabalho,

A gravidez é o momento da trajetória em que os encargos da produção e da reprodução confluem e se explicitam de maneira inextricável e irredutível na materialidade corpórea das trabalhadoras; *nesse período, elas, e somente elas, são um corpo que a um só tempo produz e reproduz*. No trabalho produtivo, no qual empregam grande esforço físico, no processo reprodutivo da gestação de um outro corpo e nas práticas sociais externas do trabalho reprodutivo. Essa tríade – *trabalho produtivo, trabalho reprodutivo social e reprodução biológica* – toma lugar na materialidade do corpo, tendo como corolário o cansaço extremo. O cansaço, nesse período, ganha uma conotação única e uma condição singular só vivida pelas trabalhadoras. Isto denota que a gravidez é um processo vivido no corpo, mas em determinados contextos e relações sociais. Essa experiência pode, inclusive, ser tomada como um fator de morbidade materna.

No fenômeno da “bipolarização do emprego feminino” identificado por Hirata (2016) nas suas pesquisas sobre trabalho e empresa no Brasil, França e Japão, a trabalhadora doméstica remunerada é o elo que subjaz entre estes dois polos ou, antes, o polo precário que sustenta o polo das mulheres empregadas de maneira estável e com altos níveis de qualificação. Elas não constituem tão somente o segundo polo, mas são o segmento do polo precário que sustenta, em larga medida, a possibilidade de existência do outro, em particular nas sociedades de economia periférica e sem a experiência dos estados de bem-estar e suas políticas universais.

Na particularidade destes contextos, elas representam um *continuum* histórico na condição das mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, constituídos, majoritariamente, pela população negra. Entre as mulheres precarizadas, a possibilidade de articular as duas esferas, remunerada e doméstica, de trabalho, faz-se pela externalização deste trabalho a mulheres da família, de diferentes gerações. Expressão disto é a figura das “avós” que cuidam “voluntariamente” das crianças de suas filhas para que essas possam realizar algum tipo de trabalho profissional, o que termina por estender a atividade de trabalho não remunerado no curso da existência das mulheres de outras gerações.

O modelo da delegação é tendencialmente o que está se tornando hegemônico, e indica claramente uma convergência entre França e Brasil. Nesse modelo, a mulher delega a outras mulheres o cuidado com a casa, família e crianças. Por exemplo: mulheres executivas e com postos de responsabilidade só podem trabalhar se outras mulheres, desprovidas de recursos e necessitando trabalhar para sustentar a família, assegurarem essas tarefas. O primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro. A família é uma outra fonte de auxílio às mulheres que estão no mercado de trabalho: avós, irmãs, tias, vizinhas, são um recurso importante sobretudo no Brasil, mas o apoio das avós, por exemplo, na França, é um fator significativo para a manutenção das mulheres com filhos pequenos no trabalho profissional (HIRATA, 2016, s. p.).

Estas reconfigurações mantêm, no entanto, intacta a divisão sexual do trabalho, embora alterem as formas em que esta incide sobre a divisão social e internacional do trabalho (HIRATA; 2016; KERGOAT; 2016).

3.3 MUNDIALIZAÇÃO NEOLIBERAL, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

As mulheres são duplamente atingidas pelo processo de mundialização neoliberal. Primeiro, porque formam grande parte do contingente submetido ao trabalho mais precário e desvalorizado, condição que se agrava nos contextos de crise. Segundo, porque a redução da ação do Estado na efetivação de políticas para a reprodução social, como educação e saúde, amplia sua sobrecarga, especialmente das mais pauperizadas, no trabalho doméstico não mercantil. É parte ainda desse processo a formulação de políticas com foco nas “famílias”, especialmente os programas sociais baseados na focalização sobre os segmentos mais pobres da população. Tais medidas aprofundam as transferências dos encargos com a reprodução social para as famílias e, pela mediação da divisão sexual do trabalho, para as mulheres (DUQUE-ARRAZOLA, 2004; TEIXEIRA; CERQUEIRA, 2013), acarretando a apropriação de grandes quantidades de tempo deste grupo social destinado ao cuidado de familiares e de si mesmas.

Falquet (2008) também vem produzindo diferentes estudos, desde a perspectiva materialista, sobre os impactos da mundialização neoliberal e os custos dos ajustes estruturais nos países pobres da América Latina sobre as mulheres, visibilizadas, então, como a maioria das empobrecidas, atingidas pelo desemprego, pela precarização do trabalho e com as sobrecargas no trabalho não remunerado ampliadas pela redução dos custos sociais ou, mesmo, pela implementação de políticas focalizadas a baixo custo. O baixo custo das políticas faz-se justamente pelo repasse de responsabilidades às famílias, reproduzindo, no âmbito da ação do próprio Estado, a divisão sexual do trabalho, ao passo que a precarização do trabalho aumenta.

Para a autora, no contexto de desenvolvimento desenfreado do capitalismo financeiro, “a globalização neoliberal consiste, no plano da produção material, em uma reorganização global da divisão do trabalho segundo suas diferentes dimensões: sexual, social e ‘racial’” (FALQUET, 2013, p. 10). Sua tese, com a qual concordamos, é de que se processa, em todo o globo, uma “reorganização da divisão do trabalho provocada pela globalização neoliberal, e mais particularmente, do ‘trabalho considerado feminino’, que, simultaneamente, modifica as relações de sexo, de ‘raça’ e de classe” (FALQUET, 2008, p. 123). Estes processos de reorganização são inerentes ao desenvolvimento histórico do capitalismo e se agudizam nos momentos de crise do sistema e no bojo de seus processos *restauracionistas*. Para Falquet (2008), o desafio, nesse contexto, não é somente o de

constatar que as mulheres são margem de manobra sonhada pelo sistema, amortecendo a crise por meio de seu sobretrabalho mal-pago [...] mas de saber como o sexo, a “raça” e a classe são mobilizadas e reorganizadas para **construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo** (2008, p. 127; grifos nossos).

Essa reconfiguração da inserção das mulheres no mundo do trabalho é expressão da forma particular que o processo de restauração capitalista assume no contexto brasileiro ou, dito melhor, do modo como o país, na sua condição de economia periférica, insere-se na dinâmica restauracionista mundializada do capital. No Brasil ocorrem, nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, medidas diretamente alinhadas aos preceitos neoliberais estabelecidos pelas instituições multilaterais que convergem para um amplo processo de erosão das bases democráticas estabelecidas pela Constituição de 1988, consubstanciando uma profunda contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003) pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. Em síntese, as reformas neoliberais materializaram-se em privatização do Estado, a restrição de benefícios da seguridade social e a mercantilização dos serviços públicos (MOTA, 2012). Esse processo estava profundamente articulado à financeirização do capital.

Hirata (2009) postula que três dimensões conferem à mundialização neoliberal um novo caráter, “com consequências precisas sobre as mulheres” (p. 86). O primeiro está diretamente relacionado às políticas neoliberais de desregulamentação, privatização e subcontratação. A subcontratação, pelas condições negativas de trabalho impostas às mulheres, que conformam o maior contingente de trabalhadoras(es) inseridas nestas relações de trabalho, em vários setores. A privatização dos serviços públicos, por sua vez, produz “um crescimento do trabalho remunerado e não remunerado nos serviços relacionados diretamente com as pessoas (domésticas e cuidadoras) (HIRATA, 2009, p. 87).

Essa dimensão é corroborada nas análises de Falquet (2013), para quem um dos impactos fundamentais da mundialização neoliberal concerne à esfera da reprodução social. Segundo a autora, com a implantação do receituário neoliberal nos países do Sul, ocorre uma transferência do trabalho de reprodução social até então provido pelos serviços sociais públicos para o setor “privado”, por meio das “empresas-famílias”.

As empresas apropriam-se das tarefas mais rentáveis, às associações de diversos tipos confia-se uma parte do resto e as famílias são obrigadas a se ocupar das tarefas mais ingratas e da demanda insolvente. Os homens continuando em sua imensa maioria a se autodispensar dessas tarefas, a carga recai sobre as esposas, as mães e as filhas. Ora, presas ao mercado de trabalho assalariado, muitas mulheres não podem se ocupar disso materialmente (FALQUET, 2013, p. 17).

O segundo aspecto diz respeito à ampliação do trabalho assalariado de mulheres nos países do Sul nos setores de serviços ligados diretamente às novas tecnologias da informação, a exemplo das telefônicas e dos serviços de telemarketing de empresas nacionais e transnacionais⁵⁵. Por fim, como terceira dimensão, situa o papel alçado pelos organismos internacionais sobre as políticas de emprego, especialmente as políticas para a igualdade profissional. Tais políticas assumem um caráter contraditório: ao mesmo tempo que visam proteger as mulheres, em geral tendem a desconsiderar a “voz” daquelas dos países periféricos e culturas dominadas (JENSON, 2012).

Outra consequência da mundialização neoliberal, situada por Hirata (2009), diz respeito ao que a autora define como “internacionalização do trabalho reprodutivo” ou “mundialização do cuidado” (p. 95). Este processo é gerado por uma crescente externalização das atividades domésticas, impulsionada tanto pela inserção das mulheres no trabalho profissional como pelo desmoronamento das políticas de bem-estar social destinadas à provisão pública de cuidados, no caso dos países do Norte, e de sua existência insuficiente e precária, no caso dos países do Sul. Uma das consequências deste processo é a organização de verdadeiras redes de migração internacional de mulheres⁵⁶ dos países pobres para realizarem este trabalho nos países do Norte global.

Já no caso dos países periféricos, a tendência é de permanência de um modelo de delegação de tais atividades por meio da contratação de empregadas domésticas, pelas famílias burguesas e de classe média que significa, por seu turno, a permanência do emprego doméstico como uma das principais ocupações das mulheres mais pauperizadas da classe trabalhadora.

Para as mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora, inseridas em relações assalariadas, ligadas ou não ao trabalho doméstico, pela impossibilidade de delegar este trabalho via mercado e pela insuficiência dos serviços públicos, a “solução” segue sendo a realização deste trabalho no âmbito familiar.

⁵⁵ Sobre o trabalho das mulheres nos serviços de *call center*, ver Nogueira (2011) e Braga (2012).

⁵⁶ Autoras como Sassen (2016), referem-se a este contingente como “mulheres globais”. As “mulheres globais” são em geral referidas às migrantes, mulheres do Sul que trabalham no norte, em postos precários, em geral no setor de serviços e, sobretudo, no trabalho doméstico remunerado. Consideramos relevante problematizar a utilização da noção de “mulheres globais” para referir-se às migrantes exclusivamente, uma vez que, na nossa perspectiva, a mundialização neoliberal produz, a um só tempo e de maneira articulada e contraditória, grandes deslocamentos espaciais e confinamento doméstico. As mulheres do interior do México a quem nos referimos na introdução desta tese, são igualmente mulheres globais, tais como aquelas que viajam no trem. Não seriam igualmente globais as mulheres que cuidam dos(as) filhos(as) das trabalhadoras domésticas migrantes, nos seus países de origem, remuneradas por divisas? O global, na utilização destas autoras, uma vez mais, vem do Norte para o Sul, é o *Sul no Norte*. A mundialização produz, a um só tempo, migração e confinamento (no trabalho remunerado e não remunerado) das mulheres como dimensões indissociáveis do mesmo processo.

A crise capitalista e as transformações desencadeadas nas relações sociais de produção e reprodução é a totalidade que confere sentido a este acirramento das desigualdades no plano das relações sociais de sexo, classe e raça, em escala global.

Uma expressão destas transformações diz respeito à emergência de uma *crise global dos cuidados* (PAUTASSI, 2016) ou *crise da reprodução social* (FEDERICI, 2004), expressa na contradição entre a crescente demanda pelo trabalho doméstico e de cuidados no contexto de transição demográfica e da ampliação da presença das mulheres no trabalho remunerado, ao mesmo tempo em que a mediação do Estado se reconfigura (desmoronamento das políticas universalistas que, em parte, atenderam a demandas neste campo) nos países desenvolvidos.

Nos países de economia periférica, verifica-se a manutenção de uma situação crítica: a permanência deste trabalho como um encargo exclusivo das mulheres no contexto de ampliação de sua participação no mercado de trabalho remunerado e de insuficiência da mediação do Estado na socialização destes encargos.

Esta “crise” expressa as consequências devastadoras da mundialização neoliberal imposta aos diferentes países do mundo e, notadamente, àqueles de economia periférica, por meio dos programas de ajuste estrutural, ao largo das três últimas décadas, e não estruturalmente revertidas no período dos Governos neodesenvolvimentistas. O trabalho precário das mulheres, entre as lógicas de “apropriação e exploração”, estão no coração deste processo. Como analisa Falquet,

las transformaciones de la reproducción social, que resultan claramente de la imposición neoliberal del recorte y desmantelamiento de las políticas públicas, se basan sobre la creación de una considerable reserva de población totalmente o parcialmente privada de recursos y de derechos. Compuesta mayoritariamente por mujeres de todas las razas y por personas racializadas de todos los sexos, todas proletarizadas, está colocada en una situación intermedia entre explotación y apropiación, en un salariado precarizado y “feminizado”, concretamente y simbólicamente. Los cuerpos feminizados y/o racializados, sobretudo en la clase proletaria, son masivamente destinados a la reproducción social a bajo precio (FALQUET, 2016, s. p.).

O que aparece, no nível fenomênico, como crise de reprodução social, é a expressão das medidas restauracionistas do capital à crise dos anos 1970, sobre as esferas da produção e reprodução social. Como assinala Sonia Yanez, o processo de desregulamentação das relações econômicas, trabalhistas e sociais no contexto dos reajustes capitalistas nas últimas três décadas, por meio das políticas neoliberais, sinalizam para uma dinâmica contraditória entre “uma forte propensão para o descarte e deterioração da força de trabalho nos processos produtivos, e uma brecha cada vez maior entre crescentes exigência de reposição e

desenvolvimento da força de trabalho e as condições sociais reprodução” (YANEZ, 2004, p. 73).

As mútuas determinações nas relações sociais de produção e reprodução no contexto da restauração capitalista, que carrega na mesma processualidade as transformações no mundo do trabalho e no âmbito do Estado, são de duas ordens: primeiro, a transferência de encargos da reprodução para as famílias; segundo, a contradição entre novas exigências no campo da formação da força de trabalho adequada às necessidades no âmbito da produção, o desgaste intensificado desta mesma força de trabalho, do ponto de vista físico e psíquico e a deterioração das condições de reprodução social. Estas duas ordens traduzem-se em encargos sobre um mesmo grupo social, as mulheres da classe trabalhadora. Numa mesma dinâmica conforma-se, de um lado, precarização das relações de produção e, de outro, a reprodução social em condições precárias.

Analizamos que não se configura, na particularidade brasileira, uma “crise dos cuidados”; antes perdura um modelo de provisão de cuidados em condição crítica. Esta condição crítica agrava-se sob a hegemonia neoliberal, na medida em que recrudescem as mediações constitutivas do Estado no seu limitado papel na reprodução social ao convertê-las em modelo de políticas sociais na ordem capitalista monopolista periférica. Sob discurso modernizador, postulam-se as políticas focalizadas nas quais a família ganha um papel proeminente. Tais políticas são expressão do caráter restrito da ação do Estado na reprodução da força de trabalho, ao passo em que se acentua sua captura para os interesses de reprodução do capital. É o que se processa no caso das políticas sociais de saúde, que enfocamos nesta investigação, no que as conforma como uma mediação da ação do Estado na reprodução da força de trabalho no capitalismo monopolista periférico.

4 “EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO”: TRABALHO DOMÉSTICO, CUIDADOS E REPRODUÇÃO SOCIAL

Proletários do mundo, quem lava vossas meias?

Neste terceiro capítulo, tratamos do trabalho doméstico não remunerado e de cuidados na esfera da reprodução social, sob as determinações da divisão social e sexual do trabalho na ordem patriarcal, capitalista e racista. Partimos da apreensão deste trabalho a partir da crítica da economia política marxiana, renovada e enriquecida pela teoria feminista desenvolvida ao longo das últimas quatro décadas, cujas formulações ampliaram a conceituação de trabalho e, mais além, aportaram uma nova perspectiva para a análise da realidade social pela articulação entre produção e reprodução social (HAICAULT; COMBES, 1986).

Abordamos aqui o trabalho doméstico não remunerado no que diz respeito a três de suas dimensões fundamentais. Primeiro, sua atribuição e permanência como um encargo majoritário das mulheres, que remete à divisão sexual e social do trabalho sob as determinações do sistema patriarcal-capitalista-racista, em sua conformação histórica e contemporânea. Segundo, analisamos este trabalho como uma mediação fundamental no processo de reprodução humana e social e na reprodução das relações sociais no capitalismo patriarcal. Buscamos analisar o trabalho doméstico e de cuidados “como parte fundamental dos processos de produção, reprodução e vida” (CARRASCO, 2008, p. 95).

Por fim, o que constitui o cerne propriamente desta investigação, analisamos como este trabalho realizado na esfera privada, de maneira não remunerada, pelas mulheres das classes trabalhadoras, articula-se com a intervenção do Estado na esfera da reprodução social e na particularidade das economias periféricas. O fio condutor deste terceiro apartado de nossa exposição é a categoria reprodução social na ordem capitalista monopolista periférica, na qual consolida-se decisivamente a mediação do Estado, por meio da política social pública, em um processo tensionado pelas demandas de reprodução da força de trabalho, forjadas pelas lutas sociais, e da reprodução do capital. Buscamos desvelar como estas duas mediações da reprodução da força de trabalho – Estado, por meio da intervenção pública, e mulheres, por meio do trabalho doméstico não remunerado na reprodução social privada – constituem uma unidade dialética na reprodução social na ordem capitalista e na particularidade periférica.

4.1 TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO PATRIARCAL

Na esteira do método materialista dialético, partimos da apreensão deste trabalho pela mediação da historicidade. Em termos históricos, o trabalho doméstico, realizado de maneira gratuita no âmbito da família, pelas mulheres, é a forma particular que o trabalho destinado à reprodução social dos indivíduos assume na sociedade capitalista (KERGOAT, 2009).

Como já tratamos, com a emergência das novas relações de produção, ocorre uma separação entre o espaço-tempo da produção e o espaço-tempo da reprodução (ÁVILA, 2009), esta última concentrada na esfera doméstica e realizada, majoritariamente, pelas mulheres, de forma gratuita. Nesse sentido, demonstram as feministas, não se trata de um trabalho não-capitalista, uma vez que sua forma própria de organização está estreitamente vinculada às necessidades do novo modo de produção – mas se trata, evidentemente, de um trabalho não remunerado, imbricado com o trabalho produtivo mas cujo processo obedece a lógicas e temporalidades próprias.

Segundo Kergoat (2002), “a estruturação atual da divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo” (p. 234) e cria as condições para que o trabalho assalariado possa se estabelecer e consolidar. A forma particular – social e histórica – que a divisão sexual do trabalho assume no modo de produção capitalista é uma expressão da co-formação das relações sociais de sexo e das relações sociais de classe (FALQUET, 2013), da sua imbricação e consubstancialidade (KERGOAT, 2010), como vimos no capítulo anterior.

No velho continente, a expropriação de propriedades comunais na transição do feudalismo para o capitalismo e a transformação da pequena produção comunal, particularizada pela unidade produtiva-reprodutiva em um mesmo espaço-tempo, acarretou a incorporação das atividades de reprodução social na unidade doméstica – com isto, se reconfiguram as bases patriarcais que atam as mulheres à esfera doméstica e emerge a figura da “dona de casa” (FEDERICI, 2013; MIES, 1986).

Conforme sintetiza Federici (2013), a consolidação das relações capitalistas de produção implicou o “desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho que submete o trabalho feminino e a função reprodutiva das mulheres à reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2013, p. 36).

Na particularidade brasileira, marcada por sua condição de colônia de exploração, a organização do trabalho doméstico e de cuidados toma contornos históricos e sociais determinados pelas relações patriarcais e coloniais assentadas no escravismo. No período

colonial, encontramos uma forma de organização do trabalho doméstico na qual as mulheres negras escravizadas são aquelas que, nas casas grandes, realizam este trabalho. Com a abolição “formal” das relações de escravidão, este trabalho segue sendo provido de maneira assalariada ou por meio de relações servis tributárias da escravidão, mantendo-se até hoje como uma das principais ocupações das mulheres negras, e como um trabalho precário e servil; e também, evidentemente, como um trabalho não remunerado do conjunto das mulheres.

A desvalorização social deste trabalho ocorre no mesmo processo de sua forte atribuição às mulheres como um imperativo moral e núcleo essencial de sua existência social. Questão que não nasce com o capitalismo, mas que se particulariza sob esta nova forma de organização da produção-reprodução. A construção moral em torno dos “deveres da maternidade” e a naturalização do trabalho doméstico como tarefa “feminina” esteve articulada, como ainda hoje está, em um fato material concreto: a reorganização deste trabalho sob as exigências das novas relações sociais de produção (FEDERICI, 2004). A primeira delas, a externalização do trabalho produtivo e a domesticação (housewifization)⁵⁷ do trabalho doméstico e de cuidados.

É interessante notar o exemplo dado por Devreux em relação ao trabalho de cuidado realizado pelas mulheres: “em nome de sua função biológica na reprodução da vida humana, há muito tempo [este trabalho] foi qualificado de “função maternal”, sem que haja um equivalente masculino” (DEVREUX, 2011, p. 14). Assim, o desempenho desta atividade é atribuído a uma “natureza maternal” das mulheres. Para Devreux

Esse trabalho de categorização operado por meio das relações sociais de sexo consiste em dar – e fixar como verdade – definições sociais: estabelecer o que é um homem e o que é uma mulher; estabelecer o que é trabalho e o que não é; o que é produção e o que não é. Estabelecer também o que é normal para uma mulher e o que não é; o que é possível para uma mulher e o que não é; o que é socialmente aceitável e o que é desvalorizável etc. Tal trabalho de categorização é assimétrico: a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é masculino, pois o masculino é a norma de referência. É necessário, para essa dominação masculina, ditar o que não é suficientemente viril (por exemplo, com relação à homossexualidade) para consolidar a norma de referência (DEVREUX, 2011, p. 14).

A ideologia em torno da naturalização e essencialização da maternidade opera como uma mediação fundamental na conformação desta reorganização ao longo da história e ainda hoje. Conforme está tratado por Knibiehler (1977), referenciada por Carrasco, Borderías e Torns (2011), “uma nova ideologia da domesticidade situou as mulheres como responsáveis

⁵⁷ Ver Mies (1986).

‘naturais’ do cuidado, abrindo um processo de ressignificação da maternidade em conflito com as atividades produtivas, *um conflito desconhecido até então*” (p. 19, grifos nossos).

Carrasco, Borderías e Torns (2011), a partir da historiografia feminista sobre a consolidação da sociedade industrial, apontam um conjunto de mudanças no plano material e moral que reorganizaram as relações entre indivíduo, família e Estado e as tarefas reprodutivas no capitalismo. Este complexo processo, com suas particularidades no contexto europeu, abrangem mudanças nas funções e concepções sobre a família, a maternidade, a infância, e aos cuidados oferecidos às crianças, aos idosos e aos “ganhadores de pão”: os homens convertidos em operários cujas jornadas de trabalho podiam se estender por até 72 horas por semana, durante o século XIX.

Nos lares pré-industriais, nos países do Norte, os homens podiam participar muito ativamente de atividades de reprodução na esfera doméstica, como o corte de lenha, a matança dos animais domésticos para alimentação, a conservação de alimentos. O proletariado agrícola de que tratou Engels (2010), ocupado nas atividades manufatureiras domiciliares, era composto por homens e mulheres que partilhavam tarefas como fiar e tecer seja para as cadeias proto-industriais seja para a produção de suas próprias vestimentas.

A reorganização da reprodução social na sociedade industrial operou uma transformação no que concerne à própria relevância e sistematicidade de algumas tarefas, como lavagem de roupas, limpeza da casa, cuidados dos menores – estas eram uma parte ínfima do trabalho de reprodução e nem sequer algo cotidiano. Os novos espaços-tempo da reprodução sob a sociedade industrial transformaram a organização destas tarefas; estas mudanças serão verificadas em momentos particulares do desenvolvimento do capitalismo e em diferentes contextos, a partir das necessidades das relações de produção.

Queremos destacar aqui, também, que as formas de exercício e a concepção sobre a “maternidade” sofrem também determinações históricas⁵⁸. A historiografia feminista dedicou-se a “desmistificar o essencialismo das concepções modernas da maternidade e mostrar a variabilidade histórica e de classe das concepções e práticas da maternidade” (CARRASCO, BORDERÍAS; TORNOS, 2011, p. 18). Estas tarefas foram desligando-se do trabalho e convertendo-se em “produtos do amor maternal”, por um lado, e, por outro, em imperativo da “mãe cuidadora” (CARRASCO, BORDERÍAS; TORNOS, 2011).

⁵⁸ Na contemporaneidade, as necessidades de formação do modelo flexível impõem novas exigências à educação dos(as) filhos(as), por exemplo; no outro extremo social, a conformação de um Estado penal deposita sobre as mulheres a responsabilização moral pelo “desvio” dos(as) filhos(as). Sob as novas determinações e expressões da desigualdade social, a socialização das crianças está mais domesticada, mercantilizada e parece haver maior vigilância social em torno dos(as) responsáveis e, sobretudo, das mulheres.

Na particularidade brasileira, é no início do século XX, que se processam importantes transformações, materiais e ideológicas, na conformação das atividades reprodutivas, pelas determinações do processo de industrialização e urbanização e a mediação do Estado e do poder médico, que impõe uma nova “higiene familiar” (COSTA, 1979).

Por meio de ideologias reproduzidas pela família, pela Igreja e pelo próprio Estado, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres foi socialmente convertido em um dom natural das mulheres; em uma virtude moral e em um atributo da “feminilidade”. Conforme afirma Ângela Davis, com a separação entre produção doméstica e produção industrial, nos EUA, “uma importante ideologia resultante desta radical transformação econômica foi o nascimento da 'dona de casa'. As mulheres começaram a ser redefinidas como guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica” (DAVIS, 2013, p. 165).

Contemporaneamente, pesam diferentes mecanismos de produção do consenso em torno da realização deste trabalho pelas mulheres, em que pesem os fortes questionamentos sociais levados a termo pelas lutas feministas. Apesar destas lutas terem dado maior visibilidade à injusta divisão das tarefas domésticas, atualizam-se os mecanismos de reprodução da divisão sexual do trabalho. Ademais, as diferentes formas de socialização das mulheres, desde a infância, reproduzem um processo de subjetivação heterônomo: por meio de uma série de mediações, as mulheres constituem-se como seres a serviço de outrem (CHAUÍ, 1985).

O trabalho doméstico e de cuidados é expressão desta disponibilidade material e emocional que se supõe sem limites; convertido, por meio destes mecanismos seculares, em um “trabalho feito por amor”, em expressão mesma do afeto: um sentimento que, como demonstra a historiografia da vida privada, é plenamente historicizável. A politização da divisão social do trabalho entre classes não foi acompanhada de uma politização da divisão sexual do trabalho que nasce com o capitalismo, o que só viria a ocorrer tardiamente, a partir da segunda metade do século XIX, realizada pelo movimento feminista, visibilizando um antagonismo no interior da própria classe trabalhadora.

Muita tinta tem corrido sobre a incorporação do trabalho doméstico não mercantil na crítica da economia política capitalista⁵⁹. Os textos fundadores deste debate são produzidos na década de 1970, especialmente vinculados à produção francófona e anglo-saxã. O cerne deste debate esteve centrado nas determinações materiais que explicavam a subordinação das mulheres aos homens no âmbito da família e a “função econômica, não somente ideológica, da família proletária na sociedade capitalista” (GARDINER, 2005, p. 92). Em que pese os

⁵⁹ Delphy (2015); Kergoat (2012); etc.

limites de muitas elaborações⁶⁰, entendemos que os fundamentos críticos essenciais para abordar o trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, sob as determinações inscritas nas relações sociais de classe, sexo e raça, radicam nestas elaborações fundacionais e são delas que partimos.

A articulação entre produção e reprodução social foi o centro da elaboração teórica feminista de tradição marxista, desenvolvida nos anos 1970. Os esforços teóricos e políticos de estudiosas feministas, notadamente no campo marxista e do chamado feminismo materialista francófono, estiveram e estão, ainda hoje, voltados para apreender e explicitar “o caráter indissociável da reprodução do capital e da reprodução dos seres humanos, a subordinação da reprodução à produção e a sujeição de um sexo ao outro” (HAICAULT; COMBES, 1986, p. 11).

Parte substancial deste esforço esteve voltado para visibilizar e analisar o trabalho realizado na esfera da reprodução, e sua designação a um grupo social determinado, as mulheres. Para a tradição teórica materialista, na qual nos ancoramos, a “produção social de bens” e a “produção social de seres humanos”, são processos sociais que coexistem em toda formação social, dimensões irreduzíveis umas às outras e mutuamente determinadas.

Contemporaneamente, novos aportes vêm sendo desenvolvidos a partir da chamada “economia feminista”⁶¹ - a partir do conceito de “economia dos cuidados” - que se dedica a analisar a centralidade deste trabalho para a “sustentabilidade da vida humana” (CARRASCO, 2001). Em grande medida, as economistas feministas “de ruptura” (PÉREZ OROZCO, 2005) retomam as questões candentes do debate feminista sobre trabalho doméstico e sobre a articulação entre produção e reprodução social, a partir da perspectiva do “cuidado e sustentabilidade da vida humana” (CARRASCO, 2001)⁶². Ao introduzir a noção

⁶⁰ Algumas autoras trouxeram importantes contribuições para instaurar o trabalho doméstico como uma problemática da teoria social e questionaram a invisibilidade da condição ou a perspectiva idealista na abordagem da opressão das mulheres. Contraditoriamente, mas pelas questões tributárias de seu contexto, pecaram por tentar analisar este trabalho por analogia ao trabalho produtivo assalariado. Cf. DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº17. Brasília: 2015, p. 99-119.

⁶¹ O que se classifica como economia feminista engloba um corpus teórico não monolítico, desenvolvido a partir da economia crítica neoclássica e bastante próxima, nas suas vertentes mais críticas, da crítica feminista à teoria política, cujo centro de desenvolvimento é a Espanha. Conforme afirma Carrasco (2001), a economia feminista é tributária da teoria feminista crítica. É o caso de três de suas autoras clássicas, Cristina Carrasco, Antonella Picchio e Amaya Pérez Orozco, referências que adotamos.

⁶² Como sintetiza Carrasco (2008), “a economia feminista critica a estrutura dualista que proporciona total reconhecimento ao mundo público e à economia mercantil monetizada, pretende recuperar a experiência das mulheres no cuidado do corpo e da vida; busca a ampliação das fronteiras da economia para incluir a economia não mercantil, propõe a reformulação das principais questões da análise econômica e o desenvolvimento de novas estatísticas” (CARRASCO, 2008, p. 91). Questões, como vimos, já presentes no debate dos anos 1970, realizado sobremaneira no campo da sociologia e da antropologia materialistas, ancoradas fortemente na crítica da economia política marxiana.

de “sustentabilidade da vida humana”, a economia feminista incorpora à análise da reprodução humana e social a questão socioambiental e a enriquece pela análise da relação contraditória entre seres humanos e natureza no capitalismo patriarcal.

O trabalho doméstico e de cuidados inscreve-se como parte do desenvolvimento molecular do capitalismo nascente e de seu desenvolvimento histórico. A segunda dimensão que buscamos apreender, partindo da crítica da economia política, trata do modo particular como o trabalho doméstico não remunerado e de cuidados, realizado majoritariamente de maneira gratuita pelas mulheres, constitui-se em uma mediação fundamental para reprodução da economia capitalista.

A crítica feminista à economia política demonstra que o trabalho doméstico toma parte da produção do valor na justa medida em que contribui produzindo valores de uso e serviços indispensáveis para manter e reproduzir a mercadoria mais valiosa para o capital, a força de trabalho.

Essa mercadoria, “que é mortal” (MARX, 2013), requer um processo contínuo de manutenção e reposição da energia corporal e, ainda, de atividades relacionadas à “modificação de sua natureza” para adequá-las às exigências das relações de produção (MARX, 2013, p. 247) – socialização, educação, disciplinamento, valores morais. Marx analisou esta reposição em termos de mercadorias necessárias à manutenção desta “força viva”, cujo equivalente determinaria o valor do salário: o “limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida” (p. 246).

A medida valor da força de trabalho em Marx é seu equivalente em mercadorias, isto é, o tempo social necessário à produção “dos bens necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar dita força de trabalho”. Diz nosso autor,

O proprietário da força de trabalho é mortal. Portanto, para que sua aparição no mercado de trabalho seja contínua, como pressupõe a contínua transformação do dinheiro em capital, é preciso que o vendedor de força de trabalho se perpetue, “como todo indivíduo vivo se perpetua pela procriação”. As forças de trabalho retiradas do mercado por estarem gastas ou mortas têm de ser substituídas, no mínimo, por uma quantidade igual de novas forças de trabalho. *A quantidade dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos dos trabalhadores, isto é, de seus filhos, de modo que essa peculiar raça de possuidores de mercadorias possa se perpetuar no mercado* (MARX, 2013, p. 246, grifos nossos).

O valor da mercadoria que produz “mais valor do que aquele que ela mesma possui” (MARX, 2013, p. 270) - a força de trabalho - corresponde, na fórmula marxiana, a um equivalente do tempo social necessário à produção de ditas mercadorias. Não está contido, na análise marxiana, o tempo e o processo de trabalho necessários à conversão de mercadorias em alimentação consumível; a socialização das crianças, força de trabalho futura; a manutenção da moradia em condições habitáveis. Atividades realizadas majoritariamente no âmbito doméstico, de maneira gratuita, pelas donas de casa, uma construção social plenamente patriarcal-capitalista (MIES, 1986; FEDERICI, 2004). Este é o tempo social perdido da análise marxiana sobre a determinação *do valor da força de trabalho* na ordem do capital.

Evidentemente, o valor dos salários é variável, pela mediação da divisão internacional do trabalho – o valor da força de trabalho, expresso em salário, não é o mesmo nos países do Norte e do Sul, como já demonstrou a teoria da dependência desenvolvida do lado de cá do Atlântico – pelo modelo de ação do Estado, que pode assumir mais ou menos parte destes encargos e pelas relações sociais de força entre classes que definem os salários diretos e indiretos (OLIVEIRA, 1998). O que não varia, do ponto de vista estrutural, é a mediação do processo de trabalho doméstico, gratuito ou remunerado, como parte da produção da força de trabalho, convertida no capitalismo em mercadoria.

A produção desta força de trabalho implica também um processo de “modificação da natureza humana” para atender às necessidades do capital. Nesse sentido, Marx tratou dos custos da educação, “também incorporados no custo dessa produção” (2013, p. 247). Diz Marx:

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e *específica*, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho (idem, grifos nossos).

Nosso autor aponta, aqui, que a *especificidade* desta força de trabalho é determinada pelas necessidades da produção e, portanto, varia ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Vale ressaltar que a determinação de um salário inferior, no caso da força de trabalho feminina, foi justificada pela teoria econômica no capitalismo nascente pelo caráter complementar de seu salário ao do homem trabalhador, provedor familiar; neste período e ainda hoje, o rebaixamento salarial é ideologicamente atribuído a uma natureza inata das mulheres para o exercício de determinadas funções, o que tornaria prescindível a

incorporação, na formação no salário, dos custos relativos à educação ou formação profissional.

Além de tempo, este trabalho envolve esforços, saberes, energia corporal (incluída a gestação e reprodução biológica), cuidados diretos dos corpos físicos, o ensino da linguagem e a disponibilidade emocional. É exatamente nestes termos que o trabalho doméstico participa do processo de produção do valor, na medida em que contribui para a reprodução da mercadoria mais valiosa para o capital, a força de trabalho – embora não gere, ele mesmo e diretamente, mais-valor.

Outra mediação exercida pelo trabalho doméstico não remunerado das mulheres, aportado pelo debate crítico dos anos 1970, consiste em que sua realização, de maneira gratuita, em contextos particulares e, evidentemente, sob a determinação de outras mediações⁶³, aporta para “reduzir o valor da força de trabalho a um nível mais baixo do que o nível efetivo de subsistência da classe trabalhadora” e, nesse sentido, contribui para ampliar a apropriação de mais-valor pelo capital, mais tempo excedente (GARDINER, 2005, p. 107).

Segundo Cláudia Mazzei Nogueira (2011), “o trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo possibilita ao capitalista a segurança da reprodução e a perpetuação da força de trabalho e, dessa maneira, garante também a reprodução e a manutenção da própria lógica do capital” (p. 174). Oliveira, na sua análise sobre a produção dos homens na ordem do capital, afirma que “a especial combinação interna à família do trabalhador de venda de força de trabalho mais produção doméstica de valores de uso apenas aproveita ao capital, no sentido de pagar salários mais baixos à força de trabalho que o seu próprio custo de reprodução” (OLIVEIRA, 1984, p. 143)

Evidentemente, como aponta Molineux, há outras mediações que explicam o valor dos salários e, portanto, “não se pode pressupor uma relação invariável entre o trabalho doméstico e o valor da força de trabalho, dadas as variações históricas e culturais a que está sujeita esta última” (MOLYNEUX, 2005, p. 25; tradução nossa). Não resta dúvida de que, embora essa participação possa ser variável, invariavelmente há um tempo de trabalho doméstico não remunerado que participa indiretamente na produção do mais-valor.

O trabalho doméstico e de cuidados, como “processo de trabalho”, é a mediação essencial para prover as duas dimensões da reprodução da força do trabalho identificadas por Marx: sua manutenção em termos de “reposição diária” e a “formação de sua natureza

⁶³ A mediação da política e do conflito de classes, pode elevar o valor dos salários de maneira, inclusive, a permitir para algumas frações da classe a externalização deste trabalho por meio dos serviços remunerados (trabalhadoras domésticas, creches particulares etc.).

específica” que, por sua vez, implicam um conjunto de atividades relacionadas à dimensão material, psíquica e emocional que foram assumindo cada vez mais complexidade sob as transformações sociais e culturais concernentes ao desenvolvimento patriarcal-capitalista.

Considerando o processo de trabalho conforme definido em Marx, podemos analisar o trabalho doméstico como um trabalho e uma das formas particulares da relação entre seres humanos e natureza e outros seres humanos⁶⁴. Trata-se de um processo de trabalho particularíssimo: envolve afeto, cuidado direto e uma forte carga afetiva, como quatro décadas de pesquisa feminista tem perscrutado, sem que novas determinações e mediações não cessem de emergir⁶⁵.

A mediação do trabalho doméstico realizado pelas mulheres na estruturação e reprodução das relações sociais capitalistas não explica sua permanência como uma atribuição majoritária feminina. A permanência deste trabalho como atribuição majoritária das mulheres, realizada de maneira gratuita, não serve evidentemente apenas aos interesses de reprodução do capital⁶⁶; antes, este sistema vale-se e reforça as relações de subordinação, apropriação e opressão das mulheres pelos homens no âmbito da família para fins de sua própria reprodução. Até os dias de hoje, como vimos antes, os homens são beneficiados pela realização deste trabalho de maneira quase exclusiva pelas mulheres e constituem, portanto, um grupo social interessado na manutenção da divisão sexual do trabalho. A apropriação deste tempo segue como o *enjeux* nas relações sociais de sexo.

O trabalho doméstico não remunerado conforma, sob o patriarcado capitalista, uma relação de expropriação do tempo de um determinado grupo social, as mulheres. O confinamento deste trabalho na esfera doméstica e sua atribuição às mulheres é analisado por Mies (1986) e Federici (2004) como umas determinações fundamentais da degradação social a que as mulheres passam a ser sujeitas sob as relações sociais patriarcais-capitalistas.

⁶⁴ “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. [...] Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p. 255-256).

⁶⁵ Uma de nossas sujeitas de pesquisa oferece uma descrição bastante sofisticada da miríade de atividades constituintes deste processo de trabalho, na particularidade das mulheres da classe trabalhadora de áreas urbanas da periferia.

⁶⁶ Cf. Polêmica entre Jean Gardiner (2005) e Wally Secombe (2005), em uma série de artigos publicados pela *New Left Review*, sobre o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho doméstico. Neste estudo, nos vinculamos à perspectiva que busca apreender o caráter reprodutivo deste trabalho, em sua dupla dimensão: reprodução social humana, isto é, a “produção social dos seres humanos” e reprodução das relações sociais sob a ordem do capital. Cf. Nogueira (2011).

Nesse sentido, a crítica feminista materialista revela as desigualdades no interior da própria classe trabalhadora e as relações de opressão-dominação e exploração das mulheres pelos homens. Nesta relação radica a dimensão material da desigualdade entre homens e mulheres nas relações sociais de sexo. A invisibilidade social deste trabalho, para Folbre (1994) está relacionada ao sujeito que o realiza, as mulheres. Esta desvalorização é reconfigurada com a emergência do patriarcado capitalista.

Conforme dissemos há pouco, o capitalismo emerge pela incorporação de relações sociais de dominação e exploração que lhe são anteriores, processo que foi atravessado por conflitos entre as exigências das relações sociais de classe e a estruturação das relações sociais de sexo. A presença das mulheres nos espaços da produção⁶⁷, ainda que sob as determinações da divisão sexual do trabalho, instaura, portanto, um conflito no interior das relações sociais de sexo. Na contemporaneidade, este conflito assume contornos mais sofisticados: embora não haja a proibição explícita de que as mulheres trabalhem remuneradamente, é corrente a crítica, nas relações interpessoais, de que “trabalhem muito” ou de que o trabalho remunerado tome demasiado tempo de sua presença na família. Atribui-se à presença das mulheres no trabalho remunerado problemáticas enfrentadas pelos filhos, sob o discurso da “desestruturação familiar” ocasionada pela “ausência feminina”. Trata-se de expressões ora mais tradicionais, ora mais modernas, dos processos ideológicos que reproduzem a divisão sexual do trabalho e a atribuição majoritária, material e moral, do trabalho doméstico e de cuidados às mulheres⁶⁸.

A tensão entre projetos profissionais e vida familiar é uma constante na experiência das mulheres e um conflito, objetivo e subjetivo, em larga medida desconhecido pelos homens. Não se trata de um conflito entre dois sistemas, capitalista e patriarcal, mas dos antagonismos que se processam na dinâmica das relações sociais de classe e de sexo, que se recolocam em contextos determinados e pelos novos patamares de contradição gerados em uma ou outra relação social.

⁶⁷ O que não significa afirmar que a inserção das mulheres no trabalho produtivo data do capitalismo, o que não é verdade. As mulheres sempre trabalharam, inclusive naquelas atividades nas unidades produtivo-reprodutivas que foram cruciais para a acumulação primitiva do capital e que se reconfiguram, como demonstra Marx, com a passagem da manufatura à indústria moderna. No caso brasileiro, no qual a formação social é tributária da escravidão, o trabalho das mulheres pode ser encontrado nos diferentes momentos históricos, no campo e nas cidades, na agricultura, nos serviços, no trabalho doméstico não remunerado.

⁶⁸ O sentimento de “culpa” reiteradamente relatado pelas mulheres sujeitas desta pesquisa e em vários espaços de debate dos quais participamos, é uma expressão subjetiva deste conjunto de determinações materiais e ideológicas.

Colette Guillaumin (2014) analisa a atribuição do trabalho doméstico em termos de duas modalidades de apropriação inscritas nas relações sociais de sexo: a apropriação do tempo, ilimitada, no trabalho gratuito no interior das famílias; e, diretamente concernida a esta modalidade, o encargo físico dos membros inválidos do grupo (e válidos, independentes, do sexo masculino). A apropriação do tempo das mulheres nas relações sociais de sexo é realizada, segundo Guillaumin, na modalidade de apropriação privada no quadro do contrato de casamento, mas também como uma apropriação coletiva: o tempo de todas as mulheres, coletivamente, pode ser apropriado em benefício dos homens, direta ou indiretamente, no seio da família e para além dela. Nas palavras da autora,

Com efeito, a faxina, o cuidado das crianças, a preparação da comida e outras tarefas são, às vezes, garantidas igualmente por uma das mães dos dois esposos etc. Não em virtude de um contrato direto de apropriação, como é o caso da esposa (cuja sua apropriação se manifesta – sobretudo e primeiramente – pela obrigação legal do serviço sexual), mas em função da apropriação geral da classe das mulheres, que implica que o tempo das mulheres (seu trabalho) está à disposição sem contrapartida contratual. *Está à disposição em geral e indiferentemente* (GUILLAUMIN, 2014, p. 35, grifos nossos).

Segundo Guillaumin, as relações de sexagem, ou relações de apropriação, reduzem as mulheres à condição de ferramenta “cuja instrumentalidade se aplica, *sobretudo e fundamentalmente*, a outros humanos” (GUILLAUMIN, 2014, 43). Esta instrumentalidade encontra sua expressão cabal na apropriação que se estabelece por meio do encargo físico dos membros inválidos da sociedade atribuído às mulheres, “sobretudo e fundamentalmente”.

Para a autora, as mulheres, como todos os dominados,

cumprem certamente tarefas que não implicam relação direta e pessoal com outros seres humanos, mas sempre, e doravante, somente elas, nos países ocidentais, são consagradas a assegurar, fora da relação salarial, a manutenção corporal, material e eventualmente afetiva do conjunto dos atores sociais” (GUILLAUMIN, 2014, p. 44).

Ademais, dois elementos importantes caracterizam este encargo coletivo atribuído às mulheres no sistema patriarcal-capitalista: primeiro, sua gratuidade (ou, nas palavras da autora, o fato de realizar-se como uma “prestação não-monetária”) (GUILLAUMIN, 2014, p. 44); segundo, sua realização no “quadro de uma relação pessoalizada durável” (GUILLAUMIN, 2014, p. 44). Este encargo é também realizado no quadro de relações mercantis, por meio do emprego doméstico; entretanto, sua realização é, majoritariamente, realizada fora do circuito mercantilizado. Guillaumin (2014) refere-se, por exemplo, à realização destes encargos por coletividades de mulheres organizadas em instituições; é o caso

das instituições religiosas que prestam serviços de “manutenção física” de doentes, crianças, idosos.

No esteio dos estudos sobre trabalho doméstico, ganham também força há pelo menos uma década as chamadas pesquisas de “uso do tempo”. Com um viés formalista-abstrato, estes estudos buscam mensurar os tempos empregados por mulheres e homens no trabalho doméstico não remunerado e nos cuidados. Este campo de estudo busca mensurar tais jornadas de trabalho – pelo que vem se incorporando, em alguns países, às estatísticas oficiais – e produzir indicadores para as políticas públicas.

No Brasil, em 2008, foi criado um Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), cujo objetivo era viabilizar uma pesquisa no âmbito do IBGE sobre os usos do tempo; esta pesquisa-piloto foi realizada em 2009, por meio da aplicação de um questionário-diário suplementar à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (Contínua). A experiência fracassou. A apreensão dos tempos, das tarefas e da jornada do trabalho doméstico não remunerado, pela técnica de diário de campo, não foi capaz de mensurar as jornadas das mulheres neste trabalho e, mais, captar a temporalidade, as diversas tarefas, do trabalho doméstico e de cuidados em sua particularidade.

Dois problemas de fundo subjazem a este campo de pesquisa. Primeiro, o de ser orientado por uma “noção quantificável e linear de tempo” (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016; ÁVILA, 2016). Para Ávila (2016), a noção de uso do tempo, se não utilizada criticamente pode levar a uma “naturalização da ideia de tempo social como um recurso externo (ÁVILA, 2016, p. 138). Esta característica impede que as pesquisas de mensuração do uso do tempo apreendam os “aspectos intangíveis” do trabalho doméstico e de cuidados, não mensuráveis pelo “tempo medido” (TURNS, 2001). O instrumento utilizado por estas pesquisas, o diário de tarefas e seus tempos, mostra-se incapaz de captar as atividades relativas ao trabalho doméstico em suas intermitências e simultaneidades: exemplo clássico do cuidado com crianças simultâneo às tarefas de preparo de alimentos.

Em atividades educativas com mulheres, há uma técnica bastante utilizada, chamada “O Relógio de 24 horas”. Ao preencher as tarefas do acordar ao dormir, o objetivo pedagógico é gerar nas mulheres a consciência do conjunto de atividades que realizam ao longo de um dia. As dificuldades se mostram logo no início: é difícil precisar todas as tarefas do trabalho doméstico e dos cuidados, a hora em que terminam e acabam, as interrupções para fazer outras tarefas, a atenção permanente que requerem. A mesma dificuldade encontramos entre nossas sujeitas de pesquisa. Muitas tarefas escapam da primeira descrição, outras aparecem quando menos se espera. O tempo da escuta é um tempo longo, não linear, “diacrônico”

(TURNS, 2001). Esta perspectiva corrobora o que aponta Turns (2001), sobre a diferença entre o tempo medido e o tempo vivido, os aspectos subjetivos envolvidos na percepção dos tempos do trabalho doméstico, que escapam ao “tempo-relógio”, nos termos da autora.

O segundo problema refere-se à racionalidade que informa tais pesquisas, que definimos como abstrata-formal-tecnista, caracterizada pelo tratamento da problemática destituída das relações sociais que lhe dão sentido. Ora, na conformação predominante das relações sociais de sexo, classe e raça, *quem* usa o tempo? A lógica prevalecente nestes estudos opera uma inversão: as mulheres, individualmente, são tomadas como o sujeito de seu tempo, quando, na verdade, constituem o sujeito expropriado de tempo, coletivamente, nas relações sociais vigentes estruturadas pela divisão sexual do trabalho. Evidentemente, há sempre um espaço de resistência e autonomia no qual se move o sujeito que dispõe do seu tempo, tensões, resistência e contradições. De outra sorte, como aponta Ávila (2016), a ideia de um “uso do tempo” leva à sua apreensão sob uma lógica capitalista, na qual o tempo é tratado como um recurso externo, dissociado do tempo da vida.

Os estudos voltados para mensurar o valor econômico do trabalho doméstico, em termos de seu aporte para o Produto Interno Bruto (PIB), também em voga no período recente, derivam desta mesma perspectiva e padecem de problemas similares. As tentativas de conferir o valor econômico do trabalho doméstico foram em geral mal sucedidas, por um raciocínio que, se bem variou ao longo das últimas décadas, se desenrola como um *continuum* desde o debate original dos anos 1970: a apreensão do trabalho doméstico em analogia com o trabalho remunerado, seus tempos, seu valor monetário etc.

Desde os anos 1980, pelo menos, opera-se uma ruptura nas análises sobre o trabalho doméstico: da busca de seu reconhecimento em termos de trabalho de mercado, predominante no “debate sobre o trabalho doméstico”⁶⁹ dos anos 1970, passa-se a analisar o trabalho doméstico desde suas próprias características, por seus processos particulares, e por sua importância para o cuidado e viver das pessoas, para a reprodução humana e social.

Tratar do trabalho doméstico como trabalho específico, como objeto específico, “faz aparecer uma estrutura temporal própria, fundada sobre as relações sociais não redutíveis às

⁶⁹ Toda tentativa de classificação dos debates de uma época leva a generalizações que encobrem as diferenças de abordagem internas. É o caso desta terminologia “debate sobre o trabalho doméstico”, cuja origem não me foi possível discernir na revisão bibliográfica realizada, mas cujo uso é feito sobretudo pelas teóricas da economia feminista de origem espanhola, que tentam recobrir as perspectivas desenvolvidas nos anos 1970 no âmbito da teoria feminista. Embora partilhe da visão de que a analogia com o trabalho assalariado tenha prevalecido, é forçoso reconhecer que há diferentes matizes e, sobretudo, que as bases de análise crítica do trabalho doméstico no contexto das relações sociais de sexo, classe e raça radicam nestas análises. Citamos, por exemplo, o caso de Chabaud-Richter, Sonthonnax y Fougeyrollas-Schwebell (1985) que no âmbito deste debate, refletiam sobre este trabalho em sua lógica e temporalidades próprias.

relações sociais de produção” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYRROLAS-SCHWEBEL, SONTONAX, 1985, p. 28 apud ÁVILA, 2009, p. 124). A lógica própria deste trabalho remete a uma relação servil:

no trabalho doméstico, as mulheres estão a serviço de seus maridos e de seus/suas filhos/as, a serviço de sua família. Elas são desapropriadas de seu tempo, à disposição de sua família. *A disponibilidade permanente é a expressão temporal da relação de serviço* (ibid., p. 125, grifos nossos).

Para Hirata (2004), os afetos envolvidos na relação de trabalho doméstico estão na base da reprodução do que chama-se de “servidão doméstica”. A dimensão relacional implicada neste trabalho e, no seu interior, nas atividades de cuidado, tem sido objeto dos chamados estudos do “*care*” ou estudos do cuidado. Este campo abriga diferentes matrizes teóricas, mas podemos dizer que um traço comum diz respeito à ênfase que destinam à “dimensão relacional dos cuidados prestados a pessoas”, especialmente às pessoas dependentes, no contexto da provisão mercantil destes serviços.

Estes estudos desenvolvem-se especialmente no contexto dos países do Norte⁷⁰. Sem dúvida, um fator preponderante para uma renovação na abordagem dos “cuidados” como problemática diz respeito ao envelhecimento populacional verificado nestes países, no contexto de desmoronamento das políticas do Estado de Bem-Estar e de presença maciça das mulheres no mercado de trabalho, que inviabiliza – e/ou reatualiza – a clássica solução familiar para o problema. Neste quadro, verifica-se a ampliação de um mercado de serviços de cuidado nestes países, sob distintas faces, em geral marcado pela precariedade. A problemática dos cuidados ganha relevância no campo da teoria, da política e da arte⁷¹.

Do ponto de vista do debate teórico, autoras incorporam a dimensão de cuidados nas suas análises sobre a divisão sexual do trabalho e sobre as novas configurações do trabalho das mulheres (HIRATA, 2016), ampliando ou abrindo uma nova perspectiva de reflexão sem,

⁷⁰ A emergência e a relevância alcançadas pela problemática dos cuidados, não podem ser apreensíveis sem a mediação da política, sob determinações contraditórias: de um lado, responde-se às demandas forjadas pelas lutas feministas desde a década de 1970, que inscreveram o trabalho doméstico e de cuidados como uma questão política, reivindicando políticas para enfrentar a tensão entre trabalho remunerado e não remunerado e para uma maior socialização destes encargos via Estado; de outro, pela potencialidade deste novo mercado de serviços em responder à crise de empregos e mediar as transformações no Estado de Bem-Estar sob os auspícios neoliberais. A organização social dos cuidados – o chamado “*social care*” – passa a ser alvo dos debates políticos em âmbito global. Na América Latina, instituições intergovernamentais como a ONU Mulheres e, especialmente, a CEPAL, passam a impulsionar o debate sobre cuidados na região. Coloca-se a questão do cuidado como um direito e problematiza-se o paradigma de provisão de cuidados que orienta os Estados – maior socialização pelos serviços públicos, maior concentração nas famílias e sob os indivíduos, participação dos mercados. Discute-se os direitos de quem precisa de cuidado e os direitos de quem presta este cuidado (HIRATA, 2016).

⁷¹ Vale destacar, no âmbito do cinema, importantes produções recentes sobre a questão. Destacamos o filme Amor (Amour), de Michael Haneke, França, 2012; E se vivêssemos todos juntos? (Et si on vivait tous ensemble?), de Stéphane Robelin, França, 2012.

entretanto, abandonar o conceito de trabalho doméstico. Helena Hirata, referência nas investigações sobre a divisão sexual do trabalho na família e nas empresas, é uma das teóricas que passa a debruçar-se sobre o trabalho profissional do “*care*” em suas pesquisas comparadas entre Brasil, França e Japão. Outras(os) autoras(es) aderem ao “*care*”, inclusive no Brasil, e passam a utilizar o conceito de maneira intercambiável ao de trabalho doméstico ou, ainda, de maneira substitutiva (SORJ, 2016).

Consideramos, sem dúvida, que a emergência de um campo de serviços profissionais de cuidado, provido por profissionais especializados mas, em grande medida, pelo trabalho precário, impõe uma problemática relevante de pesquisa. Os tempos, ritmos e as emoções envolvidos nesta relação “face a face”, que envolve o encargo material físico da vulnerabilidade do corpo, seus ritmos temporais e suas necessidades emocionais. Esta problemática se particulariza em formações como a brasileira, de ausência de políticas para o cuidado de pessoas dependentes, especialmente na velhice; e marcada por uma insuficiência estrutural de serviços públicos para o cuidado infantil.

O cuidado é analisado como uma “relação social”, no sentido de “*relation*”, entre os provedores e beneficiários, notadamente de pessoas dependentes. Trata-se de um esforço para apreender tais dinâmicas. Para Marcondes, o cuidado é

uma prática social que, ancorada na divisão sexual do trabalho, tem como objetivo atender às necessidades humanas concretas, mas também emocionais e psicológicas, pressupondo a interação face a face entre quem é cuidado e quem cuida, em uma relação de interdependência (MARCONDES, 2013, p. 254).

Perscrutar os aspectos interindividuais desta relação, portanto, enriquece as análises dos cuidados enquanto processos de trabalho e lançam luzes sobre mediações ainda pouco exploradas nos estudos sobre trabalho doméstico, salvo em campos específicos, como no caso das políticas de saúde. O movimento do real forja novas contradições sem que as velhas tenham sido superadas, agravando-as.

Em que pese a importância destes estudos, consideramos que, ao enfatizar as dimensões interpessoais e se deslocar de uma perspectiva sistêmica, do conceito de trabalho doméstico e de divisão sexual do trabalho, o conceito de cuidado perde sua potência heurística, sua força crítica.

Primeiro, sua dissociação do conceito de trabalho doméstico e, consequentemente, de sua apreensão sob as determinações das relações sociais de sexo, classe e “raça”, leva a que se perca de vista as desigualdades entre provedores e prestadores de cuidado e as determinações sobre quem “é sujeito e quem é objeto de cuidado” (HIRATA, 2016) e, ainda, sobre de quem

não se cuida, em uma sociedade em que os imperativos do capital levam ao desgaste e descarte massivo de corpos, no qual o aumento da expectativa de vida é tratado como um “risco” para o Estado e um ônus para as “futuras” e “presentes” gerações. Uma questão irreduzível, portanto.

Segundo, a ênfase nos aspectos interindividuais e relacionais, frequentemente tem levado a uma indistinção entre o “*care*” e a dimensão relacional de todo e qualquer serviço prestado às pessoas: cabeleireiros(as) e manicures⁷², motoristas de táxi etc. (SOARES, 2016; ARANGO, 2016). Se em tudo há cuidado (“*care*”), o que é o cuidado? Em nossa visão, o que se passa, no capitalismo contemporâneo, e no contexto de crise, é a profusão do setor de serviços pessoais, seja sob a forma de trabalho informal e precário, seja de serviços especializados. Embora o cuidado seja provido como uma relação mercantil de serviço, nem todo o serviço prestado a pessoas pode ser tratado como cuidado. A extensão do conceito de cuidado, como trata Hirata (2016), é das principais controvérsias nos chamados estudos do “*care*”.

Outra dimensão problemática dos estudos do “*care*” diz respeito à sua ênfase no cuidado das pessoas dependentes – crianças, idosas, enfermas. Esta ênfase, que particulariza tais estudos, leva, a que se perca de vista duas realidades concretas essenciais: 1) a carga de cuidados dos membros válidos, autônomos, do grupo familiar, especialmente os homens; 2) o fato de, especialmente nas classes populares, as pessoas consideradas dependentes (crianças e idosas) serem historicamente e, ainda hoje, provedoras essenciais de cuidado: “o papel das mulheres idosas no cuidado de “filhos, filhas, netos, netas, foi historicamente mais relevante do que costuma pensar-se: material, física e emocionalmente” (THANE, 2010 apud CARRASCO; BORDERÍAS; TURNS, 2011, p. 28).

Na particularidade brasileira e pelas determinações de classe, sexo e raça, é imperioso reconhecer que o cuidado é provido sobretudo pelas mulheres, de maneira gratuita, no interior das famílias, ou pelas trabalhadoras domésticas remuneradas (MARCONDES, 2013). O cuidado de outras pessoas, especialmente em condição de vulnerabilidade geracional ou de saúde, sempre esteve presente no interior do que chamamos trabalho doméstico não remunerado, constituindo uma de suas dimensões essenciais, como trabalho voltado para a reprodução humana e social.

⁷² Cf. ARANGO, Luz Gabriela. Cuidado, emoções e condições de trabalho nos serviços estéticos no Brasil. In: ABREU, Alice; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa. Gênero e Trabalho no Brasil e na França. São Paulo: Boitempo, 2016.

A emergência de “novas figuras dos cuidadores e cuidadoras” profissionalizados convive com a permanência das velhas práticas e relações de cuidado, de maneira não remunerada, no interior das famílias, e remunerada, por meio do emprego doméstico, ainda majoritariamente precário. Outro conjunto de trabalhos de cuidado são realizados pelos agentes públicos, como no caso dos cuidados em saúde.

O cuidado realizado no âmbito profissional é delimitado seja em termos de tarefas como de jornada; no trabalho não remunerado, doméstico, de cuidados, ambas as fronteiras se esboroam, desvanecem. Trata-se de uma atividade precária, de baixos rendimentos, realizada majoritariamente no quadro do emprego doméstico, ou de maneira não remunerada, no interior das famílias, no movimento pendular entre exploração e apropriação (KERGOAT, 2016).

Nesta investigação, *consideramos o trabalho doméstico e de cuidados na sua indissociabilidade*: do ponto de vista da prática concreta, as tarefas de cuidado com pessoas e outras tarefas do trabalho doméstico são dificilmente dissociadas; em segundo lugar, e como determinação da primeira, pelo fato de que os sujeitos que as realizam, no contexto brasileiro, também serem em geral os(as) mesmos(as) que realizam aquelas tarefas: o cuidado das pessoas, dependentes ou autônomas, é provido majoritariamente no espaço doméstico, por redes de mulheres, de maneira gratuita, ou remunerada precariamente⁷³. O recurso ao cuidado profissional é ainda restrito às classes médias e burguesas, dado o alto custo destes serviços.

No âmbito familiar, espaço-tempo por excelência – mas não exclusivo – de realização do trabalho doméstico, as tarefas inerentes a este trabalho englobam uma miríade de atividades que conformam este processo de trabalho, com seus desdobramentos intrínsecos, realizadas muitas vezes de maneira simultânea: a manutenção do espaço, que envolve desde a limpeza, organização, reorganização, arrumação, de acordo com os fins (dormir, comer etc.), com diferentes tempos associados, variantes de acordo com as condições de moradia; a manutenção e restauração corporal, que envolve preparação da alimentação, em diferentes momentos do dia, de acordo com o número, geração, insumos disponíveis, especificidades de saúde e, ainda, a provisão dos suprimentos necessários (compra, armazenamento), a higienização do vestuário (lavar, passar, organizar etc); e ainda, em grande parte dos arranjos,

⁷³ São as trabalhadoras domésticas que conformam, historicamente, o exército de cuidadoras remuneradas no país: as funções de cuidado de crianças e pessoas idosas das famílias estão historicamente inseridas como parte de suas atribuições. Há uma dimensão afetiva fortemente envolvida no trabalho das empregadas domésticas que particularizam a exploração e dominação nestas relações de trabalho. As trabalhadoras domésticas organizadas dos sindicatos reiteradamente se referem à dificuldade em mudar de trabalho, em busca de melhores condições, pelo “apego às crianças” (CARVALHO, 2000). A relação entre afetividade e trabalho doméstico, remunerado e não remunerado, é uma dimensão que reforça a “servidão doméstica” (HIRATA, 2016; ÁVILA, 2016).

o cuidado material de outras pessoas, dependentes e/ou autônomas, de uma mesma ou de diferentes gerações. Certamente, outras tarefas escapam; e as contingências, como adoecimentos, podem exigir uma redefinição do conjunto, com a expansão das tarefas. Como afirma Cresson (2006), o volume do trabalho doméstico é altamente variável.

Se, por um lado, reconhecemos a importância de analisar as características específicas das atividades relacionadas ao cuidado das pessoas (carga emotiva, disponibilidade emocional, incontornabilidade destas tarefas em comparação a outras), consideramos que o trabalho doméstico, histórica e contemporaneamente, particularmente entre as classes trabalhadoras, engloba este conjunto de atividades voltado para a reprodução diária dos indivíduos e a provisão de suas necessidades físicas, materiais e emocionais, as quais se particularizam ao longo do ciclo de vida e das contingências inerentes à condição humana – sempre sob as determinações das relações sociais.

Esta perspectiva nos permite apreender o trabalho das mulheres na esfera da reprodução como um trabalho que não só produz bens de consumo necessários à sustentação imediata das pessoas, como provê cuidado e propicia as primeiras aprendizagens necessárias ao processo de humanização e socialização, como a fala, a coordenação motora etc. Atua, portanto, na transformação de seres humanos em seres sociais (BERTAUX, 1977). Ademais, é um trabalho realizado tanto no âmbito doméstico, como também do Estado e suas instituições e também é provido pelo mercado, no caso brasileiro, em larga escala, pelo assalariamento doméstico.

Como sintetiza Kergoat (2016), “exercer um trabalho de cuidado, falar do cuidado ou pensar o cuidado remete a operações complexas” (p. 18). A análise do trabalho de cuidado, a partir da imbricação das relações sociais, implica em não tratar de “organizar essa complexidade a partir de uma dimensão que consideramos crucial, mas de abarcar a totalidade dessa complexidade” (KERGOAT, 2016, p. 18).

Pelos elementos acima expostos e no esforço de apreender a dimensão particular dos cuidados relacionados à saúde, realizados pelas mulheres na esfera doméstica, nos aproximamos da conceituação proposta por Cresson (2006) de “trabalho doméstico da saúde”. Tomando em conta a divisão sexual do trabalho e as características históricas do trabalho doméstico, a autora considera que “a maior parte das tarefas realizadas, a título de trabalho doméstico, concorrem diretamente ou indiretamente a assegurar o bem-estar, a boa saúde ou a cura dos indivíduos do grupo doméstico” (CRESSON, 2006, p. 8).

As mulheres realizam, no interior de suas famílias, de maneira gratuita, o que chama de “trabalho doméstico profano ou secular de saúde”, no sentido do trabalho corriqueiro,

cotidiano, de cuidado de enfermos(as) e vulneráveis, ou da garantia de que gozem de condições de saúde. Assim, ressalta Cresson (2006),

A maior parte do que os pais fazem por seus filhos é um trabalho para a saúde. Propor, para classificar o grande número de tarefas que contribuem para a manutenção da saúde dos familiares, para reter cinco áreas, uma vez que se distingue entre o que é destinado ou contribui para: criar e manter condições de vida saudáveis; cuidar dos doentes; educar para a saúde; agir como intermediário com o exterior; e, finalmente, enfrentar as crises (CRESSON, 2006, p. 12, tradução nossa).

Cresson reitera a indissociabilidade de que falamos acima no que diz respeito ao cuidado como dimensão do trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Para a autora, há uma continuidade entre os dois tipos de cuidado providos pelo trabalho doméstico: o “*care*”, no sentido dos cuidados habituais relacionados à manutenção da vida e do bem-estar, o trabalho de manutenção da vida, e o “*soin*”, que em francês refere-se ao trabalho de cura propriamente. Este último, retrata Cresson, “só pode ter sentido na existência de tudo que contribui para a continuidade e desenvolvimento da vida”, isto é, todas as tarefas incluídas no trabalho doméstico prosaico, cotidiano, provido na esfera doméstica. Trata-se, portanto, de um processo indissociável, quando realizado no quadro não mercantil e familiar.

A autora propõe apreender o cuidado em saúde doméstico neste duplo sentido, como “manutenção e reparo, cuidado e cura” (2006, p. 9). Defende que grande parte do trabalho de produção de saúde, é realizado no interior das famílias. Incorpora, na sua análise, a divisão sexual do trabalho, ao postular que assim como o trabalho doméstico em geral, também o trabalho doméstico de saúde não é partilhado pelos homens e permanece como um encargo das mulheres no quadro familiar. Para Cresson, o “‘cuidado profano de saúde’ é parte dos ‘papéis femininos’ sem que haja este aspecto imperativo nos ‘papéis masculinos’” (CRESSON, 2006, p. 14).

O “trabalho doméstico profano da saúde”, realizado pelas mulheres, no interior das famílias, é constituído por uma forte dimensão relacional, emocional e afetiva que tende a invisibilizar e naturalizar as tarefas que lhes são concernentes e para a reprodução de uma injusta divisão deste trabalho entre homens e mulheres. Como ressalta a autora, “a imbricação íntima entre tarefa e relacionamento, em cuidar de uma criança pequena, por exemplo, ajuda a tornar este trabalho invisível para olhos da maioria das mães” (CRESSON, 2006, p. 13). Esta forte dimensão relacional em uma atividade de cuidado exercida em relação a familiares, vizinhos, pessoas próximas, leva a que este trabalho seja muitas vezes apreendido como um “trabalho de amor”, naturalizando-o.

É "natural" para uma mulher cuidar de seu filho e preservar sua saúde, ou um adulto ajudar seu pai idoso. Se o amor é um motor importante desta atividade, não é nem condição necessária nem suficiente. Outros sentimentos dão o passo: senso de responsabilidade, senso de dívida, compaixão. Mas sentimentos podem não ser (muito) presentes porque existe uma pressão social difusa que empurra os parentes para cuidar da pessoa dependente. Sentido do dever, medo do que será dito, um desejo de dar uma boa imagem de si mesmo ou de sua família. É possível, em todos os casos, com ou sem sentimentos, falar em atribuição do cuidado às mulheres. Elas assumem a grande maioria dos cuidados para os jovens, crianças, doentes, pessoas com perda de autonomia ou dependentes (CRESSON, 2006, p. 15, tradução nossa).

Para Cresson, o amor *socialmente atribuído* a este trabalho pode também ser apreendido como um fator de coerção e pressão social, donde os sentimentos de auto-reprovação das mulheres frente a situações de estresse, sobrecarga e indisponibilidade para cuidar. Corolário destes sentimentos, a culpa, constante entre as mulheres encarregadas de cuidados, e expressão subjetiva desta pressão social e do que Colette Guillaumin refere-se como "o efeito das relações de apropriação sobre a individualidade" (2014, p. 45).

4.2 PRODUÇÃO, REPRODUÇÃO SOCIAL E A SUSTENTAÇÃO DA VIDA HUMANA

Um dos debates teóricos que enfrentamos, no desenvolvimento desta pesquisa, diz respeito à categoria reprodução social⁷⁴, em sua interrelação com a categoria Estado, família e mercado.

Conforme afirmam Marx e Engels, e toda a elaboração crítica feminista ao longo do século XX e contemporânea, a produção e reprodução do viver tem como um de seus primeiros atos históricos a relação estabelecida entre os sexos, a divisão do trabalho entre eles, e a relação social que aí se estabelece, uma relação de subordinação. Cisne (2014, p. 19), por sua vez, postula que "a história não é determinada apenas no universo da produção, mas

⁷⁴ Em O Capital, Marx elabora as categorias de reprodução simples e reprodução ampliada do capital; a primeira refere-se ao consumo imediato do mais-valor e à segunda, ao processo mesmo de conversão de mais-valor em novo capital, isto é, à acumulação propriamente dita. A categoria reprodução social, neste sentido, busca apreender o processo amplo de "persistência e transformação" de uma determinação formação social, isto é, os processos por meio dos quais "a produção e a reprodução das relações de produção capitalista" produzem e reproduzem a sociedade burguesa (FERNANDES, 2012, p. 143). Nesta pesquisa, delimitamos a reprodução social no sentido originalmente empregado por Engels (1984) e desenvolvido pela teoria feminista marxista, de "reprodução da vida humana" como processo social e histórico e que implica trabalho.

resulta das relações sociais associadas às relações de produção, ou seja, do movimento dialético entre a produção e a reprodução sociais”.

Como afirma Pichio, ao se ocultar ou invisibilizar o trabalho doméstico e as donas de casa, por via da naturalização destas atividades como essência ou natureza feminina, o que se oculta é “a relação de produção-reprodução que caracteriza o sistema capitalista. De este modo, um problema central do sistema econômico foi analisado como uma questão privada e como um problema especificamente feminino” (PICCHIO, 1992, p. 454 apud PEREZ OROZCO, 2006, p. 124).

Outro aporte de análise do trabalho doméstico e de cuidados é trazido pela economia feminista (CARRASCO, 2001; PEREZ OROZCO, 2006), a partir do conceito de “economia do cuidado”. Estas autoras, a partir de uma atualização da crítica da economia, propõe colocar a reprodução social e o “cuidado da vida” no centro da análise econômica e da organização da vida social como um todo. O trabalho não remunerado das mulheres está no centro desta vertente, uma vez que é entendido como o trabalho responsável pela “sustentabilidade da vida humana” (CARRASCO, 2001). Segundo afirmam as próprias autoras (CARRASCO, 2001; PEREZ OROZCO, 2006), a ideia de sustentabilidade da vida humana está bastante próxima da categoria reprodução social, tributária da teoria feminista materialista. A economia feminista busca “centrar-se explicitamente en las formas en que cada sociedad resuelve sus problemas de sostenimiento de la vida humana” (CARRASCO, 2001, p. 12).

A economia feminista postula que a interdependência entre seres humanos e entre seres humanos e natureza é uma dimensão iniludível da vida social, dissociada no patriarcado capitalista. O indivíduo livre que nasce com as relações capitalistas é sustentado pelo trabalho não remunerado das mulheres; a ideologia do indivíduo autossuficiente, o indivíduo neoliberal, é uma negação da interdependência que funda a condição humana. O mesmo se passa em relação à natureza, tomada, no patriarcado capitalista, como objeto de domínio, como recurso. Há, nesse sentido, uma forte vinculação entre a economia feminista e o ecologismo.

A proposição da economia feminista, de instaurar o cuidado e a reprodução social entendida como sustentação da vida humana, no centro da análise, é relevante enquanto projeto e emancipatória enquanto perspectiva – e aproxima-se, nesse sentido, do ideário socialista da produção a serviço das pessoas e do seu pleno desenvolvimento. No plano da realidade concreta, e das relações sociais concretas, as determinações materiais e ideológicas sob as quais os cuidados e a reprodução social humana estão organizadas deitam suas raízes, incontornavelmente, nas relações sociais de produção – e mesmo as experiências alternativas

no campo da reprodução social, embora forjem antagonismos⁷⁵ e novos patamares de contradição – não escapam a estas.

As modalidades da reprodução são conformadas historicamente pelas modalidades da produção, o que significa dizer que a cada modo de produção corresponde uma forma particular de organização da reprodução. Para definir a “produção social de seres humanos” utiliza-se o conceito de reprodução. Em uma primeira aproximação ao debate marxista sobre reprodução social, partimos da afirmação clássica de Engels, segundo o qual,

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupas, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou de determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (1984, p. 2).

Ambas as esferas, da produção e da reprodução, realizam-se por meio do desenvolvimento de processos de trabalho que assumem formas particulares ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades e dos distintos modos de produção.

A sociedade salarial se define “pela unidade dos dois processos, a produção sob a forma de uma produção generalizada de mercadoria e a reprodução social dos indivíduos” (CHABAUD-RICHTER, FOUGEYRROLAS-SCHWEBEL, SONTTHONNAX, 1985, p. 28 apud ÁVILA, 2009, p. 122).

Vale ressaltar duas premissas fundamentais de análise sobre a articulação entre produção e reprodução no sistema capitalista e patriarcal: 1) produção e reprodução são indissociáveis e a reprodução está subordinada à produção; 2) a subordinação da reprodução à produção se apoia na subordinação das mulheres aos homens. Disto decorre que a divisão sexual do trabalho é um dos mecanismos de sustentação das relações sociais de sexo, ao estabelecer a “designação prioritária das mulheres para a reprodução e a dos homens para a produção. Como vimos, a divisão do trabalho entre homens e mulheres não é coetânea ao

⁷⁵ Uma das consequências políticas desta perspectiva de análise é a visibilidade e valorização social das atividades realizadas pelas mulheres para sustentar a vida: a preservação de semestres, a produção camponesa de base agroecológica e pequena escala, a preservação de bens comuns (fontes de água) e as atividades cotidianas de cuidado com as pessoas. Estas atividades de sustentação da vida são ameaçadas pelo desenvolvimento da economia capitalista. A controvérsia emerge do risco de essencialização e idealização destas atividades realizadas pelas mulheres, e da re-essencialização das próprias mulheres, invisibilizando os aspectos de dominação e opressão nas relações sociais de sexo no contexto das “experiências alternativas”. A ênfase no enfrentamento com o patriarcado capitalista pode levar a uma invisibilização do antagonismo com o patriarcado dos homens, eles mesmos, nas relações sociais de sexo cotidianas.

capitalismo; entretanto, a “designação prioritária” do trabalho doméstico às mulheres, e sua centralidade para a reprodução social, consolida-se com a emergência do modo de produção capitalista e a separação dos espaços-tempo da produção e da reprodução social que ele introduz. Essa separação é a tradução de uma divisão sexual do trabalho que estrutura as relações sociais entre os sexos e que está presente em diferentes modos de produção, sociedades e culturas (TABET, 2014; MATHIEU, 2014).

No modo de produção capitalista, se processa a separação entre espaço-tempo da produção e espaço-tempo da reprodução (KERGOAT, 2012; FEDERICI, 2013; ÁVILA, 2009). Segundo Haicault e Combes (1986, p. 27), “a história do capitalismo será igualmente, e desde o início, a história de uma organização da reprodução”.

Se o desenvolvimento das formas concretas da produção material acarreta o desenvolvimento das formas concretas da produção dos seres humanos, esse movimento não é nem automático, nem impulsionado por uma única lógica que seria a do capital, ou a das forças produtivas. Insistimos, por conseguinte, na necessidade de substituir as teses de um princípio diretor pelas teses que restituem às relações sociais o papel preponderante na formação social considerada (HAICAULT; COMBES, 1986, p. 28).

A conformação do tempo da reprodução, das tarefas e do valor social atribuído a cada uma delas será determinado pela reorganização das relações de produção. As necessidades de reprodução da força de trabalho são particularizadas pelas transformações no campo das relações sociais de classe, raça e sexo e reproduzidas pela mediação de processos materiais e ideológicos.

Tomando em conta as relações sociais, consideramos que, se bem produção e reprodução são processos imbricados, as determinações de organização da vida social seguem se dando, sob a sociedade da mercadoria, na esfera da produção, inclusive, a mercantilização da esfera da reprodução social. A esfera da reprodução, e os trabalhos de reprodução, ampliam-se como campos de acumulação capitalista, por via de serviços de diferentes ordens, desde as tecnologias de reprodução assistida, aos serviços privados de saúde, aos cuidados remunerados, à produção industrial de alimentos etc. Os tempos da produção também predominam sobre os tempos da reprodução social (TURNS, 2001; ÁVILA, 2009).

La esfera mercantil depende de la doméstica en el sentido de que adquiere de ella la fuerza de trabajo, mercancía básica, que, directa o indirectamente, entra en la producción de todas las mercancías. La doméstica depende de la mercantil porque, gracias a los salarios, puede comprar mercancías en el mercado cuyo consumo, directo o tras posterior elaboración, permite reproducir la vida. Este cuestionamiento de la autonomía de los mercados resulta central, porque acaba con la idea de que éstos son independientes del conjunto social y determina claramente que las amas de

casa no pueden verse como personas dependientes, ya que realizan contribuciones fundamentales para la reproducción social (PEREZ OROZCO, 2006, p. 123).

Estas formas de organização da reprodução social humana assumirão contornos particulares, também, à medida que a reprodução da “população para o capital” (OLIVEIRA, 1984) também se modifica do ponto de vista de sua morbidade, mortalidade e expectativa de vida. Engels, na “*Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*”, refere-se a uma classe, e a um contexto, em que a expectativa de vida de um operário era de 29 anos; tamanho eram os imperativos de consumo da força de trabalho para o capital na indústria nascente que uma trabalhadora, após o parto, poderia voltar ao trabalho na fábrica no intervalo de não mais de três dias. O aumento da expectativa de vida está relacionado à mediação da política e das lutas de classes, assim como ao desenvolvimento das ciências e as políticas sociais. As lutas pela redução da jornada de trabalho, sob a indústria nascente, podem ser tomadas como a expressão das primeiras lutas históricas no campo da reprodução social. Tratava-se de uma luta pela manutenção da própria vida.

As necessidades concretas de formação da força de trabalho sob a acumulação flexível, por exemplo, serão mediadas pela difusão de novos valores e ideologias sobre a família e a maternidade que deitam suas raízes nas relações de produção. As novas formas de organização da produção estão dialeticamente imbricadas com as novas práticas e consensos⁷⁶ em torno da organização da reprodução e afetam a organização do trabalho doméstico. “A hegemonia”, também aqui, “nasce da fábrica” (GRAMSCI, 2001, p. 247; MOTA, 2010), seja qual for a forma que a “fábrica” assuma nos tempos de hoje. Estas formas ganham contornos concretos no caso das práticas sociais em saúde.

Lefebvre (2006, s. p.) aponta três níveis de reprodução social, que se desenvolvem de maneira imbricada: o da reprodução biológica (a família); o da reprodução da força de trabalho (a classe operária como tal); o da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, das relações constitutivas da sociedade capitalista, cada vez mais (e progredindo).

O trabalho doméstico atribuído majoritariamente às mulheres participa dos três níveis de reprodução social. Nesse sentido, o conceito de reprodução aqui adotado é irreduzível à reprodução biológica; no entanto, a abrange; entendemos que mesmo este nível da reprodução dos indivíduos, não é um processo natural. Como afirma Tabet (2014), a “fecundidade” é um

⁷⁶ A teoria do capital humano nos parece uma expressão dessa imbricação entre novos consensos no âmbito da produção e da reprodução social. A permanente atualização das ideologias maternalistas e familistas, *idem*. A relação entre ambas, sob as determinações das relações sociais de classe, sexo e raça, poderia constituir um fértil campo de análises. Os estudos críticos sobre as políticas de transferência de renda condicionada oferecem uma base importante para esta reflexão.

processo regulado socialmente. Para esta autora, a “fecundidade forçada” é um dos mecanismos do sistema patriarcal de dominação sobre as mulheres; o controle dos produtos do corpo – número dos filhos – é também apontado por Guillaumin (2014) como uma das formas em que se expressa a apropriação das mulheres pelos homens nas relações sociais de sexo; e, como vimos anteriormente ao tratar do desenvolvimento histórico do capitalismo, tal processo está também determinado pelas normas patriarcais, reproduzidas pelo Estado (legislação sobre aborto, normatização do parto, políticas de contracepção etc.) e do mercado (a exemplo das tecnologias de reprodução assistida etc.).

Assim, o processo de produção dos seres humanos tem como uma dimensão constitutiva a reprodução biológica cujas formas particulares só podem ser compreendidas à luz da totalidade das relações sociais de produção e reprodução (TABET, 2014; OLIVEIRA, 1984).

Oliveira (1984), ao problematizar uma teoria marxista da reprodução da população, postula que “o capitalismo vai determinar [...] sua forma social de reprodução do operariado, e essa forma social desborda as barreiras naturais anteriores pela liquidação das determinações da reprodução da população nos estágios anteriores [...]” (OLIVEIRA, 1984, p. 150)⁷⁷. Ao analisar a questão da reprodução da população na ordem do capital, Oliveira (1984) refere-se à acumulação primitiva como momento em que nasce, com o capitalismo, uma “população para o capital”. Segundo este autor,

[...] do nascimento do capital que arrancava do momento inicial da expropriação e da separação do trabalhador dos meios de produção: neste preciso momento, pois, a população em si já existia; a metamorfose do sistema, no que ele tinha de original, consiste precisamente, naquela separação, isto é, a transformação do trabalho em força de trabalho; estabelece-se a partir daquele momento, a população para o capital. A recusa de Marx a ver “leis de população” no sentido malthusiano é apenas a enunciação de sua própria “lei” de população: a de que a reprodução da população está indissolivelmente ligada ao modo de produção social” (OLIVEIRA, 1984, p. 136).

Na esteira de Marx, Oliveira demonstra a esterilidade das análises demográficas que, destituídas de teoria, tomam a população por uma abstração, subtraindo da análise as relações sociais. O autor recupera de maneira brilhante a questão da reprodução da população sob a ordem do capital; no entanto, é cego ao sujeito social diretamente concernido no processo de

⁷⁷ O autor destina uma crítica às perspectivas demográficas hegemônicas, por analisarem o movimento da população fora das relações sociais de produção e das determinações da lei do valor, em contextos concretos. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos Homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. In: OLIVEIRA, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 135-159.

“produção dos homens” ou de “reprodução da população para o capital” – as mulheres – e ao instrumento fundamental dessa reprodução: o trabalho doméstico e de cuidados.

Para Oliveira, os movimentos da população, seja a fertilidade como a mortalidade, devem ser analisados como “gastos da força de trabalho”; o esforço do autor é o de tomar a “reprodução da força de trabalho como determinante dos movimentos da população” (OLIVEIRA, 1984, p. 140), e não o inverso, como faz a demografia. O “consumo” da força de trabalho, segundo Oliveira (1984, p. 151), não é apenas o “consumo produtivo pelos meios de produção que valorizam o valor, é um desgaste, uma depredação da força de trabalho, que se reflete no padrão sanitário da população e, em última análise, na taxa de mortalidade”.

Pouca atenção é dada pelo autor, entretanto, às determinações que se dão no nível das relações sociais de sexo, como, por exemplo, toda a reivindicação das mulheres pelo direito à contracepção ou a denúncia das políticas de controle da natalidade, como expressões de resistência à dominação patriarcal-capitalista em determinados contextos históricos. E, sobretudo, aos processos de sustentação da vida que se desenvolvem entre o nascimento e a morte dos indivíduos, e para os quais é realizado um trabalho sistemático de alimentação, cuidados com higiene e saúde, manutenção dos espaços físicos de moradia e diversas outras tarefas de sustentação dos indivíduos.

A medição do Estado sobre a reprodução social humana expressa-se de maneira concreta em inflexões diretas sobre os movimentos de reprodução da população, sob a determinação da reprodução das relações sociais e das políticas de desenvolvimento, por meio de políticas de controle da natalidade, como as desenvolvidas nos países pobres do sul do mundo, nos anos 1960-1980. Seus métodos, a laqueadura em massa, convertida em moeda eleitoral para fins de manutenção das elites no poder político, e a disseminação de pílulas contraceptivas, sob financiamento de instituições internacionais.

O desenvolvimento histórico do capitalismo patriarcal e racista foi acompanhado de políticas voltadas para a regulação e controle da reprodução – e, conseqüentemente, da sexualidade – por meio de políticas e ideologias repressivas que se materializavam no corpo das mulheres e, em particular, nas mulheres da classe trabalhadora, em sua maioria negras. Dentre estes mecanismos ideológicos, de matriz malthusiana, o “mito do nascimento dos pobres” como explicação para a condição de pobreza e atraso nas sociedades periféricas. Ideologia que não cessa de se reatualizar.

A existência de uma população para o capital implica, portanto, um processo de reprodução, em dois níveis: de um lado, a reprodução implica a manutenção vital desta força de trabalho, e sua socialização, educação, nos termos exigidos pelas relações sociais de

produção. Processo que, evidentemente, não é totalmente fechado, mas tensionado por contradições. Os movimentos da população são definidos pelos movimentos nas relações de produção, conseqüentemente, para que esta população se torne uma população para o capital é preciso adquirir uma série de atributos. O quadro epidemiológico da população trabalhadora, seja no que diz respeito às doenças do trabalho, seja no que diz respeito à taxa média de vida, sobre as determinações da “relação social básica que subjaz ao capitalismo: a apropriação de trabalho não pago” (OLIVEIRA, 1984, p. 154).

Ao mudar a forma de consumo de energia da pura força muscular para formas potenciadas agora pela virtualidade da técnica da máquina, o capital eleva necessariamente sua composição orgânica, destrói outros capitais, concentra-se, produz outro trabalhador e produz uma nova população para o capital. A esse processo estão intimamente ligados a educação e o treinamento da própria classe trabalhadora e seu nível de saúde (OLIVEIRA, 1984, p. 154).

Para Antonella Picchio, a análise da conformação das relações sociais de produção, e das formas de exploração do trabalho, carece de fundamento teórico e desvincula-se de “um tratamento adequado da reprodução da força de trabalho”. Para a economista,

A reprodução social ocupa um lugar central para a análise do mercado de trabalho; determina a posição dos indivíduos dentro do dito mercado, constitui o fundamento dos níveis de vida (e, portanto, o ponto de referência para a negociação salarial), e estrutura as relações entre classes e intraclasses e a distribuição do produto (PICCHIO, 2011, p. 122; tradução nossa).

A autora aporta uma chave heurística fundamental para nosso objeto de estudo ao propor dois conceitos importantes para nossa análise: primeiro, o conceito de “*sistema de reprodução social*”, que abrange “a estrutura familiar, a estrutura do trabalho assalariado e não assalariado, o papel do Estado na reprodução da força de trabalho e as organizações sociais e políticas dos trabalhadores e trabalhadoras, assalariados e não assalariados” (PICCHIO, 2011, p. 122-123; tradução nossa).

Uma característica dominante do processo de reprodução social é que o trabalho doméstico e o pacote salarial são rigorosamente interdependentes, assim como os sujeitos que os aportam. Os provedores de bens salariais necessitam do trabalho doméstico; a força de trabalho é um produto conjunto dos bens salariais e do trabalho doméstico. Os processos de trabalho próprios do trabalho doméstico e os bens salariais são distintos mesmo quando uma mesma pessoa aporta ambos. A diferença básica repousa em que a aportação de bens salariais está remunerada e o trabalho doméstico não (PICCHIO, 2011, p. 130, tradução nossa).

Segundo, o conceito de “*processo de reprodução social do trabalho*” diz respeito “ao complexo processo de tarefas, trabalhos e energias, cujo objetivo seria a reprodução da

população e das relações sociais e, em particular, a reprodução da força de trabalho” (PICCHIO, 2011, p. 31, tradução nossa). Estes conceitos permitem analisar a dinâmica por meio da qual os distintos sujeitos interatuam: a participação do Estado na reprodução da força de trabalho é mediada pela intervenção deste sobre a família e a utilização que faz do trabalho doméstico gratuito das mulheres.

Esta intervenção atuará diretamente sobre o valor dos salários e, ainda, sobre o comprometimento do fundo público com dita reprodução. O trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres na esfera familiar, ou remunerado a baixo custo, como no caso da sociedade brasileira, encontra-se no coração do processo. A problematização mais ampla de reprodução social permite apreender não só o lugar central das mediações da família e do Estado, como a sua inter-relação em termos de uma dualidade contraditória, sob, evidentemente, o peso determinante do Estado como regulador do lugar da família na reprodução da força de trabalho.

A produção de bens salariais é apenas parte do processo de reprodução social da força de trabalho; “os níveis de vida da população trabalhadora em seu conjunto dependem da totalidade do processo” (PICCHIO, 2011, p. 130), especialmente da mediação do conflito de classes e do papel do Estado no mercado de trabalho.

A constituição da família operária, conforme já se adiantou, é uma constituição defensiva: através da combinação da venda da força de trabalho e da produção doméstica de valores de uso, que implica também em “gasto de trabalho”, determina-se o custo de reprodução da força de trabalho. Tendo como resultado a existência de filhos, a manutenção destes implica necessariamente *apenas* no incremento da produção doméstica de valores de uso; a remuneração da força de trabalho vendida para o capital é determinada por esta combinação e, portanto, suas variações não são influenciadas pelo aumento ou diminuição da família (OLIVEIRA, 1984, p. 145).

Os conflitos no âmbito da reprodução social abrangem os antagonismos entre capital e trabalho em torno dos salários, das jornadas de trabalho e das condições de trabalho. Entretanto, disserta Picchio, o principal destes conflitos, ao longo da história, se situa na própria esfera familiar entre o trabalhador assalariado e a dona de casa⁷⁸.

⁷⁸ Vale ressaltar que, ainda hoje, ambas as dimensões da luta no âmbito da reprodução social mantêm-se dissociadas: exemplar nesse sentido é a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, liderada no Brasil, nos anos 2000, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na ocasião de um debate público em torno da campanha, no ano de 2007, as mulheres sindicalistas levantaram a questão sobre a necessidade de articular esta luta àquela das creches em tempo integral e outros mecanismos sem os quais a jornada de trabalho das mulheres dificilmente se reduziria.

Historicamente, a linha principal de conflito no âmbito da reprodução social se dá entre o trabalhador assalariado e a dona de casa. Ambos dependem mutuamente para sua subsistência e, portanto, necessitam controlar-se mutuamente. Mas o equilíbrio de poder está descompensado; as donas de casa não dispõem de um salário independente e isto serve de base para o controle masculino do trabalho doméstico. Para reforçar este controle foram desenvolvidas leis e ideologias (Kenrick, 1981). A igualdade no intercâmbio da força de trabalho masculina e feminina requer igualdade no âmbito da reprodução social. [...] Por desgraça, tanto os trabalhadores assalariados como as instituições públicas dependem fortemente do trabalho doméstico das mulheres (PICCHIO, 2011, p. 131, tradução nossa).

Podemos inferir, com Picchio (2011), que essa dependência das instituições públicas do trabalho doméstico não remunerado das mulheres é estruturante do Estado capitalista e é, nesse sentido, que podemos tratá-lo como um Estado patriarcal-capitalista. Essa mediação constituinte recrudescer sob as determinações neoliberais sobre o Estado, nas quais o peso da família na reprodução social humana acentua-se.

A resistência das instituições públicas a assumir a responsabilidade direta dos serviços que aporta privadamente o trabalho doméstico reside no custo adicional que suporia e as implicações que teria para a distribuição a passagem de um trabalho não assalariado para um trabalho assalariado financiado por meio dos impostos. Por conseguinte, as instituições públicas exercem uma pressão especial com o fim de manter os níveis de serviços proporcionados pelas famílias (PICCHIO, 2011, p. 132).

Os custos reduzidos do orçamento público são incluídos nos custos familiares da reprodução. Mas estes custos não são, por sua vez, devolvidos aos salários, que deveriam, supostamente, cobrir estes custos: eles se incorporam ao trabalho doméstico não remunerado das mulheres. E, assim, desaparecem da contabilidade econômica clássica.

A família emerge, nesse modo de produção, como a esfera onde se expressa de modo mais intenso a imbricação entre patriarcado e capitalismo, como sistemas que se co-produzem mutuamente (HAICAULT; COMBES, 1986, p. 28).

O salário, a família e os serviços públicos se consideram como terreno do conflito de classes, na medida em que todos estão estruturados pelo controle capitalista sobre os meios de subsistência da população trabalhadora. O que explica porque o capital necessita controlar o trabalho doméstico e as mulheres através de muitas instituições, da violência direta e de diversas formas de opressão (DALLA COSTA, 1979). Neste processo, os homens desempenham historicamente um papel de controle ativo (PICCHIO, 2011, p. 142).

Consideramos, no entanto, que o trabalho doméstico, que tem no espaço familiar seu núcleo central – especialmente no contexto brasileiro, no qual a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho e o nível de relações de força entre as classes não propiciou a experiência de um Estado de Bem-Estar - se estende a outros espaços-tempo da reprodução

social – os serviços públicos (serviços de saúde, educação, rede assistencial, dentre outros) e os espaços de lazer, dentre outros. Nesse sentido, consideramos relevante considerar toda a energia, tempo e habilidades empregadas pelas mulheres na relação com as instituições como parte do trabalho de reprodução social por elas realizado.

Sobre o lugar da família no processo de reprodução social, Nogueira (2011, p. 165) enfatiza que

o capital nada mais é do que um movimento, uma forma e um meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva. É um sistema com clara identificação das mediações, com claros objetivos de subordinação de todas as funções reprodutivas sociais, como as relações de gênero familiares, à produção material e cultural. A família se inscreve, portanto, no sistema sociometabólico do capital (Mészáros, 2002) como parte do "sistema de mediações de segunda ordem" que garante a reprodução da espécie e participa de todas as relações reprodutivas do 'macrocosmo' social (NOGUEIRA, 2011, p. 165).

Dentre estas, a reprodução dos valores. Como afirma Mészáros, “a família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores” (MÉSZAROS, 2002, p. 272). Não à toa, diante de disfunções ou dificuldades no processo de reprodução, o apelo à família é o primeiro apelo a se fazer ouvir pelas forças sociais e políticas dominantes. A família é o “microcosmo insubstituível de reprodução e consumo” (MÉSZAROS, 2002, p. 278).

Na nova organização instaurada com o modo de produção capitalista, a reprodução converte-se “em uma das forças sociais em jogo na luta de classes (espaços, unidades, modalidades) e da luta de sexos; torna-se, *desde muito cedo, uma questão de Estado*” (HAICAULT; COMBES, 1986, p. 27, grifos nossos).

Isso significa dizer que, no processo de desenvolvimento capitalista, a reprodução é um terreno de embate da luta de classes e de sexos, no antagonismo frente ao capital (definição da jornada de trabalho, ampliação de salários, de benefícios e serviços prestados pelas empresas, a exemplo das creches no local de trabalho), ao Estado (notadamente por meio das políticas sociais e equipamentos públicos destinados à reprodução social) e no interior das famílias – sendo neste contexto alvo sobretudo da luta das mulheres.

O maior nível de socialização do trabalho de reprodução humana social, sua maior concentração no Estado ou na família, é expressão das relações de força das classes sociais e das mulheres como força social organizada. E é à luz desses antagonismos e relações de força que se pode compreender o caráter patriarcal e capitalista do Estado brasileiro e suas particularidades no contexto atual.

4.3 ESTADO, REPRODUÇÃO SOCIAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: TENDÊNCIAS NO CAPITALISMO MONOPOLISTA PERIFÉRICO

Nosso objeto de estudo nos exigiu retomar o debate sobre a categoria Estado como expressão dos antagonismos e das relações de força que emergem das relações sociais de classe e sexo e sua particularidade no capitalismo dependente. Tratamos das determinações e tendências gerais e particulares da nossa formação nacional e condição de dependência, que conformam o Estado numa mediação central da reprodução das relações sociais e, especificamente, da reprodução da força de trabalho, conformando-o como um Estado capitalista, patriarcal e racista.

Entendemos o Estado, na perspectiva materialista dialética, como expressão dos antagonismos nas relações sociais. Tais antagonismos, expressos em termos de correlação de forças, são constitutivos das relações sociais de classe, de sexo e de raça. Estamos de acordo com a abordagem de Duque-Arrazolla (2004), para quem “o Estado, como a sociedade, também é constituído pelas relações sociais de gênero, consequentemente pela divisão sexuada do poder, reproduzindo a organização e dinâmica social da ordem patriarcal de gênero na sociedade burguesa” (p. 84).

Para tratar de seus fundamentos históricos, recorreremos a elaboração de Mazzeo (2015) e Fernandes (2006) de suas tendências do ponto de vista da mediação que exerce no processo de reprodução social, em Oliveira (1984) e Behring (2008; 2012), em particular no que diz respeito ao lugar do fundo público no processo de valorização do capital na particularidade da nossa formação nacional. Se o Estado assume suas funções econômicas no estágio monopolista, elas passam, necessariamente, pelas relações coloniais e neocoloniais que os Estados imperialistas mobilizam e, portanto, pela divisão internacional do trabalho. Desta maneira, a forma particular de mediação do Estado na formação nacional está determinada pela condição de dependência em que se integra ao capitalismo monopolista (FERNANDES, 2006; MARINI, 2005).

Uma atualização da análise sobre o Estado na particularidade periférica vem sendo realizada no bojo de uma renovação da teoria da dependência e das análises críticas sobre as disputas pelo fundo público sob a determinação da “dominância financeira da valorização” (PAULANI, 2006 ; BRETTAS, 2012). Por outra senda, são desenvolvidas análises sobre as políticas sociais de cunho familista sob a determinação da divisão sexual do trabalho, notadamente sob a hegemonia neoliberal nas políticas públicas.

Consideramos importante ressaltar que o caráter classista, patriarcal e racista do Estado não se confunde com a composição de seus governantes ou da direção política de seus governos. O Estado não se conforma como capitalista, e patriarcal, porque são as elites e os homens, majoritariamente, aqueles que o governa. Esta realidade concreta é uma de suas expressões. Como mostra Oliveira, o Estado mantém seu caráter capitalista ainda quando governado por representantes das classes subalternas, em um processo de hegemonia às avessas, no qual os próprios dominados levam a termo a condução dos interesses dos dominantes, ainda que de maneira contraditória, como ocorreu no país na experiência recente dos governos ditos “neodesenvolvimentistas” (2003-2016)⁷⁹.

Como afirma Borón (1994),

o caráter classista do Estado não se assenta nas origens sociais de seus quadros dirigentes, no elenco governante ou na classe reinante, mas na estrutura interna do aparato estatal que, em seu funcionamento, coloca em evidência a seletividade classista de suas políticas públicas, tanto por meio daquelas afirmadas propositivamente como das “não-políticas” ou da política que se depreende da inação estatal (BORÓN, 1994, p. 258).

É necessário, portanto, como ponto de partida, diferenciar Estado e governo. Conforme sintetiza Borón (1994), “o classismo do Estado não depende da natureza sociológica de seus círculos dirigentes, nem de sua ideologia, sistema partidário ou qualquer traço deste tipo” (p. 358), mas da “articulação concreta do Estado com a reprodução capitalista” (BORÓN, 1994, p. 358). Acrescentamos, fundamentadas na compreensão da imbricação das relações sociais de classe, sexo e raça na ordem capitalista patriarcal, que a mediação do Estado na reprodução social implica na reprodução deste conjunto de relações. O Estado não é tão somente estruturado por uma ideologia ou uma cultura patriarcal, como centram sua atenção algumas perspectivas políticas no âmbito do movimento feminista, atuando para reproduzi-las, mas antes, constitui uma mediação essencial por meio da qual os mecanismos estruturantes da dominação-exploração das mulheres são reproduzidos como condição para a reprodução social como totalidade. Expressão disto é o lugar prioritário assumido pela família nas políticas sociais do Estado monopolista periférico. A produção de consensos conforma-se como mediação própria da ação estatal, mas não esgota a mediação do Estado na reprodução das relações sociais de sexo, assim como nas relações sociais de classe e nas relações raciais.

⁷⁹ Para uma brilhante análise desse processo, a partir da análise da política hídrica dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, ver SILVEIRA, Sandra Batista da. Geografia da Sede no Brasil: um estudo sobre água e pobreza no campo. Tese de Doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPE, 2017.

Outra premissa de nossa conceituação de Estado diz respeito à particularidade por ele assumida na formação nacional, determinada por um conjunto de determinações de diferentes ordens que deitam suas raízes na formação social, econômica e política nacional e na condição colonial e dependente da nação (MAZZEO, 2015). Partimos da afirmação de que um capitalismo *sui generis* produz um Estado *sui generis* (MARINI, 1973), cuja mediação político-econômica na produção e reprodução social está inextricavelmente ligada à formação social e econômica como colônia de exploração e cujas formas contemporâneas expressam a subordinação do país na divisão internacional do trabalho, em particular a partir de sua integração no capitalismo monopolista.

O desenvolvimento capitalista no Brasil particulariza-se pela predominância da chamada “via prussiano-colonial”⁸⁰ (MAZZEO, 2015), especificidade que gera um “Estado à sua imagem e semelhança”: um Estado nacional autocrático, cujas tendências materializam-se em um

aparelho estatal de onde se despegue a violência e o favor deletério, para manter intacta sua estrutura fundamental, com as massas populares (escravos e homens “livres”) sempre fora do cenário político. Uma estrutura, enfim, que permitia até golpes e contragolpes constantes entre as facções dominantes sem alterações, no entanto, em seu aspecto basilar (MAZZEO, 2015, p. 108).

Em que pese tais particularidades, expressam-se na ação do Estado nacional, notadamente a partir dos anos 1930, consolidando-se e expandindo-se com a forma ditatorial da “autocracia burguesa” instaurada nos anos 1960, as tendências gerais que o conformam como Estado capitalista e, especialmente, as funções decisivas que assume – e que passam a defini-lo – no desenvolvimento e na reprodução das relações sociais capitalistas a partir do estágio monopolista. Sempre, e necessariamente, do ponto de vista de nossa condição de dependência (FERNANDES, 2006), que definirão como as tendências gerais do Estado monopolista serão particularizadas na formação do Estado nacional, caracterizando-o como um Estado monopolista periférico.

Com efeito, nos países capitalistas centrais, a mediação exercida pelo Estado capitalista na reprodução social assume seu caráter mais desenvolvido no capitalismo monopolista, no limiar do século XIX para o século XX. É no estágio imperialista do desenvolvimento do

⁸⁰ A “via prussiano-colonial” é a categoria proposta por Antônio Carlos Mazzeo (2015) para caracterizar o desenvolvimento capitalista no país e a conformação do Estado nacional. Segundo o autor, “para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “via prussiano-colonial” é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia [...] e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil” (MAZZEO, 2015, p. 105).

capitalismo que o Estado integra em uma unidade dialética suas funções econômicas e políticas (NETTO, 2006). Se no processo de acumulação primitiva do capital o Estado opera por meio da lei e da violência para levar a termo os processos de expropriação que criam as condições para a consolidação das relações sociais de produção capitalistas, é no estágio monopolista que se consolidará seu caráter central para a reprodução destas relações sociais.

Conforme bem o explicita Braverman (1974) e Netto (2006), no capitalismo monopolista, no limiar do século XIX para o século XX, a intervenção estatal, além de preservar as condições externas de produção e valorização capitalistas, passará a incidir “na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, na era dos monopólios, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2006, p. 25). Para o autor, “o Estado capturado pela lógica monopolista é o *seu* Estado” (NETTO, 2006, p. 26), cumprindo funções diretas e indiretas para o desenvolvimento do capitalismo.

O Estado burguês passa a atuar como instrumento de organização da economia e a operar como administrador dos ciclos de crise, que se tornam cada vez mais frequentes ao longo do século XX. As medidas restauracionistas às crises cíclicas do capital passarão, como vimos no Capítulo II, por transformações no âmbito do Estado e da mediação por ele exercida no processo de reprodução do capital.

Segundo Braverman (1974), ao analisar as economias ditas “centrais”, a mediação do Estado no processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista dar-se-á em quatro dimensões fundamentais: consumo, internacionalização do capital, assistência social e serviços básicos. Todas estas dimensões permanecem, ainda hoje, “dimensões vivas do papel do Estado” (GURGEL, 2004, p. 824), embora a intervenção estatal tenha sofrido inflexões ao longo do século XX, como veremos adiante.

A intervenção estatal no consumo visa enfrentar o problema da produção de excedentes em nível maior que sua capacidade de absorção, ou seja, na garantia de demanda efetiva de bens e serviços para realização do valor. O Estado atua na garantia de demanda efetiva seja pela garantia de pleno emprego e patamar de salários diretos – próprias, por exemplo, das políticas keynesianas -, seja pelos chamados salários indiretos, que ampliam as possibilidades de consumo da classe trabalhadora. Ademais, o próprio investimento estatal em políticas sociais amplia seu peso como consumidor ele mesmo de bens e serviços no mercado.

A dimensão internacional refere-se ao apoio prestado pelo Estado para a concorrência econômica internacional por mercados, por fontes de matéria-prima e por investimentos (GURGEL, 2014) que pode chegar, e efetivamente chegam, aos confrontos militares entre

países capitalistas na disputa aberta por mercados ou, ainda, no que Harvey chama de processos limites de desvalorização em determinados territórios. O orçamento militar do conjunto dos países atesta a permanência do Estado *gendarme*, também campo de absorção de excedentes de capital.

A assistência social e os serviços sociais básicos conformam propriamente a intervenção do Estado frente ao acirramento dos antagonismos sociais produzidos pelo desenvolvimento do capitalismo. De um lado, o Estado responde às necessidades de reprodução do capital, ao assegurar a reprodução da fonte de criação do valor – a força de trabalho – e, de outro, responde – e passiviza – conflitos sociais atuando, portanto, para a legitimação da ordem burguesa. Políticas de saúde e política educacional encontram-se no coração das políticas sociais do Estado capitalista.

Como afirma Gurgel (2014), a intervenção do Estado por meio de políticas sociais expressa que “sua história está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo e, ao mesmo tempo, ao aguçamento das contradições do sistema – dois aspectos que caminham juntos” (GURGEL, 2014, p. 815). É frente às expressões das lutas sociais no terreno do trabalho que se agudizam no limiar do século XIX que a atuação do Estado capitalista assumirá uma dimensão contraditória, na medida em que sua atuação na reprodução das relações capitalistas passará, a um só tempo, pela garantia das condições para a reprodução do capital e da reprodução da força de trabalho, por meio das políticas sociais públicas. Este caráter contraditório é a resposta à questão social que emerge das lutas sociais das classes trabalhadoras frente à exploração do trabalho e inscrevem a política social do Estado capitalista, geneticamente, no terreno da luta de classe e das disputas entre as forças sociais.

Além de garantirem do ponto de vista concreto à atenção às demandas materiais de reprodução da força de trabalho, tais políticas irão também cumprir uma importante mediação na produção de consensos e na legitimação da ordem social burguesa.

Para Mandel, entre as funções consolidadas pelo Estado burguês no estágio imperialista inclui-se “para a reprodução ampliada do capital, [a garantia] da conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração” (Mandel, 1976, p. 183 apud Netto, p. 26). Diante das contradições inerentes ao ordenamento capitalista, o Estado é impelido a intervir para assegurar a reprodução e manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas não só: “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem” (NETTO, 2006, p. 26).

É no estágio monopolista que o Estado emerge como o “capitalista coletivo” e, ao mesmo tempo, assume um lugar decisivo na reprodução da força de trabalho por meio da

política social pública. Com o capitalismo monopolista, o Estado assume seu lugar definitivo, e contraditório, no processo de reprodução social, entendido em sua acepção ampla como reprodução das relações sociais capitalistas e na reprodução da força de trabalho, dimensão intrínseca à primeira. Em função disso, as lutas sociais no campo da produção e da reprodução social passam a ter lugar privilegiado no terreno das ações do Estado. O Estado monopolista, através de políticas sociais, passa a atuar diretamente, e de maneira decisiva, na articulação entre relações de produção e reprodução social, intervindo sobre a reprodução da força de trabalho em função das necessidades das relações de produção.

As políticas sociais públicas desenvolvidas pelo Estado burguês operam, a um só tempo, como mecanismo de controle sobre a força de trabalho a serviço do desenvolvimento capitalista e, do ponto de vista político, na produção de um consenso em torno do próprio Estado como mediador dos interesses conflitantes, ao tempo em que mascara, neste mesmo movimento, seu caráter de classe. Conforme explicita Netto (2006), na medida em que acolhem demandas e reivindicações das classes subalternas, estas passam a reconhecer-se na intervenção do Estado. A própria definição de “políticas sociais” atua para distanciar seu objeto dos processos econômicos que o produzem.

Ainda segundo Netto (2006), “a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho” (NETTO, 2006, p. 31), seja da população ocupada, seja – e isto nos interessa particularmente no que tange a nosso objeto de estudo – daquela que compõe o chamado exército industrial de reserva. Na particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil, como veremos, esta superpopulação fora das relações assalariados conforma e exerce uma mediação fundamental no processo de reprodução das relações sociais capitalistas e, especialmente, na reprodução da força de trabalho industrial (OLIVEIRA, 1972). A população fora das relações assalariadas estará, igualmente, por meio das políticas sociais do Estado burguês, sob seu controle material e moral. Este controle será particularizado segundo se trate de homens e de mulheres, o que evidencia o caráter patriarcal do Estado burguês e das políticas sociais que implementa.

Se a política social pública emerge no estágio monopolista, vale ressaltar que as estratégias do Estado burguês, desde então, articulam, estruturalmente, a dimensão pública e privada no enfrentamento dos problemas sociais (NETTO, 2006, p. 37). Como afirma o autor, “na idade do monopólio, o caráter público do enfrentamento das refrações da “questão social” incorpora o substrato individualista da tradição liberal, ressituuando-o como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa” (NETTO, 2006, p. 35). Esta

tendência será particularizada na formação social brasileira, na qual a dimensão privada no enfrentamento das refrações da questão social é estruturalmente acentuada, dado o caráter compensatório e restrito da ação estatal.

A lógica do capital monopólico invade toda a vida social, transborda o espaço das relações de produção e invade a esfera privada subordinando-a às necessidades de sua reprodução, por processos materiais e ideológicos⁸¹. A mediação do Estado é basilar neste processo. Como bem sintetiza Netto (2006), o enfrentamento das problemáticas sociais pelo Estado burguês no capitalismo monopolista, em um permanente movimento entre “público” e “privado”, “ademais das implicações econômicas que porta, revela como o primeiro subordina o último recolocando-o sistematicamente – e fazendo-o através de mediações que não podem ser deduzidas da pura lógica de valorização monopolista (NETTO, 2006, p. 40).

Dentre estas mediações, inscreve-se, a nosso ver, a captura e a organização das relações e práticas sociais que conformam a reprodução social na esfera privada, donde se inscreve, de maneira central, as relações sociais de sexo, a divisão sexual do trabalho e, expressão destas, o trabalho doméstico e de cuidados provido majoritariamente pelas mulheres da classe trabalhadora. É nesta imbricação entre enfrentamento público e privado dos problemas sociais que a perspectiva liberal pode manter-se como um pressuposto da intervenção estatal no Estado capitalista, mesmo nas suas formas mais universalistas, como naquela configurada pelo Estado de Bem-Estar.

É na combinação entre sua dimensão pública e privada que se revela uma dimensão fundante do Estado capitalista como um Estado também patriarcal: a manutenção de mecanismos de sujeição e apropriação das mulheres (GUILLAUMIN, 2014) como forma de estruturação de sua intervenção pública. A reprodução social na esfera privada, ou familiar, não se extingue nos diferentes momentos do desenvolvimento capitalista e da conformação do Estado, mesmo na era de ouro do Estado de Bem-Estar Social, nos países capitalistas centrais.

Nesse sentido, compartilhamos a crítica de Shaver (apud Safiotti, 1992), para quem

capitalismo e patriarcado são formas mutuamente constitutivas de dominação, um dimensão do outro: gênero e relações sociais de gênero são integrantes da organização

⁸¹ Uma brilhante análise sobre a subordinação da vida privada às necessidades das relações de produção pode ser encontrada no ensaio gramsciano sobre o “americanismo e o fordismo”. Diz o autor, neste apartado dos Cadernos, “dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica [...] Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo (GRAMSCI, 2001, p. 247-248).

social da classe e, similarmente, a classe é constitutiva do gênero. Isto é verdadeiro para as instituições ‘públicas’ do Estado do bem-estar social, para as estruturas ‘privadas’ da economia social nas quais este Estado intervém e para as relações construídas entre elas [...] Como gênero e classe definem-se mutuamente, ambos definem o Estado do bem-estar social e são definidos por este Estado. Eis porque o Estado não pode ser entendido como simplesmente patriarcal (Mackinnon, 1983) ou diretamente capitalista (GOUGH, 1979): como suas funções e formas políticas concretas englobam as interações mútuas do capitalismo patriarcal, é deste modo que se deve desenvolver nossa compreensão conceitual (SHAYER, 1989, p. 94 apud SAFFIOTTI, 1992, p. 195-196).

A análise sobre os fundamentos da ideologia liberal levada a termo por Pateman (1993) revela que o indivíduo liberal responsável pelo seu próprio destino na esfera pública pressupõe a existência de indivíduos assujeitados do sexo feminino na esfera doméstica. Para a autora, o “contrato social” que funda o Estado liberal moderno, assentado no individualismo, é precedido de um “contrato sexual” na esfera privada, por meio do qual se institui o direito dos homens sobre as mulheres assegurado pelo contrato de casamento e mantido pela “fraternidade dos homens”. A crítica de Pateman ao contratualismo e aos neocontratualismos emergentes na análise do Estado moderno incorpora à crítica da ideologia liberal a sua dimensão essencialmente patriarcal: as liberdades individuais preconizadas pelo liberalismo como fundadoras do contrato social pressupõe a sujeição das mulheres na esfera privada.

A mediação do Estado na reprodução das relações sociais capitalistas e, no nível da reprodução da força de trabalho, que conforma uma de suas dimensões, será particularizada a partir da correlação de forças estabelecida entre as classes sociais, que atuarão também para definir a conformação do Estado ao longo do período subsequente do desenvolvimento capitalista e as formas particulares que irá assumir em cada formação nacional, e frente às necessidades de cada momento do desenvolvimento do capitalismo.

No período pós-guerra, a intervenção do Estado capitalista assumirá uma conformação particular na garantia das condições de produção e realização do valor, por meio do lugar decisivo que sua política social ocupará nos padrões de consumo da classe trabalhadora. A garantia da demanda efetiva para o processo de realização do valor consistirá num dos alicerces da ação estatal do Estado de bem-estar social no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo em que responderá às demandas de uma classe trabalhadora fortemente organizada e frente ao espectro ameaçador que não apenas rondava a Europa, mas ganhara vida em seu Leste.

A crise dos anos 1970 leva a uma redefinição na intervenção estatal na reprodução das relações sociais capitalistas. A ortodoxia liberal renovada e consubstanciada na política

neoliberal fará ecoar a litania de que a origem da crise repousa sobre a intervenção estatal, do que decorre a defesa do Estado mínimo no que toca à reprodução da força de trabalho ao passo em que se reatualiza a participação do fundo público na reprodução do capital e na retomada de seu padrão de acumulação.

Conforme afirma Gurgel (2014), “a crise dos anos 1970 e 1980 coloca o Estado como um agente importante na viabilização de um processo de acumulação que agora começa com ele próprio. É o Estado que se encarrega de ceder seu valor transmutado em mercadoria (M) para abrir o ciclo de produção e reprodução do sistema” (2014, p. 820). Isto se processa por meio de três novos mecanismos assumidos pelo Estado: a “cessão e prospecção de negócios ao investimento privado”, por meio da privatização das empresas estatais em diferentes setores; a “constituição de associações mercantis contratualizadas em parcerias”, por meio das parcerias público-privado e da gestão privada do fundo público; e, por fim, o “gerenciamento dos desdobramentos administrativos e financeiros das crises” (GURGEL, 2014, p. 824).

Ainda segundo o autor, apoiado em Braverman (1974), a partir da crise dos anos 1970, as fronteiras entre Estado e mercado se esboroam uma vez que o fundo público participa cada vez mais como condição para o desenvolvimento capitalista, cumprindo as diferentes funções e sendo, ele mesmo, sujeito e objeto (fundo público) de expropriação para fins de acumulação, por meio dos processos identificados por Harvey como as privatizações e a dívida pública. Não à toa, uma das grandes “revelações” deflagradas pela crise de 2008 foi justamente o papel do fundo público no gerenciamento das crises e, especialmente, na “socialização das perdas”, evidente no socorro prestado pelo Estado liberal norte-americano ao banco Lemon Brothers⁸². A doutrina neoliberal de Estado mínimo revelou então sua natureza essencialmente ideológica: quando se trata do capital, este Estado é sempre máximo. A premissa do Estado mínimo esconde a estrutural participação do fundo público no desenvolvimento capitalista, por meio de antigos mecanismos, como a “socialização das perdas” (NETTO, 2006), e novas expressões, como sua liberação cada vez maior para a gestão privada.

Para Gurgel, no capitalismo contemporâneo e, sobretudo, no período pós-crise de 2008, quando se assiste a uma “radicalidade neoliberal renovada” (SCHILD, 2017), a participação do fundo público no desenvolvimento capitalista se aprofunda, apagando as fronteiras entre público e privado. A nosso ver, aprofundando o açambarcamento do fundo público para os interesses do capital e, particularmente, do capital financeiro. Para o autor,

⁸² O que ensejou uma das insígnias do movimento Occupy, expressão das movimentações emergentes frente à crise e suas consequências sociais nos EUA: “nós somos 99%”. O “socorro” do governo americano ao referido grupo financeiro foi da ordem de US\$ 700 bilhões (Cf. GURGEL, 2004).

“talvez já se possa falar em um processo expansivo e ilimitado, para o qual não há fronteira entre o público e o privado que tenha sobrevivido. Nesse sentido, é totalmente *démodé* falar de intervenção do Estado no mercado. Estado e mercado constituem uma totalidade dialética (GURGEL, 2014, p. 816).

A síntese de Gurgel (2014) corrobora a análise de autores como Oliveira (1998), Behring (2008, 2012) e Salvador (2016), sobre a centralidade do fundo público como pressuposto para a acumulação do capital. Para Oliveira, o fundo público atua como um *ex-ante* da acumulação capitalista e do processo de valorização do capital, de maneira que “a formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível” (OLIVEIRA, 1998, p. 21). Esse caráter do fundo público como componente da reprodução do capital acentua-se no Estado de Bem-Estar, por meio do que o autor denomina os direitos do anti-valor, sob a forma de salário indireto assegurado pelo Estado que, por sua vez, libera o salário direto para o consumo, fomentando a demanda efetiva pelo consumo de massas.

Conforme analisa Oliveira, no Estado de Bem-Estar, o fundo público atua como condição *ex-ante* do desenvolvimento capitalista, por meio do que o autor identifica como os chamados direitos do anti-valor, ou salário indireto, que garante as condições de realização do valor. Behring (2008), por sua vez, na esteira de Oliveira, mas em diálogo crítico, defenderá o papel do fundo público no processo de valorização do capital. Não se trata, para a autora, de anti-valor, uma vez que os fundos públicos, e o salário indireto, participam diretamente e indiretamente da “produção e reprodução ampliada do valor” (BEHRING, 2008, p. 54).

As formas que a participação do fundo público opera como “suporte material para a reprodução do capital” remetem a um complexo de mediações, dentre as quais se inclui: o sistema de crédito e, em particular, o endividamento do Estado, as subvenções fiscais e o fornecimento de créditos para determinados ramos da produção; a garantia de infra-estrutura e outros bens necessários às estruturas produtivas, assegurando o espaço-tempo necessário ao fluxo de rotação do capital e a pronta-atuação, por meio do fundo público, em momentos de crise.

Na síntese de Salvador, no Estado capitalista, o fundo público exerce as seguintes funções: financia o investimento capitalista, por meio de renúncias ou incentivos fiscais⁸³,

⁸³ No Brasil, o sistema tributário atua como instrumento de concentração de renda, aliviando o capital e onerando a classe trabalhadora, dado seu caráter altamente regressivo. Nos Governos neodesenvolvimentistas, as renúncias e desonerações fiscais (setor automobilístico, linha branca de produtos, dentre outros) atuaram como um dos principais mecanismos para ampliar o consumo de massas ao mesmo tempo em que comprometiam o orçamento das políticas sociais. Cf. Salvador, 2014.

redução da base tributária da renda do capital e crédito para empresas, por meio dos bancos de investimento; assegura infraestrutura para o desenvolvimento de atividades produtivas e para a otimização da rotação do capital (BEHRING, 2012), além dos gastos em investigação, pesquisa e qualificação da força de trabalho; por fim, assegura lucros para o capital rentista por meio dos títulos e juros da dívida pública; assegura a reprodução da força de trabalho por meio dos salários indiretos que asseguram a composição do mercado consumidor e, como vimos, gera demanda efetiva para a realização do valor (SALVADOR, 2014).

Behring (2012) defende que o fundo público convertido em determinada forma de política social “participa hoje do processo ampliado de reprodução social”. Segundo a autora,

A política social, como aplicação do fundo público, participa do processo de incremento da rotação do capital e, portanto, do circuito do valor. Por meio da política social o Estado realiza compras, contrata força de trabalho, pagando seus salários, transfere renda e até contrai dívidas em seu nome, a exemplo dos empréstimos internacionais brasileiros que são contraídos para objetivos específicos da política social (...). A política social, inclusive, transfere recursos para os bancos para gestão dos programas de transferência de renda (BEHRING, 2012, p. 178).

Sobre a participação da política social, como parte do fundo público, no processo de valorização do capital, Salvador (2014), reitera que “o alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica (SALVADOR, 2014, p. 5).

Ademais, vale destacar que a supercapitalização e o excesso de liquidez de capitais impulsionam a mercantilização de serviços providos pelas políticas sociais, a exemplo da saúde, da educação e da previdência social, convertidos em novos nichos de valorização (BEHRING, 2012, p. 178).

Há, assim, um acirramento da disputa pelo fundo público, na atual fase de acumulação do capital, marcada pela mundialização neoliberal e pela dominância financeira da valorização. Na análise de Salvador (2014), sobretudo a partir dos anos 1980, assiste-se ao domínio do capital financeiro na apropriação do fundo público. Segundo o autor, “sob o comando das políticas neoliberais, foi ampliada a liberalização financeira com o enfraquecimento do Estado e da proteção social, sob o efeito dos juros do serviço da dívida” (SALVADOR, 2014, p. 4). Acrescentamos, ainda, a conversão de políticas sociais universais em seguros regidos pela lógica financeira, como no caso da previdência social, apoiadas na assertiva de Abílio (2014), para a quem o neoliberalismo significou o “passe livre” para a financeirização.

Podemos, assim, analisar a mediação e a conformação do Estado capitalista contemporâneo, e seu caráter contraditório, em termos da tensão e disputa em torno do fundo público, seja do ponto de vista de sua composição (arrecadação) como da sua destinação: entre os interesses de reprodução do capital e da reprodução social das classes trabalhadoras. O neoliberalismo representaria, segundo Oliveira, a destituição da função do fundo público como anti-valor e a reconversão do Estado em subordinado completamente aos interesses do capital.

Entretanto, uma dimensão não considerada pelos(as) autores(as) é como, especialmente no padrão de reprodução social dependente, em que o Estado de bem-estar nunca chegou a ser realidade, antes prevalecendo uma intervenção estatal insuficiente e residual, por meio de políticas sociais de caráter “fragmentado, parcializado, setorializado”, do ponto de vista do Estado, e rebaixado aos mínimos patamares de reprodução vital, do ponto de vista do capital (MARINI, 1973), é a mediação do tempo social despendido pelas mulheres sob a forma de trabalho doméstico não remunerado no interior das mulheres para assegurar a reprodução da força de trabalho, liberando, a um só tempo, o fundo público gerido pelo Estado e o excedente apropriado pelo capital no consumo operário.

Como afirma Ávila (2009),

As políticas públicas de bem-estar social que, segundo Oliveira (1998), vêm sustentar a reprodução da força de trabalho na parte não coberta pelo capitalista no trabalho pago, geram o que ele chama de “direitos do anti-valor”. Portanto, ao tempo socialmente necessário para a reprodução, se somam, segundo ele, essas políticas públicas. Considero que se deve acrescentar, ainda, o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho doméstico remunerado como parte dessa sustentação (ÁVILA, 2009, p. 128).

Essa assertiva soma-se à crítica feminista ao Estado de Bem-Estar Social, levada a termo por feministas dos países centrais, que o caracterizavam como um Estado patriarcal, ademais de capitalista, pela sua intervenção na regulação da família com o objetivo de atender às necessidades das relações de produção.

Conforme Mackintosh (1984), que analisa o Estado patriarcal e capitalista de maneira articulada, o papel do Estado na manutenção da situação da mulher não se faz de maneira direta (Estado-mulheres), mas por meio da regulação sobre as relações familiares: a função essencial do Estado é manter a família patriarcal na qual os homens produzem a renda básica enquanto as mulheres realizam de forma gratuita o trabalho doméstico, independentemente de estarem ou não inseridas no mercado de trabalho. Daí, para a autora, o caráter indissociável do Estado como patriarcal e capitalista: ao manter a família patriarcal e a atribuição das mulheres

com o trabalho doméstico gratuito, o Estado garante as condições de reprodução da força de trabalho e, portanto, sustenta as relações sociais de produção.

Consideramos que a elaboração de Mackintosh, acima explicitada, refere-se a uma das expressões concretas do caráter patriarcal do Estado capitalista, que diz respeito ao modo como gere a reprodução da força de trabalho e, para tal, utiliza o trabalho das mulheres no âmbito das famílias. Esta análise situa a crítica feminista da reprodução e sustentação, pelo Estado, da divisão sexual do trabalho, e nos dá elementos para entender a persistência da inserção das mulheres na condição de “mães” ou cuidadoras no âmbito das políticas focalizadas nas famílias. Entretanto, possui limites ao não considerar as contradições que emergem como expressão dos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo patriarcal, assim como as inflexões neste processo geradas pela mediação da luta política das mulheres e das classes sociais.

Tal entendimento está datado historicamente e situada geopoliticamente nos países que vivenciaram a experiência de um Estado de Bem-Estar Social, nos chamados anos de ouro do capitalismo (do pós-segunda guerra ao final dos anos 1970). Não nos permite, portanto, apreender as diferentes mediações que incidem na relação entre Estado e família no sistema patriarcal e capitalista, as contradições emergentes neste processo e sua particularidade nas economias capitalistas dependentes⁸⁴.

O que é preciso apreender, e buscamos nesta tese, são as mediações por meio das quais se dá esta apropriação. O que aqui defendemos é que a arquitetura da política social do Estado monopolista periférico captura o imenso *quantum* de tempo social improdutivo das mulheres das classes subalternas, desempregadas ou inseridas em trabalhos precários, para realizar sua intervenção na reprodução da força de trabalho, reduzindo, assim, seus custos em termos de investimento do fundo público.

A esta altura, consideramos ter apontado as tendências gerais do Estado capitalista, consolidadas na era monopolista e reatualizadas ao longo do desenvolvimento do capitalismo, donde se apreende que a intervenção estatal e o fundo público operam como uma mediação central e contraditória no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, seja nos seus aspectos materiais como ideológicos, ou seja, como Estado ampliado (GRAMSCI, 2001). Por meio da política social, o Estado capitalista constitui-se como uma mediação fundamental na reprodução da força de trabalho e da reprodução das relações sociais

⁸⁴ Ademais, não responde às mudanças nos arranjos familiares processadas nas últimas décadas, que puseram em xeque o esquema tradicional de família heterossexual, com homem provedor e mulher cuidadora, como modelo de análise.

capitalistas, de maneira ampliada. A natureza desta intervenção, e seu caráter mais ou menos redistributivo e universalista, será determinado pela relação de força e disputas entre grupos sociais pelo fundo público, numa correlação de forças menos favorável, e cada vez mais, como se assiste na contemporaneidade, para a classe trabalhadora. E será particularizado em cada formação nacional, pelas configurações internas da formação social, econômica e política, e externas, por sua condição de dependência ou inserção subordinada na divisão internacional do trabalho.

Como afirma Netto (2006) a “renovação de políticas neocolonialistas” constituem uma tendência do Estado capitalista monopolista, em particular dos Estados imperialistas, por meio de diferentes vias e instrumentos de dominância política e econômica sobre os países dependentes, como vem se processando na América Latina.

Tal inserção subordinada, por diferentes mecanismos, dentre os quais o endividamento externo impulsionado nos governos ditatoriais-militares, define os limites da atuação do Estado nacional e do destino do fundo público. Como analisa Marini, em ensaio sobre o Estado na América Latina, de 1991,

os acordos referentes ao pagamento dos serviços da dívida externa e aos empréstimos e financiamentos, particularmente os realizados com o FMI e o Banco Mundial, aprisionam nossos governos, fixando em detalhes, por longos períodos, a política orçamentária, os planos de inversão, as verbas sociais, os níveis da taxa de juros”. Ao assinarem os acordos, os governos latino-americanos renunciam a qualquer pretensão de independência na formulação de suas políticas e passam a dispor de um grau de autonomia praticamente nulo. Impõem-se, assim, uma política de reconversão econômica funcional aos objetivos dos grandes centros capitalistas (MARINI, 1991, 2005, p. 230).

A integração do Brasil no capitalismo monopolista, no século XX, é chave para apreender a configuração dos elementos estruturantes do Estado nacional, em suas múltiplas determinações⁸⁵, no qual se expressa seus elementos históricos e arcaicos, notadamente a sua captura por uma burguesia que não se destitui de seu passado oligárquico e reatualiza a via prussiano-colonial, fazendo da autocracia a via de sua “revolução burguesa”. Segundo Fernandes (2006),

O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas

⁸⁵ Fazemos nossas as palavras de Fernandes (2006), sobre a complexidade de elementos que concorrem na apreensão do Estado dependente. Conforme nosso autor, “não existe linha pura e única de descrição do Estado capitalista dependente e periférico. [...] Ele é *Leviathan* no verso e *Behemoth* no reverso, mas só existe e tem algum valor porque as duas faces estão fundidas uma à outra, como a cara e a coroa de uma moeda” (FERNANDES, 2006, p. 407).

econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o supermoderno ou o atual, ao que vinha de antes, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar” (FERNANDES, 2006, P. 314).

O Estado desempenha papel estratégico nesse novo momento de desenvolvimento do capitalismo, atualizando a via prussiano-colonial e instituindo-se como autocracia burguesa. No país, “é reconhecida a importância estratégica do Estado, quer para o desenvolvimento capitalista na periferia, quer para um tipo de dominação burguesa que se singulariza pela institucionalização da política de autodefesa de classe” (FERNANDES, 2006, p. 311). A irradiação da dominação burguesa se dá de modo muito fraco “da maioria dominante para o resto da sociedade”, ao contrário do que se passa nos países do centro, com a política social pública contribuindo decisivamente para a legitimação da “democracia burguesa”.

A integração do Brasil no novo padrão de desenvolvimento monopolista se faz, ao contrário, “ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes. Não só aumentou o fosso entre o “pobre” e o “rico” ou a distância socioeconômica, político-cultural e histórica entre as classes despossuídas e as classes possuidoras” (FERNANDES, 2006, Pp. 324-325).

No Brasil, na integração do país no capitalismo monopolista, o “poder estatal surge como a principal estrutura e o verdadeiro dínamo do poder burguês” (FERNANDES, 2006, p. 358), e é a estrutura por meio da qual se torna possível para a classe burguesa nacional, Congregar interesses capitalistas internos e externos e alijar as classes subalternas da luta pelo poder estatal – mantendo-se a via prussiana-colonial do desenvolvimento capitalista e o caráter autocrático da dominação burguesa. Em síntese, para o autor, “o Estado nacional brasileiro foi plasmado pelas necessidades e interesses das classes burguesas e, em particular, pelo peculiar enredamento do padrão de dominação dessas classes com o controle de uma economia capitalista e de uma sociedade de classes dependentes e subdesenvolvidas” (FERNANDES, 2006, p. 358).

Desta maneira, o Estado capitalista dependente encontra-se duplamente subordinado aos interesses particularistas de uma burguesia unificada por uma “solidariedade de rapina” e aos interesses capitalistas externos. Particulariza o desenvolvimento do capitalismo monopolista no país, em condição de dependência, a “domesticação particularista do Estado” e seu caráter intrinsecamente avesso ao igualitarismo, ao nacionalismo e ao reformismo social. Este configura, segundo Fernandes (2006), “o modelo típico de *Estado capitalista moderno* na forma em que pode surgir na periferia, quando o capitalismo dependente e a sociedade de

classes correspondente atingem a fase de industrialização intensiva e de transição para o capitalismo monopolista”. Nessa forma, ele aparece como um “Estado nacional complexo e heterogêneo, que contém várias camadas históricas como se refletisse pontos extremos, de partida e de chegada, das transformações porque passou, originariamente, o Estado capitalista nas sociedades hegemônicas e centrais” (FERNANDES, 2006, p. 405).

Este Estado tem as classes populares como seu inimigo principal ao passo em que tem o sistema capitalista mundial – e as nações capitalistas centrais – como seu “aliado principal” (FERNANDES, 2006). Trata-se, segundo Fernandes, de um “Estado nacional sincrético”: ao passo em que aparece como um Estado representativo, democrático e pluralista, constitui a “expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos” (p. 406). Numa palavra, conforma um Estado autocrático e oligárquico (p. 406), que “preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam simultaneamente o poder econômico, o poder social e o poder político” (FERNANDES, 2006, p. 406).

As elaborações de Francisco de Oliveira, na sua obra *Crítica da Razão Dualista* (1970) e dos seus ensaios sobre a “economia da dependência imperfeita” (1984), permitem uma aproximação de como, nesta condição periférica, opera-se a mediação do Estado na esfera da reprodução social da classe trabalhadora. A esta análise, acrescentamos as determinações patriarcais e, notadamente, a divisão sexual do trabalho, que escapa à sua análise.

Oliveira realiza uma “ultrapassagem dialética”, nos termos de Kurz (1997), da visão cepalina do subdesenvolvimento como a permanência do atraso e inviabilidade da modernização nas economias periféricas que ancoravam as políticas desenvolvimentistas propostas na década de 1960 para superar o atraso na região, com seus corolários: a dualidade formal e informal, campo e cidade, modernização e atraso. Essa visão dualista, segundo Oliveira, mascara a particularidade da acumulação nas economias dependentes: o “atraso”, aqui, é condição *sine qua non* da acumulação.

Nosso autor (2013, p.131) analisa “o caráter 'produtivo' do atraso como condômino da expansão capitalista”. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, “a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia”. O subdesenvolvimento mantém os oprimidos em permanente situação de exceção: “o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre capitais [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 131). O autor toma a favela, exceção das cidades, e a imensa massa de trabalhadores informais, a exceção do assalariamento, como síntese concreta desta determinação.

Em sua síntese teórica crítica da razão dual, Oliveira (2013) afirma que economia de subsistência, trabalho urbano informal e o regime de autoconstrução via mutirões são todas formas funcionais à acumulação capitalista à brasileira, na medida em que sustentam o “rebaixamento do custo da força de trabalho” ao largo do processo de industrialização e urbanização no Brasil. “O atraso não significa o velho; é, antes, a forma particular da acumulação no país”, afirma (OLIVEIRA, 2013, p. 55).

Oliveira postula a relação intrínseca entre o moderno e o precário como fundamento da acumulação capitalista à brasileira. Nesta forma particular de acumulação, a “agricultura primitiva” sustenta a força de trabalho nas cidades e aporta para manter um custo rebaixado de sua reprodução⁸⁶, donde não há dualidade entre campo e cidade mas, antes, uma integração dialética.

A informalidade urbana está no centro da acumulação capitalista, que alcança a façanha de incorporar a imensa superpopulação relativa de trabalhadores informais, sempre e cada vez mais, nas cadeias de produção e realização do valor. A informalidade, no caso brasileiro, sempre esteve no centro da acumulação, expresso numa magnitude estrutural do setor de serviços em relação aos demais setores da economia. A informalidade do trabalho conforma uma condição estrutural, e não uma franja do mercado de trabalho, nas economias dependentes. O setor de serviços, “longe de ser excrescência e apenas depósito do “exército industrial de reserva”, são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda” (ibid., p. 58).

O subdesenvolvimento não constitui uma forma atrasada do capitalismo que ainda não alcançou a modernização; o subdesenvolvimento é uma “produção” da expansão do capitalismo: o prefixo *sub* não denotaria atraso, mas, antes, subordinação. Oliveira reconhece em sua análise o caráter determinante das relações externas, enfatizado pelos teóricos da dependência, mas confere grande centralidade aos “aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil” (OLIVEIRA, 2013, p. 33).

A conformação destas tendências particulares da acumulação não pode ser apreendida sem a mediação da política e, notadamente, do Estado, que atua, no caso brasileiro, para

86 “A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito [custo determinado pela reprodução da força de trabalho rural] ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia” (OLIVEIRA, 2013, p. 47). Vale ressaltar que, contemporaneamente, segue sendo a agricultura familiar nas pequenas propriedades camponesas aquela que alimenta a força de trabalho nas cidade, produzindo 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

responder à condição de exceção de maneira excepcional e, acrescentamos, *valendo-se dessa mesma excepcionalidade*. A forma particular de conformação da ação do Estado, sob as determinações do capital, atua para reforçar o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho: o incentivo ao trabalho informal, o regime de mutirão como política habitacional, são as formas dessa resposta excepcional. Sob a dependência imperfeita, afirma Oliveira (2013), “todas as políticas estatais são políticas de exceção” (OLIVEIRA, 2013, p. 246).

O caos urbano das cidades brasileiras, sob a forma das favelas, é, para Oliveira, a materialização deste “caráter de exceção”: o rebaixamento da força de trabalho, levada a efeito pela própria classe trabalhadora, como condição para sua integração na sociedade urbano-industrial nascente. Ao se perguntar porque, nas favelas, os trabalhadores e trabalhadoras eram proprietários de suas casas, Oliveira encontra o mecanismo muito particular de rebaixamento da força de trabalho: o regime dos mutirões, a autoconstrução como forma de expansão da moradia, e de integração ao espaço urbano.

A habitação [...] se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração do trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2013, p. 59).

Como afirma o autor, “ao tentar integrar-se, a população trabalhadora produz sua própria habitação, por fora do mercado – daí o caráter mais perverso da nossa ‘via prussiana’ - e rebaixa simultaneamente seu salário e a cidade como civitá e como pólis” (OLIVEIRA, 2006, p. 245). A autoconstrução, por meio do regime de mutirões, são a expressão desta exceção por meio das quais trabalhadores convertem-se em proprietários de suas casas por suas próprias mãos, como expressão contraditória de que a propriedade de sua força de trabalho sob as determinações do capital na periferia não lhe permite tal façanha pelo baixo valor dos salários. O que não é permitido pelo salário é garantido pela autoconstrução que mantém o rebaixamento do valor da força de trabalho pelas mãos do próprio trabalhador: condição de sua integração, forma mesma dessa integração. O estado de exceção conforma uma sociedade na qual os “excepcionais” produzem sua própria exceção para a qual o Estado atuará por meio de políticas igualmente excepcionais.

Os arrumadinhos, ou “puxadinhos” familiares, que encontramos frequentemente como a nova forma de moradia familiar entre nossas sujeitas de pesquisa, são o fio de continuidade da exceção: a ampliação da moradia precária para abrigo das famílias de filhos e filhas, diante da situação de trabalho precária dos mesmos, com baixos rendimentos, ou mesmo do desemprego; e pela inviabilidade do acesso à propriedade da terra urbana, pela ocupação ou pelo sistema de crédito, donde resta a opção de “expansão” das construções já existentes. Segundo Schwarz, “o teor precário da vida popular” analisado por Oliveira (2013) está intrinsecamente relacionado à

dinâmica nova do capitalismo, ou seja, ao funcionamento contemporâneo da sociedade, e não à herança arcaica que arrastamos mas que não nos diz respeito. Por outro, essa mesma precariedade era essencial à acumulação econômica, e nada mais errado que combatê-la como uma praga estranha ao organismo (SCHWARZ, 2013, p. 19).

A situação particular das mulheres nas economias periféricas, marcada, como demonstrou Saffioti já nos anos 1960, por uma presença maciça no setor de serviços, condição estrutural de sua participação no mercado de trabalho, também expressa uma “forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação” (OLIVEIRA, 2013, p. 58), notadamente na sua forma de inserção majoritária, os serviços domésticos.

Mesmo certos tipos de serviços estritamente pessoais, prestados diretamente ao consumidor e *até dentro das famílias*, podem revelar uma forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação. *Serviços que, para serem prestados fora das famílias, exigiriam uma infra-estrutura de que as cidade não dispõem e, evidentemente, uma base de acumulação capitalista que não existe.* A lavagem de roupas em casa somente pode ser substituída em termos de custos por lavagem industrial que compita com os baixos salários pagos às empregadas domésticas (...). Comparado com um americano médio, um brasileiro da classe média, com rendimentos monetários equivalentes, desfruta de um padrão de vida real mais alto, incluindo-se neste todo tipo de serviços pessoais no nível da família, basicamente sustentado na exploração da mão-de-obra, sobretudo feminina⁸⁷ (OLIVEIRA, 2013, p. 58, grifos nossos).

Os serviços prestados *dentro das famílias*, de maneira não remunerada, pelas mulheres, constituem uma mediação fundamental para a reprodução deste padrão de acumulação, sustentado na apropriação do trabalho doméstico não remunerado das mulheres e pela superexploração no emprego doméstico. O mesmo padrão de excepcionalidade verificado pelo autor na autoconstrução, sob as determinações do padrão de acumulação periférica, se aplica ao trabalho doméstico não mercantil realizado pelas mulheres das classes trabalhadoras, sob as

determinações de uma economia dependente estruturada sob a dominação patriarcal e escravista.

Partindo da premissa de Oliveira, podemos nos acerrar do trabalho doméstico não remunerado, realizado pelas mulheres de maneira gratuita no interior das famílias, partícipe da reprodução da força de trabalho, também como uma mediação fundamental para o processo de acumulação e estruturação do Estado capitalista periférico.

Este tempo social improdutivo para a produção direta do valor, revela-se fundamental para a reprodução social, recobrando a retração do Estado e o caráter residual de sua ação ou sendo, ele mesmo, utilizado para implementar a política social do Estado capitalista dependente, especialmente aquelas que exigem mais força de trabalho vivo, como é o caso da política de saúde, em particular a atenção primária.

O trabalho doméstico não remunerado das mulheres, entretanto, não se incorpora na análise de Oliveira e autores que analisam o padrão de reprodução da força de trabalho nas economias dependentes, a exemplo de Marini (1973), como um dos mecanismos por meio dos quais se opera o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho, ou de sua manutenção em patamares inferiores às suas necessidades vitais, e, desta maneira, alimenta a acumulação capitalista dependente. O que queremos aqui enfatizar, na impossibilidade de esgotar as mediações constituintes do Estado brasileiro, é a mediação do trabalho gratuito das mulheres como *ex-ante* da produção e da acumulação e como mais uma expressão do rebaixamento do custo monetário da reprodução às expensas das mulheres das classes subalternas. São as tendências que buscaremos desvendar na análise da política de saúde, como mediação da intervenção estatal na reprodução da força de trabalho, no próximo capítulo.

5 APROPRIAÇÃO DO TEMPO DAS MULHERES PELO ESTADO NA REPRODUÇÃO SOCIAL: TENDÊNCIAS NA POLÍTICA DE SAÚDE

No capítulo anterior, tratamos da categoria reprodução social a partir de uma dupla “mirada”: como reprodução da força de trabalho e reprodução do conjunto das relações sociais, da qual a primeira constitui uma dimensão. Buscamos demonstrar as determinações históricas que inscrevem o trabalho não remunerado atribuído majoritariamente às mulheres no interior das famílias como uma mediação fundamental para a reprodução social a partir da consolidação do modo de produção capitalista, que instaura uma forma particular de divisão social do trabalho, a divisão sexual do trabalho, ao separar espaço tempo da produção e da reprodução.

Tratamos do trabalho doméstico não remunerado das mulheres como partícipe da acumulação do capital na medida em que contribui para a produção de sua mercadoria mais valiosa, a única capaz de gerar valor, a força de trabalho. Conformando-se como um trabalho improdutivo, segundo a acepção marxiana, para a produção do valor, este trabalho configura-se como essencial para a reprodução da força de trabalho e, assim, incorpora-se ao excedente apropriado pelo capital no consumo operário, ao mesmo tempo em que eleva os níveis de reprodução da força de trabalho para além dos bens salariais.

Na fase de desenvolvimento do capital mundializado, o capitalismo monopolista – que podemos localizar historicamente no limiar do século XIX, nos países centrais, e, no caso brasileiro, nos anos 1960 do século XX, com a autocracia burguesa – emerge a política social pública como expressão contraditória da intervenção do Estado capitalista na reprodução social – atendendo às necessidades materiais e ideológicas de reprodução do capital e, a um tempo, da força de trabalho. Nas economias capitalistas periféricas, solo no qual o Estado de bem-estar social nunca se realizou, e onde mantem-se padrões de reprodução da força de trabalho abaixo de suas necessidades vitais, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres na esfera privada atua suprimindo as necessidades não cobertas pela intervenção estatal.

Neste último capítulo, buscamos desvelar, a partir da análise concreta de uma situação concreta - a política social de saúde, entendida como mediação do Estado monopolista periférico na reprodução da força de trabalho - as mediações e tendências que explicam e evidenciam o significado sócio histórico do tempo social das mulheres na reprodução privada frente às diferentes expressões da questão social no capitalismo periférico.

A análise das modalidades de apropriação deste tempo social na atenção básica em saúde revela as tendências contemporâneas do Estado e das políticas sociais no capitalismo periférico, somente apreensíveis quando considera-se a unidade entre exploração-dominação patriarcal e capitalista. Primeiro, a de que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, na esfera privada, não atua somente para suprir as lacunas da ação estatal na reprodução da força de trabalho, cobrindo aquilo que o Estado não abarca. Mais além, a própria intervenção do Estado na reprodução social, em particular na atenção básica em saúde, realiza-se capturando e utilizando o tempo social e os saberes das mulheres na reprodução privada como parte de sua intervenção pública. Ao apropriar-se deste tempo social, o Estado libera o fundo público para os interesses da reprodução do capital, em detrimento da reprodução da força de trabalho.

Por fim, consideramos que este tempo social é alvo da espoliação do capital pela mediação do Estado e, nesse sentido, torna-se orgânico à dinâmica do capitalismo monopolista. Nesse sentido, concluímos a apropriação do tempo das mulheres na reprodução mostra-se indispensável para a reprodução do capital.

5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE, DA ATENÇÃO BÁSICA E PROMOÇÃO

Como introdução deste item, a título de contextualização, apontamos alguns traços gerais da política de saúde como mediação do Estado capitalista periférico na reprodução social e, em particular, da reprodução da força de trabalho, que nos permitem uma aproximação sobre a importância estratégica da atenção básica em saúde no interior desta política pública.

Longe de pretender tratar de seu processo de conformação histórica, é necessário assinalar que o desenvolvimento da ação estatal no campo da saúde no Brasil está inextricavelmente relacionado às necessidades no campo das relações de produção, que modulam a intervenção do Estado no âmbito da reprodução da força de trabalho⁸⁸ e da reprodução social em termos ampliados. Assume, como as demais políticas sociais do Estado

⁸⁸ Essas determinações nos permitem apreender porque a assistência em saúde de caráter público esteve, até os anos 1980, restrita aos setores da classe trabalhadora inseridos em relações assalariadas, por meio das estruturas previdenciário-assistenciais, ao passo que o maior contingente da classe trabalhadora, fora deste mercado, e inserido na superpopulação relativa de que trata Marx (2013), fosse atendido na condição de “indigentes” por meio da assistência filantrópica.

monopolista periférico, um caráter contraditório, ao atender aos interesses materiais das forças sociais em antagonismo e produzir consensos em torno da ordem sexista, patriarcal e capitalista em que está inserido. Podemos sumariar nos seguintes momentos o desenvolvimento da ação estatal no campo da saúde:

- em suas protoformas, que remontam à República Velha, com as ações públicas campanhistas, com forte viés autoritário;
- no seu desenvolvimento ulterior nos anos 1930, no bojo do incipiente processo de industrialização e urbanização impulsionado pelo Estado novo, fortemente ancorada em uma concepção de higienização familiar, nos programas de nutrição infantil e da prestação de serviços de assistência à nascente força de trabalho industrial;
- reconfigurada no período desenvolvimentista e, em particular, do capitalismo monopolista periférico, assegurada às classes assalariadas por meio dos complexos previdenciários-assistenciais, e da prestação filantrópica para a população “indigente”;
- alçada a política social universal nos anos 1980, na Constituição de 1988, como resultado das lutas sociais e, em particular, do movimento de reforma sanitária.

A política de saúde caracterizou-se, em distintas fases do desenvolvimento do capitalismo periférico, especialmente a partir da intensificação do processo de urbanização e industrialização, nos anos 1930, como um poderoso instrumento de disciplinamento e controle das classes subalternas, particularizadas no que diz respeito às mulheres⁸⁹ e à população negra. Corroborando o que tratamos no capítulo anterior, as necessidades que emanam das relações de produção reorganizam as relações no âmbito da reprodução social, em todas as suas mediações, inclusive, no que toca à reprodução física da força de trabalho (OLIVEIRA, 1984).

É em função desta particularidade que tomamos as políticas de saúde e, especificamente, a atenção básica em saúde, como campo de nossa investigação. É na década de 1990, no bojo do processo de reconfiguração da política de saúde, a atenção primária ou

⁸⁹ Basta assinalar, aqui, as políticas de controle de natalidade amplamente disseminadas pelo Estado capitalista monopolista, sob forte incentivo de instituições internacionais norte-americanas, a exemplo da IPPF – International Planning Parenthood Federation.

atenção básica configura-se como o nível de atenção estratégico no arcabouço da política. Ademais, consideramos que é neste nível da política, mais próximo da população e partícipe da reprodução social cotidiana das classes subalternas, que podemos desvelar as expressões e as tendências desta relação entre Estado e tempo social das mulheres.

As políticas sociais, como materialização da ação do Estado na esfera da reprodução social, se conformam como um campo de tensões, disputas e antagonismos entre forças sociais e entre projetos societários. As configurações e tendências predominantes nas políticas de saúde expressam tais disputas de interesses, em particular ao largo das últimas três décadas, desde que a saúde se institui como direito social inscrito na Constituição de 1988 e a política de saúde, definida como pública, universal e inserida no tripé da Seguridade Social, se desenha em ruptura com as marcas assistencialistas, fragmentadas e restritivas que a caracterizava até então⁹⁰.

O projeto histórico de um sistema universal de saúde, estrutura em torno da qual se operacionaliza a reforma democrática da saúde, enfrenta-se, desde seus primeiros passos, nos anos 1990, com os processos de contrarreforma do Estado orientados pelo receituário neoliberal que passa a reger a ação estatal neste período, no país e em toda a região latino-americana. A possibilidade de concretização de uma política de saúde pública e universal, consubstanciada no Sistema Único de Saúde – SUS, já porta desde seu nascedouro contradições internas que irão se acirrar neste contexto, dentre as quais se destaca a convivência entre sistema público e privado (de caráter complementar) no interior do mesmo sistema.

Passados quase 30 anos desde a Constituição de 1988, esta contradição salta aos olhos quando atentamos para o fato de que, ao passo em que se estrutura o SUS, assiste-se à construção de amplos e faraônicos conglomerados de saúde privada: complexos hospitalares, empresas de seguros de saúde, redes de laboratórios privados etc.

O processo de implementação do SUS é determinado pelo processo de contrarreforma liberal do Estado brasileiro, entre os anos 1990 e 2000 (BEHRING, 2003) e das tendências estruturais do capital, notadamente a prevalência da “dominação financeira da valorização” (PAULANI, 2004). A determinação que subjaz a estas tendências é o processo de disputa do fundo público entre as forças sociais, com primazia de sua destinação para sustentar os

⁹⁰ Esta nova perspectiva de política, traduzida no arcabouço do SUS, é resultado dos processos de mobilização e lutas sociais levadas a termo no bojo do processo de democratização, nos anos 1980, liderado, no campo da saúde, pelo movimento de reforma sanitária. Participam também das mobilizações em defesa da saúde outros movimentos sociais, dentre os quais o movimento feminista, que no início dos anos 1980 mobiliza-se em defesa de um Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), no enfrentamento da orientação materno-infantil que caracterizava a política de saúde, com forte viés controlista.

interesses do mercado e, em particular, seu açambarcamento para a reprodução do “capital portador de juros” no contexto de predomínio da “dominação financeira da valorização” (PAULANI, 2004)⁹¹, em detrimento de sua destinação para a reprodução da força de trabalho. O resultado é a condição de subfinanciamento da política de saúde, ou ainda, do que diferentes autores(as) (BRAVO, 2009; SALVADOR, 2014) postulam como um processo de desfinanciamento da política de Seguridade Social, desde o período FHC⁹².

No Estado capitalista subordinado ao poder das finanças, dependente da venda de títulos da dívida pública, o pagamento dos juros dessa mesma dívida é assegurado pela subtração de serviços e direitos essenciais à população⁹³. A subtração do fundo público para o capital financeiro se traduz na tragédia cotidiana do sucateamento dos serviços de saúde⁹⁴, nas filas por atendimento especializado, na precariedade dos serviços, na falta de vagas e de leitos, na ausência de investimentos para a superação de *déficits* históricos e profundos no campo da promoção da saúde, como é o caso da política de saneamento.

Consideramos que tais tendências, que a hegemonia neoliberal imprime às políticas sociais como resposta à crise, no caso brasileiro, são mediações fundamentais para apreender as dinâmicas e modalidades por meio das quais as mulheres permanecem como as usuárias por excelência e sujeitas ativas no processo de prevenção e promoção da saúde na atenção básica, sob incentivo direto do Estado.

Sob a hegemonia neoliberal, a vivência do direito converte-se – e restringe-se – a uma questão de acesso: trata-se de expandir cobertura a uma população já restrita tomada, então, como a população na sua globalidade. A universalização, em verdade, significa ampliação da

⁹¹ Por meio de um processo *sui generis*, as contrarreformas neoliberais corroem o projeto histórico de consolidação do SUS *no interior mesmo do seu processo de implementação*, na medida em que se estabelece a convivência de contraditórios: público e privado, descentralização e desresponsabilização, universalização e focalização, com seus corolários: a familiarização da atenção à saúde.

⁹² O principal mecanismo por meio do qual este “desfinanciamento” opera é a Desvinculação das Receitas da União (DRU)⁹², assim como as renúncias fiscais que sustentaram o aumento do consumo de bens duráveis comprometendo, sobretudo, o financiamento da Seguridade Social. De acordo com os dados da ANFIP (2016), O mecanismo da DRU afeta diretamente o orçamento da seguridade social e o converte em um instrumento de ajuste fiscal dos Governos, ao invés de mecanismo para assegurar direitos. Em 2015, pela incidência da DRU, foram “drenados” cerca de 65 bilhões do orçamento da seguridade social (ANFIP, 2016). Neste mesmo ano, as despesas da União com saúde somaram 102 bilhões (ANFIP, 2016). Esse mecanismo assume um caráter ainda mais perverso se considerarmos a regressividade do sistema tributário brasileiro, que onera a classe trabalhadora e desonera o capital.

⁹³ Vê-se expressamente, no caso do orçamento da Seguridade Social, como a dívida pública atua como um perverso método de expropriação da classe trabalhadora (MARX, 2013; BRETTAS, 2012).

⁹⁴ Dossiê produzido pelo Conselho Federal de Medicina e Conselhos Regionais, no período de 2015-2017, em 2.936 ambulatórios e postos de saúde, denunciou os problemas crônicos do sistema de saúde em todos os níveis de atenção: “redução do número de leitos, sucateamento, falta de medicamentos, subfinanciamento, má administração; [...] faltam seringas, agulhas, toalhas de papel, sabonete, estetoscópio, termômetros e, inclusive, consultórios” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2017).

cobertura com focalização e atua, na prática, fazendo chegar o serviço de saúde a todos/as – os/as pobres - pobremente em termos de qualidade e em termos de recursos investidos.

As tendências da contrarreforma na saúde se particularizam no plano das estratégias de prevenção e promoção da saúde, promovidas no âmbito da atenção básica, no acentuado caráter restritivo das ações “diante do escopo da dívida social brasileira” (SOARES, 2010, p. 187), o que se traduz, no cotidiano da atenção, em déficit estrutural das políticas básicas de promoção da saúde, a exemplo do saneamento; de precariedade na atenção básica em saúde, com falta sistemática de insumos básicos e longos tempos de espera para acesso a especialistas.

A crise sanitária que atingiu o Estado de Pernambuco, no período de 2015-2016, com o surto de epidemias de arboviroses (dengue, zika e chikungunya) é reveladora deste conjunto de determinações estruturais que redundam no ocaso da política. Diante destas tendências, a implementação precária dos serviços tem como contra-face, na reprodução social cotidiana, seja nos contextos de normalidade precária, seja nos contextos de crise (como no caso das epidemias), a manutenção de processos de cuidado, prevenção e promoção amplamente sustentados na apropriação do tempo social das mulheres dos setores mais pauperizados das classes subalternas.

5.1.1 Atenção básica em saúde: ações e serviços *de e para* mulheres.

A atenção básica⁹⁵ e a promoção da saúde⁹⁶ constituem os pilares do modelo de atenção à saúde preconizado pelo movimento de reforma sanitária, centrado em duas

⁹⁵ Conforme está estabelecido no texto da Política Nacional de Atenção Básica (2012), “a atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 19).

⁹⁶ O Sistema Único de Saúde no Brasil estrutura-se, do ponto de vista de sua concepção de saúde relacionada aos determinantes sociais, em torno do conceito de promoção da saúde. Neste modelo, prioriza-se o nível básico de atenção, onde as práticas de promoção à saúde por excelência se viabilizam. O conceito de promoção à saúde, também compreendido como “produção social da saúde”, tem como sentido o enfrentamento das causas das doenças e as condições de vida ganham centralidade como determinantes da saúde (WESTPHAL, 2009, p. 636). No arcabouço do SUS, a promoção da saúde refere-se, por um lado, a ações de educação em saúde e, por outro, a medidas estruturais do Estado para melhorar as condições de vida da população (WESTPHAL, 2006). Ambos os

premissas: a concepção ampliada de saúde, concebida não como ausência de doenças mas como a garantia de condições amplas de bem-estar que implica, portanto, o enfrentamento dos determinantes sociais que inviabilizam a vivência da saúde; e a reversão do modelo assistencial e hospitalocêntrico, organizado em torno do poder médico e por uma perspectiva individualizante de cuidados em saúde. A promoção da saúde é concebida como o sentido fundamental da atenção primária ou atenção básica em saúde⁹⁷.

Assim como o conjunto da proposta de Sistema Único de Saúde, estes dois conceitos e princípios de organização da política pública de saúde, atenção básica e promoção, são atravessados por tensões e disputas: de um lado, entre uma perspectiva universalista e, de outro, entre uma perspectiva orientada para a focalização. Assim, as condições dos serviços de atenção básica e das ações de promoção da saúde no país são reveladoras das tendências contraditórias que marcam o processo de implementação da política de saúde no Brasil, diante das determinações da contrarreforma neoliberal, nas duas últimas décadas⁹⁸. Com efeito, as diretrizes nacionais da Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS, embora tratem dos aspectos estruturantes e ambientais da saúde, conferem ênfase aos aspectos preventivos individuais de prevenção de doenças e manutenção da saúde. Ações estruturais frente os determinantes do processo saúde-doença, notadamente o saneamento⁹⁹, o acesso e tratamento da água, não são enfatizadas nas diretrizes gerais da política.

No arcabouço do Sistema Único de Saúde – SUS, a atenção básica conforma a principal “porta de entrada” para os serviços de saúde e âmbito da intervenção no qual se materializa de maneira prioritária as práticas de prevenção e promoção à saúde. Desde 2006, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é o eixo em torno do qual este nível de atenção está organizado. Implementado desde os anos 1990, o Programa Saúde da Família converte-se em

aspectos se concretizam, de maneira prioritária, no nível da atenção básica em saúde. O primeiro, no interior das práticas de educação em saúde que alicerçam a Estratégia de Saúde da Família; o segundo, por meio de políticas de saneamento básico, de garantia de acesso à água de qualidade, de seguridade alimentar e outras ações setoriais.

⁹⁷ A história de desenvolvimento do conceito é atravessada por tensões e disputas entre diferentes projetos de sociedade e Estado. O núcleo essencial está relacionado a duas visões conflitantes: de um lado, uma concepção comportamental, centrada nos indivíduos e suas práticas preventivas, próprias de uma visão liberal; de outro, uma visão que relaciona à promoção da saúde ao enfrentamento dos determinantes socioambientais do processo saúde-doença. Essa tensão marca o desenvolvimento da dimensão da promoção da saúde no arcabouço político-programático e operativo do SUS no país.

⁹⁸ As tendências da política de saúde sob as determinações do Estado capitalista e patriarcal, subordinado ao capital portador de juros, apontam, segundo Soares (2010), para a privatização e mercantilização da saúde pública, a precarização e superexploração da força de trabalho na saúde, promoção da saúde restrita e ampliação do acesso focalizado. Estas duas últimas dimensões, promoção da saúde e ampliação restrita, sintetizam as tendências que prevalecem na organização da atenção básica e da promoção da saúde na cidade do Recife.

⁹⁹ As ações de saneamento na saúde estão diretamente relacionadas ao controle de várias doenças e abrangem as seguintes iniciativas básicas, de acordo com a FUNASA (2017): água de boa qualidade para o consumo humano e seu fornecimento contínuo; Coleta regular, acondicionamento e destino final adequado dos resíduos sólidos; Esgotamento sanitário adequado; Melhorias sanitárias domiciliares.

“novo modelo de atenção básica em saúde”, defendido especialmente em função de permitir a aproximação dos serviços, e seus/profissionais, das condições de vida das classes trabalhadoras e suas problemáticas cotidianas.

Trata-se de uma estratégia de atenção focalizada sobre extratos das classes subalternas que habitam as áreas consideradas de maior precariedade, com baixos níveis de saúde e precárias condições de moradia. Além da definição de uma área de abrangência para a atuação de cada unidade de saúde e Equipes de Saúde da Família correspondentes, define-se uma “clientela” ou “população usuária” coberta por cada unidade/equipe – homens, mulheres, de diferentes faixas etárias.

Desde os princípios de sua estruturação, nos anos 1990, por meio de experiências pioneiras, a construção da atenção básica ou atenção primária em saúde porta uma contradição entre a proposta oriunda da reforma sanitária e aquela implementada sob a “batuta” das Instituições Multilaterais, notadamente do Banco Mundial (principal ideólogo e financiador do programa saúde da família nos anos 1990)¹⁰⁰. A Estratégia de Saúde da Família, que ganha centralidade na organização da atenção básica e nas ações de promoção da saúde realizadas neste nível da política, materializa esta contradição.

A Política Nacional de Atenção Básica, vigente desde 2012¹⁰¹, reforça o caráter central da Estratégia de Saúde da Família e sua integração com outros programas de promoção da saúde. Conforme está definido pelo Ministério da Saúde, com base no estabelecido nesta política,

O Saúde da Família é a principal estratégia do Ministério da Saúde para reorientar o modelo de assistência à saúde da população a partir da atenção primária, que é a principal e mais próxima porta de entrada do SUS, capaz de resolver até 80% dos problemas de saúde das pessoas. Atualmente, existem mais de 32 mil Equipes de Saúde da Família implantadas em 5.288 municípios, o que representa um percentual

¹⁰⁰ Os programas focalizados em saúde propostos pelo Banco Mundial, estratégia por excelência dos processos de reforma do setor saúde defendidos pelo Banco, são divulgados como “oportunidade para incorporar a saúde sexual e reprodutiva” das mulheres, por exemplo.

¹⁰¹ Segundo o Ministério da Saúde (2012), “a nova política articula a AB com importantes iniciativas do SUS, como a ampliação das ações intersetoriais e de promoção da saúde, com a universalização do Programa Saúde na Escola - e expansão dele às creches – acordo com as indústrias e escolas para uma alimentação mais saudável, implantação de mais de 4 mil polos da Academia da Saúde até 2014. Às equipes de Atenção Básica se somam as equipes do Melhor em Casa para ampliar em muito o leque de ações e resolubilidade da atenção domiciliar. O Telessaúde, a integração dos sistemas de informação e a nova política de regulação apontam para a ampliação da resolubilidade da AB e para a continuidade do cuidado do usuário, que precisa da atenção especializada” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p. 11). Em 31 de agosto do ano corrente, foi aprovada a reforma da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, no espaço gerencial dos gestores em saúde, sob protestos de organizações ligadas ao histórico movimento de reforma sanitária, como a ABRASCO e a CEBES. Dentre as medidas denunciadas, está a ampliação das responsabilidades dos NASFs, novas atribuições e possibilidade de extinção de exigência das ACSs e a perda de centralidade da estratégia de saúde da família como eixo da atenção básica.

de 95% de cobertura pelo Saúde da Família. A execução da estratégia é compartilhada pelos estados, Distrito Federal e municípios e coordenada pelo Ministério da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, s. p.).

O Programa Saúde da Família foi desenvolvido, no Brasil, a partir da experiência pioneira dos Programas Agentes de Saúde e Programa Agentes Comunitários de Saúde, desenvolvido nos anos 1980-1990 em cidades da região Nordeste, e um modelo de promoção de saúde implementado, ainda hoje, em vários países latino-americanos. Amplamente financiado pelo Banco Mundial como um programa de baixo custo em termos financeiros e alto impacto em termos de indicadores básicos de saúde, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS expressa a conversão do tempo social improdutivo das mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora como recurso do Estado para implementação de políticas de saúde. Na sua primeira versão, ainda como Programa Agentes de Saúde, implementado em algumas unidades da federação, era constituído pela arregimentação de mulheres das localidades pobres¹⁰² na realização de trabalhos de promoção no combate às problemáticas da saúde que expressavam as condições precárias e insuficientes de reprodução social das classes subalternas: a mortalidade infantil, a mortalidade materna, outros agravos relacionados à condição de pobreza etc. Estava fortemente vinculado às iniciativas das pastorais de saúde e suas ações para a redução da desnutrição e da mortalidade infantil.

Em estudo realizado por Portella e Gouveia (1999), em meados da década de 1990, quando o programa ensaiava seus primeiros passos na RMR, de maneira entusiasta referem-se à descoberta da força de trabalho das mulheres pobres pelos formuladores do PACS. Dizem as autoras:

Com seu trabalho de “formiga” - imerso no cotidiano, feito de pequenas tarefas e baseado nas relações pessoa a pessoa – estas mulheres promovem mudanças nas relações familiares, na comunidade, nas relações políticas com a administração municipal e em muitos casos, são elas que implantam políticas sociais no cotidiano. [...] Essa situação não passou despercebida para os formuladores de política no Brasil. Esta imensa [...] força de trabalho disponível nas comunidades carentes tem sido chamada para se integrar às equipes que desenvolvem programas sociais para comunidades carentes. Especialmente no caso da saúde, as mulheres atenderam ao chamado e hoje formam a maior parte do contingente de agentes comunitários no país (PORTELLA; GOUVEIA, 1999, p. 7, grifos nossos).

O PACS valeu-se desse imenso *quantum* de tempo e saberes construídos pelas mulheres nos encargos da reprodução social doméstica como programa de Estado: primeiro,

¹⁰² Em Estados como o Ceará, foi desenvolvido como parte do Programa de Emergência na Seca, nos anos 1980 (ÁVILA, 2011).

como voluntárias; posteriormente, a partir de tensões e da organização e reivindicação política das próprias ACS's, como profissionais efetivas das Equipes de Saúde da Família.

Implementado em toda a América Latina, sob diferentes denominações, o Programa Agentes Comunitárias de Saúde talvez represente a mais cabal expressão das tendências assumidas pela política de saúde sob a hegemonia neoliberal e, em particular, no que diz respeito ao lugar que o trabalho das mulheres na reprodução social doméstica é alçado na sustentação de tais políticas: para fins de reorientação de suas estratégias e alcance das metas em termos de redução da mortalidade infantil, controle de doenças crônicas, incentivo ao pré-natal, sob incentivo e financiamento de instituições como o Banco Mundial, o Estado vale-se de um “exército de mulheres” empobrecidas das classes subalternas que, por sua vez, *acionarão outras mulheres de sua rede de vizinhança, na realização do trabalho doméstico em saúde, desta feita organizado pelo Estado, nos seus mais íntimos detalhes, a exemplo do controle da alimentação.*

A existência das ACS's configura uma das expressões da exceção de que fala Francisco de Oliveira (2013): essas profissionais, em sua maioria mulheres, constituem uma forma própria de política excepcional para os(as) pobres por meio do trabalho mal remunerado, precário e situado no limbo entre apropriação e superexploração. Ao mesmo tempo, a existência dessas profissionais expressa como o tempo social das mulheres pobres constitui um alicerce em torno do qual se estruturam as políticas de saúde. Vale ressaltar que as(os) Agentes Comunitárias de Saúde atuam no território de moradia – o que constitui um critério para recrutamento e habilitação para exercer esta função – o que acentua ainda a extensão do “tempo de trabalho profissional para além do trabalho” (ABÍLIO, 2014) e o uso do tempo social da socialidade das mulheres, fortemente organizada em torno das demandas da reprodução social na esfera privada.

Se parte deste trabalho é incorporado à política pela criação do Programa, o maior *quantum* de tempo social de que dispõe o Estado é apropriado de maneira gratuita, como o tempo dos cuidados e do trabalho de reprodução realizado cotidianamente pelas mulheres, no interior das suas residências, no entorno de suas casas e no espaço do próprio serviço.

O pertencimento ao “território”, o vínculo comunitário e a centralidade na família¹⁰³ como espaços de “produção da saúde” e, na terminologia mais recente, dos “cuidados em

¹⁰³ Conforme afirma Cresson (2006), nas três últimas décadas, assiste-se uma valorização da família como espaço de produção de saúde no escopo das políticas públicas e suas diretrizes. Esta evolução está relacionada, segundo a autora, a três mediações fundamentais: “uma evolução das teorias e formas de analisar a prática, uma evolução da relação entre medicina e sociedade e uma influência dos problemas de financiamento” (CRESSON, 2006, p. 8). A mediação da política, pela atuação dos movimentos sociais na saúde, não pode ser desconsiderada.

saúde”, é uma das diretrizes orientadoras da atenção em saúde provida pelos serviços e profissionais da atenção básica. Essa centralidade na família, como já demonstrou um conjunto de outros estudos no âmbito da política de saúde e outras políticas sociais (MIOTO, 2008), revela-se, no cotidiano, em centralidade da participação das mulheres como usuárias de grande parte dos serviços realizados no âmbito da saúde da família.

Conforme demonstra uma vasta literatura sobre as políticas sociais, o consenso em torno da estruturação deste modelo ancora-se na valorização da família como espaço de produção da saúde, de sua aproximação aos serviços de saúde, como pilares de um modelo baseado na promoção da saúde, a co-responsabilização e na participação comunitária. Esse processo, evidentemente, carrega contradições. De um lado, insurge-se contra o caráter autoritário dos serviços, centrado em torno do poder médico, e vincula-se aos princípios da saúde coletiva e da democratização do processo de trabalho em saúde. Há uma grande ênfase nas determinações das desigualdades nas relações sociais de classe, ao mesmo tempo em que se invisibiliza aquelas produzidas nas relações sociais de sexo. Esta contradição permeia o movimento de reforma sanitária e marca uma tensão histórica entre este e o movimento feminista, o qual denuncia que a “boa intenção” de enfrentamento das determinações sociais da saúde ancora-se, largamente, na instrumentalização das mulheres.

Conforme analisa Campos e Miotto (2003), a análise da formação sócio-histórica e do desenvolvimento dos sistemas de proteção social dos países latino-americanos e do Brasil, em particular, pode-se identificar o seu alinhamento ao chamado “Estado familista”. No início do século XX, com o processo de urbanização deflagrado pela industrialização do país, desenvolvem-se por parte do Estado iniciativas de cunho higienista, voltadas para o disciplinamento das famílias sobre hábitos, práticas e costumes com o objetivo de assegurar a reprodução de uma força de trabalho saudável (COSTA, 1992).

Segundo Arrazolla (2004, p. 250), “o Estado brasileiro, por meio da política de proteção social, tem dado centralidade à família em diferentes e significativos momentos históricos da formação social brasileira (ARRAZOLLA, 2004, p. 250). Segundo a autora, à esta centralidade subjaz o interesse na apropriação, pelo Estado, dos “tempos sociais femininos”.

Além do capital e da organização androcêntrica que a ele se imbrica, da dominação masculina e do usufruto familiar, da afetividade e dos cuidados com a reprodução

Em particular, ressalta-se a “influência do movimento de mulheres, dos usuários de cuidado ou de antipsiquiatria, tanto como prática tanto como voz (testemunhos, investigações, militantes)” (CRESSON, 2006, p. 9).

por parte das mulheres/mães e donas-de-casa, também o Estado usufrui da organização sexuada da reprodução e se apropria dos tempos sociais femininos. Ao valorizar a família e defini-la como centro das políticas sociais, o Estado reproduz a ideologia patriarcal a que identifica e associa família a mulher. Quer dizer, corporifica a família na mulher (ibid., p. 8)

Com efeito, os serviços básicos de saúde configuram-se como serviços para as mulheres. O conjunto de ações realizadas, que elencamos a seguir, atesta essa realidade.

Quadro 01 – Iniciativas e serviços de atenção e promoção na Atenção Básica

Ação	Público-alvo
Levantamento e cadastramento de informações sociais e epidemiológicas do SIAB	População Usuária
Assistência médica básica	População Usuária
Pré-natal e planejamento reprodutivo	Mulheres
Incentivo ao aleitamento materno	Mulheres
Prevenção de câncer de colo uterino	Mulheres
Imunização e vigilância em imunização	Crianças* e idosos(as)
Controle de diabetes e hipertensão	Grupos afetados
Acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família	Mulheres e crianças
Ações do Programa Saúde na Escola	População Usuária
Organização da demanda para referenciamento (agendamento de consultas, “ordenamento do cuidado”)	População Usuária
Visitas domiciliares	Integrantes da família
Atenção à saúde bucal	População Usuária
Farmácia básica	População Usuária
Educação em saúde por meio de grupos	Grupos prioritários** (gestantes, hipertensos, diabéticos)

Fonte: Produzido pela autora, a partir do PNAB/Ministério da Saúde, 2012.

* São as mulheres as “responsáveis” pela imunização das crianças.

** Compostos majoritariamente por mulheres.

As visitas domiciliares carregam consigo uma série de outras iniciativas: cadastramento e levantamento de informação em saúde das famílias, controle de vacinação, acompanhamento do crescimento e registro no cartão da criança, acompanhamentos de grupos prioritários (diabéticos, hipertensos), acompanhamento e incentivo a práticas saudáveis de alimentação, cuidados alimentares e outras práticas individuais no campo da promoção. As visitas rotineiras conformam a única ação de competência exclusiva das(os) ACS's, de

maneira que outros(as) profissionais dela participam em situações especiais, como no caso de pacientes acamados(as).

É também responsabilidade da(o) ACS realizar, durante as visitas rotineiras, a coleta de dados da família que alimenta o Sistema de Informações da Atenção Básica – SIAB. O conjunto das informações levantadas, que têm como fonte principal das mulheres nos domicílios, e o número de instrumentos utilizados, nos oferecem uma noção do volume do tempo envolvido neste processo de trabalho que se realizam entre mulheres, profissionais dos serviços, e usuárias, em seus domicílios, razão pela qual os detalhamos a seguir.

Quadro 2: Informações em Saúde levantadas nas Visitas Domiciliares¹⁰⁴

Grupos de Informações	Principais Variáveis
Membro da Família	nome, data de nascimento, idade sexo, ocupação, escolaridade.
Moradia	endereço, município, tipo (taipa, tijolo, etc.), destino do lixo, tratamento de água, abastecimento de água.
Gestante	nome, data da última regra, data provável do parto, Data da vacina, Estado nutricional, Consulta pré-natal, fatores de risco
Hipertensos	Nome, Endereço, Sexo, Idade, Fumante, Data da visita do Agente Comunitário de Saúde, Faz dieta, Toma a medicação
Diabéticos	Nome, Endereço, Sexo, Idade, Data da visita do Agente Comunitário de Saúde, Faz dieta, Faz exercício físicos, Usa insulina, Toma hipoglicemiante oral, Data da última consulta
Tuberculose	Nome, Endereço, Sexo, Idade, Data da visita do Agente Comunitário de Saúde, Toma medicação diária, Reações indesejáveis, Data da última consulta
Hanseníase	Nome, Endereço, Sexo, Idade, Data da visita do Agente Comunitário de Saúde, Toma medicação diária, Data da última dose supervisionada, Faz auto-cuidado, Data da última consulta, Comunicantes examinados
Criança	Nome da criança, Nome da mãe, Nome do pai, Endereço, Data de nascimento, Comprimento, Peso em gramas, Perímetro cefálico, Apgar 5', Tipo de parto.

Fonte: Elaboração da autora, a partir de dados do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB/MS.

¹⁰⁴ Para levantamento de cada grupo de informações, são utilizados instrumentos específicos. A documentação operacional utilizada consta de: “Ficha de cadastramento das famílias; Ficha de acompanhamento de gestantes; Ficha de acompanhamento de hipertensos; Ficha de acompanhamento de diabéticos; Ficha de acompanhamento de pacientes com tuberculose; Ficha de acompanhamento de pacientes com hanseníase; Ficha de acompanhamento de crianças (Cartão da Criança)” (SIAB/MINISTERIO DA SAÚDE, 2017).

O rol de iniciativas de atenção, prevenção e promoção da saúde abrangidos no nível da atenção básica pela Estratégia de Saúde da Família, está diretamente relacionado aos cumprimentos dos indicadores em saúde fixados pelos mecanismos internacionais, que podemos apreender como reveladores dos patamares de reprodução social da força de trabalho nos países dependentes. Trata-se, não à toa, do enfrentamento de fatores de morbidade e mortalidade das classes trabalhadoras que materializam no corpo as desigualdades de classe, sexo e “raça”. É o caso da mortalidade infantil e materna e do câncer de colo uterino.

As mulheres participam direta e prioritariamente do conjunto destas iniciativas. A participação direta das mulheres na realização dos encargos relativos ao enfrentamento de tais fatores, seja como objeto da atenção, seja como sujeita dos cuidados e prescrições, é, assim, reveladora de uma tendência de manutenção dos patamares de reprodução da força de trabalho no que diz respeito à saúde pelas mãos do grupo feminino das classes subalternas.

5.2 DAS MODALIDADES DE APROPRIAÇÃO DO TEMPO SOCIAL DAS MULHERES

Buscamos, a seguir, a partir dos dados de pesquisa qualitativa, tratar das dinâmicas que tais atribuições acima destinadas às mulheres conformam no cotidiano da localidade de Jardim Monte Verde, nas quais se revelam o que denominamos aqui de “modalidades de apropriação do tempo social das mulheres”. A partir de sua análise, articulando-as às mediações e determinações já explicitadas ao longo dos primeiros capítulos, apreender que tendências elas revelam sobre os usos do tempo social das mulheres na esfera privada da reprodução pelo Estado monopolista periférico.

A investigação e reconstrução das dinâmicas por meio das quais se processa a relação entre serviços, profissionais de saúde e mulheres das classes subalternas, de um lado, e das dinâmicas do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres, de outro, nos levou a identificar cinco expressões do que aqui definimos como “modalidades de apropriação” do tempo social das mulheres, na realização de cuidados em saúde, que apontam para sua relevância para a ação do Estado por meio da política social de saúde:

- Banalização e espoliação do tempo da vida das mulheres: O cotidiano do serviço revela a presença majoritária das mulheres no dia a dia da unidade de saúde. A

organização visual do lugar, e o conjunto das informações disponibilizadas, reivindicam e naturalizam a presença deste grupo social como público destinatário. As demoras no acesso às consultas especializadas, a partir do referenciamento feito pela unidade básica de saúde, e os tempos de espera na própria unidade, revelam que o serviço dispõe do tempo das mulheres como um recurso inesgotável. A “banalização” (ABÍLIO, 2014) deste tempo social é a expressão de sua apropriação permanente.

- *Busca ativa das mulheres*: Por meio das visitas domiciliares, que configuram parte do processo de trabalho nas equipes de atenção à saúde, se estabelece um continuum entre o serviço de saúde e as mulheres que, de maneira remunerada e não remunerada, realizam os cuidados em saúde. As práticas cotidianas das mulheres, e seu tempo e trabalho na esfera da reprodução privada, são organizados pelo Estado, que interfere, assim, na vida privada. A manutenção deste mecanismo como prática central da atenção básica depende da apropriação do tempo e dos saberes das mulheres. A organização do processo de trabalho e as metas de produtividade em termos de cobertura, reforçam esta forma de apropriação: conta-se, para garantir tais metas, com a disponibilidade das mulheres e de seu tempo. Conta-se, portanto, com a divisão sexual do trabalho.
- *Continuum entre trabalho doméstico na casa, entorno e serviços*: a análise das dinâmicas cotidianas de reprodução social na localidade de Monte Verde aponta para um *continuum* entre encargos assumidos pelas mulheres e ação do Estado; ao tempo apropriado nas relações sociais de sexo através dos diferentes encargos com a reprodução biopsicossocial na vida prosaica e corriqueira na esfera familiar - tempos, saberes, atividades e rotinas – se somam os encargos com a reprodução social coletiva, gerados pela ausência ou mesmo pela orientação do Estado: em atividades como a limpeza urbana e o cuidado das fontes de água. As mulheres das classes subalternas assumem, no dia a dia e como parte de suas tarefas na reprodução doméstica, encargos relativos ao enfrentamento dos determinantes ambientais do processo saúde-doença;
- *Estratégias informais e precárias de cuidado*: frente às lacunas da ação estatal na provisão de serviços de cuidado a indivíduos dependentes, especialmente crianças, por meio de creches, e idosos(as), mulheres das classes subalternas recorrem aos serviços de outras mulheres da sua rede de vizinhança, de maneira a garantir possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho. As cuidadoras precarizadas nas redes de vizinhança expressam o que apontamos acima como estratégias de mercantilização, mas também de apropriação, do tempo social das mulheres pela ausência do Estado.

Ao mesmo tempo, estas cuidadoras precarizadas mostram-se funcionais à política de saúde na medida em que recobrem, a ausência de mulheres que estão no mercado de trabalho;

- Mercantilização precária da reprodução: seja como condição de acesso, seja como forma de “reduzir” o *tempo espoliado da vida* na busca por serviços, ampliam-se práticas de mercantilização de dimensões fundamentais para a reprodução da força de trabalho, como o pagamento de exames em clínicas populares, pagamento por água e a contratação de cuidados precários nas redes de vizinhança como forma de liberar outras mulheres da família para o trabalho remunerado.

As ideologias reproduzidas nas práticas cotidianas dos serviços de saúde, nas campanhas realizadas pelo serviço e pela mídia (especialmente no contexto das epidemias de arboviroses), podem ser apreendidas como elementos que subjazem às expressões contraditórias do ponto de vista das sujeitas: de um lado, encontramos expressões de *auto-responsabilização das sujeitas frente a problemáticas de saúde*, que expressam conformismo das sujeitas frente a tais situações; de outro, a manifestações de indignação que demonstram potenciais de mobilização e resistência frente a estes processos de responsabilização produzidos e reproduzidos pelos serviços.

A naturalização da atribuição dos encargos com a reprodução na esfera privada sobre as mulheres migra e se incorpora também como condição naturalizada da organização dos serviços de saúde. Ao se configurar como um serviço para mulheres, nos quais se realizam as obrigações das mulheres, e que capturam práticas e saberes da reprodução privada para a intervenção pública, *a naturalização do uso do tempo social das mulheres traveste-se em uma naturalização do precário como condição de reprodução social da vida e da ação do Estado*.

Embora tenham sido identificadas neste contexto concreto, com suas condições particulares de precariedade em termos de infraestrutura social e ambiental e dos serviços existentes, podemos afirmar que estas expressões não constituem uma especificidade local, uma vez que expressam as tendências gerais de implementação da política de saúde neste nível de atenção e da mediação do Estado na reprodução da força de trabalho, sob as determinações que traçamos antes. Passemos, então, à análise destas modalidades de apropriação e da dinâmica por meio da qual se materializam.

A unidade de saúde básica constitui a principal porta de entrada para a população usuária. Entretanto, o serviço está organizado para o atendimento prioritário das mulheres: os

cartazes com informações de saúde são direcionados às mulheres¹⁰⁵: as informações disponibilizadas visualmente no posto de saúde e a conformação da fila de espera, composta unicamente por mulheres – jovens mulheres grávidas, mulheres adultas acompanhadas de crianças ou mulheres adultas e idosas que chegam sozinhas à unidade – reforçam que aquele serviço, embora se constitua como porta de entrada universal, é um lugar das mulheres e está organizado para isto e em função disto. As filas de espera são femininas. A linguagem visual expressa como “a divisão sexual do trabalho tem uma consequência importante na reprodução das diferentes instituições sociais” [...] inclusive no nível da linguagem” (HIRATA, 2016, s.p.).

Em pesquisa realizada pelo SOS Corpo, no final da década de 1980, quando o Sistema Único de Saúde ensaiava seus passos e a atenção em saúde ainda se estruturava em marcos assistencialistas, uma realidade semelhante foi encontrada nos serviços: tempos longos de espera e a estruturação do serviço de saúde com base no pressuposto de que “existe uma população desocupada, ou ocupada em trabalho sem valor, sem medida de tempo” (ÁVILA, 1990, p. 18): as mulheres.

As demoras no acesso às consultas especializadas, a partir do encaminhamento feito pela unidade básica de saúde, e os tempos de espera na própria unidade, revelam que o serviço dispõe do tempo das mulheres como um recurso inesgotável. A “banalização” deste tempo social é a expressão de sua apropriação permanente como parte do fluxo organizacional do serviço em condições de precariedade.

As filas de atendimento, femininas, se estendem por todo o horário de funcionamento dos serviços. Os longos tempos de espera para acesso ao serviço básico e, especialmente, aos serviços de referência de média complexidade – gargalo amplamente conhecido do Sistema Único de Saúde – traduzem-se em estratégias diversas, no campo informal, das mulheres. O que se mostra como condição geral é que, em que pese tais estratégias (busca de serviços mais ágeis, pressão sobre a ACS’s, pagamentos de exames) o principal mecanismo que viabiliza este acesso é a disposição e o emprego de tempo e esforços das mulheres.

Não tenho tempo pra tá em médico. Saio 4 horas da manhã, fico indignada, irritada, porque a gente passa o dia inteiro no posto, porque chegou não disse que o médico não vinha? Todo mundo tem imprevisto. Agora eu fico doída quando fico o dia todo sentada e o médico não dá satisfação. Aí eu não quero ir mais pra unidade por dinheiro nenhum, dar viagem perdida. Não tem remédio sem prescrição? E onde vou

¹⁰⁵ Informações sobre “80 vagas disponíveis para mamografia, para mulheres de 50 a 69 anos, que nunca fizeram o exame ou fizeram há mais de dois anos”; um cartaz com informações sobre câncer de colo uterino e uma imensa faixa, na entrada da unidade, onde se lia “amamentar: um gesto de amor e cuidado” (Diário de Campo, 2017).

encontrar o médico? Tem o acolhimento no posto, você tá com uma dor hoje, daqui a 8 dias já morreu (Entrevistada 04).

Chega a 03 meses para esperar uma consulta com especialista. As mulheres estão no posto. Os médicos não tão preocupados com isso. Não veem que as mulheres estão esperando. Tem mulheres que passam meses no hospital cuidando do marido. Às vezes vai aferir a pressão do paciente e do cuidador. Ir ao médico não é simples: marcar consulta, ter disponibilidade de tempo, se deslocar para fazer exame (Entrevistada 01).

A incorporação de novos mecanismos de regulação dos fluxos entre a atenção básica e a média complexidade, por meio da marcação eletrônica de consultas e procedimentos, não é percebido pelas usuárias como um fator de melhoria no tempo da espera. Antes, configura um novo tipo de fila “invisível”, das quais estão mais alienadas, uma vez que não existe sujeito concreto sobre o qual possam exercer qualquer pressão.

Tem a fila invisível, né? A fila do computador. Você não vê a fila no posto, mas ela tá lá, no computador (Participante de Grupo, 08).

A organização dos serviços está direcionada às mulheres e à sua condição reprodutiva. Como afirma Melo (2010), “a maternidade [aparece] como condição quase *sine qua non* para habilitar mulheres a tornarem-se usuárias do serviço” (p. 79), e em torno dela desdobra-se um conjunto de outras ações realizadas pelo serviço: incentivo ao aleitamento materno, acompanhamento do crescimento, imunização, controle das condicionalidades do Bolsa Família, dentre outras. Nesta forma de estruturação da política, e em particular nas ações de atenção básica, o tempo social das mulheres mais pauperizadas da classe trabalhadora entra em cena como mediação central. O trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres, como parte da reprodução do seu cotidiano, incorpora-se a tais políticas de maneira estruturante.

O incentivo à amamentação conforma práticas de sensibilização e se expressam em vários materiais distribuídos, visualizados, nos trabalhos de grupo, na assistência ao pré-natal. O que se ressalta aqui é que a sensibilização em torno da amamentação não é realizada por argumentos científicos ou relacionados aos benefícios para o bem-estar das crianças: recorre-se ao cuidado e ao amor de quem amamenta. A faixa sobre amamentação é expressiva de como o serviço atua relacionando o cuidado em saúde com expressão de afeto e amor o que, a nosso ver, gera uma forma singular de “coerção” em torno da prática da amamentação; se amamentar é cuidar, não amamentar, por qualquer circunstância, é algo que deve ser

justificado pelas mulheres¹⁰⁶. Para valer-se deste tempo, novos consensos são produzidos em torno da “boa maternidade” (JENSON, 2006), do engajamento comunitário e da humanização do cuidado. O binômio “família e cuidado” é acionado como a alavanca da humanização da saúde, em todos os níveis de atenção.

A importância dada à família nos serviços de saúde carrega uma contradição constituinte entre o reconhecimento da família como “produtora de saúde e de cura”, donde seu aspecto progressista, e como solução para a crise de financiamento da política, seu aspecto conservador.

A crise no financiamento da segurança social gradualmente impôs uma redistribuição tarefas e papéis entre profissionais e leigos. O trabalho doméstico de saúde da família custa muito menos, quando não é simplesmente gratuito, do que o dos profissionais. O recurso à hospitalização em casa, o período reduzido de internações hospitalares, tudo o que os quebequenses se referem como “mudança ambulatorial” não são possíveis se não houver uma pessoa disponível em casa, ou pelo menos uma família próxima à pessoa doente (CRESSON, 2006, p. 9, tradução nossa).

Esta perspectiva prevalece também no que diz respeito às visitas domiciliares do Saúde da Família: o pressuposto de que há uma pessoa disponível em casa. Essa pessoa, ou pessoas, são sexuadas, são mulheres. É nesse sentido que afirmamos que o Estado capitalista – e seu último estágio, neoliberal – não produz tão somente impactos em termos de sobrecarga sobre as mulheres; antes, pressupõe a apropriação do seu tempo social no trabalho doméstico na esfera da reprodução privada para fins de sua própria intervenção.

Se são as mulheres que buscam o serviço de saúde, majoritariamente; o serviço de saúde, por sua vez, também busca as mulheres nas visitas domiciliares. É com elas que os contatos são feitos, as informações são levantadas, as necessidades de saúde são identificadas, as orientações em termos de cuidados preventivos são repassadas.

As visitas domiciliares partem do pressuposto de que existe, nos domicílios, alguém à espera: uma mulher, dona de casa, responsável pela família. Esta é a terceira expressão da apropriação do tempo social das mulheres – o tempo da vida privada, no espaço doméstico – que se materializa nas práticas cotidianas da atenção em saúde. Checagem da preparação dos alimentos, levantamento de informação da saúde da família, são realizados de maneira simultânea, muitas vezes, ao próprio trabalho doméstico não remunerado. As diretrizes da atenção básica estabelecem que o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família é parte das atribuições das Equipes de Saúde da Família (ESF). Nesse sentido, as

¹⁰⁶ Esta é uma controvérsia já bastante debatida entre movimento feminista e profissionais de saúde. Em processos de formação com profissionais de saúde, este era um tema recorrente.

equipes incorporam uma função de controle da realização do trabalho de cuidado de crianças pelas mulheres.

As visitas não são agendadas: a chegada do serviço de saúde na residência, não tem tempo da espera. As profissionais majoritariamente encarregadas das visitas, também moradoras da comunidade, as agentes comunitárias de saúde, têm metas de produtividade diárias e mensais a serem cumpridas, e corre contra o tempo: a disponibilidade de pronto atendimento das donas de casa é um princípio em torno do qual se organiza seu trabalho cotidiano.

Em diagnóstico¹⁰⁷ sobre as expressões das “desigualdades de gênero” no PSF e as respostas dos(as) profissionais, realizado em Recife, em 2003, “além de as mulheres serem consideradas as responsáveis pelo cuidado com a saúde da família, muitas/os profissionais de saúde acham que elas são mais obedientes às recomendações e mais disponíveis e interessadas no cuidado” (TAVARES et. al., 2008, p. 32).

O cotidiano das unidades de saúde deixa claro que, além de ser maioria entre os(as) usuários(as), as mulheres estão presentes nos postos como acompanhantes nas consultas. Elas muitas vezes têm que “empurrar” o familiar até o posto e ainda ficam encarregadas de acompanhar o tratamento, garantindo que os remédios sejam fornecidos e tomados e que todas as recomendações sejam seguidas, isto é, elas devem cuidar também para que o paciente mude os hábitos de alimentação, deixe de fumar, pratique exercícios etc.

A mediação da divisão sexual do trabalho na organização do serviço e a lógica de um tempo disponível das mulheres revela-se, por contradição, com a chegada dos homens à unidade de saúde. As(os) profissionais expressam necessidades de mudança no horário de funcionamento para atender aos homens, que supostamente não têm tempo de espera, donde apreendemos que a “pressa”, para os(as) profissionais dos serviços, é uma prerrogativa masculina; seu contraponto é a “espera”, prerrogativa feminina. Ter pressa é, precisamente, não dispor do tempo da espera, do qual, supostamente, as mulheres pobres dispõem.

O que aparece no nível da aparência como uma concepção conservadora sobre a ausência dos homens e o maior valor social conferido a seu tempo, revela, na verdade, como tendência das políticas de saúde como mediação da reprodução da força de trabalho, o recurso ao tempo social do sujeito diretamente concernido, porque socialmente responsabilizado, por tais tarefas na esfera familiar: desde o controle da reprodução biológica à sustentação da força

¹⁰⁷ “Como estão as desigualdades de gênero no Programa Saúde da Família?”, diagnóstico realizado pela Prefeitura de Recife – PE, sob coordenação do Departamento de Medicina Preventiva da USP, Núcleo FAGES/UFPE e SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Recife: Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife, 2003.

vital dos membros da família, dependentes e autônomos, de seu bem-estar, de sua saúde em termos de cuidado e cura, dentre outras miríades de atividades que conformam o trabalho doméstico e de cuidados na reprodução social na esfera privada.

A crítica às concepções de profissionais de saúde ou ao conservadorismo do Estado toca apenas a superfície da questão. Em uma perspectiva materialista, podemos afirmar que embora estas expressões no plano da vida singular expressem, com efeito, uma concepção cultural, atuem a partir de ideologias patriarcais e em geral reforçando-as – a boa maternidade atrelada ao cumprimento de atividades relacionadas à saúde das crianças, o número responsável de filhos, alimentação saudável etc – este consenso está forjado sobre uma base material e um interesse concreto: o tempo apropriado do sujeito social subordinado nas relações sociais de sexo, classe e “raça”.

É nesse sentido que podemos apreender a convivência contraditória entre concepções progressistas de profissionais e práticas concretas, situadas no interior de uma organização mais geral dos serviços e da política que saúde, que segue organizado em função da disposição do tempo, dos saberes, e das práticas das mulheres na esfera doméstica da reprodução.

A mesma visão do tempo das mulheres como um tempo “disponível” é observada no relato dos grupos de discussão sobre as prescrições médicas durante a epidemia de *chikungunya*. A principal recomendação, o repouso absoluto, constituía uma medida inviável para mulheres inseridas no trabalho informal ou principais responsáveis por uma extensa e intensa jornada de trabalho doméstico não remunerado.

O médico solicitava repouso, mas com o atestado para um dia. Como ficar boa de *chikungunya* em 1 dia? (Participante de grupo, 07).

Esta visão expressa a *banalização social do tempo das mulheres como condição de sua apropriação permanente*. Perdura uma desconsideração dos tempos e das tensões que conformam a jornada de trabalho remunerada das mulheres, e mesmo as tensões e restrições de tempo em função das inúmeras demandas do trabalho doméstico não remunerado, quando se trata das mulheres, usuárias dos serviços. Este não é um achado novo: reitera o que já apontavam estudos realizados ainda nos anos 1980. Segundo Ávila (2009),

em pesquisa por mim realizada nos serviços de saúde em Recife, constatei que as mulheres são as responsáveis por levar os doentes da família aos postos de saúde e, nesses espaços, estão sujeitas a um longo tempo de espera. Essa tarefa é vista, nesses serviços e pelas próprias mulheres, como diretamente relacionadas às atividades domésticas e, assim, o tempo de espera faz parte de uma representação simbólica

sobre o uso do tempo das mulheres como disponível para servir aos outros (ÁVILA, 2009, p. 104).

O acompanhamento de familiares em situação de internamento é outra forma recorrente de cuidados em saúde realizada pelas mulheres. São tempos, em geral, longos de permanência, chegando a dois meses de permanência nas instituições, durante os quais elas foram acompanhantes. Os períodos de internamento são momentos de suspensão na vida das entrevistadas, implicando, inclusive, interrupções das atividades de trabalho e perda de renda. Trata-se de períodos mais longos, e ininterruptos, de necessidade de cuidados nos quais a vida delas próprias se interrompe.

Eu passei dois meses no hospital. Minha filha ficou trabalhando. Parei de trabalhar. Quando ele foi removido para outro hospital, não tinha leito. Trouxe para casa, de táxi. Depois de 15 dias, ele faleceu. Aí meu me libertei, Deus me libertou (Participante de Grupo, 02).

São também as mulheres aquelas que são procuradas como fonte de informação no processo de acompanhamento feito nas visitas domiciliares pelas ACSs e outros profissionais. As mulheres, segundo as profissionais, são vistas como “mais disponíveis, com mais atenção, mais interesse” e também como aquelas com quem se pode efetivamente levantar as informações de saúde e repassar as orientações, “porque conversam sobre tudo”.

Nas visitas domiciliares, são as mulheres da casa a fonte de informação e das orientações prescritas pela profissional de saúde: medição de glicose de idosa, checagem da alimentação, do cartão de vacinação de crianças, levantamento dos problemas de saúde da família, marcação de consultas. Contraditoriamente, a chegada da profissional é valorizada pelas usuárias como um momento de escuta, especialmente por aquelas que vivenciam um cotidiano de confinamento na esfera privada, tomado pelo tempo do trabalho doméstico e de cuidados. As visitas domiciliares realizadas pelas ACS, na estratégia de saúde da família, recobrem quatro aspectos: cadastrar, orientar, encaminhar e acompanhar. Para cumprir todas essas funções, o contato é feito primordialmente com as mulheres.

Em geral, que é o responsável pela família, ainda é o homem. A responsável por organizar é a mulher. Pra saúde em geral as mulheres é quem a gente encontra em casa. “Ele não quer ir ao médico”, elas dizem. “Mas você marcou a consulta?” Porque sobra pra ela. Se a mulher não faz isso o peso cai depois nas cosas dela. Cedo ou tarde vai cair pra ela. Prevenir depende dela. Senão ela que vai ter que cuidar. E a consciência dela ainda vai pesar (Entrevistada 01).

Sob a pressão de metas de produtividade – uma única ACS é responsável pelo acompanhamento de saúde de aproximadamente 580 pessoas, de mais de cem domicílios, a cada mês – as ACSs otimizam seu tempo ao conversar com as mulheres, que estão mais abertas, detêm as informações e “organizam” a casa, ao mesmo tempo que delimitam também seu próprio tempo de escuta. Além da produtividade em termos de cobertura dos domicílios, elas passaram a incorporar outras tarefas nos últimos anos, como o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família: “a gente todo mês tem que dizer se a família existe, pesar a criança e ver o cartão de vacina. É mais trabalho”.

Também se observa nos relatos o emprego de novas formas de gerenciamento do trabalho dos(as) profissionais, que exigem mais tempo e sobrecarga: “hoje com essa onda de cooperação, você faz o trabalho que não é seu. E só sobra para a ACS. Checar o bolsa família, fazer o acolhimento. Só sobra para o ACS”.

A ACS compõe o quadro da cadeia de cuidado estabelecida entre mulheres, no contexto de precarização das relações de trabalho. As modalidades do trabalho “flexível” - cooperação, metas, trabalho em equipe, proatividade – são verificados também na organização do processo de trabalho em saúde. Embora com vínculo formal de trabalho, as condições de trabalho das Agentes Comunitárias mantêm-se próximas das características do trabalho precário das mulheres no contexto de modalidades flexíveis de trabalho, e expressa uma modalidade de precarização, ainda que haja vínculo formal de trabalho. Suas expressões concretas são a “apropriação do tempo de não trabalho em tempo de trabalho” (ABÍLIO, 2014), o esboroamento das fronteiras entre trabalho e não-trabalho que se acentua em função de que as trabalhadoras residem na mesma área onde atuam, possuindo laços comunitários, o que leva à ampliação das jornadas e seus tempos livres de trabalho profissional – noites, feriados, finais de semana – sejam apropriados como tempo “em serviço”.

Elas cobrem o tempo não coberto pelo horário formal de funcionamento da unidade de saúde e de jornada de outros membros das equipes de saúde da família. Ademais dessas características próprias do trabalho doméstico não remunerado – sua apropriação sem fronteiras – as jornadas são também intensificadas em função do cumprimento das metas, da incorporação permanente de novas funções (como o acompanhamento das condicionalidades do bolsa família), do desgaste emocional envolvido na atividade profissional (TAVARES et. al. 2003)¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Embora não seja o objeto propriamente desta tese, consideramos que investigar o processo e as condições de trabalho das Agentes Comunitárias de Saúde – ACS constitui uma questão premente para a apreensão das modalidades de precarização do trabalho das mulheres no interior de políticas sociais construídas sob o ideário – e o financiamento – das Instituições Multilaterais. A figura da ACS carrega a síntese das várias contradições que

O trabalho das(os) ACSs pode ser apreendido como expressão das lógicas de exploração e apropriação de que trata Falquet (2016): trata-se de um trabalho desvalorizado, de baixos rendimentos e cujas jornadas e funções estendem-se para além daquelas estabelecidas em seu marco normativo. A ampliação do acesso, por meio da ampliação da expansão da cobertura populacional, se reveste em aumento da produtividade do trabalho das equipes de saúde da família. *O cumprimento de suas funções e o alcance de suas metas de produtividade em termos de cobertura dos domicílios pressupõe e ancora-se no tempo social despendido por outras mulheres, nos domicílios, de maneira não remunerada.*

A conformação deste processo de trabalho é mediada pela construção dos consensos em torno da relevância da participação familiar e dos cuidados familiares para o bem-estar da saúde das pessoas e sobre a relevância do “engajamento comunitário”, bastante valorizadas pela ACS. Parte do trabalho da ACS é levantar informações sobre todos os integrantes da família, e acompanhar os grupos de atenção prioritários: mulheres, no que diz respeito à saúde reprodutiva, e crianças (público prioritário da Rede Cegonha e Bolsa Família), idosos(as), hipertensos e diabéticos, pessoas com transtornos psíquicos, pacientes acamados.

Nesta organização da política e do processo de trabalho, o caráter materno-infantil dos serviços de saúde parece ser superado na medida em que o trabalho de prevenção incorpora, na diretriz e na prática, outras dimensões de cuidado do conjunto da unidade familiar: a saúde da pessoa idosa, a saúde do homem, o controle de doenças crônicas (hipertensão e diabetes). Outros sujeitos beneficiários do cuidado em saúde são visibilizados e passam a compor o rol de sujeitos dos cuidados em saúde: o que não se altera é o sujeito primordialmente responsável pelo cuidado material, físico e emocional, do “trabalho doméstico de saúde”, as mulheres da família e as cuidadoras remuneradas, como veremos a seguir.

Os dias das mulheres são os mais longos. Os relatos daquelas que participaram dos grupos de discussão e das entrevistadas revelam uma rotina diária preenchida pelos encargos do trabalho doméstico não remunerado e pela ausência de tempo mesmo entre mulheres aposentadas, desempregadas ou donas de casa, maior parte dentre as sujeitas da pesquisa¹⁰⁹. O trabalho doméstico, não remunerado das mulheres, no contexto de precariedade das condições de reprodução social, não se encerra no espaço do domicílio. Estende-se para o entorno de

estruturam as políticas sociais de saúde na contemporaneidade e constitui-se numa expressão do trabalho precário das mulheres, entre o público e o privado, o profissional e o doméstico.

¹⁰⁹ Seus relatos expressam rotinas de atividade que se iniciam entre 06 e 07 horas da manhã e podem se encerrar por volta de 23 horas ou mais. O tempo dos seus dias está, de maneira geral, organizado em torno do trabalho doméstico não remunerado e, entre as que tem trabalham remuneradamente, entre as jornadas nestes dois campos de trabalho. Persiste, de maneira geral, uma dificuldade de relatar as rotinas, os horários das múltiplas tarefas realizadas; as fronteiras temporais do seu dia parecem escapar a qualquer possibilidade de delimitação.

suas residências, na medida em que as mulheres também realizam tarefas de limpeza de ruas, calçadas e canaletas, como condição para a manutenção da higiene de suas próprias residências. A essas tarefas se somam os cuidados com netos(as), filhos(as) e familiares, que tomam parte substancial do tempo e do que conforma o trabalho doméstico na reprodução social.

Não tem hora certa para mim acordar; eu durmo tarde, me acordo tarde. Quando me acordo vou varrer casa, fazer almoço, lavar roupa, à tarde vem café... aí, às vezes minha filha precisa sair, aí eu fico com meus netos, na responsabilidade de ir levar pra escola e de ir buscar. Ela tá desempregada, vai botar currículo, aí eu levo eles na escola, levo e busco. Quando tem reunião à tarde, vou pra reunião. A gente bota, eu e uma colega, banquinha de bijouteria... mas a renda é nenhuma. A gente monta só pras pessoas olhar, toda sexta-feira... Durmo meia-noite, uma hora da manhã, duas horas da manhã, não tem hora pra mim dormir, porque às vezes tô fazendo artesanato e me esqueço da hora. Acordo 8 horas (Entrevistada 05)

As tarefas essenciais de reprodução social são asseguradas pelo trabalho não remunerado das mulheres – alimentação, limpeza e manutenção dos espaços da casa, cuidados diretos de crianças e familiares – no espaço privado de suas residências, e se estende ao espaço público, na realização de atividades que deveriam ser providas pelo Estado, e são marcadas ou ritmadas pelo acesso, precário e intermitente, aos serviços básicos essenciais constituintes do que se engloba como política de promoção da saúde, especialmente o saneamento básico. Em consequência, o trabalho doméstico não remunerado, voltado para a reprodução social, se realiza como um *continuum entre casa, entorno e serviços de saúde*.

Eu queria saber quem foi que inventou trabalho doméstico, visse? Porque a gente não tem tempo pra gente não filha, tem tempo pra gente não. É assim, é como é que se diz. Faço as coisas na carreira, vou na manicure ali, mas vou correndo, porque já tenho que fazer outra coisa ali. Tempo pra quê? Eu queria saber quem inventou esse trabalho doméstico, pelo amor de deus. É um trabalho escravo, é um trabalho escravo (Entrevistada 05).

As mulheres dos setores mais empobrecidos das classes subalternas são aquelas que, no cotidiano, desprendem seu tempo e sua energia na produção material do viver e na provisão de cuidados sob dimensões muitas vezes intangíveis. As jornadas extensas no trabalho de reprodução social realizado no âmbito doméstico se intensificam com atividades necessárias para enfrentar os impactos da precariedade das condições de vida na sua saúde e de seus familiares. São as mulheres que, como vimos, realizam um esforço cotidiano, não remunerado, e repetitivo, nas atividades relacionadas à promoção da saúde. Seu tempo social

é despendido como contraponto de uma atuação estatal marcada pelo desinvestimento na infraestrutura urbana.

Nos contextos de crise de barbarização da vida social, as mulheres são convocadas a agir nas ações de promoção e prevenção da saúde. Tais ações, realizadas no nível da atenção básica, enfatizam as práticas individuais, a mudança de comportamentos, e o engajamento da população no “cuidado do território”. Diante destas tendências, a implementação precária dos serviços tem como contra-face, na reprodução social cotidiana, seja nos contextos de normalidade precária, seja nos contextos de crise (como no caso das epidemias), a manutenção de processos de cuidado, prevenção e redução dos danos, no âmbito da família e, nesta esfera, como parte dos encargos que constituem “o trabalho doméstico de saúde” (CRESSON, 2006).

As sujeitas da pesquisa, em seus relatos, revelam que são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados no interior das famílias, em jornadas de difícil apreensão pelos seus relatos, dadas as intermitências, simultaneidades, extensividades (ÁVILA, 2009). Os relatos desvelam a apropriação sem limites do seu tempo nas relações sociais de sexo (GUILLAUMIN, 2014), no interior das famílias, que lhes retira o tempo para cuidar de si mesmas, ao mesmo tempo em que afirmam que, cuidando de todos(as), não dispõem de quem cuide delas. Sua condição de provedora do trabalho doméstico e de cuidados é a negação de sua condição de sujeito do cuidado.

Eu não sei o que é isso, tempo pra mim. Só sei que o dia tem 24 horas. Minha maior dificuldade é não ter tempo para pensar. Talvez minha saúde fosse outra, talvez minhas condições de vida fossem outras. Não é fácil, não é. Acordo de quatro e pouco da manhã, saio de cinco horas da cama. São muitas coisas para dar conta, casa, roupa, comida, limpar a casa, meio mundo de coisa (Entrevistada 01).

Rezei muito para não pegar essa doença, porque quem ia cuidar de mim? (Participante do Grupo 12).

Nos grupos de discussão, realizados no contexto das epidemias de arboviroses, a maior expressão do sofrimento relatada pelas mulheres acometidas pela doença referia-se à impossibilidade de seguir cuidando da casa e dos familiares, como “faziam sempre”. Onde se apreende os “efeitos da apropriação sobre a individualidade” (GUILLAUMIN, 2014) e a força da ideologia patriarcal que naturaliza estes encargos como sua responsabilidade e sentido de existência. Por sua vez, a condição objetiva de serem as únicas responsáveis pelo cuidado de si e dos outros levava a sentimentos de temor em serem acometidas por uma das doenças, especialmente a *chikungunya*, pelo maior tempo de recuperação e pelas sequelas em termos de dores crônicas e limitações motoras relatadas por outras mulheres.

Nós mulheres sempre cuidamos dos outros. Agora não faço mais os serviços domésticos, faz quando pode. E para nós mulheres é obrigação. O trabalho doméstico hoje fica para depois, quando melhorar faço (Participante do Grupo, 02).

Os determinantes sociais e ambientais das epidemias estão relacionados diretamente à falta de investimento nas políticas estruturais de promoção da saúde e, em particular, no enfrentamento da precariedade do saneamento público. No cotidiano das mulheres, seus impactos se traduziram, de um lado, em sobrecarga com cuidados de familiares, e, de outro, em agravamento do confinamento doméstico.

Aqui precisa de uma praça, as crianças não têm onde brincar, aqui devia ter uma creche. Tem uma escola que é grande, que é boa. Desativaram. O box da feira. Desativaram. Porque vinha fazer a praça. Fizeram um lava-jato. Sem ordem de ninguém. Aqui é terra sem Deus. Ninguém faz nada pelo bairro. Não aparece ninguém. Tantas mães precisam trabalhar. Criança vive presa dentro de casa porque se sair de casa os carros matam. Não tem onde levar porque não tem onde brincar (Participante do grupo, 07)

Fim de semana é a mesma coisa. Não tem final de semana pra dizer, vou à praia, vou ao cinema. Não tem (Participante do Grupo, 04)

As rotinas diárias de trabalho doméstico das mulheres participantes da pesquisa se iniciam com a manutenção e limpeza das residências e a retirada do lixo. Grande maioria das sujeitas da pesquisa afirmam que a limpeza de canaletas é parte de suas tarefas cotidianas – atividade que pode levar de quarenta minutos a até duas horas do seu dia. Com a eclosão das epidemias de arboviroses – dengue, *zika* e *chikungunya* – que atingiu a maioria das sujeitas da pesquisa e a totalidade de suas famílias, estas tarefas cotidianas foram reforçadas. Como relata uma das sujeitas, a limpeza das canaletas virou uma “obsessão”, dado o receio de proliferação do vetor das doenças, o mosquito *aedes aegyti*.

São também elas que realizam tarefas como a limpeza das vias urbanas e das canaletas, como trabalho extensivo à manutenção de seus próprios domicílios. Três mulheres participantes dos grupos relatam que são elas que varrem a rua, diariamente, porque não há limpeza urbana regular.

É tempo que eu varro a rua todinha. Varro a rua todinha. Duas horas, todo dia, de manhã cedinho, quem varre sou eu (Participante de grupo, 02).

Quem limpa minha canaleta sou eu mesma. Porque a prefeitura não limpa. A prefeitura ela passa varrendo, passa pintando, passando cal no meio fio, agora as canaletas é tudo entupida. É rato, é barata, é escorpião. E a gente tem que tá sempre botando veneno pros ratos, limpando o quintal porque assim tem bastante rato. No meu dia a dia são duas sandálias, tem uma de fora e uma de dentro. Não dá pra usar a

mesma, meu quintal é de terra, né? Quem cuida da canaleta é a gente mesmo (Participante do grupo, 11).

No nível das ações e condições de promoção e da prevenção da saúde, são as mulheres que realizam, como parte de seu trabalho doméstico estendido às estruturas coletivas, as atividades básicas paliativas de prevenção das doenças: limpam canaletas, varrem ruas, acionam o poder público diante dos problemas de saneamento.

Quem limpa a canaleta sou eu, quem limpa a rua sou eu (Participante do grupo, 03).

A situação limite gerada pela proliferação da chamada “tríplice epidemia” de dengue, zika e chikungunya, acarretou, a um só tempo, adoecimento, comprometimento das condições corporais para a realização das tarefas cotidianas e sobrecarga entre as mulheres. A resposta do Estado, por meio de campanhas de convocação da limpeza das residências, expressa o caráter apontado por Soares (2010) como a tendência da promoção da saúde no contexto dos limites estruturais de implementação do Sistema Único de Saúde – SUS: a ênfase nos aspectos comportamentais do processo saúde-doença em detrimento das ações estruturantes necessárias à promoção da saúde, como é o caso da política de saneamento.

Todo o tempo empregado na manutenção das casas em condição de limpeza esvai-se diante das condições estruturais precárias que seguem produzindo doenças. O trabalho doméstico das mulheres na produção da saúde nesses contextos é um verdadeiro trabalho de Sísifo. Essa contradição é sintetizada no relato de uma das participantes do grupo de discussão, quando afirma que “não adianta o seu tá limpinho se o canal tá sempre sujo” (Participante do grupo, 7).

Ademais, nos cuidados cotidianos de “promoção doméstica da saúde”, as mulheres submetem seu corpo a condições de insalubridade, sem dispor de equipamentos de proteção adequadas, por exemplo, para lidar com resíduos contaminados, em atividades como limpeza de canaletas, drenagem de esgoto e retirada do lixo de locais de descarte.

A garantia do saneamento básico, que inclui abastecimento de água, disposição dos esgotos e tratamento do lixo, é uma das atribuições fundamentais para a promoção da saúde. Os dados sobre saneamento no Brasil e na RMR, em particular, apontam para um déficit estrutural. Segundo dados do Instituto Trata Brasil, a cidade do Recife coleta apenas 36,4% do esgoto produzido e figura entre as 19 capitais do país com níveis de tratamento de esgoto

abaixo dos 50%¹¹⁰. Os dados contidos no Plano Municipal de Saúde do Recife (2014-2017), apontam, por sua vez, que em 55% dos domicílios o esgotamento é realizado por meio da rede geral de esgoto ou pluvial¹¹¹.

A gente diz assim, o lixo é problema do poder público. É não. Quem tem lixo cuide do seu lixo. Eu cuido do meu lixo e tô ajudando meu vizinho a cuidar do lixo deles. Levo saco, digo, olha a reciclagem... Cuido do lixo de três casas, com a minha (Participante de grupo, 11).

Nesta condição de insuficiência do saneamento, são as mulheres que arcam com o trabalho essencial de prevenção de doenças, dada a ausência de políticas estruturais de promoção da saúde. Este trabalho de manutenção da infraestrutura urbana incorporando-se ao seu trabalho doméstico não remunerado na “manutenção da vida” (CRESSON, 2006). O tempo e os esforços empregados nestas atividades profanas de promoção da saúde, de maneira não remunerada, pelas mulheres, constitui um trabalho paliativo, penoso e insalubre. A promoção da saúde é sustentada na exposição das mulheres pobres ao próprio risco do adoecimento. Ao atuar para promover a saúde para si e suas famílias, desenvolvendo tais atividades como parte de suas tarefas corriqueiras, as mulheres comprometem sua própria condição de saúde. Estas atividades cotidianas são naturalizadas pelas próprias sujeitas da pesquisa e parecem compor a paisagem natural da reprodução diária em condições precárias.

No que no plano da aparência, e da vivência das sujeitas, emerge como “sentimento” de culpa, revela-se como o resultado de processos de responsabilização das mulheres que, por meio de mecanismos públicos de convencimento, a exemplo de campanhas, atividades educativas etc., levam a um processo de auto-responsabilização pelos problemas de saúde especialmente quando sua origem está relacionada à higiene doméstica.

As ideologias que reproduzem a divisão sexual do trabalho, reproduzidas pelo Estado, contribuem para a reprodução da utilização deste tempo social e seu desprendimento pelas mulheres, e se articulam com velhos estereótipos e estigmas que associam a pobreza à falta de higiene. Sentimentos de culpa se agravam quando diante da possibilidade de que sua condição de saúde, ou dos membros de sua família, possam estar relacionadas ao “descumprimento” ou

¹¹⁰ TRATA BRASIL. Saneamento ainda é precário em Recife. Disponível em: < <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-ainda-e-precario-no-recife>>. Acesso em: 13/09/2017.

¹¹¹ Ocorre que, segundo o Instituto Trata Brasil, esgoto geral e pluvial constituem duas estruturas independentes: uma para o escoamento da água da chuva, outra para o escoamento de dejetos, esta última sujeita a tratamento. Uma não pode cumprir o papel da outra. As canaletas, conforme relato das moradoras, cumpriam o papel de drenagem das águas da chuva, mas diante da precariedade do acesso ao saneamento, são também utilizadas como drenagem do esgoto. Os oficiais da Prefeitura do Recife, portanto, parecem oficializar este uso indevido ao contabilizá-lo como parte da rede de saneamento.

negligência destes cuidados, como ocorreu durante a crise sanitária das epidemias de dengue, zika e chikungunya. Estabeleceu-se uma relação entre doença e descuido que recai, pelas determinações ideológicas da divisão sexual do trabalho, sobre as mulheres. A tendência das ações de promoção e prevenção da saúde orientadas para a mudança nos comportamentos materializa-se no plano da vida singular em responsabilização das mulheres e na apropriação sistemática de seu tempo; restam intocados os determinantes sociais estruturais do processo saúde-doença.

Neste contexto de crise sanitária deflagrada com as epidemias de arboviroses (dengue, zika e chikungunya), do qual Pernambuco foi o epicentro, no período de 2015 a 2016¹¹², a ação do poder público esteve voltada para a retirada de quaisquer possíveis focos domésticos do mosquito *aedes aegypti*. A tragédia sanitária ganhou repercussão internacional, especialmente em função do nascimento de bebês com microcefalia que foi posteriormente associada a uma nova Síndrome Congênita, como consequência da infecção com o vírus da zika, por suas mães, durante a gravidez. Foram mobilizadas campanhas nos meios de comunicação, e nos serviços de saúde, nas atividades de prevenção e promoção, as mulheres foram convocadas a agir na varredura dos possíveis focos de propagação do mosquito.

Realmente não peguei a chikungunya, mas eu tava obcecada. Todo dia eu jogava água sanitária na canaleta. Na água corrente. Escorpião sempre sai. (...). Quando chove eu tenho que varrer a casa porque o lixo vem todinho. Uso água mineral porque não dá pra usar água potável (Participante de grupo, 03).

O teor das campanhas reforçou não só as respostas individuais e familiares para o controle das epidemias, como a responsabilização das pessoas acometidas pelo seu próprio adoecimento e das mulheres, em particular, sobre quem pesa socialmente as exigências em torno da higiene doméstica. As sujeitas referem-se a sentimentos de “culpa” e estigma por terem contraído doenças associadas à pobreza e a falta de higiene doméstica pelas quais são elas, majoritariamente, as responsabilizadas. O que aparece como culpa expressa, em verdade, um processo de responsabilização para o exercício destas atividades que é feito dia a dia pelo serviços e que se acirram nos momentos de crise sanitária. O que vemos, no contexto de desestruturação da política de saúde, é o agravamento de adoecimentos relacionados à infraestrutura básica de promoção da saúde e o reforço de estigmas sociais em torno das

¹¹² Em 2016, foram registrados em Pernambuco 48.032 casos de febre chikungunya, a segunda maior taxa de incidência da doença no país (513 casos por cada 100 mil habitantes). No caso da dengue, foram registrados 65 mil casos no ano de 2016. No caso da zika, o maior número de pessoas acometidas foi registrado em 2014-2015. Em 2016, ganha repercussão o número de bebês nascidos com microcefalia decorrente da zika. Cerca de 20% dos bebês com Síndrome Congênita da Zika nasceram no estado. Fonte: Ministério da Saúde/Boletim Epidemiológico, 2017.

“doenças dos pobres”, ligadas à falta de higiene das famílias. O discurso higienista, e o viés controlista, tributários das campanhas compulsórias de saúde pública no início do século XX, se reatualizaram na produção dos consensos em torno do “todos contra a zika”.

Revela-se, aqui, que a política de saúde, especialmente na atenção básica, segue reproduzindo e produzindo em sua ação ideologias que reforçam a divisão sexual do trabalho e das práticas privadas de higiene e disciplinamento das classes subalternas que, por sua força e capacidade de arrestar diferentes formas de controle (nas redes de vizinhança, inclusive) situa-se em um limiar entre consenso e coerção, ou numa síntese indissociável de ambas.

Na reprodução social cotidiana, as mulheres dos setores empobrecidos da classe trabalhadora referem-se a seus ritmos de trabalho como marcados pela espera e espreita da água. Dada a irregularidade no abastecimento de água, parte das entrevistadas, que não dispõem de caixas d'água em suas residências, referem que parte de seu trabalho doméstico cotidiano inclui o armazenamento de água. As tarefas de lavagem da roupa são também organizadas a partir da chegada da água, o que significa, na prática, uma impossibilidade de planejar as rotinas cotidianas ou, antes, uma reorganização permanente dessas rotinas diante da precariedade do acesso aos serviços. A organização do tempo das mulheres é definida, no cotidiano, pela precariedade dos serviços básicos para a realização das atividades do trabalho doméstico.

A irregularidade na prestação do serviço encontra seu avesso na prontidão das mulheres das classes populares que deles dependem. Podemos considerar esta prontidão, a qualquer hora do dia, e de maneira mais frequente durante a madrugada, como uma expressão de um tempo apropriado - inclusive, o tempo do descanso. São as mulheres que vigiam, despertam e se movem rapidamente para pôr em marcha o trabalho doméstico ao mínimo sinal de que “chegou água”.

Água vem de três em três dias. Às vezes não dorme esperando a água (Participante Grupo, 6).

Água vem de 03 em 03 dias e acaba de manhã. Acordei quatro horas da manhã para botar água na máquina e guardar água. Cinco e meia da manhã não tinha mais água e nem na máquina. Terceira água da máquina faltou. Não tem caixa de água. Máquina funciona com a água da rua, que falta (Participante de Grupo, 10).

Há o tempo da espera na atenção, como há o tempo da esfera das condições essenciais para a promoção da saúde e a reprodução social cotidiana, como é o caso da água. A irregularidade na provisão dos serviços essenciais, já mercantilizados, como a água, ou públicos, como a coleta de lixo, marca o ritmo dos trabalhos domésticos e dos dias das

mulheres. Do relato nos grupos de discussão, apreende-se que rotina do trabalho doméstico e de cuidados pode variar em função do agravamento das condições de precariedade – racionamento de água, rompimento de barreiras de esgotamento, alagamentos provocados pelas chuvas, entupimento de canaletas e alastramento de doenças. É o que se processou no contexto das epidemias de arboviroses, durante o qual os cuidados com limpeza de casas e canaletas foram redobrados, como afirmam muitas entrevistadas.

Eu limpo minha canaleta com inchada, com ciscador, tiro papel com ciscador, areia eu vou tirando com enxada, vou botando pro canal. Quem faz sou eu mesma. Eu faço uma vez por semana. Parou de chover agora há pouco, não tinha condição de tá limpando. Por isso tá assim. Eu ia limpar ontem. Mas por causa da minha coluna, eu deixei quieto, mas amanhã eu vou limpar. [Quanto tempo leva?] Uma meia hora eu levo (Participante de Grupo, 11).

É separado meu lixo. Eu faço coleta de reciclagem. Faço a coleta. Eu boto o saco em duas casas e coeto plástico dessas duas casas e dou o rapaz que passa catando e pra mãe dele, pra não ir pra dentro do canal. Eu boto meu lixo 9:30h, 10horas, perto da hora do carro passar, eu só coloco quando escuto o carro passar, pro cachorro não rasgar, pro rato não rasgar. O carro aqui passa todo dia (Participante de Grupo, 08).

Como sintetiza Cresson (2006, p. 12), “o "volume" do trabalho de saúde doméstico é altamente variável e imprevisível”, não apenas pelas contingências que envolvem as circunstâncias de adoecimento, mas também e, sobretudo, pelo aviltamento das condições estruturais de moradia no período de chuvas, e que se repete a cada ano. A busca de um atendimento de saúde para si ou para um familiar é também uma das situações em que o tempo despendido pode variar e estender-se para além de qualquer possibilidade de previsão por elas mesmas.

As mulheres que percorrem os serviços de saúde em busca de cuidados e que realizam uma série de atividades domésticas estabelecidas pelas prescrições médicas (cuidados com sal na alimentação, em caso de famílias com pessoas hipertensas; ou com o açúcar, no caso das diabéticas, vacinação das crianças etc.) encontram-se numa situação em que confluem a modalidade individual de apropriação do tempo, a serviço de outros membros da família, e de apropriação coletiva, como extensão do Estado.

A demora no atendimento a exames, as longas permanências como acompanhantes de enfermos em processo de recuperação, a limpeza de canaletas que não cessam de canalizar dejetos e outros trabalhos de Sísifo para responder individualmente a problemas estruturais, enfim, todas as modalidades de apropriação do seu tempo social na dinâmica de organização dos serviços de saúde na atenção básica se traduzem numa forma própria de espoliação capitalista-patriarcal das mulheres. Utilizamos espoliação, aqui, não no sentido de Harvey (2005), como captura de novos nichos de valorização do capital. Compreendemos o tempo

social capturado pelo Estado para a organização dos serviços e assim reproduzidas pelo Estado, que no cotidiano aparece como “disponibilidade”, é subtraído da vida das mulheres e, desta maneira, retira-lhes a possibilidade de dispor deste tempo para outras dimensões da vida social: trabalho remunerado, lazer, qualificação.

As mulheres não estão disponíveis; há uma disposição do seu tempo por meio das engrenagens da política social que, por mecanismos materiais e ideológicos, dinamizam a reprodução social cotidiana a partir dos imperativos da reprodução das relações sociais. A banalização e apropriação do tempo social das mulheres é a desmedida do estado liberal de recursos reduzidos e precariedade estrutural.

Estas diferentes expressões da apropriação do tempo social das mulheres na reprodução social, são reveladoras das tendências da reprodução do capital na contemporaneidade. Uma destas tendências, analisadas no capítulo anterior ganham seu movimento vivo no ir e vir das mulheres nos serviços, e dos serviços às mulheres: a apropriação do seu tempo social nos cuidados e sua subsunção às dinâmicas de reprodução do capital, pela mediação do Estado. Expressa-se, na situação das mulheres das classes subalternas que despendem tempos e esforços e, assim, “trabalham” para a realização de uma política social no campo da reprodução, a tendência de captura e conversão de “todo tempo como tempo de trabalho”, a serviço da acumulação ou, como no caso do nosso objeto, da garantia das condições de reprodução do capital. Tais condições se materializam tanto em termos de força de trabalho necessária, como em termos de legitimação da “ordem social”, como, ainda, na liberação do fundo público para os interesses do capital na medida em que a utilização deste tempo pelo Estado lhe permite economizar no orçamento das políticas sociais.

O tempo social “improdutivo” das mulheres, seja no trabalho doméstico na esfera privada, seja nas diversas formas de trabalho informal, é funcional ao capital e socialmente necessário à sua reprodução. Isto não se dá, efetivamente, sem a mediação do Estado e configura, nesse sentido, uma de suas tendências no capitalismo dependente. A captura do fundo público pelo capital pressupõe a captura do tempo social das mulheres pelo Estado. Neste sentido, este tempo social é “descoberto” como fonte para a valorização do capital, seja de maneira direta, nas cadeias de exploração que expressam novas formas de subsunção do trabalho (é o caso das revendedoras de natura, analisadas por Abílio (2014)), seja de maneira indireta, no processo de reprodução da força de trabalho – a mercadoria mais valiosa para o capital.

Isto se revela, também, nas estratégias informais e precárias de cuidado acionadas pelas mulheres como forma de liberar-se dos encargos com o trabalho doméstico e garantir

sua inserção no mercado de trabalho. Isto nos permite apreender que a manutenção de altos contingentes de mulheres no emprego doméstico (6,6 milhões de trabalhadoras, constituindo a segunda maior ocupação de mulheres no país) pode também ser apreendida a partir das tendências assumidas pelo Estado capitalista periférico. Este trabalho supre lacunas da intervenção estatal na reprodução social.

Em nosso contexto de pesquisa, a saída para o trabalho remunerado, sob as rígidas fronteiras da divisão sexual do trabalho, especialmente para as que têm filhos(as) pequenos, é possibilitada pela transferência deste cuidado a outras mulheres no interior de suas famílias ou formas precárias de contratação de serviços domésticos e de cuidados, seja de crianças, seja de pessoas idosas. Materializa-se aqui a contradição que assinalamos antes: a possibilidade de entrada das mulheres no mercado de trabalho, que se dá em geral em postos de baixos rendimentos, no contexto de ausência de serviços públicos de apoio à reprodução social, ancora-se no trabalho não remunerado e remunerado de outras mulheres¹¹³. Este é um achado reiterado nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho e o trabalho das mulheres no capitalismo neoliberal e nas economias dependentes.

Tais situação revelam uma síntese da condição das mulheres no mundo do trabalho, remunerado e não remunerado, sob as determinações da divisão social e sexual do trabalho: de um lado, uma situação precária de trabalho como cuidadora é condição para que outras mulheres possam desenvolver uma atividade remunerada; ao mesmo tempo, no contexto de ausência de creches, escolas em tempo integral e quaisquer serviços de apoio à reprodução social, são estas redes precárias de cuidado que asseguram o cuidado infantil. Diante da insuficiência das creches públicas que, no país, estão asseguradas para apenas 21% das

¹¹³ Uma das sujeitas da pesquisa entrevistadas em Monte Verde, uma trabalhadora de 45 anos que mantinha, há, cerca de 16 anos, um serviço de “creche” em sua própria residência que abrigava, no momento, 06 crianças na faixa etária de 02 e 10 anos de idade. As contratantes do serviço são mulheres que trabalham remuneradamente, encontram-se em arranjos familiares monoparentais, e contam com a “ajuda” da “mãe crecheira”, como é conhecida a cuidadora, no cuidado dos seus filhos(as) durante o período de permanência no trabalho profissional. A remuneração variava entre R\$100,00 a R\$ 150,00 por criança. Esta imagem evoca a antiga figura da “mãe crecheira”, dos anos 1980, uma política “alternativa” para o cuidado das crianças formulada no âmbito da Assistência Social, nos anos 1980, na qual “uma mulher tomava conta em sua residência de sua própria criança, mediante pagamento, de filhos de outras famílias enquanto os pais trabalhavam fora” (ROSEMBERG, 1986, p. 73). Essa política, também chamada “creche familiar”, “creche lar” e “lar vacinal”, chegou a ser implementada no âmbito das atividades da assistência social pública, sob incentivo de órgãos como o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e o discurso de que consistia em proposta adequada para atender a demanda de creches para crianças de 0 a 6 anos nos chamados então países do terceiro mundo, na medida em que “conciliavam baixo custo, baixa tecnologia e participação da comunidade” (ibid., p. 73). Já na década de 1980, a transferência de encargos do Estado para as famílias era defendida como forma de rebaixar o custo da política e sob o argumento da “participação comunitária” e da relevância do cuidado prestado em âmbito familiar como uma “tentativa de aproveitamento da função dona de casa, no reconhecimento das habilidades domésticas e características maternas, favorecendo concomitantemente o acréscimo da renda familiar” (FEBEMCE, 1981 apud ROSEMBERG, 1986, p. 75).

crianças de 0 a 3 anos (IBGE, 2013). Há uma creche nas imediações mas, segundo uma das mães, o acesso é inviável, pois depende do pagamento do transporte, do tempo de ir e vir e, nessas condições, ela opta por cuidar em casa de dois filhos(as) pequenos.

O pagamento de serviços de mulheres nas redes de vizinhança é também uma estratégia informal empregada para o cuidado de crianças e pessoas idosas para liberação de jovens e adultos para o mercado de trabalho. Em todas as situações, revela-se uma condição de extrema precariedade e a expressão do que Falquet (2016) caracteriza como uma condição de trabalho entre “as lógicas de apropriação e exploração”. As cuidadoras que prestam o serviço na sua própria casa ou para domicílios contíguos aos seus, não sabem distinguir os valores que recebem como remuneração e os gastos efetivos que despendem no cuidado. Muitas vezes, os incorporam nos custos de sua própria reprodução cotidiana, especialmente no que diz respeito à alimentação.

São as “cuidadoras precarizadas” que recebem a visita e as orientações em saúde, por meio da ACS, e fazem a mediação entre o serviço de saúde e a usuária no momento destas visitas, uma vez que os familiares dos sujeitos do cuidado não estão disponíveis. O que se vê, na prática, é que se estabelece um *continuum entre o serviço de saúde e as mulheres que, de maneira remunerada e não remunerada, cuidam de crianças e idosos(as) em condição precária, cujo elo é uma trabalhadora remunerada do serviço, a Agente Comunitária de Saúde – ACS*.

O que se vê, na particularidade do trabalho destas cuidadoras, é a manutenção dos encargos com cuidado e saúde entre as mulheres via atividades mercantilizadas a baixíssimo custo e serviços prestados em condição precária, nas próprias redes de vizinhança, no contexto de precariedade e ausência de serviços públicos. Estas “cuidadoras” incorporam em suas atividades os cuidados de saúde que compõem o rol de prescrições de acompanhamento de pessoas idosas e crianças, usuários prioritários do acompanhamento das profissionais da atenção básica. Encontram-se, assim, numa dupla relação com o Estado – assumem os encargos gerados pela ausência de serviços de cuidado, como sua fonte de renda, ao mesmo tempo que são aquelas que provêm informações e prescrições que lhe são atribuídas pelo serviço de saúde.

O que se verifica, na pesquisa sobre a reprodução cotidiana das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora, são arranjos de trabalho precário, remunerado e não remunerado, e o comprometimento da renda das trabalhadoras com o pagamento de serviços não assegurados por meio de políticas sociais. As mulheres comprometem parte de seu salário para reapropriar-se de um tempo que poderá ser disponibilizado e explorado no mercado de

trabalho. Com isso, ocorre um duplo processo: ao mesmo tempo em que rebaixam os custos de reprodução da força de trabalho para o capital, sob a forma de bens salariais, e para o Estado, sob a forma de “salário indireto”, as mulheres se constituem, sob suas próprias expensas, como força de trabalho disponível. Expressa-se, assim, o que Mota (2013) aponta como a tendência de “mercantilização da reprodução”, inclusive da reprodução doméstica, que se expande entre os setores mais pauperizados da classe trabalhadora, por meio de estratégias informais e precárias, como no caso das cuidadoras, das “mães crecheiras” etc.

Estas estratégias informais e precárias de cuidado revelam, no contexto de precariedade da vida social, as formas de mercantilização da vida por meio de serviços precários, que podemos conceituar como mercantilização precária da reprodução, por meio de pagamento a “preços populares” de serviços prestados em condição precária, a exemplo da remuneração do que aqui chamamos de “cuidadoras precarizadas” de crianças e idosos(os) e do pagamento de exames em clínicas populares acionado para reduzir o tempo da espera e agilizar o processo de tratamento.

Por fim, a quarta modalidade da apropriação do tempo social das mulheres diz respeito no trabalho doméstico e de cuidados com pessoas dependentes, idosas e crianças, e independentes, do sexo masculino, por meio de estratégias informais e precárias de cuidado. No contexto de precariedade e insuficiência da estrutura pública de apoio à reprodução social, a exemplo de creches, escolas em tempo integral e cuidados de idosos(as), emergem no cotidiano estratégias precárias de provisão dos cuidados entre mulheres, de maneira não remunerada e remunerada. Estas cadeias de cuidado em condição precária, entre mulheres, sustentam a possibilidade de inserção de mulheres com filhos pequenos(as) no mercado de trabalho, no contexto de permanência das rígidas fronteiras da divisão sexual e social do trabalho. A condição do cuidado, nas economias periféricas, mantém-se em uma condição crítica e mediada, primordialmente, pelo trabalho não remunerado e precário das mulheres na esfera privada da reprodução social.

Essa naturalização do uso do tempo social das mulheres traveste-se em uma naturalização do precário como condição de reprodução social da vida e da ação do Estado. Como síntese contraditória deste processo temos que a banalização social deste tempo é a condição de sua apropriação permanente, seja pelo Estado, seja pelo capital¹¹⁴, seja na socialidade de maneira geral.

¹¹⁴ Como o demonstrou Abílio (2014), no caso da revenda de cosméticos pelo Sistema de Venda Direta – SVD da empresa Natura. É justamente este tempo social “improdutivo” que passa a ser novo nicho de exploração das empresas capitalistas, em condição de subsunção ao capital.

Tempo “perdido” no serviço é tempo repleto de tarefas do trabalho doméstico e de cuidados, que são adiadas ou adiantadas para liberar o tempo da busca por saúde. Essa expressão, utilizada na vida singular, termina por encobrir o valor social deste tempo e sua imprescindibilidade para a reprodução das relações sociais na ordem do capital. Este tempo se insere no processo de produção do valor e, ainda que não produza valor direta, insere-se, cada vez mais, na dinâmica ampliada de reprodução do capital. Para além de aportar na produção da mercadoria mais valiosa para o capital, a força de trabalho, a utilização feita pelo Estado deste tempo social lhe permite ampliar sua participação, liberando fundo público para a reprodução do capital. Trata-se, cada vez mais, descoberto e apropriado pelo capital para fins de manter em marcha sua dinâmica de reprodução.

5.3 O TEMPO E O TRABALHO NÃO REMUNERADO DAS MULHERES: MEDIAÇÃO ESSENCIAL PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Retornamos, aqui, à nossa questão de partida: qual o significado sócio histórico deste tempo no âmbito das relações sociais que se produzem e reproduzem na sociedade regida pela ordem do capital, marcada por uma rígida divisão social e sexual do trabalho? Não sendo um tempo de trabalho produtivo, gerador de mais-valia, *qual uso faz o Estado do tempo social das mulheres na esfera da reprodução social?*

A pesquisa teórica que empreendemos nesta tese, nas trilhas da teoria feminista que enriquece a teoria do valor de Marx, e as observações e dados empíricos da dinâmica cotidiana da atenção básica em saúde, revela o que consideramos como expressão contemporânea de *uma tendência do Estado monopolista periférico: a apropriação do tempo social das mulheres na esfera privada para a implementação de políticas no campo da reprodução da força de trabalho a baixo custo. Revela-se, assim, uma unidade contraditória entre apropriação do tempo das mulheres e espoliação de direitos da classe trabalhadora pelas mãos de um só Estado, no interior de uma mesma política social.*

Vale ressaltar que a apropriação deste tempo social só é possível porque o sujeito que o desprende, as mulheres da classe trabalhadora, estão subordinados nas relações sociais de sexo, constituídas elas mesmas como relações de apropriação de várias dimensões da individualidade das mulheres e do tempo em particular. É nesse sentido que podemos também afirmar que *o Estado monopolista periférico se sustenta também sua ação nestas relações de*

apropriação, tornando-se, ele mesmo, agente neste processo. É por esta apropriação material, alicerçada em práticas impositivas, de um lado, e valores morais, de outro – em coerção e consenso – que podemos caracterizar este Estado e suas políticas como patriarcais.

As mulheres atuam na sustentação, com seu trabalho doméstico, da política social do Estado capitalista. Conforme afirma Duque-Arrazola,

além do capital e da organização androcêntrica que a ele se imbrica, da dominação masculina e do usufruto familiar, da afetividade e dos cuidados com a reprodução por parte das mulheres/mães e donas-de-casa, também o Estado usufrui da organização sexuada da reprodução e se apropria dos tempos sociais femininos. Ao valorizar a família e defini-la como centro das políticas sociais, o Estado reproduz a ideologia patriarcal a que identifica e associa família a mulher. Quer dizer, corporifica a família na mulher (2010, p. 8).

A imagem cotidiana de que partimos no início desta pesquisa – mulheres onipresentes nos serviços de saúde, no contexto de sua precarização – ganha sentido como parte de uma totalidade dialética, a dinâmica da reprodução social capitalista e patriarcal. No caso das políticas sociais de saúde - mas que poderíamos aplicar também a outras políticas sociais - *este tempo social das mulheres na reprodução privada é uma mediação da ação do Estado monopolista periférico, tendencialmente acirrada em contextos de crise.* A apropriação deste tempo social na engrenagem da política de saúde, subordinando-o à dinâmica de reprodução social ampliada, revela-se como uma tendência das políticas sociais do Estado monopolista periférico.

Essa tendência das políticas sociais do Estado monopolista periférico se traduz, do ponto de vista da realidade cotidiana, em uma expressão particular de espoliação, aquela que alveja o tempo social improdutivo das mulheres das classes subalternas, para submetê-lo às necessidades a reprodução da força de trabalho. O que se apresenta na perspectiva das sujeitas como uma falha na sua ação é, em verdade, expressão da arquitetura das políticas sociais de saúde do Estado capitalista periférico.

O tempo social dos cuidados, objetivamente atribuído às mulheres, e socialmente naturalizado como forma própria de sua existência social, é um recurso do Estado capitalista e patriarcal, particularmente nas economias dependentes. Problematisamos, a partir das reflexões que fizemos nas sucessivas aproximações com nosso objeto de estudo, que este tempo social é o recurso coletivo perdido das análises sobre a disputa do fundo público.

Donde outra contradição: as formas arcaicas e modernas de acaparação do fundo público para os interesses privatistas, no caso particular da política de saúde, fazem da universalização do acesso uma aparência, confrontada no movimento do real pelas tendências estruturais de incorporação de atividades realizadas pelas mulheres na esfera doméstica da reprodução social, de suas estratégias formais e informais de sobrevivência, como parte da ação do Estado para sustentar a precariedade e o caráter restritivo como condição de implementação da política.

A captura das tarefas e encargos da reprodução social, realizadas pelas mulheres na esfera doméstica, é uma tendência estrutural do Estado capitalista nas economias periféricas, alçada sob a hegemonia neoliberal ao modelo de política. É o que apreendemos da investigação deste processo na particularidade da atenção à saúde. Uma universalização e socialização estruturais sempre estão sempre a fugir do horizonte em um sistema de saúde convertido em SUS possível, executado dentro de recursos orçamentários cada vez mais exíguos, e de medidas de privatização que correm no interior do próprio sistema, derruindo seus princípios universalistas.

Pari passu, a disseminação e incorporação, no arcabouço da política, de conceitos de “cuidado com o território”, de envolvimento comunitário e, principalmente, de participação da família nos diferentes níveis de atenção da política, é a estratégia de produção de consenso que, eivada de conteúdos contraditórios, legitima as ações ao mesmo tempo em que invisibiliza o interesse material concreto em causa: a apropriação do tempo social das mulheres para fins de reprodução da ação do Estado, rebaixando seus custos, mantendo os padrões mínimos de reprodução social humana, conformando uma ação cada vez mais residual.

O receituário neoliberal traveste este mecanismo estruturante de uma nova racionalidade, sofisticando-a sob a estratégia de focalização orientada à ampliação do “acesso” para os “mais vulneráveis” e forja novos consensos em torno das ideias de participação da família e de humanização do atendimento. Sob discurso da aproximação com as famílias, as políticas sociais de corte neoliberal capturam o tempo e o trabalho das mulheres na reprodução social, aquelas que, dadas as determinações da divisão sexual do trabalho, são as que no cotidiano sustentam o “trabalho doméstico da saúde” (CRESSON, 2006).

Na particularidade do Estado brasileiro, o ajuste aciona um mecanismo estruturante da formação do Estado nas economias dependentes – a manutenção de grande parte dos encargos da reprodução social sobre a própria classe trabalhadora, por meio da participação das mulheres.

Esta tendência pode ser observada em todos os níveis de atenção, mas aqui enfocamos a atenção básica em saúde. São os serviços de atenção básica, conformados pelas Unidades Básicas de Saúde e pelo rol de ações das Equipes de Saúde da Família, aqueles mais próximos da população, criados para atender às demandas cotidianas de saúde de maneira mais próxima à população, constituindo-se em porta de entrada dos(as) usuários(as) no sistema.

No contexto de crise do capital e das medidas restauracionistas levadas a termo para superá-la, traduzidas do ponto de vista das políticas sociais do Estado capitalista periférico em redução de seu escopo e liberação do fundo público para o “socorro” ao capital, o que se aponta tendencialmente é a ampliação do tempo social das mulheres na esfera da reprodução social privada com compensação da ação pública. A apropriação do tempo social das mulheres constitui a outra face da espoliação do fundo público e, com ele, do direito à saúde.

A atenção às necessidades de reprodução da força de trabalho, por meio de políticas sociais, baseia-se, a um só tempo, na atenção a necessidades frente exploração assim como àquelas geradas pelas expropriações a que são submetidas a classe trabalhadora e numa forma particular de apropriação: a captura do tempo social improdutivo das mulheres dos setores mais pauperizados das classes subalternas, que conformam a superpopulação latente ou mesmo estagnada, nos termos de Marx, para implementação de políticas sociais voltadas para atender às necessidades de reprodução social da força de trabalho, reduzindo-a aos mínimos patamares. Assim fazendo, o Estado patriarcal capitalista libera o fundo público para atender aos interesses de reprodução do capital – da qual o fundo público participa em tendência progressiva, especialmente nos contextos de crise – ao passo em que reduz sua destinação para a reprodução da força de trabalho, por meio de políticas sociais. A apropriação deste tempo pelo Estado capitalista periférico constitui, nestes termos, uma mediação da expropriação do fundo público para os interesses do capital.

O tempo social improdutivo das mulheres capturado pelo Estado passa, assim, a conformar a fração invisibilizada do fundo público que participa do processo de reprodução da força de trabalho. Esta invisibilização deita raízes nas relações sociais de sexo que naturalizam a apropriação do tempo deste grupo social no interior das famílias, naturalizando também as expressões de seu uso pelo Estado, nos serviços públicos e em outras ações que extrapolam suas fronteiras, como vimos no caso das iniciativas de promoção da saúde na atenção básica.

A expropriação da mais-valia social que conforma o fundo público, por exemplo, com a redução do orçamento das políticas sociais e na sua precarização, tem como contra-face o acionamento e a disposição, pelo Estado, do tempo social improdutivo das mulheres das

classes subalternas na reprodução social doméstica para a implementação e a dinamização cotidiana das políticas sociais, incluindo sua cobertura, acesso e resultados.

O trabalho doméstico e de cuidados na reprodução social, desta forma, migra para a esfera pública da ação do Estado, conformando um dos alicerces da política social do Estado monopolista periférico. É a tendência que se revela na particularidade das políticas de saúde, tratadas neste trabalho como uma mediação da ação do Estado na reprodução da força de trabalho. Trata-se, na contemporaneidade, do braço da ação estatal mais presente no cotidiano das classes subalternas, assim como as políticas assistências de transferência de renda, e que exige, para sua consecução, fundamentalmente, o investimento em força de trabalho vivo, especialmente no que diz respeito à atenção básica.

Ao se utilizar deste tempo social, o Estado infirma sua tendência histórica e estrutural, no capitalismo dependente, de atenção às necessidades de reprodução das classes subalternas em patamares rebaixados, por meio de políticas de baixo custo. O que se agrava se considerarmos que esta ação já é uma resposta a problemas gerados pela superexploração do trabalho, numa de suas expressões essenciais, a manutenção dos níveis de reprodução da força de trabalho abaixo de suas necessidades de reprodução vital.

Vale ressaltar uma dessas expressões, presentes no cotidiano das classes trabalhadoras, a mortalidade infantil. Para enfrentá-la, nas décadas de 1970 e 1980, foram amplamente difundidas campanhas voluntárias de uso do soro caseiro (“uma colher de sopa de açúcar, uma pitada de sal) para enfrentar os processos agudos de desidratação provocado pela subnutrição. Tais campanhas, capitaneadas pelas Pastorais da Criança, arregimentavam uma legião de mulheres voluntárias que percorriam bairros populares ensinando as receitas às mães, “conscientizando-as”, pesando as crianças em tecnologias que se utilizavam de utensílios domésticos etc. Este tipo de ação é posteriormente incorporado ao rol de ações da atenção básica, sem que as atividades voluntárias das pastorais não tenham cessado. Tais campanhas incorporavam, como parte de sua ação, elementos de controle da vida sexual e reprodutiva das mulheres das classes subalternas, atuando, também desta maneira, para a regulação da reprodução da população: uma função também precípua do Estado monopolista.

Podemos evocar que as transferências de renda do Bolsa Família, atreladas a condicionalidades de saúde e educação infantil, reatualizam a disposição pelo Estado do tempo social das mulheres, mantendo o alcance de indicadores básicos com investimentos menores do que os necessários para ampliar a estrutura de educação básica do país, como está amplamente demonstrado.

Duas tendências assim se revelam como forma particular de ação do Estado capitalista monopolista periférico: a intervenção sobre problemas sociais relacionados à reprodução vital da força de trabalho com medidas de baixíssimo custo e a arregimentação da força de trabalho não remunerada, e a intrínseca apropriação do tempo social improdutivo das mulheres das classes subalternas. Improdutivo para a produção de mais-valor, esse tempo se mostra essencial para a ação do Estado na reprodução social. Mostra-se, portanto, um tempo social vital para a reprodução das relações sociais capitalistas, do ponto de vista material e do ponto de vista da produção de fortes consensos sociais.

Estado capitalista é patriarcal na medida em que para cumprir sua função de classe atua, ao mesmo tempo, na reprodução das relações sociais de sexo e de suas mediações essenciais: a divisão sexual do trabalho, que estrutura a própria ação do Estado. A atribuição majoritária às mulheres do trabalho doméstico não remunerado nas relações sociais de sexo é funcional às políticas sociais do Estado capitalista periférico. O Estado mobiliza, em sua política social, mecanismos de apropriação coletiva do tempo das mulheres e para isso vale-se das relações de exploração-dominação estabelecidas pelas relações sociais de sexo. Longe de uma dimensão moral, o caráter patriarcal do Estado se revela neste interesse material concreto, que só pode vir a existir, porém, por mecanismos de produção do consenso que, no caso das mulheres, navegam sempre entre consenso e coerção.

Na apropriação do tempo social improdutivo das mulheres se expressa a imbricação entre patriarcado e capitalismo no processo de reprodução das relações sociais. Vale destacar que a manutenção deste encargo não remunerado sobre as mulheres pressupõe a reprodução das relações sociais de sexo. Ademais, toda a pressão social que as ideologias que reforçam a responsabilização das mulheres pelo bom zelo das crianças, incluindo-se a boa gestão do reduzido orçamento doméstico. A maternidade, entre as classes subalternas racializadas, é uma das experiências sociais mais controladas e reguladas, por coerção e consensos, exercidos pelo próprio Estado e suas instituições, seja pela rede familiar, de vizinhança. Qualquer suspeição de mau exercício desta tarefa é alvo de forte reação social, especialmente para aquelas mães sujeitas ao controle do Estado e seus mecanismos – serviços de saúde, conselhos tutelares, transferências de renda do bolsa família, dentre outros - por serem beneficiárias de suas políticas.

Revela-se, assim, o caráter sexista e classista, indissociável, do Estado, apoiado em diferentes mecanismos de coerção e consenso. Esta tendência corrobora o que afirma Nogueira (2011), quando afirma que “o peso imposto pelo “sistema do capital” sobre as mulheres para que haja a manutenção da família nuclear é enorme” (p. 191), mesmo quando

família nuclear deixa de ser o modelo predominante, donde concluímos que é a perpetuação da divisão sexual do trabalho e da atribuição majoritária do trabalho doméstico não remunerado às mulheres, que interessa como elemento de sobrevivência e reprodução do capital.

Em síntese, podemos afirmar com Oliveira (2003), que a conversão das mulheres mais pauperizadas da classe trabalhadora em demiúrgas das políticas sociais e a apropriação de seu tempo social é uma forma particular da exceção que constitui a intervenção do Estado monopolista periférico. Onipresentes nos serviços de saúde; nas filas de escolas em busca de vagas; cuidando de crianças em suas próprias casas, convertidas em creches populares; sujeitos principais, individual e coletivamente, de lutas pela melhoria nas condições de reprodução da vida, em seus mínimos. Não se trata de que o capitalismo dependente careça de sentido civilizatório ou padeça de um problema moral, como dissemos no primeiro capítulo: trata-se de um interesse material em jogo, a apropriação de um imenso *quantum* de tempo social que, simultaneamente, alivia o capital e libera o fundo público.

O neoliberalismo materializa o último estágio desta captura¹¹⁵. O artifício ideológico é a centralidade dada à família nos processos de implementação das políticas sociais. A contrarreforma neoliberal à brasileira expressa a articulação entre o arcaico e o moderno na ação do Estado, nutrindo, assim, o “ornitorrinco”¹¹⁶ – figura utilizada por Francisco de Oliveira como imagem da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2013).

O tempo perdido das mulheres é o tempo descoberto pelo capital, e por seu Estado, como recurso, em termos de trabalho e saberes, para a realização de suas políticas sociais. Podemos, assim, considerá-lo como parte do fundo público que, capturado pelo Estado, permite liberar os recursos financeiros da “mais-valia social” gerida pelo Estado para o capital. O Estado economiza na reprodução da força de trabalho ao apropriar-se deste tempo social improdutivo na reprodução social privada que passa, então, a ser vital, constituinte, da reprodução social na esfera pública.

¹¹⁵ Fazendo nossas as palavras de Oliveira (2006), “de nada nos adianta agredir a realidade: neoliberalismo, neocolonialismo, são termos aquém da tragédia” (p. 247).

¹¹⁶ O ornitorrinco é uma das sociedades mais desigualitárias (...) apesar de ter experimentado as taxas de crescimento mais expressivas em período longo; sou tentado a dizer com elegância francesa, *et por cause*. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. A primeira sustentou uma forma de acumulação que financiou a expansão, isto é, o subdesenvolvimento, conforme interpretado neste Crítica à Razão Dualista, mas combinando-se com a segunda produziu um mercado interno apto apenas a consumir cópias, dando como resultado uma reiteração não virtuosa (OLIVEIRA, 2013, p. 143).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se aparência e essência coincidissem, toda ciência seria supérflua”: eis a premissa materialista e dialética do conhecimento da qual partem os estudos críticos da realidade social, tributários do método marxiano. Que metade da humanidade sustente com seu tempo a reprodução diária da humanidade inteira, constitui uma problemática que apenas há cinco décadas se inscreveu como objeto da teoria social, levada a termo pela teoria crítica feminista. Esta crítica se erige com o questionamento de que, no que diz respeito às mulheres e seu trabalho não remunerado, a aparência sempre e tanto tenha bastado.

Nossa investigação partiu de uma imagem “trivial”: são as mulheres, cotidianamente, que realizam o trabalho de cuidados na esfera doméstica e constituem a maioria nos serviços de saúde de atenção básica, a quase totalidade das acompanhantes nos hospitais, e aquelas sobre quem pesa, inclusive por orientação dos serviços e das políticas sociais, orientações, encargos e atividades de “manutenção e cura” na esfera doméstica. Não se trata de uma questão inédita, mas que é objeto de uma importante produção teórica e de uma histórica denúncia do movimento feminista.

Seguindo esta trilha, buscamos desvelar as determinações conjunturais e estruturais que explicam a permanência do trabalho doméstico não remunerado sobre um determinado grupo social, as mulheres, e a mediação deste trabalho não apenas na sustentação e reprodução da vida privada, na esfera familiar, mas no enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social por meio de sua captura pelo Estado. Sua tentativa singular de contribuição consistiu em buscar apreender esta problemática inserida na totalidade das relações sociais, sob as determinações estruturais e conjunturais do capitalismo neoliberal e como uma dimensão estruturante do Estado capitalista e patriarcal, na particularidade dos países periféricos.

O percurso traçado nesta tese partiu da interrogação sobre o significado sócio histórico do tempo das mulheres no âmbito das relações sociais que se produzem e reproduzem na sociedade regida pela ordem do capital, marcada por uma rígida divisão social e sexual do trabalho. Não sendo um tempo de trabalho produtivo, gerador de mais-valia, qual uso a sociedade e o Estado fazem do tempo social das mulheres?

Em particular, nos interrogamos sobre o fato de que permaneçam sendo as mulheres aquelas que, no cotidiano, realizando o “trabalho doméstico de saúde” (CRESSON, 2006), lidam, com seu tempo e energia, com os impactos da precariedade dos serviços de atenção à saúde no contexto da mundialização neoliberal e na particularidade do capitalismo periférico.

No contexto de crise e restauração capitalista, as mulheres emergem como “sujeitos da crise” (DUQUE-ARRAZOLLA, 2004) seja no trabalho remunerado, como “mulheres de serviços” (FALQUET, 2014) seja no trabalho doméstico não remunerado, despendendo seu tempo e energia corporal com os encargos gerados pela degradação das condições de vida e pela forma particular de ação do Estado.

No caso particular da saúde, a utilização do tempo social das mulheres permanece como uma mediação imprescindível em todo o arcabouço da política. Evidência da permanência da divisão sexual do trabalho e de sua funcionalidade para a estruturação do Estado capitalista e expressão mesma da conformação deste Estado como patriarcal, na medida em que não só atua para reproduzir, como reproduz-se, ancorado nesta particular forma de divisão social do trabalho.

Há uma significativa literatura produzida sobre o caráter familista das políticas sociais, cujo enfoque se volta para a transferência de encargos do Estado para as famílias, expresso em diversas políticas sociais, em particular aquelas desenvolvidas sob o ideário e o financiamento das instituições multilaterais nos anos 1990, como parte dos processos de contrarreforma neoliberal, não revertidos, antes transmutados, no período dos chamados governos neodesenvolvimentistas. Grande parte destes estudos realizam uma análise das políticas sociais, e do Estado, a partir das teorias do “bem-estar”. Nesse sentido, o caráter familista das políticas sociais é apreendido a partir do que o Estado brasileiro não é, e nunca foi: um Estado de Bem-Estar. Na nossa investigação, buscamos nos aproximar das determinações que explicam a captura do trabalho não remunerado das mulheres na esfera privada da reprodução social pelo Estado neoliberal, a partir da particularidade de sua conformação nas economias de dependência imperfeita (OLIVEIRA, 1984).

Ancoradas teoria feminista materialista, nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho na particularidade do país e na análise da relação entre Estado e reprodução social na “economia da dependência imperfeita”, fomos levadas a problematizar que a apropriação deste tempo social é uma dimensão estrutural, não apenas conjuntural, do Estado capitalista-patriarcal periférico. A captura do tempo social das mulheres pelo Estado para fins de implementação das políticas sociais constitui uma expressão da condição de “exceção” que marca o desenvolvimento capitalista no país, no qual os custos de reprodução da classe trabalhadora são assumidos pelos próprios trabalhadores, tal como analisado por Francisco de Oliveira, nos anos 1970.

A pesquisa que empreendemos nesta tese, no esteio de estudos anteriores, conclui que a apropriação sistemática do tempo deste grupo social é, a um só tempo, um elemento de

sobrevivência (reprodução) das relações sociais de sexo e de classe e uma mediação estruturante da ação do Estado nas sociedades periféricas.

A reprodução social, entendida como reprodução da força de trabalho e sustentação do cotidiano, é largamente ancorada no trabalho não remunerado das mulheres na esfera doméstica, por meio de atividades que são incorporadas e estendidas aos serviços de saúde os quais chegam, inclusive, a ser organizados com base nesta mesma lógica, no que diz respeito à atenção básica e às ações de promoção.

As mulheres dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora não aportam pela mera retração do Estado; elas são, por via dos cuidados e “encargo físico dos membros do grupo” (GUILLAUMIN, 2014) a mediação entre ação do Estado e sujeitos a quem se destinam. A precarização das políticas sociais impacta, sobremaneira, as mulheres, ampliando o tempo despendido na busca por atendimento nos serviços e em outras tarefas inerentes à manutenção do cotidiano das famílias.

Nosso estudo nos leva a afirmar que estes encargos não apenas se agravam com o desmonte das políticas sociais sob o Estado neoliberal, com seus corolários: privatização, focalização e precarização das políticas sociais; eles são o pressuposto deste desmonte: o Estado neoliberal, sempre e quando, pode recorrer ao tempo social improdutivo “disponível” das mulheres das classes populares. A ação do Estado, nas economias periféricas, se erige considerando a disponibilidade deste tempo social improdutivo, crucial para a manutenção da esfera reprodutiva, e na sua apropriação sistemática e permanente. Esta estratégia não é um apanágio neoliberal: o neoliberalismo atualiza uma relação constituinte do Estado capitalista como um estado patriarcal, estruturado pela divisão sexual do trabalho. É, com efeito, um apanágio do Estado monopolista periférico.

O que pudemos desvelar a partir das sucessivas aproximações com nosso objeto de estudo, e da análise das organização e da dinâmica dos serviços de atenção básica em saúde, como mediação do Estado na reprodução social, é que a orientação dos serviços de saúde direcionada primordialmente às mulheres, repousa em um *interesse material concreto*: a apropriação do tempo social e das práticas constituintes da reprodução social doméstica convertidos, por processos materiais e ideológicos, em mecanismo de ação do Estado.

O discurso da humanização e da participação familiar tornam o serviço de saúde, e o trabalho social em saúde, cada vez mais próximo das características historicamente associadas ao “trabalho doméstico da saúde” realizado pelas mulheres, de maneira não remunerada, no interior das famílias. A apropriação do tempo, dos saberes e das práticas de cuidado familiares das mulheres são definidas como eixos fundamentais da atenção básica e da promoção em

saúde, focadas sobre os aspectos comportamentais e nas responsabilidades individuais com as práticas preventivas.

A captura das tarefas e encargos da reprodução social, realizadas pelas mulheres na esfera doméstica, revela-se uma tendência estrutural do Estado capitalista nas economias periféricas, alçada sob a hegemonia neoliberal ao modelo de política.

Para apreender a relação estabelecida entre Estado e as mulheres na implementação das políticas de saúde, nossa investigação partiu das condições materiais de produção e reprodução do viver em um determinado contexto e, enfocando, em particular, as relações cotidianas estabelecidas entre as mulheres e o serviço de saúde.

A análise das dinâmicas cotidianas de reprodução social na localidade de Monte Verde aponta para um *continuum* entre encargos assumidos pelas mulheres e ação do Estado; ao tempo apropriado nas relações sociais de sexo através dos diferentes encargos com a reprodução biopsicossocial na vida prosaica e corriqueira na esfera familiar - tempos, saberes, atividades e rotinas – se somam os encargos com a reprodução social coletiva, gerados pela ausência ou mesmo pela orientação do Estado.

Identifica-se, também, um *continuum* dos cuidados entre mulheres de diferentes gerações determinadas pela condição contraditória das mulheres no mundo do trabalho: sua inserção no trabalho remunerado precário e a permanência dos encargos com o trabalho doméstico não remunerado. No contexto brasileiro, as tensões geradas pelas exigências da inserção das mulheres no trabalho remunerado, são enfrentadas por novas formas de repartição deste trabalho entre mulheres, pela inserção precária no trabalho remunerado e, ainda, pela via do mercado de serviços a baixo custo majoritariamente realizados por mulheres (diaristas, serviços remunerados a baixo custo, “creches” populares).

As tendências da contrarreforma na saúde se particularizam no plano das estratégias de prevenção e promoção da saúde, promovidas, sobretudo, no âmbito da atenção básica, no acentuado caráter restritivo das ações diante das expressões estruturais da desigualdade social - *déficit* estrutural das políticas básicas de promoção da saúde, a exemplo do saneamento; precariedade da moradia; do acesso e da qualidade da água; e da necessidade cotidiana de serviços de apoio à reprodução social, a exemplo de creches e cuidados com pessoas idosas. A crise sanitária que atingiu o Estado de Pernambuco, no período de 2015-2016, com o surto de epidemias de arboviroses (dengue, *zika* e *chikungunya*) é reveladora deste conjunto de determinações estruturais que redundam no ocaso da política.

Nos contextos de crise de barbarização da vida social, as mulheres são convocadas a agir nas ações de promoção e prevenção da saúde. Tais ações, realizadas no nível da atenção

básica, enfatizam as práticas individuais, a mudança de comportamentos, e o engajamento da população no “cuidado do território”. Diante destas tendências, a implementação precária dos serviços tem como contra-face, na reprodução social cotidiana, seja nos contextos de normalidade precária, seja nos contextos de crise (como no caso das epidemias), a manutenção de processos de cuidado, prevenção e redução dos danos, no âmbito da família e, nesta esfera, como parte dos encargos que constituem “o trabalho doméstico de saúde” (CRESSON, 2006).

Como ponto de chegada, concluímos que sem a apropriação deste tempo das mulheres, a política social do Estado monopolista periférico e, em particular, sob a hegemonia neoliberal, não se sustentaria. Esta captura do tempo social das mulheres na esfera da reprodução social doméstica não é um epifenômeno da implementação das políticas de saúde e outras políticas sociais; é, antes, uma mediação constitutiva das políticas sociais no capitalismo, acentuadas no período de hegemonia neoliberal e acirradas no contexto de crise e restauração do capital, como o vivenciado no Brasil hoje. Este tempo, esta força de trabalho não remunerada, é a “mão invisível” do Estado nas “economias de dependência imperfeita” (OLIVEIRA, 1984).

O tempo social improdutivo das mulheres capturado pelo Estado passa, assim, a conformar a fração invisibilizada do fundo público que participa do processo de reprodução da força de trabalho. Esta invisibilização deita raízes nas relações sociais de sexo que naturalizam a apropriação do tempo deste grupo social no interior das famílias, naturalizando também as expressões de seu uso pelo Estado, nos serviços públicos e em outras ações que extrapolam suas fronteiras, como vimos no caso das iniciativas de promoção da saúde na atenção básica.

A expropriação da mais-valia social que conforma o fundo público, por exemplo, com a redução do orçamento das políticas sociais e na sua precarização, tem como contra-face o acionamento e a disposição, pelo Estado, do tempo social improdutivo das mulheres das classes subalternas na reprodução social doméstica para a implementação e a dinamização cotidiana das políticas sociais, incluindo sua cobertura, acesso e resultados.

O trabalho doméstico e de cuidados na reprodução social, desta forma, migra para a esfera pública da ação do Estado, conformando um dos alicerces da política social do Estado monopolista periférico. É a tendência que se revela na particularidade das políticas de saúde, tratadas neste trabalho como uma mediação da ação do Estado na reprodução da força de trabalho. Trata-se, na contemporaneidade, do braço da ação estatal mais presente no cotidiano das classes subalternas, assim como as políticas assistências de transferência de renda, e que

exige, para sua consecução, fundamentalmente, o investimento em força de trabalho vivo, especialmente no que diz respeito à atenção básica.

Ao se utilizar deste tempo social, o Estado infirma sua tendência histórica e estrutural, no capitalismo dependente, de atenção às necessidades de reprodução das classes subalternas em patamares rebaixados, por meio de políticas de baixo custo. O tempo perdido das mulheres é o tempo descoberto pelo capital, e por seu Estado, como recurso, em termos de trabalho e saberes, para a realização de suas políticas sociais. Podemos, assim, considerá-lo como parte do fundo público que, capturado pelo Estado, permite liberar os recursos financeiros da “mais-valia social” gerida pelo Estado para o capital. O Estado economiza na reprodução da força de trabalho ao apropriar-se deste tempo social improdutivo na reprodução social privada que passa, então, a ser vital, constituinte, da reprodução social na esfera pública.

O futuro imediato aponta o aviltamento desta apropriação. O golpe jurídico-parlamentar-midiático¹¹⁷ que resultou na deposição da Presidenta eleita e na ascensão ao poder de uma coalização conservadora orientada por um programa de austeridade liberal, que vem sendo imposto como “doutrina do choque”, nos termos de Naomi Klein (2008), desfere sucessivos e velozes desmontes nas políticas e retrocessos nos direitos sociais, o fim da legislação do trabalho e o acaparamento do fundo público para os interesses privatistas.

À política de saúde foram reservados ataques profundos nesta conjuntura, como a aprovação, como parte de seu pacote de austeridade e ajuste fiscal do Estado, de uma Emenda Constitucional que congela por 20 anos o investimento social em educação e saúde. A Emenda foi aprovada pelo parlamento (EC 95), ferindo de morte o Sistema Único de Saúde – SUS.

Na encruzilhada deste tempo histórico, em que “tudo que é sólido desmancha no ar”, quando o aprofundamento e aviltamento da questão social já se fazem sentir no cotidiano da sociedade brasileira, em particular no das classes subalternas, pesarão ainda mais sobre as mulheres a sustentação da reprodução social cotidiana, das expressões da questão social que a ela se ligam, e do próprio Estado sob uma ofensiva patriarcal e capitalista em sua “radicalidade neoliberal renovada” (SCHILD, 2017, p. 100).

Os ombros das mulheres seguirão suportando os desmontes no mundo.

A ofensiva capitalista patriarcal avança prescindindo dos canais de legitimação da democracia burguesa, com formas de acaparação irrestrita do fundo público para a reprodução

¹¹⁷ Cf. JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

do capital e políticas residuais, focalistas, para os mais pobres; os mecanismos dominantes de produção de consensos acionam o mais profundo conservadorismo, reeditam os apelos familistas e maternalistas e reavivam as ideologias fascistas.

No contexto de crise do capital e das medidas restauracionistas levadas a termo para superá-la, traduzidas do ponto de vista das políticas sociais do Estado capitalista periférico em redução de seu escopo e liberação do fundo público para o “socorro” ao capital, o que se aponta tendencialmente é a ampliação do tempo social das mulheres na esfera da reprodução social privada com compensação da ação pública. A apropriação do tempo social das mulheres constitui a outra face da espoliação do fundo público e, com ele, do direito à saúde.

Temos ciência que os achados desta tese constituem sínteses provisórias e parciais, que requerem aprofundamento no sentido de desvelar outras mediações que aqui não pudemos apreender. Esperamos que, apesar de seus limites, possam oferecer reflexões para os estudos sobre Estado e políticas sociais, considerados a partir das determinações relacionadas à exploração-dominação capitalista e patriarcal. O que pudemos desvelar até aqui nos instiga a seguir na pesquisa interessada em apreender as mediações entre tempo e trabalho das mulheres na reprodução social, Estado e acumulação do capital, ancoradas na teoria do valor marxiana e no seu enriquecimento pela teoria feminista.

Neste momento histórico, perscrutar a ofensiva do capital sobre o trabalho e os Estados, em um contexto de movimentos sociais combalidos, nos parece o desafio teórico e político do nosso tempo. O método dialético nos ensina que só retrospectivamente poderemos apreender, nas suas determinações múltiplas, o que hoje se apresenta como perplexidade do momento histórico. O pássaro de Minerva lança voo ao final do dia.

“El tiempo está después”.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002.
- ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2010.
- ANGELIS, Massimo de. **Marx and primitive accumulation: the continuous carácter of capital's “enclosures”**. 2001. Disponível em: <
<https://homepages.uel.ac.uk/M.DeAgnelis/PIMACCA.htm>. Acesso em: 04/09/2017.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARANGO, Luz Gabriela. Cuidado, emoções e condições de trabalho nos serviços estéticos no Brasil. In: In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo: 2016, p. 223-232.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÃES, Bruno José Rodrigues. Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, A.; ÁVILA, B.; SILVA, R.; SOARES, V.; FERREIRA, V. (Org.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: Edições SOS Corpo, 2010, p. 83-114.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E FUNDAÇÃO ANFIP DE ESTUDOS DA SEGURIDADE SOCIAL E TRIBUTÁRIO. **Análise da Seguridade Social 2015**. Brasília: ANFIP, 2016.
- ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ÁVILA, Maria Betânia. **Reflexões sobre o desenvolvimento da crise capitalista e as lutas feministas contra a exploração e a dominação**. Recife: Edições SOS Corpo, 2013, no prelo.
- ÁVILA, Maria Betânia. Tipos e qualidade dos serviços públicos de assistência à saúde da mulher. In: **Seminário “A reprodução do gênero nos espaços público e privado”**. Recife: Núcleo de Estudo e Pesquisa Sobre a Mulher, 1990.

ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, n. 4. Recife: Edições SOS Corpo, 2011, p. 48-71.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho doméstico e trabalho remunerado no cotidiano das mulheres: uma tensão permanente**. Recife: Edições SOS Corpo; São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2014.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Uma análise feminista sobre políticas de combate à pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai**. Brasília: CFEMEA, 2014.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; ARANTES, Rivane. **Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres: uma análise crítica**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

ÁVILA, Maria Marlene Marques. Origem e Evolução do Programa Agentes Comunitários de Saúde no Ceará. In: **RBPS**, Fortaleza, 24(2): 159-168, abr./jun., 2011

BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. (Org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016, p. 43-59.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 1949. V. 1. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; SANTOS, S. M. M; MIOTO, R. C. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 44-63.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine. Rotação do Capital e Crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (Orgs.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo, Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil**. Brasília: Editora EDU-UNB, 2015.

BERTAUX, Daniel. Estructura de clases, movilidad de clases y distribución de las personas. In: **Revista Herramienta Debate y Crítica Marxista**. n. 5. 1977. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-5/estructura-de-clases-movilidad-de-clases-y-distribucion-de-las-personas>. Acesso em: 12/02/2016.

BEVEDER, Mônica Brun. Considerações sobre a Reprodução das Relações Sociais e a Produção do Espaço no Pensamento de Henri Lefebvre. In: **Marx e o Marxismo**. v. 2 n.3. Ago/Dez. 2014.

BIHR, Alain e PFEFFERKORN, Roland. **Le système des inégalités**. Paris: La Découverte, 2008.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise**. São Paulo, Boitempo, 1998.

BIHR, Alain. **Les Rapports Sociaux de Classes. Lausanne**. Suíça: Les Éditions Page deux, 2012. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/bihr_alain/rapports_sociaux_de_classes/rapports_sociaux_de_classes.pdf>. Acesso em: 11/07/2017.

BORÓN, Atílio. **Estado, Democracia e Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde. **Boletim Epidemiológico**. 2017. Disponível em: <http://combateaedes.saude.gov.br/images/pdf/2017-Dengue_Zika_Chikungunya-SE4.pdf>. Acesso em: 13/09/2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério Da Saúde/ Departamento De Atenção Básica (DAB). **Como funciona? Equipe de Saúde da Família**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_como_funciona.php?conteudo=esf>. Acesso em: 13/09/2017.

BRASIL. Senado Federal. **Promulgada emenda que prorroga desvinculação de receitas**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/08/promulgada-emenda-que-prorroga-desvinculacao-de-receitas>>. Acesso em: 13/09/2017.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: **XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. El Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional**. Guayaquil: Universidad Católica Santiago de Guayaquil, 2009.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, E.; BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; GRANEMANN, S. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CAMPOS, Maria Malta. As crianças não nascem aos sete anos. In: **Difusão de Ideias**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007.

CAMPOS, Marta Silva e MIOTO, Regina Célia T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. In: **Revista Ser Social**. Vol. 01, nº 01, 1º. Semestre, Brasília: UNB, 2003.

CAMURÇA, Sílvia. **O Patriarcado e a Situação das Mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2007, mimeo.

CARRASCO, Cristina. La Sostenibilidad de la vida humana: un asunto de mujeres? In: **Mientras Tanto**, n. 82. Barcelona: Icaria Editorial, 2001.

CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Maria Lucia; TITO, Neuza (Org.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008, p. 91-104.

CARRASCO, Cristina; BORDERIAS, Cristina; TORNOS, Teresa. Introducción. El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales. In: CARRASCO, Cristina; BORDERIAS, Cristina; TORNOS, Teresa (eds.). **El trabajo de cuidados: história, teoria y políticas**. Madrid: Catarata, 2011, p. 13-95.

CARVALHO, Lenira. **A luta que me fez crescer**. Recife: DED; Bagaço, 2000.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHABAUD-RICHTER, Danièle; SONTTHONNAX, Françoise; FOGYRROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Espace et temps du travail domestique**. Paris: Librairie des Méridiens, 1985.

CHANG, L. **As Garotas da Fábrica**. São Paulo: Intrínseca, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____ (org.). **A finança mundializada**. Trad. Paulo Nakatari e Rosa Marques. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 35-68.

CINCURÁ, Rosana Nogueira Santana. **Promoção da saúde na atenção primária: proposição de um modelo e sua aplicação na análise de ações desenvolvidas no Brasil**. 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador: UFBA, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVISKY-BULPORT et. al. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe – Relatório anual 2012**. Santiago: CEPAL, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CRESSON, Geneviève. La production familiale de soins et de santé. La prise en compte tardive et inachevée d'une participation essentielle. In: **Recherches familiales**. Paris: UNAF, 2006, p. 6-15.

CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 07-26.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. Trad. Livre. Plataforma Gueto. 2013. Disponível em: < <http://afroteca.blogspot.com.br/2013/12/mulher-raca-e-genero-livro.html>>. Acesso em: 09/09/2017.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17. Brasília: 2015, p. 99-119.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). O emprego doméstico no Brasil. In: **Estudos e Pesquisas**, nº 68. São Paulo: Dieese, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa de emprego e desemprego (PED)**. 2015. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analisePED/2014/2014EmpregoDomestico.pdf>>. Acesso em: 13/09/2017.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, ano V, n. 4. Recife: Edições SOS Corpo, 2011, p. 6-28.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Dossiê sobre abandono do SUS aponta redução de leitos e falta de remédios**. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/25/interna_brasil,714650/

dossie-sobre-abandono-do-sus-aponta-reducao-de-leitos-e-falta-de-remed.shtml. Acesso em: 31/08/2017.

DONOSO, Tiago Basílio. O Sono como Última Fronteira do Capitalismo: Três teorias em relação ao tempo livre. In: **Cadernos CEMARX**. N. 8. 2015.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O Estado e os Tempos Sociais Femininos: uma mediação da opressão de gênero das mulheres. In: **Anais Fazendo Gênero 9**. Florianópolis: UFSC, 2010.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **O Lugar das Mulheres nas Políticas de Assistência Social: Um Estudo sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI em Pernambuco**. 284 f. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2004.

DUQUE-ARRAZOLA; Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de Assistência Social. In: MOTA, A. E. (org) **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 8.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALQUET, Jules. Ce que le genre fait à l'analyse de la mondialisation néolibérale: L'ombre portée des systèmes militaro-industriels sur les « femmes globales » In: **Paru dans: Regards croisés sur l'économie, "Peut-on faire l'économie du genre?"**. 2014.

FALQUET, Jules. L' état neoliberal et les femmes: i ecas du bon élève mexicain. In: FALQUET, J.; HIRATA, H.; KERGOAT, D.; LABARI, B.; NICKY, L. F.; SOW, F. (Org.) **Le sexe de la mondialisation: genre, clase, race et nouvelle división du travail**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 36. Campinas: UNICAMP, 2013, p. 9-25.

FALQUET, Jules. **Por las buenas o por las malas: las mujeres em la globalización**. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2011.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**. v. 13, n.1-2. Londrina: UEL, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008, p. 121-142.

FALQUET, Jules. **Repensar la articulación de las relaciones sociales de sexo, clase y « raza**. 2009. Disponível em: < <https://julesfalquet.wordpress.com/selection-darticles-dautres-auteurs/>>. Acesso em: 05/09/2017.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento político e como teoria política. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, Ano VI, nº5. Recife: Edições SOS Corpo, 2012, 8-31.

FALQUET, Jules. The Traffic in Women 2.0: de la economía política de la (hetero)sexualidad a la combinatoria straight. In: Bidet, Annie, Galerand, Elsa, Kergoat, Danièle (org.). **Cahiers du Genre**, nº especial "Actualidad del feminismo materialista". 2016.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo: 2016, p. 37-46.

FALQUET, Jules. Hacia un analisis feminista y dialectico de la globalizacion neoliberal: el peso del complejo militar-industrial sobre las «mujeres globales. In: **Revista Internacional de Pensamiento Político**, n. 9. Sevilla: 2014.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulacion originaria**. España: Traficantes de Sueños, 2004.

FEDERICI, Silvia. La reproducción de la fuerza de trabajo en la economia global y la inacabada revolución femenina. In: FEDERICI, Silvia. **La inacabada revolución feminista: mujeres, reproducción social y lucha por la común**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2013, p. 23-46.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do Sexo: Um Estudo da Revolução Feminista**. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

FLORÊNCIO, Miriam; SANTOS, Maria José dos; FLORÊNCIO, Odilene. O feminismo nos deu ar. In: SILVA, Carmen (Org.) **Cirandas feministas: experiências que se entrelaçam**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

FOLBRE, Nancy. **Who pays for the kids? Gender and the structures of constraint**. New York: Routledge, 1994.

FRANCH, Mônica; BATISTA, Carla e CAMURÇA, Silvia. **Ajuste estrutural, pobreza e desigualdades de gênero. Um caderno feminista de informação e reflexão para organizações de mulheres**. Recife: Iniciativa de Gênero/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2001.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA. **Saneamento para promoção da saúde**. Disponível em: < <http://www.funasa.gov.br/saneamento-para-promocao-da-saude>>. Acesso em: 14/09/2017.

GARDINER, Jean. El trabajo doméstico de las mujeres. In: RODRÍGUEZ, Dinah; COOPER, Jennifer. **El debate sobre el trabajo doméstico: antología**. México: Universidade Nacional Autónoma de México e Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM), 2005, p. 1975, p. 92-107.

GONÇALVES, R. O pioneirismo de “A Mulher na Sociedade de Classes”. Prefácio. In: SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 27-99.

GURGEL, Cláudio. Braverman, Estado e Administração Consensual. In: **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, nº 4, artigo 4, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARTMANN, Heidi. O casamento infeliz do marxismo com o feminismo: por uma união mais progressista. In: SARGENT (Org.). **Women and Revolution**. Boston: South and Press, 1981. Versão traduzida pelo SOS Corpo.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. In: **Socialist register**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HARVEY, David. O “novo imperialismo”: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: **Socialist Register**. Julho/2003. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf>. Acesso em: 02/02/2017.

HIRATA, Helena. Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. In: CONFINS. **Revista Franco-Brasileira de Geografia. Dossiê Brasil: Potência em Questão**. n. 26. 2016. Disponível em: <<https://confins.revues.org/10754?lang=pt#quotation>>. Acesso em: 11/01/2017.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, ano III, nº 2. Recife: Edições SOS Corpo, 2009, p. 80-105.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo: 2016, p. 193-202.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? In: GODINHO, Tatau e SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 43-54.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 01/09/2017.

IANNI, Octávio. A Dialética das Relações Raciais. In: **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50. São Paulo: USP, 2004.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010135709212012572220530659.pdf>>. Acesso em: 05/09/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): síntese de indicadores 2013. In: **IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento**, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em: 05/09/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. In: **Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**, n. 32. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) – DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS (DISOC). **Indicadores de gênero e raça no mundo do trabalho**. IPEA/DISOC, 2015.

JENSON, Jane. Políticas Públicas e Investimento Social: quais as consequências para a cidadania social das mulheres? In: **Revista Estudos de Sociologia**, v.17, n.32. Araraquara: UNESP, 2012, p. 87-106.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Chuva provoca 09 mortes em Pernambuco**. 02.05.2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0205200717.htm>>. Acesso em: 02/08/2017.

KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 86. São Paulo, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22/11/2016.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. Em Defesa de uma Sociologia das Relações Sociais. In: KARTCHEVISKY-BULPORT et. al. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-26.

KERGOAT, Danièle. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KNIBIEHLER, Yvonne. **L'Histoire des mères et de la maternité en Occident**. Paris: Montalba, 1977.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURZ, Robert. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1997.

Las Patronas. Direção: Ernesto Contreras. Produção: HBO. México: HBO, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DWcRz9AaT4U>>. Acesso em: 11/10/2016.

LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 4, n. 2. Florianópolis: UFSC, 1996, p. 464-479.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

LINHART, Danièle. Introduction générale: le contrat de travail salarié: un quiproquo fundamental. In: LINHART, Danièle; MOUTET, Aimée. **Le travail nous est compté: la construction des normes temporelles du travail**. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

LOPES DA SILVA, Maria Lúcia. **(Des) Estruturação do Trabalho e Condições para a Universalização da Previdência Social no Brasil**. 2011. 359 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2011.

LOVELL, Terry. Teoria social feminista. In: TURNER, Bryan S. **Teoria social**. Alges, Portugal: Difel, 1996.

LUGONES, María. **Colonialidad y género**. In: Tabula Rasa, n. 9. Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2008, p. 73-101.

LUXEMBURGO, Rosa. **La acumulación del capital**. Disponível em: <http://grupgerminal.org/?q=system/files/LA+ACUMULACI%C3%93N+DEL+CAPITAL.pdf>. Acesso em: 23/11/2016.

MACKINTOSH, Maureen. Gender and economics: The sexual division of labour and the subordination of women. In: YOUNG, Kate; WOLKOWITZ, Carol and MCCULLAGH, Roslyn. **Of marriage and the market: Women's subordination internationally and its lessons**. London, England: Routledge, 1984. p. 3-17.

MANDEL, E. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MARCONDES, Mariana Mazzini. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré Editorial, 2013, p. 251-279.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini. 1990. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 57-134.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATHIEU, Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceituação da relação entre sexo e gênero. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 175-222.

MATHIEU, Nicole-Claude. Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leur interprétations en ethnologie. In: MATHIEU, N. (Org.) **L'arrondissement des femmes** — Essais en anthropologie des sexes. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MELO, Ana Paula Lopes de. **“Mulher Mulher” E “Outras Mulheres”: gênero e homossexualidade(s) no Programa de Saúde da Família**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 2010.

MIES, Maria. **Patriarchy & Accumulation on a World Scale: women in the international división of labour**. London: Zed Books Ltda., 1986.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; SANTOS, S. M. M; MIOTO, R. C. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 130-149.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; DAL PRÁ, Keli Regina. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, Regina Célia; CAMPOS, Marata Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 147-178.

MOLYNEUX, Maxime. Más allá del debate sobre el trabajo doméstico. In: RODRÍGUEZ, Dinah; COOPER, Jennifer. **El debate sobre el trabajo doméstico: antología**. México: Universidade Nacional Autónoma de México e Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM), 2005, p. 13-51.

MORAES, M. L. Q. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. In: **Revista Margem Esquerda**, n. 2. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 95-111.

MOTA, A. E; AMARAL, A. S. do; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). **Ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, Desenvolvimentismo e as Tendências das Políticas Sociais no Brasil e na América Latina. In: **Configurações** [Online] 10, 2012. Disponível em: <http://configuracoes.revues.org/1324>. Acesso em 08 de março de 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. In: DAVI, Jordeana; Cláudia, MARTINIANO; PATRIOTA, Lúcia Maria (Orgs.). **Seguridade social e saúde: tendências e desafios**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. In: VARELA, Raquel. **A segurança social é sustentável**. Lisboa: Bertrand editora, 2013. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.anaelizabete-mota.pdf>. Acesso em: 07/05/2017.

MOURA, Rivânia. **Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho**. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Oração a São Paulo: a tarefa da crítica. In: RIZEK, Cibele Saliba e ROMÃO, Wagner de Melo. **Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. Passagem na neblina. In: OLIVEIRA, Francisco de; STÉDILE, João Pedro; GENOINO, José. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle e LANPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAREDES, J. **Hilando fino desde el feminismo comunitário**. Bolívia: Mujeres Creando, 2008.

PAULANI, Leda Maria. Quando o medo vence a esperança: um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula. In: **Revista Crítica Marxista**. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 11-26.

PAUTASSI, Laura. Del “boom” del cuidado al ejercicio de derechos. In: **Sur - Revista Internacional de Derechos Humanos**, v.13 n.24. Buenos Aires: Conectas, 2016, p. 35 – 42.

PEREZ OROZCO, Amaia. **Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados**. Texto editado por: Consejo Económico y Social. 2006. Disponível em: <<https://porunavidavivable.files.wordpress.com/2012/09/perez-orosco.pdf>>. Acesso em: 09/09/2017.

PFEFFERKORN, Roland. **Genre et rapports sociaux de sexe**. Paris: Editions Page deux, 2012.

PICCHIO, Antonella. La reproducción social y la estructura básica del mercado laboral. In: CARRASCO, Cristina; BORDERIAS, Cristina; TURNS, Teresa (eds.). **El trabajo de cuidados: historia, teoría y políticas**. Madrid: Catarata, 2011, p. 122-144.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

PORTELLA, Ana Paula. **Como morre uma mulher**. Análise da violência letal contra as mulheres em Pernambuco. 2014. 394 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2014.

PORTELLA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. Políticas sociais de saúde: uma questão de gênero? O caso das agentes comunitárias de saúde do município de Camaragibe/PE. In: **Cadernos SOS Corpo**, v.3. Recife: SOS Corpo, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

PREFEITURA DO RECIFE – PCR. **E como estão as desigualdades de gênero no Programa Saúde da Família? Projeto de pesquisa**. Recife: Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife, USP-FM/DMP, SOS Corpo, FAGES/UFPE, 2003.

PREFEITURA DO RECIFE – PCR. **Novo padrão no atendimento básico de saúde com 3 novas Upinhas 24h**. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/novo-padrao-no-atendimento-basico-de-saude-com-3-novas-upinhas-24h>>. Acesso em: 14/09/2017.

PREFEITURA DO RECIFE - PCR. **Plano municipal de saúde 2014-2017**. Recife: Secretaria de Saúde do Recife, Secretaria Executiva de Coordenação Geral, Gerência Geral de Planejamento, 2014.

PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido**. São Paulo: Globo, 2006.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão veredas**. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.

ROSALES, Cláudia Rivera. **Dossiê Declínio de Hegemonia dos EUA: México e os 20 anos do NAFTA**. Disponível em: <<http://esquerdasocialista.com.br/dossie-declinio-da-hegemonia-dos-eua-mexico-e-os-20-anos-do-nafta/>>. Acesso em: 14/04/2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. Creches domiciliares: argumentos ou falácias. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986, p. 73-81.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, 2001, p.115-136.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/unigênero. In: **Cadernos de Crítica Feminista N. 2. Ano III**. Recife: Edições SOS Corpo, Dez. 2009.

SALVADOR, Evilasio. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E.; BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; GRANEMANN, S. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SARTI, Cynthia. O lugar da família no Programa de Saúde da Família. In: TRAD, Leny A. Bomfim (Org.). **Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, p. 91-103.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. Mondialisation et géographie globale du travail. In: FALQUET, J.; HIRATA, H.; KERGOAT, D.; LABARI, B.; NICKY, L. F.; SOW, F. (Org.) **Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division du travail**. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Gasto Tributário: As Implicações sobre as Políticas Sociais**. Recife: Edições SOS Corpo, 2014.

SCHILD, Verónica. **Feminismo e neoliberalismo na América Latina**. In: Revista Nueva Sociedad. Buenos Aires: Friedrich Ebert Stiftung, 2017, p. 98-113.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SECCOMBE, Wally. El trabajo del ama de casa en el capitalismo. In: RODRÍGUEZ, Dinah; COOPER, Jennifer. **El debate sobre el trabajo doméstico: antología**. México: Universidade Nacional Autónoma de México e Instituto de Investigaciones Económicas (UNAM), 2005, p. 175-207.

SILVA, Carmen. **Feminismos Populares e Lutas Antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social**. 2008. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2008.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. O Modelo de Expansão da Assistência Social e a Restrição e Focalização da Proteção Social Brasileira. In: NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso (Org.). **Tempo de Bolsas: Estudos sobre Programas de Transferência de Renda**. Campinas: Papel Social, 2015.

SOARES, Angelo. Cuidados e confiança. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 213-222.

SOARES, Raquel Cavalcante. **A contrarreforma na política de saúde e o SUS hoje: impactos e demandas ao Serviço Social**. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2010.

SORJ, Bila. O cuidado na nova agenda de combate à violência no Brasil. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo: 2016, p. 257-265.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

TABET, Paola. Mãos, instrumentos, armas. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 101-174.

TALAHITE, Fatiha. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVISKY-BULPORT et. al. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TAVARES, A. H. A.; SCHRAIBER, L. B.; PORTELLA, A., P.; SCOTT, P. **Gênero e Programa Saúde da Família: um olhar sobre as práticas**. Recife: Coordenadoria da Mulher, Prefeitura do Recife, 2008.

TEIXEIRA, Marlene; CERQUEIRA, Maria D. S. R. O Programa Bolsa Família/Vida Melhor e as mulheres: transferência de renda e equidade de gênero no Distrito Federal. In: YANNOULAS, S. C. **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

TORNS, Teresa. **El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad**. In: CARRASCO, Cristina. *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: UB, 2001, p. 133-147.

TRATA BRASIL. **Saneamento ainda é precário em Recife**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-ainda-e-precario-no-recife>>. Acesso em: 13/09/2017.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Ângela; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. (Org.). **Formas de trabalho no capitalismo atual**. 1ªed.São Paulo: Annablume Editora, 2011, v. 1, p. 17-65.

WESTPHAL, Marcia Faria. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et. al. **Tratado de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Editora HUCITEC/Editora FIOCRUZ, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do Livro, 1928.

YANEZ, Sonia. La flexibilidad laboral como nuevo eje de la producción y la reproducción. In: TODARO, Rosalba; YANEZ, Sonia. **El trabajo se transforma: relaciones de producción y relaciones de género**. Chile: Centro de Estudios de la Mujer, 2004.